Teodoro Gregoriano da Cunha Gamito
Professor de primeiras Letras

Francisco de Paula Villalva
Professor Publico de primeiras Letras

P. Manoel José da Cruz
Professor Publico de primeiras Letras

João Baptista Brandão de Paula
Professor publico de primeiras Letras

FABIANA GARCIA MUNHOZ

Experiência Docente no Século XIX

Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca
da Província de São Paulo e da Província do Paraná

São Paulo
2012

Francisco da Silva Nery
Professor de primeiras Letras

Francisco de Paula Villalva
Professor Publico de primeiras Letras

Joanna Maria de Mello
Mestra de Meninas

Luiz Antonio Francisco da Silva

Francisco de Paula Villalva

Manoel José da Cruz
Professor Publico de primeiras Letras

FABIANA GARCIA MUNHOZ

Experiência Docente no Século XIX

Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo
e da Província do Paraná

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de concentração: História da
Educação e Historiografia

Orientadora: Profa. Dra. Diana Gonçalves
Vidal

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Munhoz, Fabiana Garcia.

Experiência Docente no Século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná/ Fabiana Garcia Munhoz/ Orientadora Diana Gonçalves Vidal. – São Paulo, 2012.

Dissertação - (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2012.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. Experiência Docente no Século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: História da Educação e Historiografia.

Aprovada em 24/04/2012.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal - Orientadora
Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação

Profa. Dra. Alessandra Schueler
Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação

Prof. Dr. Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Instituto de Educação

AO JÚLIO E À NARA,

POR ME ENSINAREM FORMAS DE

“COMPARTILHAR O AMOR DE UM PELO OUTRO”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Diana Vidal pela orientação precisa e sensível que preza pela independência, capacidade e honestidade do orientando.

À professora Maria Lúcia S. Hilsdorf, presença marcante na minha formação desde a graduação em história, na graduação em pedagogia e na pós-graduação, sempre contagiando com sua inquietude contestadora. À professora Alessandra Schueler, pelos encontros em história da educação e por ser uma das pesquisadoras que torna possível a abordagem da experiência docente que me autorizei realizar. Ao professor Joaquim Pintassilgo por ter aceitado tão solicitamente o convite mesmo com tantos compromissos em uma curta passagem pelo Brasil.

Às professoras Gizele de Souza e Maria Angela Borges Salvadore por aceitarem o convite para compor minha banca. Com a primeira, espero estreitar os vínculos já estabelecidos por intermédio de seus orientandos e com a segunda, espero dar continuidade à sempre instigante interlocução no NIEPHE.

Registro e agradeço à Etienne Baldez (muito!!) a realização de parte da pesquisa no Arquivo Público do Paraná quando a Nara nasceu e por todos os textos que me enviou durante o último ano. Embora distantes fisicamente, a proximidade de nossos objetos de pesquisa propiciaram o estabelecimento de vínculos frutíferos, compartilhamento de referências e fontes. Agradeço a Juarez dos Anjos por ter propiciado o nosso encontro. Espero continuar os vínculos com estes excelentes pesquisadores da Universidade Federal do Paraná.

Aos amigos e pesquisadores do Niephe: Maurilane Biccas, Marlene Borges, Ana Costa, Patrícia Coelho, Inára Garcia, Fernanda Resende, Rachel Abdala, André Paulilo, Renata Simões, Wiara Rosa, Daniela Abreu, Rosangela Ferreira, Fernanda Franchini, Sandra Caldeira. E especialmente à amiga, Angélica Borges, exemplo de generosidade e discrição, que ocupou o lugar de leitora qualificada com a qual pude estabelecer o diálogo tão subjetivamente fundamental para a produção durante o processo final da escrita e ainda colaborou imensamente na revisão do texto.

À amiga Maria Helena Macedo agradeço pela arte final, por ajudar-me a tornar concreta a ideia de inscrever na capa da dissertação a marca dos professores, meus “colegas de trabalho” nos últimos meses, que tornaram possível a interpretação que ora apresento.

Aos amigos de sempre: Rita Lucas, Érika Rodrigues, Barbara Campos, Fernanda Moraes (agora também do Niephe!), Diana Mendes, Surya Pombo, Luciana Telles, Marcel Pedroso, Fabiano Scodeller, Marcus V. Luz, Aline Mikaela. Com carinho às respectivas crias daqueles que têm!

Aos amigos de magistério: Gislaine Rosa, Janaina Souza, Sérgio de Almeida e Daia Sebold. Com carinho e muitas saudades.

Às novas amigas de Rio Claro. À Aline Franco, que compartilhou seu local de trabalho comigo nos últimos meses, e, especialmente, à Carla Hoffman por compartilhar a fé na vida e a infância de nossos filhos.

À amiga Disete Devera. Já que o tema desta dissertação é um forte indício de que considero outros espaços, para além dos escolares, essenciais para a nossa formação enquanto professores. A psicanálise tem sido formativa para a docência e outras dimensões da vida.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo do Estado do Paraná, do Arquivo do Museu de Justiça do Paraná, da Mitra Diocesana de Paranaguá e da Casa de Cultura de Morretes.

Aos meus. À família na qual nasci e na qual me agreguei. Especialmente aos meus pais: Neiva e Paulo, aos meus irmãos Paulinho e Felipe. E, também, à Maria Luiza, Nelson, Christiane, Fernanda, Daniel, Dudu, Aline, Silene, Eduarda, Clara, Laís, Lucas e ... e ... (porque esta é uma família com alta taxa de natalidade!). Registro um agradecimento especial às avós (dos meus pequenos) que repetidas vezes vieram passar uma temporada e ajudar e às minhas avós, Nair e Sebastiana, em especial a esta última que teve a perspicácia de incentivar o estudo de seus descendentes marcando a minha trajetória.

À imensurável generosidade, companheirismo e paciência (sou forçada a admitir...) de Luiz Abbud. Agradeço por fazer seu também e tornar nosso o meu projeto de vida. Por assumir de maneira equânime os cuidados com nossos filhos, com muitos momentos em que “carregou o piano” quase sozinho, e me ajudar a inventar um modo de me dedicar à vida acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de Mestrado, fundamental para os resultados obtidos nesta investigação.

RESUMO

Quem eram os mestres de primeiras letras no Brasil oitocentista? Que caminhos percorreram para se tornarem professores? Como exerceram o magistério? Partindo destas questões, este estudo apresenta interpretações possíveis sobre a experiência docente numa região circunscrita do Império brasileiro: a vilas (cidades após 1842) de Paranaguá e Curitiba na 5ª Comarca da Província de São Paulo – a Província do Paraná após 1853. Em uma perspectiva micro-histórica, trajetórias individuais de professores são analisadas em narrativas que buscam captar aspectos não visíveis e formas inventadas pelos sujeitos em suas experiências, na trama das relações. Para acessar a heterogeneidade das práticas educativas do Brasil oitocentista recorri a fontes de diferentes naturezas: mapas de frequência de alunos e ofícios da Instrução Pública, legislação educacional, genealogia e dicionário biográfico, livros de memórias históricas das localidades, ofícios diversos, registro de batismo e de casamento, inventário e imprensa. Os capítulos são narrativas construídas a partir da trajetória de um ou dois sujeitos. Comecei tomando as séries de mapas de frequência de dois professores de primeiras letras de Paranaguá como fonte e objeto de pesquisa para análise da prática escriturística escolar. No cumprimento da tarefa de feitura e remissão dos mapas, os professores eram instados a elaborar a própria prática, nomeá-la, discernir suas diferentes dimensões: pedagógica, administrativa, disciplinar. E, neste fazer, constituíam os contornos do exercício docente. No segundo capítulo, fragmentos sobre a escolarização de um padre-mestre de Paranaguá permitiram uma interpretação de como os espaços escolares e os modelos de docência foram constitutivos de um caminho de formação possível. A presença de uma associação religiosa leiga foi aventada como um dos possíveis espaços de formação naquele contexto. Por fim, o terceiro capítulo traz a trajetória de um professor de primeiras letras com ampla circulação em espaços político-administrativos, cujo repertório diversificado permitiu acompanhar as táticas e estratégias de ação desse sujeito. O trabalho ajudou a dar coloratura à figura do mestre de primeiras letras no interior das práticas educativas heterogêneas que marcam o Oitocentos.

Palavras-chave: Experiência docente; primeiras letras; trajetórias de professores.

ABSTRACT

Who were literacy educators in the nineteenth century in Brazil? How did they become teachers? How did they practice the mastership? From these questions, this study presents possible interpretations about teaching experience at a circumscribed region in the Brazilian imperial government era: the villages (which became towns later in 1842) of Paranaguá and Curitiba in the 5th district of São Paulo Province – (renamed Paraná Province in 1853). At a micro-historical perspective, teacher's individual paths are analyzed through narratives that seek unseen aspects, in the tapestry of relationships invented by the subjects as a result of their experiences. In order to have access to the heterogeneity of educational practices in the nineteenth-century Brazil, I resort to several kinds of sources: pupils' frequency maps, Public Instruction official letters, education legislation, lineage and biography dictionary, towns' historical memory books, other official letters and reports, registration of marriage and baptism, inventory and press documents. Narratives constructed from the trajectory of one or two subjects constitute the chapters. I started by taking the series of pupils' frequency maps of two literacy educators in Paranaguá as source and object of research for the school writing production analysis. When obeying the task of making and reporting maps, teachers were urged to formulate their own practice, name it, and discern its different dimensions: pedagogical, administrative, and disciplinary. By doing so, they constituted the outlines of the teaching exercise. In the second chapter, fragments of a priest-educator schooling in Paranaguá allowed a better understanding about how school spaces and teaching patterns constituted a way of possible shaping. The presence of a laic religious association was suggested as a possible teachers' shaping space in that context. Finally, the third chapter brings the path of a literacy educator with wide circulation in political and administrative areas, whose diverse repertoire allowed monitoring his subject tactics and action strategies. This study helped to delineate the figure of the literacy educator within the heterogeneous educational practices that mark the nineteenth century.

Keywords: teaching experience; literacy instruction; teachers paths.

Lista de figuras

Figura 1: Mapa do Brasil e recorte da Província de São Paulo. Fonte: Brasilien und Guiana. (with) Umgehung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860).....	31
Figura 2: Recorte da Província de São Paulo. Destaque para as cidades de Curitiba e Paranaguá. Fonte: Brasilien und Guiana. (with) Umgehung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860).....	32
Figura 3: Rellação dos Alumnos da Aula de 1 ^{as} Letras da Villa de Paranaguá em 23 de dezembro de 1828. Prof. Hildebrando G. C. Gamito. (AESP, CO 5017).	45
Figura 4: Relação das Meninas que frequentão a Escola Publica desta Villa. 20-out-1836. Prof. Joanna Maria de Mello. (AESP, CO 5017).....	46
Figura 5: Relação Nominal dos Discipulos que presentemente existem aprendendo as 1 ^{as} letras em minha escola. Prof. Francisco Felix da Silva. (AESP, CO 5017).	47
Figura 6: Rellação dos Alumnos da Aula de 1 ^{as} Letras da Cidade de Paranaguá Prof. Hildebrando G. C. Gamito. 13-ago-1843. (AESP. CO 4915).....	48
Figura 7: Rellação dos Alumnos actuaes da Aula de Primeiras Letras da Cidade de Paranguá. Prof. Hildebrando G. C. Gamito. 24-out-1845. (AESP CO 5017).....	49
Figura 8: Rellação dos Alumnos que se achão matriculados na Aula da primeira Cadeira de 1 ^a Letras da Cidade de Paranaguá desde 18 de Janeiro de 1843 até 5 de junho de 1848. Hildebrando G. C. Gamito. 1 ^o -jul-1848. (AESP CO 5017).	49
Figura 9: Mapa dos alunos matriculados na Segunda Escola de primeiras letras desta cidade de Paranaguá. 20-nov-1849. Albino José da Cruz. (AESP. CO 50 17).....	50
Figura 10: Relação das alumnas que se achão matriculadas nas aulas de primeiras letras da Cidade de Paranaguá desde o ano de 1841 até o presente de 1850. Pr. Joanna Maria de Mello. (AESP. CO 5017).	51
Figura 11: Mapa de frequência de alunos encadernado. AESP. CO 5917.....	51
Figura 12: Verbetes <i>aluminár</i> e <i>alumno</i> no dicionário de Antonio Moraes Silva (1813, p. 110).56	
Figura 13: Boletim do Archivo Municipal de Curytiba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 28. 02-out-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.	74
Figura 14: Ofício que acompanha a “Relação de Alumnos” do prof. Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito. Paranaguá. 04 de julho de 1844. AESP. CO 4915.....	83
Figura 15: Relação da meninas que aprender a ler. 19 de outubro de 1838. AESP. CO 5017....	92
Figura 16: Relação Nominal das alunas da aula de primeiras letras da villa de Paranaçoá, com observações que abaixo se ve. 04 de novembro de 1841. AESP. CO 4914.....	93

Figura 17: Provável "Modelo" de mapa localizado junto do mapa do prof. Severo Rodrigues de Guarapuava. 15-jul-1843. AESP. CO 4915.....	98
Figura 18: Relação dos meninos e meninas que se achão na escola particular de Francisco Felix da Silva. 08 de dezembro de 1836. AESP. CO 50 17.....	110
Figura 19: Ofício da Câmara de Paranaguá de 19 de outubro de 1838. AESP, CO 5017.	125
Figura 20: Recorte do jornal A Província do Paraná de 21-05-1876 (p. 03).....	133
Figura 21: Em 21 de Outubro de 1858 forneceo-se ao professor da 1ª cadeira Capital João Baptista Brandão de Proença os utensis seguinte – conforme recibo – 1 Relógio, 1 Retrato do Imperador, 1 Crucifixo. APPR. Códice 0119.	140
Figura 22: Recorte da “Relação dos Discipulos q. tenho em mª Aula, a qual foi aberta em 21 de Janrº de 1828”. 18 de janeiro de 1829. AESP. CO 5917.....	142
Figura 23: Recorte da assinatura de ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão cumprimentando o presidente da Província de São Paulo pela sua nomeação em 1º de setembro de 1840. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba.....	143
Figura 24: Jornal <i>O Dezenove de Dezembro</i> , 30 de dezembro de 1854, Publicação dos "Actos da Presidência da Província do Paraná", p. 03.....	159
Figura 25: Epígrafe de “PROENÇA, João Baptista Brandão de. O ensino primário em 1854. Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, nº 4, 1979, p. 47”.	160
Figura 26: Página 79 com a legislatura da Assembleia Provincial do Paraná de 1858-1859. In NICOLAS, Maria. Cem anos de vida parlamentar - Deputados Provinciais e Estaduais do Paraná - Assembleias Legislativas e Constituintes (1854-1954). Curitiba: Paraná, 1954.....	180

Lista de quadros

Quadro 1: População do Brasil e de algumas províncias em 1830, 1850 e 1867.	34
Quadro 2: Cadeiras públicas de primeiras letras da 5ª Comarca em 1850. (Fonte: KUBO. 1982).	35
Quadro 3: Diferentes denominações dos mapas de frequência dos professores da 5ª Comarca da Província de São Paulo.	55
Quadro 4: Classificação das categorias dos mapas de frequência do professor Hildebrando	78
Quadro 5: Conteúdo das categorias de avaliação dos alunos dos mapas do professor Hildebrando.....	86
Quadro 6: Análise das categorias dos mapas de frequência da prof. Joanna	91
Quadro 7: Conteúdo das categorias de avaliação dos alunos nos mapas da professora Joanna.	95
Quadro 8: Conteúdo das categorias de avaliação pedagógica, comportamental e social das alunos nos mapas do professor Francisco Felix.	96
Quadro 9: Categorias presentes nos mapas dos professores de Paranaguá em meados das décadas de 1830 e 1840.....	97
Quadro 10: Transcrição do provável "Modelo" de mapa localizado junto do mapa do prof. Severo Rodrigues de Guarapuava. 15-jul-1843.....	99
Quadro 11: MAIORES PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS DE PARANAGUÁ – 1844.	107
Quadro 12: Análise das Categorias dos mapas de frequência de Albino José da Cruz.	127
Quadro 13: Composição da categoria " <i>Observações</i> " nos mapas do professor Albino.	128
Quadro 14: Análise das Categorias dos mapas de frequência de João Baptista Brandão de Proença	141
Quadro 15: Transcrição da figura acima.	142
Quadro 16: ORIGEM DAS FAMÍLIAS PARANAENSES DO SÉCULO XIX.....	152

Gráfico

Gráfico 1: Número de alunos dos professores de primeiras letras de Paranaguá entre 1828 e 1849.....	104
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
FAZERES	25
RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL	29
FONTES	38
SUJEITOS	58
NARRATIVAS: OS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DOS PROFESSORES	63
DESENHANDO OS CONTORNOS DO EXERCÍCIO DOCENTE. HILDEBRANDO GREGORIANO DA CUNHA GAMITO (1826-1849) E JOANNA MARIA DE MELLO (1835-1852) – PARANAGUÁ.	65
INGRESSO NA DOCÊNCIA	69
UMA PRÁTICA ESCRITURÍSTICA	76
EXPERIÊNCIA DOCENTE DE UM PADRE-MESTRE. ALBINO JOSÉ DA CRUZ (1829-1862) – PARANAGUÁ 102	
O ALUNO-APRENDIZ ALBINO: A ESCOLARIZAÇÃO.....	108
ALBINO, O PADRE E PROFESSOR.....	113
FRAGMENTOS DE PRÁTICAS DOCENTES	126
VESTÍGIOS DE VIVÊNCIA COTIDIANA E O LUGAR DA DOCÊNCIA NA MEMÓRIA-HISTÓRICA DE PARANAGUÁ	131
REPERTÓRIO INSTITUCIONAL E CONDIÇÕES MATERIAIS DO MAGISTÉRIO. JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA (1829-1860) – CURITIBA.....	139
CIRCULAÇÃO POLÍTICA E PERTENCIMENTO SOCIAL	144
O “PARECER” COMO ATESTADO DE AUTORIDADE.....	160
MÉTODO MÚTUO NA 5ª COMARCA E MATERIALIDADE DA ESCOLA E DO MAGISTÉRIO.....	166
OS ORDENADOS NA TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOÃO BAPTISTA BRANDÃO DE PROENÇA E NA CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	174
À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO.....	185
BIBLIOGRAFIA	191
FONTES	200
ANEXOS	204
APÊNDICES.....	212

Introdução

Este estudo foi dedicado à abordagem da constituição da docência num momento de transição deste *fazer*: de ofício à profissão. Três elementos – 5ª Comarca da Província de São Paulo (recorte geográfico); século XIX (recorte temporal); e professores de primeiras letras (sujeitos) – estão sempre presentes dirigindo a investigação. Os dois primeiros são elementos de enquadramento e o último, o objeto específico do trabalho.

A profissionalização vinha se efetivando por meio da consolidação dos mestres no corpo de funcionários públicos do Estado com as consequentes normatização do recrutamento, formação e fiscalização do magistério (NÓVOA, 1991, 1995; SCHUELER, 2002; GARCIA, 2005; BORGES, 2008). Como é característico num processo de transição, é possível apreender a convivência entre formas de aprendizado e exercício do ofício mais próximas das práticas de corporações de ofício (SCHUELER, 2002) e ações, na maioria das vezes empreendidas pelo Estado, que buscavam impingir princípios racionais mais afinados com a modernidade liberal na instrução pública, tal como se realizava em outros âmbitos do Governo.

Um indício da difusão desta racionalidade moderna pode ser observado no recurso à estatística que perpassa os diferentes ramos da administração pública no século XIX¹. A produção estatística se volta sobre a população buscando dar visibilidade às regularidades, singularidades e deslocamentos oferecendo, assim, meios de controle e previsão social e ao Estado meios de governabilidade (FOUCAULT, 1984). A vontade de governo do Estado Imperial, na instrução, chegava até os mestres como exigência de remissão de mapas de frequência de seus alunos. Esta prática de controle do trabalho docente tornou mais frequente a produção estatística dos professores de primeiras letras por meio da contabilidade e classificação da população escolar. Atendendo às exigências de comprovação do efetivo trabalho docente e do número mínimo de alunos para que as aulas continuassem a existir, os mapas informavam o governo sobre a infância escolarizada, que se ampliava no Brasil Imperial, ajudando a efetivar:

¹ Já existia desde o século XVII e intensificou-se no século XIX.

[...] a direção pelo Governo do Estado daqueles brasileiros em constituição, o que implicava um padrão diverso de relacionamento entre aquele governo e o da Casa, “quebrando” as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos. Impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: **uma expansão para dentro**. E aí reside o traço mais significativo na construção de uma unidade. (MATTOS, 2005, p.26, **grifo do autor**).

É neste cenário que foram produzidas as fontes que suscitaram o meu interesse e disposição para enfrentar a empreitada de uma investigação num canteiro tão frequentado quanto é o da história da profissão docente: os mapas de frequência de alunos. Estes documentos que foram obrigados a passar a existir, como um dispositivo de governo, trazem vestígios de práticas docentes, dados de alunos e permitem interpretações acerca do modo como foi se constituindo a experiência discente e docente no Brasil oitocentista. Carregam, paradoxalmente, esta vontade de controle – remeter o mapa era uma obrigação – e uma possibilidade de agência e subjetividade por meio da abertura ao mestre de um espaço oficial de registro de suas práticas. Estes sujeitos – alguns mais, outros menos conscientes do momento histórico que viviam; mais ou menos familiarizados com o universo da escrita – foram instados a traduzir suas práticas num tipo de escrita racionalmente estruturada. Como o fizeram? Foi parte do que busquei investigar nesta pesquisa, assim como outras dimensões da experiência docente destes professores de primeiras letras a “meio caminho” do ofício e da profissão, fundamentalmente questões que se relacionam com o *como estes sujeitos se tornaram professores e atuaram no magistério*.

A imagem da capa desta dissertação é composta pelas assinaturas destes professores de primeiras letras nos ofícios ou mapas de frequência por eles remetidos ao governo da Província de São Paulo. São inscrições dos *nomes* daqueles sujeitos em comunicações oficiais. Ao assinar, os professores imprimiam sua marca na parte inferior dos escritos, e com este ato, assumiam sua autoria. *Declaravam-se autores de escritas que indiciam suas ações na constituição dos contornos da docência* naquele momento. Acrescentavam, abaixo do nome, a identificação como “professor público de primeiras letras” ou “mestra de meninas”, diziam quem eram e, assim, gravavam seus nomes na memória e na história da instrução pública.

Neste texto introdutório busco dar visibilidade ao modo pelo qual teci a investigação. A intenção é apresentar os conceitos com os quais operei; justificar os recortes que optei fazer, tanto no que concerne à delimitação do objeto e ao recorte

espaço-temporal; apresentar e tecer algumas considerações sobre a série documental constituída para o estudo e comentar a forma de apresentação dos resultados. Os capítulos são narrativas entretecidas com elementos das trajetórias de alguns professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e interpretações acerca da experiência docente no século XIX. Um recurso formal – o uso de *itálico* – foi utilizado com o intuito de destacar as análises construídas. Tanto nas citações de trechos das fontes, quanto nos parágrafos interpretativos, algumas passagens são apresentadas em *itálico* como forma de ressaltar alguns elementos.

Fazeres

Início discorrendo sobre o que compreendo por experiência docente. Para isso recorro ao conceito de experiência de E. P. Thompson (1981), por meio das considerações realizadas por Diana Gonçalves Vidal (2010) e Alessandra Schueler (2008) sobre a docência como uma experiência coletiva. Vidal (2010) ressalta que:

[...] insiste o Autor [E.P. Thompson] em situar a experiência no interior da cultura. Instância de coesão social, nem sempre consciente, a cultura assume lugar privilegiado sob a pena do historiador e convida-o a considerar que a experiência é simultaneamente individual e coletiva. É essa percepção que lhe permite afirmar a relativa autonomia do sujeito (não sua total liberdade) dos determinismos de classe (VIDAL, 2010, p. 711).

Deste modo, um indivíduo, na trama das suas relações, permite problematizar questões que transbordam a sua individualidade e dizem respeito ao coletivo, neste caso aos professores de primeiras letras. A trajetória singular – às vezes nem tanto – possibilita a análise de questões importantes relacionadas com o ofício do professor no segundo quartel do século XIX. Alessandra Schueler (2008) ao “analisar as experiências profissionais, coletivas e individuais de professores do ensino público primário na Corte Imperial” (SCHUELER, 2008, p.2) recorre ao conceito destacando que:

Para o autor britânico, o conceito de experiência é muito útil na medida em que permite estabelecer um ponto de junção e de flexão com a noção de cultura, ambos tão rejeitados pelos estruturalistas. A experiência não é expressa apenas em termos da posição de um indivíduo em relação ao modo de produção, sendo também revelada nos sentimentos e na cultura, nas normas sociais, nas obrigações familiares, nas reciprocidades e nos valores morais (SCHUELER, 2008, p. 7-8).

É nesta perspectiva que considero pertinente mobilizar trajetórias de professores no século XIX para tecer interpretações possíveis e verossímeis sobre a experiência

docente oitocentista. Acompanhar o itinerário dos sujeitos permite interpretar elementos particulares, as relações daqueles sujeitos com as normas, as reciprocidades e valores específicos daqueles indivíduos e, simultaneamente, as condicionantes sociais e históricas que constituem, portanto, a docência.

Vidal (2010) aponta quatro elementos constitutivos da docência como experiência coletiva: o primeiro deles é a “trajetória escolar”, partindo da simples e frutífera ideia de que “antes de se tornarem professores, os sujeitos constituíram-se como alunos”, a autora destaca que acompanhar os sujeitos nas diferentes etapas e lugares de escolarização permite identificar “modelos formadores”, “saberes” e “parece ser um investimento profícuo no entendimento da configuração dos repertórios docentes” (VIDAL, 2010, p. 713).

Um segundo elemento apontado por esta autora é o que ela denomina “relação intersubjetiva estabelecida com diferentes atores sociais” que se dão nos mais variados espaços: dentro e fora da escola, na convivência com sujeitos envolvidos ou não com a escola e forjados a partir “da troca de aprendizagens elaboradas na solução dos fazeres ordinários”. Envolvem as dimensões de gênero, etnia, classe e geração e resultam da “interpenetração entre vida profissional e vida pessoal” (VIDAL, 2010, p. 718-719).

A “materialidade da escola” é o terceiro elemento apontado. A autora se refere tanto aos “objetos com os quais o professor lida cotidianamente” (livros, cartazes, etc.); ao “espaço escolar (sala de aula, tamanho da escola, trabalho em uma ou duas escolas), tempo escolar (da aula, da permanência diária, semanal, anual na escola, da permanência na carreira, tempo histórico), carreira (salário, projetos individuais, expectativas de ascensão, participação em associações sindicais) e urgências da classe (síntese e negociações)” (VIDAL, 2010, p. 721).

Por fim, a autora destaca “um último elemento: a prática docente como tradição inventada, efeito de uma memorização do passado”. Este elemento relaciona-se com os processos de construção de identidades docentes que se dão a partir das “experiências, [que] apesar de únicas, não são individuais. Remetem a modos coletivos de entender e validar a docência” (p. 724).

Busquei operar com este modo de ler a profissão docente valendo-me, também, do esquema interpretativo para o “estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente” proposto por Nóvoa (1991, 1995) que identifica quatro etapas do

processo de profissionalização. Um primeiro estágio equivale ao processo histórico em que o exercício da docência passa a ser a ocupação principal dos sujeitos que se dedicavam ao magistério; seguido pela etapa da exigência de suporte legal para exercício da profissão – as licenças ou permissões concedidas pelo Estado após exame ou concurso. Uma terceira etapa refere-se à consolidação das instituições específicas de formação e, por fim, a emergência das associações profissionais (NÓVOA, 1991).

A chave interpretativa proposta por António Nóvoa ajuda a compreender os diversos aspectos da profissão de forma mais integral, menos fragmentada, portanto. No entanto, a reprodução da análise do autor por meio de apropriações mecânicas acaba privilegiando as temáticas concernentes aos estágios identificados e os períodos históricos correspondentes a tais processos. Outras questões e periodizações têm menos visibilidade por transbordarem o esquema proposto. Um exemplo: entre as pesquisas que se dedicam à história da formação docente, um número considerável é dedicado ao estudo de escolas normais nos mais variados tempos e espaços em detrimento de outras formas de formação.

As reflexões tecidas por Vidal (2010) e Schueler (2008) sobre a docência como uma experiência coletiva somada ao esquema interpretativo para análise sócio-histórica da profissão docente proposto por Nóvoa (1991) e às estratégias metodológicas da micro-história fundamentam as operações historiográficas aqui empreendidas.

Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991) ao discorrerem sobre as relações entre história e antropologia, destacam a “diversidade da documentação utilizada pelas duas disciplinas” contrastando “a complexidade de relações reconstituíveis pelo antropólogo ao “especialismo” do historiador. De acordo com estes autores:

Esta fragmentação reproduz a fragmentação das fontes. Os registros civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas de um processo. Mas assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada. Isto também é válido para fontes mais ricas, de dados às vezes imprevisíveis, como os processos criminais ou inquisitoriais – sobretudo os segundos – que são o que temos de mais aproximado aos inquéritos *in loco* de um antropólogo moderno. Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio da Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (GINZBURG; PONI, 1991, p.173-174).

O “fio do nome” dos professores de primeiras letras identificados, inicialmente, nos mapas de frequência foi perseguido em outras fontes com o objetivo de se percorrer o itinerário destes sujeitos ordinários nas suas relações com a instrução pública e com outros aspectos da vida social. Ao recorrermos a fontes de naturezas diversas tornou-se possível compor “uma espécie de teia”, uma “imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG; PONI, 1991, p. 175) e arriscar interpretações sobre a experiência docente (VIDAL, 2010) no século XIX. A dimensão experimental e o uso do “faro, golpe de vista, intuição”, no fazer historiográfico, foram recursos recorrentes nas interpretações. Os indícios autorizaram um conhecimento “indireto” e mesmo “conjectural”, muitas vezes, “próximo [...] da investigação policial” (GINZBURG, 1989). Nesse sentido:

A redução da escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações, convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado – “aquilo que efetivamente aconteceu” – e analisar as condutas individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender. (REVEL, 2000, p. 20).

As escolhas operadas na realidade – e a consciência delas – permitiram uma leitura verossímil. A análise intensiva das trajetórias destes sujeitos fez “mostrar quantas coisas importantes podemos ver acontecer enquanto aparentemente nada acontece” (MUSIL apud REVEL, 2000, p. 24). Ou seja, a redução de escala possibilitou “captar aspectos não visíveis, como as contradições, os interstícios, as fissuras pelas quais os seres humanos operam no seio de sistemas prescritivos e normativos” (SCHUELER, 2008, p. 7) e permitiram a compreensão da “constituição do ofício docente nessa localidade”. (SCHUELER, 2008, p. 6-7).

Busco operar ainda com os conceitos de táticas de Certeau (1994) e de apropriação (CHARTIER, 1990) na interpretação da experiência dos professores no que concerne ao como se relacionaram com as prescrições legais. Para Certeau, tática:

[...] é uma ação calculada determinada pela ausência de um próprio. Nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de inimigo e no espaço por ele controlado. Em suma a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 1994, p. 100-101)

Ou seja, a ação tática é determinada pela ausência de poder e se dá em oposição a uma direção estratégica que se organiza pelo postulado do poder (CERTEAU, 1994,

p.101). Este modo de ver a ação daquele que joga no terreno do outro e o conceito de apropriação (CHARTIER, 1990) permite:

[...] pensar as diferenças porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção. Tal noção permite deslocar o olhar para a maneira contrastante como os grupos e indivíduos fazem uso dos motivos e das formas que partilham com os outros. Pensar dessa forma as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de modo algum redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem nos comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural (CHARTIER, 1990, p.136).

Recorte espaço-temporal

Uma Visão temporalmente distendida

A construção de narrativas entretecendo indícios das trajetórias dos professores de primeiras letras da 5ª Comarca e interpretações sobre a docência definiram o recorte temporal, que ficou atrelado aos tempos de magistério dos sujeitos cujos itinerários acompanho. O foco é o exercício da docência que se deu entre 1826 (com a provisão do professor Hildebrando) e 1860 (com a aposentadoria do professor João Baptista Brandão de Proença). Entretanto, considerei que fixar uma periodização fechada entre estes dois marcos poderia engessar o movimento temporal, já que em diversos momentos senti a necessidade de recorrer a elementos das trajetórias de vida destes sujeitos anteriores e posteriores, que transbordam, portanto, o seu tempo de magistério. Esta opção tornou a periodização mais fluida, na medida em que os tempos variam de professor para professor, e mais consistente, pois se justifica a partir do objeto de estudo. Como percorro boa parte do Oitocentos nas narrativas, optei por uma visão temporalmente distendida e considerei mais coerente utilizar, no título, a locução “século XIX”.

5ª Comarca, não mais Província de São Paulo, não ainda Província do Paraná

É necessário recortar uma unidade geográfica (regional ou nacional) para que se manifeste aquilo que, de todo lado, lhe escapa. (CERTEAU, 2008, p.105).

A frase completa para o subtítulo acima seria: uma região que não é mais vista pela historiografia como Província de São Paulo, e que não era ainda Província do Paraná. Como já destaquei, os professores que acompanho neste estudo começaram a atuar na, então, 5ª Comarca da Província de São Paulo. Mais especificamente em duas localidades: Paranaguá e Curitiba que estavam inseridas, num contexto mais amplo, no Império do Brasil que havia se emancipado de forma negociada, mantendo vínculos e tensões, com a antiga metrópole Portugal.

Apresento, abaixo, um mapa do Brasil no qual a Província de São Paulo ainda é representada contendo a região que após 1853 passou a constituir a Província do Paraná.

Figura 1: Mapa do Brasil e recorte da Província de São Paulo. **Fonte:** Brasilien und Guiana. (with) Umgebung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860).

Figura 2: Recorte da Província de São Paulo. Destaque para as cidades de Curitiba e Paranaguá.
 Fonte: Brasilien und Guiana. (with) Umgebung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860).

A Província de São Paulo possuía um território bem maior, fazia fronteira com a Província do Rio Grande do Sul e era composta, em 1852, por 7 comarcas²: A 1ª comarca abrangia a região do Vale do Paraíba, a 2ª a da capital e a região de Atibaia e

² Cf. Relação das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo, elaborada pelo secretário do governo Francisco José de Lima, em 15 de abril de 1852. Anexa ao Discurso com que o illustíssimo e excellentíssimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de maio de 1852. São Paulo, na Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852.

Bragança Paulista, a 3ª a região de Jundiaí a Araraquara, a 4ª a região de Sorocaba, a 5ª a do atual Paraná abrangendo as cidades de Curitiba e Paranaguá e as vilas de Morretes, Castro, Ponta Grossa, Antonina dentre outras³, a 6ª o litoral de São Paulo, a 7ª abrange a região de Franca. A 5ª Comarca era uma das mais distantes e suas principais localidades situavam-se no extremo sudeste da Província de São Paulo. As primeiras tentativas de independência da região se deram já no início do século XIX pela ação da parcela luso-brasileira que constituía a classe senhorial da 5ª Comarca. Na década de 1840, as reivindicações das Câmaras de cidades e vilas se intensificaram. A interpretação mais recorrente na historiografia é a de que a região era uma das mais leais ao antigo regime e, desta forma, não teve uma participação de destaque na independência do país (HOLANDA, 1967). No entanto, considera-se que outros movimentos separatistas tiveram repercussão nos rumos da história do “Paraná”. Foram eles, a “Guerra dos Farrapos” no Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Revolução Liberal em Sorocaba (1842). Segundo esta interpretação, o Império temia a adesão da Comarca de Curitiba a tais movimentos separatistas, já que estava localizada numa área estratégica – entre as duas regiões revoltosas e vizinha da Argentina e do Paraguai, que poderiam auxiliar os separatistas (MARTINS, 1939; BAHLS, 2007). Assim, o poder imperial teria apoiado o projeto de emancipação política em troca da neutralidade da comarca. Além deste “acordo” com o poder central, a emancipação teria sido favorecida pelos interesses de Minas Gerais e Bahia, que apoiaram a criação da nova província para enfraquecer São Paulo. Assim, a província foi criada, em grande medida, em decorrência da adesão de suas elites dirigentes à manutenção da hegemonia imperial.

Em 1853, a partir de um projeto no Senado para a criação da Província do Paraná, a emancipação começou a tomar forma. E em agosto daquele mesmo ano, a proposta foi aprovada. O projeto transformou-se em lei e definiu a denominação oficial de Província do Paraná para o território que antes compreendia a 5ª Comarca da Província de São Paulo; Curitiba tornou-se a capital. A província foi instalada no dia 19 de dezembro de 1853, data da posse do primeiro presidente Zacarias Góes e Vasconcellos⁴.

³ A maioria das localidades existentes à época da emancipação constituem o que atualmente é denominado Paraná tradicional (ver anexo 2).

⁴ O baiano Conselheiro Zacarias, como era conhecido, já havia presidido as províncias do Piauí e de Sergipe quando assumiu a província recém criada aos 39 anos. “Iniciou-se na vida pública no Partido Conservador, do qual se retiraria em 1861, para ingressar na *Liga Constitucional*, aliança firmada entre conservadores moderados e liberais progressistas que acarretou na formação do *Partido Progressista*”

Vale destacar que se trata de uma das regiões menos populosas e povoadas do Brasil Imperial como podemos observar no quadro abaixo que apresenta o total da população brasileira e de algumas províncias, dentre as quais a Província do Rio de Janeiro onde estava situada a Corte, a Província de São Paulo, a outra província criada durante o império – o Amazonas – e mais uma província do Norte, a Paraíba, e outra do Sul, o Rio Grande do Sul, para termos, por meio da comparação, uma ideia da reduzida população da mais nova província.

Quadro 1: População do Brasil e de algumas províncias em 1830, 1850 e 1867.

Local Ano	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Amazonas	Paraíba	Rio Grande do Sul
1830	5 340 000	591 000	600 000	–	–	246 000	170 000
1850	7 677 800	1 200 000	500 000	72 400	42 600	209 300	201 300
1867	11 280 000	1 850 000	825 000	110 000	100 000	300 000	580 000

Fonte: Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje*. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1870) apresentado à Assembléia Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870. (apud MARCÍLIO 1973).

Em decorrência da população reduzida e dispersa no território, o número de escolas também era diminuto. As duas únicas cidades Curitiba e Paranaguá contavam, juntas, apenas 5 escolas públicas de primeiras letras em 1850. Vejamos o quadro abaixo com as localidades onde existiam cadeiras públicas de primeiras letras e quais delas estavam providas naquele ano.

(GUIMARÃES, 2008, p. 724) posteriormente ganhou projeção por suas reflexões acerca do poder moderador. Na província do Paraná, segundo Wilson Martins (1999, p. 27), foi incumbido de colocar em execução um programa que criasse as condições para o governo e administração da nova província. tal programa foi traçado a partir das instruções recebidas do ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886). Ainda de acordo com este autor, governou em consonância com o poder central e com o apoio do poder local, e, assim, a nova província foi sendo inventada (MARTINS, 1999).

Quadro 2: Cadeiras públicas de primeiras letras da 5ª Comarca em 1850. (Fonte: KUBO, 1982).

LOCALIDADES	Masculino	Feminino
Curitiba	1	1
Paranaguá	2	1
São José dos Pinhais	1 (vaga)	–
Campo Largo	1 (vaga)	–
Palmeira	1 (vaga)	–
Tindiquera	1 (vaga)	–
Votuverava	1 (vaga)	–
V.N. do Príncipe	1	1
Rio Negro	1 (vaga)	–
Castro	1	1 (vaga)
Guarapuava	1	–
Ponta grossa	1 (vaga)	–
Guaratuba	1	1
Guaraqueçaba	1	–
Morretes	1	1
Antonina	1	1
OCUPADAS	10	6
VAGAS	7	1
TOTAL	17	7

Ter uma baixa densidade populacional resultava num número reduzido de cadeiras. Observa-se uma grande proporção de cadeiras vagas, muitas delas haviam sido recém-criadas e outras eram abertas a concurso sem que candidatos se apresentassem.

Uma parte considerável da documentação da instrução pública das localidades encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Alguns arquivos municipais paranaenses, também, conservam documentação anterior à emancipação. No que se refere à historiografia da educação paulista e paranaense, vale destacar, que os estudos sobre a Província de São Paulo, usualmente, referem-se a localidades que fazem parte do estado de São Paulo atualmente e nas pesquisas sobre o Paraná é recorrente a utilização da emancipação como marco inicial. Há poucos estudos sobre a escolarização da 5ª Comarca e ainda menos que abarquem antes e depois da emancipação. Esta questão emergiu na conferência em comemoração dos 10 anos de existência da Linha de Pesquisa *História e Historiografia da Educação* do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na conferência foram apresentados dados acerca da produção da linha de pesquisa. As análises de Marcus Levy A. Bencostta e Diana Gonçalves Vidal resultaram no artigo *A historiografia da educação paranaense no cenário da história da educação brasileira: 10 anos de*

pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008). Em relação à periodização dos estudos, a tabela abaixo, que faz parte do artigo (tabela 4, p. 12), apresenta seus recortes temporais:

Períodos Históricos Pesquisados

Período	Quant.	%
O distante e silencioso Setecentos (1700-1810) *	08	1,75
Século XIX Apenas uma metade visitada (1850-1889)	43	9,40
Século XX		
Os quarentas gloriosos (1900-1939)	151	33,04
Nem tudo era “bossa” (1940-1963)	61	13,34
“Tempos de adesões e resistências” (1964-1984)	54	11,81
Século XX – XXI		
Discussões teóricas sobre a pesquisa em História da Educação e o Tempo Presente (1985-2008)	140	30,63
Total	457	100

* A decisão por inserir o primeiro decênio do Oitocentos no século XVIII é por se tratar de uma única pesquisa que tem seu recorte prolongado até 1810.

FONTE: (BENCOSTTA e VIDAL, 2009, p.12).

Os dados da tabela explicitam a pequena presença do século XIX na recente historiografia da educação do Paraná e dá visibilidade à total ausência de estudos sobre a primeira metade do século, que coincide com o período anterior à emancipação. Bencostta e Vidal (2009) destacam que:

A despeito da tendência da recusa à adoção de uma periodização marcada por formatos positivistas ou presa à história política e administrativa, não deixa de ser instigante perguntar se a ausência dos primeiros 50 anos do Oitocentos não se refere à constituição territorial do Paraná (BENCOSTTA e VIDAL, 2009, p.13).

Há trabalhos, entretanto, que escapam a este cenário, como a tese de doutorado em História de Elvira Mari Kubo (1982) que tratou especificamente *A legislação e a instrução pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná) - 1827-1853*. O estudo de Kubo (1982) é bastante amplo e se propõe a verificar como as prescrições legais para a instrução pública da Província de São Paulo – da qual a 5ª Comarca fazia parte no período – efetivaram-se em localidades como Curitiba, Paranaguá, Castro e Morretes. Nos dois principais capítulos da tese, ela analisa, num primeiro momento a *Legislação Imperial e Provincial* (capítulo 3) observando as prescrições legais acerca da (1) “A organização das escolas públicas de primeiras letras”; (2) Os professores, seu recrutamento e ordenado; e (3) a “Fiscalização do Ensino”, tomando a legislação como fonte (Lei Imperial de 15 de outubro de 1827,

Lei nº 34 de 16 de março de 1846 da Província de São Paulo). A seguir, a autora passa a verificar como tais leis se efetivaram ou não nas “aulas de primeiras letras na 5ª Comarca” esmiuçando os seguintes aspectos: (1) “Antecedentes coloniais”; (2) Aulas criadas; (3) “A contratação dos professores, sua remuneração e o serviço da fiscalização”; (4) os “Edifícios e utensílios escolares”; (5) a “Demografia e efetivos escolares” e (6) “As matérias ensinadas e os métodos aplicados”.

A autora apresenta onze quadros, quinze tabelas e três gráficos nos quais sistematiza informações referentes às categorias dos mapas de frequência dos professores; ordenados fixados por lei; cadeiras públicas criadas por lei na 5ª Comarca até 1854; cadeiras públicas em funcionamento na 5ª Comarca; móveis e utensílios; matérias ensinadas; número e distribuição dos professores públicos recrutados; naturalidades, idades e número de alunos matriculados; movimento sazonal de matrículas. O objetivo da autora foi “saber em que medida as disposições legais referentes à estrutura do ensino se efetivaram na prática do cotidiano” (p.7) e para isso buscou “reconstituir a organização da instrução pública de primeiras letras e a sua implementação administrativa na 5ª Comarca da Província de São Paulo, de 1827 a 1853” (p. 7). O estudo foi concluído em 1982 e buscou constituir longas séries com dados homogêneos. É o que acontece quando a autora analisa a “Distribuição dos alunos por matérias” (p.318). Elvira Mari Kubo informa que:

Para este estudo utilizaram-se as fichas nominativas reconstituídas de alunos de Curitiba e Paranaguá. Mais especificamente só foram utilizadas as fichas nominativas daqueles alunos que eram discípulos de um único professor, pois desta forma seriam evitadas diferenças nos critérios de aproveitamento das matérias ensinadas. Mesmo assim houve necessidade de restringir alguns anos de observação, pela falta de homogeneidade dos dados entre as relações de alunos de um mesmo professor e também porque havia alunos transferidos de um para outro professor. No caso de alunos transferidos foram considerados apenas a escola à qual se matriculou por último (KUBO, 1982, p. 318).

Os tais alunos transferidos que foram “evitados” a fim de se constituir dados homogêneos suscitaram parte dos questionamentos no meu estudo. O que teria levado os alunos a se transferirem? Investigando fatores relacionados com a transferência foi possível interpretar as relações entre os professores de primeiras letras e entre professores e alunos na cidade de Paranaguá, problematizadas no capítulo sobre a trajetória do professor padre Albino José da Cruz. Com este exemplo tenho a intenção de sublinhar a diferenças entre os recortes que optei fazer e a tese de Elvira Mari Kubo. Enquanto a autora olhou a instrução pública a partir da perspectiva de sua organização e

implementação administrativa, meu objetivo é compreender a experiência docente de professores de primeiras letras a partir de elementos das trajetórias dos sujeitos.

Fontes

Memórias históricas de cidades

Antonio Vieira dos Santos escreveu as *Memórias históricas* de Paranaguá (1850) e Morretes (1851)⁵. A *Memória histórica de Paranaguá e seu município* foi redigida em 1850 e é composta por 2 volumes. O 1º é dividido em 20 capítulos e conclusão e narra os “objetos memoráveis dignos de história”, cronologicamente, intercalando diferentes temas conforme as datas que aconteceram. No 2º, o autor divide o texto em 65 “matérias principais”, tais como descrição geográfica, topográfica e meteorológica da cidade, governantes, embarcações, comércio, Colégio dos extintos jesuítas, instrução primária e secundária entre outros. Na edição de 1950, o 1º volume conta 402 páginas e o 2º 352.

A *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá* é mais descritiva do que a de Morretes. Naquela, que foi escrita primeiro, o autor conta o que aconteceu na vila e depois cidade citando indiretamente as atas, representações, relatórios e outros documentos, não deixando claro o que é dele e o que é citação. Já no caso da vila de Morretes, o autor faz as citações diretas, com uma síntese de seus conteúdos antes das citações completas. A Câmara de Morretes tem uma documentação mais homogênea,

⁵ De acordo com Gomes (2011, p.1-2) “Antonio Vieira dos Santos nasceu na cidade portuguesa do Porto, em 1784, e faleceu na vila de Morretes, na Província do Paraná, em 1854. [...] [em Paranaguá e Morretes] [após] 1798. Nesta sociedade ocupou-se do comércio, tendo sido proprietário de loja de secos e molhados. Para além das atividades comerciais, desempenhou os cargos de alferes, almotacé, tesoureiro de irmandade e vereador [...] Antonio Vieira dos Santos, autor [...], ao inserir-se como ator de suas narrativas, reconstruiu os percursos de suas estratégias de pertencimento e consolidação de relações sociais, bem como assinalou para os conflitos e alianças no interior, notadamente, das atividades mercantis do litoral do atual Paraná. A delimitação, por conseguinte, da análise da trajetória de Vieira dos Santos aqui proposta, recai na sua transferência da vila de Paranaguá para a freguesia de Morretes, processo que se estendeu entre os anos de 1812 a 1814, na sua participação, enquanto tesoureiro, nos reparos da Estrada do Arraial, a qual se estendeu entre as décadas de 1820 e 1830, e enquanto letrado que produziu trabalhos históricos sob contrato com instituições políticas entre as décadas de 1840 e 1850. Nesta abordagem, pois, constitui-se na possibilidade desconstrução de um senso comum acerca da trajetória de Vieira dos Santos nas sociedades de Morretes e Paranaguá, e, deste modo, buscar-se-á aqui uma inteligibilidade sobre como desempenhou estratégias sociais reconhecendo-se as esferas sociais e as formas de organização social pelas quais ele circulou.”.

cria fórmulas que vão se repetindo, tal como a prática de escrever e remeter relatórios ao governo provincial.

Este tipo de fonte permite uma visão mais integrada da cidade, suas diferentes dimensões, suas instituições, os diversos lugares sociais pelos quais os sujeitos circulam e as redes de sociabilidades entre eles. Nesse sentido, ajuda a superar a “fragmentação das fontes” à qual se refere Ginzburg (1991) nos vários tipos de arquivos em que “os registros civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas de um processo”, fragmentação que pode levar ao “risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada”. Nas “memórias históricas” de Vieira dos Santos, uma rica teia de relações pode ser capturada. Nela um professor não é só professor, é o tenente, o finado, o irmão, o filho, o provedor de uma irmandade. O risco na sua utilização como fonte histórica é outro, é subsumir à leitura do autor, à sua maneira de ver a cidade e os seus sujeitos. A crítica documental pede, aqui, a atenção a este tipo de fonte como resultado do esforço de um sujeito, marcado por sua vontade de memória, por seus valores e por suas escolhas. Ao mesmo tempo, sua potencialidade reside, para além dos dados, em indiciar o modo de ver de um contemporâneo, o que é considerado digno de memória por alguém que vivia na localidade em 1850, nesse sentido cabe o exemplo das irmandades às quais o autor dedica um espaço considerável de sua obra. Era um tipo de associação religiosa leiga muito comum no século XIX (desde o XVIII) e ocupava um espaço de sociabilidade importante. Havia associações religiosas leigas para os diferentes grupos da sociedade.

Genealogia Paranaense por Francisco Negrão e Dicionário do Paraná por Ermelino de Leão

O historiador deve elaborar “a multiplicidade individual” [...] Ao contrário da biografia, gênero literário serenamente baseado na unicidade de uma existência, a história deve reconstituir um tecido social e cultural mais vasto (LORIGA, 1998, p. 247).

No fim século XIX e primeiros anos do século XX, uma geração de intelectuais paranaenses dedicou-se à construção da memória do estado produzindo discursos fundadores e dedicando-se à sistematização de fontes históricas. Foram eles: Rocha

Pombo, Romário Martins, Ermelino de Leão, Moisés Marcondes e Francisco Negrão. “figuras com intensa práxis político-estatal, práxis também na produção de discursos, [...] e com uma rica tradição documental que até hoje é extremamente válida” (OLIVEIRA, 2003, p. 33). Seus autores compõem a “geração que, em 1900, fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná” (WESTPHALEM, 2004, p. 13). Alguns deles são identificados como pertencentes ao movimento paranista⁶.

O *Diccionario* de Ermelino Leão, segundo Westaphalem, levou 23 anos de trabalho para ser organizado e “fora resultante de pesquisa de gabinete”, ou seja, sem pesquisa nos arquivos (WESTPHALEM, 2004, p. 24-25). É considerado uma referência importante mas como não foi revisto traz algumas informações incorretas.

A *Genealogia Paranaense* é composta por seis volumes, introduzida por uma *Memória Histórica Paranaense*, que trata das capitanias hereditárias, sobretudo a Capitania de Paranaguá e pela:

Genealogia, propriamente dita, [que] apresenta três partes fundamentais: a primeira com os títulos referentes aos povoadores do Paraná; a segunda com os títulos dedicados à família paranaense, ou seja, referentes àquelas famílias originadas no Paraná. E a terceira dedicada à fusão racial paranaense, incluindo famílias de outras origens que não a portuguesa, porém estabelecidas anteriormente a 1853. (WESTPHALEM, 2004, p.26-27, *grifos meus*).

Francisco Negrão dedicou 24 anos ao recolhimento, pesquisa e escrita da *Genealogia Paranaense*. De acordo com Ricardo Costa de Oliveira (2001), sociólogo e autor de *O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*:

Trata-se de importante pesquisa relativa à formação da demografia e da estrutura de parentesco na região que formaria o Paraná no século XIX. Nela encontramos as referências básicas dos povoadores e das suas famílias fundadoras, desde os pioneiros bandeirantes do século XVII até alguns dos muitos ramos vivos no início do século XX. A Genealogia Paranaense é o desdobramento de outra importante genealogia brasileira clássica, a Genealogia Paulistana, de Silva Leme, publicada em 1904. [...] é composta por quase 50 títulos em seis volumes, com cerca de 35 mil indivíduos listados. Estimando que cerca de um milhão de indivíduos viveram no Paraná entre a segunda metade do século XVII e meados da década de 1920, quando Negrão ainda pesquisava os últimos nascimentos, a Genealogia Paranaense

⁶ De acordo com Camargo (2007), “o Paranismo [...] é resultado do ambiente formado desde as últimas décadas do século XIX para a edificação de uma identidade no Paraná. Foi definido oficialmente em termos estético-ideológicos por Romário Martins em 1927 e tem uma curta mas ativa presença institucional até o encerramento da circulação da revista *Ilustração Paranaense*, em 1931. Seus efeitos, porém, foram a tal ponto naturalizados no imaginário paranaense que podem ser notados ainda hoje em muitas formulações oficiais ou individuais (CAMARGO, 2007, p.14).

cobre algo entre 3 e 5 % de todos os paranaenses vivos entre mais ou menos 1640 e 1925 [...] analisa as famílias da tradicional classe dominante. Pouco aparece das famílias indígenas, escravas e de homens pobres livres. Os títulos de imigrantes somente aparecem no último volume, como maneira pensada por Negrão para atualizar a síntese populacional paranaense. (OLIVEIRA, 2004).

Como aponta Ricardo Oliveira, Negrão traz referências completas de grande parte das informações que apresenta, citando as suas fontes, a maioria proveniente das atas da Câmara de Curitiba. Como é próprio das genealogias, as famílias selecionadas constituem a “tradicional classe dominante” (OLIVEIRA, 2004), a “boa sociedade” (MATTOS, 2005) paranaense, havendo espaço para algumas famílias letradas cujos membros circularam por instâncias políticas, administrativas e culturais. Os critérios adotados para seleção das famílias ou sujeitos é marcado pela arbitrariedade e vontade de memória daqueles indivíduos.

Entre os professores de primeiras letras da geração da 5ª Comarca, apenas dois tiveram um lugar nestas obras: o professor da cadeira de Curitiba João Baptista Brandão de Proença e o padre-mestre de Paranaguá Albino José da Cruz. O primeiro com mais destaque e espaços privilegiados em ambas as obras e o segundo com um breve verbete no *Diccionario* de Ermelino Leão e uma rápida e indireta menção na *Genealogia*. Com todas estas ressalvas, tanto o *Diccionario* quanto a *Genealogia* podem ser utilizadas pelo historiador como um instrumento de trabalho eficaz, quando confrontados com as demais fontes, pois trazem elementos que ajudam a “reconstituir o tecido social” mais amplo em que estavam imersos os sujeitos e se nem sempre contemplam os professores, permitem conhecer mais detalhes sobre aqueles que ocupavam cargos de poder.

Atas da Câmara de Curitiba publicadas nos *Boletins do Archivo Municipal*

As atas da Câmara de Curitiba foram objeto de outra empreitada de Francisco Negrão. O pesquisador transcreveu, entre 1906 e 1932, as atas da Câmara desde 1668 até 1862. As transcrições foram publicadas nos *Boletins do Archivo Municipal de Curitiba editados por Francisco Negrão* em 62 volumes⁷. Muitas informações presentes nas páginas da *Genealogia Paranaense* foram colhidas nestas atas. Este trabalho possibilitou que o autor escrevesse textos sobre a memória de Curitiba. Um deles é a *Memória sobre o ensino e a educação no Paraná de 1860 a 1933* (NEGRÃO,

⁷ Usarei, ao longo do texto, a sigla BAMC nas referências às atas publicadas pelos Boletins.

1935), nesta obra, o autor rememora vários momentos que considerou marcantes para educação do estado citando fontes que sustentam grande parte dos estudos em história da educação paranaense.

Legislação da Instrução Pública

A legislação da instrução pública é fonte fundamental, pois é um dos elementos que dá inteligibilidade às práticas que se realizavam. A exigência legal de remissão dos mapas de frequência de alunos é um exemplo desta ação ordenadora e instituidora da lei.

Relatórios, mapas de frequência e ofícios são fontes oriundas da legislação educacional. Luciano Mendes de Faria Filho (1998), ao refletir sobre “fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista” caracteriza a lei “não apenas como ordenamento jurídico, mas também como linguagem e prática social” (FARIA FILHO, 1998, p. 92). O autor se vale das contribuições de E. P. Thompson compreendendo a lei enquanto espaço de lutas e embates e não apenas um mecanismo de controle das classes dominantes (THOMPSON, 1998). Faria Filho destaca que a lei precisa ser legítima e legitimada, daí a sua dimensão enquanto ordenamento jurídico; que a linguagem legal faz uso de uma retórica legislativa e abrange também o formato gráfico do texto; e, por fim, que como prática social a lei se constitui como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais, sendo que a lei pode ser inspiradora de novas práticas através da apropriação e ação dos sujeitos. Dessa forma, “produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-la em suas várias dimensões” (FARIA FILHO, 1998, p. 98) a fim de se superar concepções mecanicistas da lei como, tão somente, expressão dos interesses das elites e apreender as tensões e a “dinamicidade da legislação” que perpassam as práticas pedagógicas, desde as políticas públicas até as ações em sala de aula.

O mesmo autor destaca a importância de atentarmos para o tipo de fonte que se utiliza e indica três diferentes tipos de legislação: “a lei propriamente dita; os regulamentos; as portarias e demais atos cotidianos” (FARIA FILHO, 1998, p. 106). Cynthia Greive Veiga (2005) também identifica, ao analisar a produção da infância na legislação do século XIX, três tipos de documentos:

[...] a normatização (legislações), os relatos (relatórios de inspetores, presidentes de províncias) e instrumentos de verificação (mapas da população, mapas de frequência, listas de crianças e idades de frequentar a escola). (VEIGA, 2005, p. 78).

Muitas das interpretações sobre as experiências dos professores oitocentistas ora apresentadas buscaram relacionar estes três diferentes tipos de legislação buscando operar com o conceito de *apropriação* (CHARTIER, 1990) juntamente com o de *tática* (CERTEAU, 1994), como propõe Marta Carvalho (1998). De acordo com esta autora:

A utilização do conceito de apropriação como tática, que subverte dispositivos de modelização coloca em cena o hiato entre os usos e suas prescrições. O hiato que evidencia a complexidade da relação entre modelos pedagógicos e seus usos e está no cerne de uma história cultural dos saberes pedagógicos (CARVALHO, 1998, p.36).

Articulando estes conceitos é possível compreender a experiência docente no século XIX a partir da perspectiva da atuação dos agentes que se apropriavam dos dispositivos de normatização.

Manuscritos da instrução pública

- *Ofícios e Mapas de frequência de alunos*

Por fim, as fontes das quais os personagens que acompanho neste estudo foram autores: os ofícios e mapas de frequência. Deparei-me com centenas de listas de alunos, muitas elaboradas no formato de tabelas manuscritas, confeccionadas e/ou assinadas pelos próprios professores com informações sobre os alunos matriculados e o funcionamento das aulas. Eram acompanhadas por ofícios que davam informações sobre destinatário e remetente e informava, em alguns casos, que lei, portaria ou ordem se estava cumprindo com a remissão do mapa. O destinatário era o presidente da província ou o inspetor geral da instrução pública e o remetente variava, algumas vezes era a câmara de vereadores da localidade, outras vezes as Comissões Inspetoras, inspetores de distrito e em muitas ocasiões os próprios mestres.

Gostaria de explicitar o que motivou a opção pelo termo “mapa de frequência de alunos” neste estudo. Ao observamos as denominações utilizadas pelos sujeitos da 5ª Comarca, constata-se que é mais recorrente a denominação “relação de alunos”, no entanto, a historiografia da educação vem consagrando o termo mapa de frequência para este tipo de fonte (GOUVEA, 2004; VEIGA; 2005; VIDAL; 2008), assim considerei mais apropriado utilizar o termo mais recorrente nos estudos em história da educação

para tornar mais fácil a identificação da fonte. Relações ou mapas de frequência⁸ de alunos são documentos escolares produzidos pelos professores desde os tempos da colônia com o objetivo de prestar contas à administração da instrução pública acerca do funcionamento das aulas e do número de alunos frequentes, para a verificação do trabalho docente e recebimento de ordenados (VEIGA, 2005, p. 93). Apresentavam diferentes tamanhos, número de páginas, categorias – como é possível visualizar nas figuras a seguir.

⁸ Doravante denominados, simplesmente, mapas de frequência ou mapas.

Diferentes formas/aparências dos mapas de frequência

*Relação dos Discipulos da Aula de 1^{as} Letras da Villa de Parana-
guá em 22 de dezembro de 1828*

4 8 6

Nomes	Natura lidade	Idade	Tempo da matricula	Adiantam ^{to} , e frequencia
1 Antonio Maria da Costa	Paraná	33	3 de julho de 1824	
2 José Antonio Pereira	Paraná	18	1 de junho 1824	
3 Joaquim Luciano de S. ^a	Paraná	30	1 de junho de	
4 Manoel H. Alvim	Paraná	18	1 de D ^o	
5 João X. Nepomuceno	Paraná	19	18 de D ^o	
6 Ricardo José Leite Basto	Paraná	12	17 de D ^o	
7 Joaquim J. Medina	Ita da Gra.	13	17 de D ^o	
8 Luciano José de S. ^a	Comitiba	12	17 de D ^o	
9 Florencio Tuxa da Cruz	Paraná	15	10 de Agosto	
10 João Pedro da Rocha	Paraná	10	12 de D ^o	
11 Francisco Ten	Paraná	9	1 de julho 1824	
12 José Morato do Canto	Paraná	13	5 de D ^o	
13 Fernando Vi. P. de S.	Paraná	9	10 de 26 de D ^o	
14 Manoel José de Medina	Comitiba	8	12 de 26 de D ^o	
15 José Bernardo	S. Paulo	8	22 de D ^o	
16 Eduardo Perulera da Costa	Paraná	7	2 de 27 de D ^o	
17 Manoel S. Argues da Cunha	Paraná	13	14 de 27 de D ^o	
18 José Marques da Cunha	Paraná	12	14 de D ^o	
19 João Francisco Vi.	Paraná	13	5 de 27 de D ^o	
20 José Marques de Jesus	Paraná	18	14 de 27 de D ^o	
21 Antonio Marques de Jesus	Paraná	9	14 de D ^o	
22 Francisco H. de Paula	Paraná	14	12 de 27 de D ^o	

continua

Todos os Discipulos tem frequentado com aproveitam^{to}.

ARQUIVO DO ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA

Figura 3: Rellação dos Alumnos da Aula de 1^{as} Letras da Villa de Paranaguá em 23 de dezembro de 1828. Prof. Hildebrando G. C. Gamito. (AESP, CO 5017).

Relação das Alumnas que frequentar a Escola Publica
ginta eolla

1. Leopoldina f.ª de Fran.º Bernarques
2. " Luiza filha de Rita e Alves
3. " Maria f.ª de Potencianna das Neves
4. " Maria } F.ªs do J.º do J.º do J.º
5. " Gutierrez }
6. " Brizida f.ª de João e Maria
7. " Leopoldina f.ª de Joag. F.ª de Barbosa
8. " Maria f.ª de Gaudino e Ant.º de Branco
9. " Maria f.ª de João Pedro da Rocha
10. " Maria " de Mathos de Sousa
11. " Leonizida " de Chuma Rosa
12. " Rosa " de Ant.º J.º de Almeida
13. " Leonida " de Bento e' O'ros Vianna
14. " Guillermina " de Carlos de M.º J.º e' S.º
15. " Belizanda " " " de M.º Fran.º e' S.º
16. " Emilia " " " de M.º
17. " Mariana " " " de M.º e' S.º
18. " Loraída " " " de S.º e' S.º
19. " Antonia " " " de Luis e' S.º
Paran.º de e' S.º de 1836

Maria S.º de Almeida
Joanna e Maria de Almeida

Figura 4: Relação das Meninas que frequentão a Escola Publica desta Villa. 20-out-1836. Prof. Joanna Maria de Mello. (AESP, CO 5017).

Relação Nominal dos Discipulos que presentem^{te}
 existem aprendendo as 1^{as} letras na minha escola

1. Américo & Sane Luis Bellegarde
2. João Fortunato Bellegarde
3. Manoel Trã de Miranda
4. Fernando & Antonio de Miranda
5. Antonio Toppu
6. Joze Estivao
7. Joaquim Estivao
8. Manoel Gomes Tesser
9. Francisco Gomes Tesser
10. Joaquim Caetano
11. Joze de Siqueira
12. Antonio Ricardo dos Santos
13. Pedro Marques
14. Joze Pereira do Porto
15. Joze M.
16. Joaquim & Vieira
17. Adriano Muxaca
18. Joze Lorna
19. Francisco da Cruz
20. Alino da Cruz
21. Caetano Muxac
22. Agostinho Muxac
23. Caetano Muxac
24. Antonio Nobrega
25. Manoel Pinto

Figura 5: Relação Nominal dos Discipulos que presentemente existem aprendendo as 1^{as} letras em minha escola. Prof. Francisco Felix da Silva. (AESP, CO 5017).

*Relação dos Alumnos da Aula de
1^{as} Letras da Cidade de Paranaguá. 12 de Agosto 1843.*

	<i>Nomes</i>	<i>Data da matricula</i>	<i>Adiantamento actual</i>
1	<i>Vicente Vieira</i>	<i>29 de julho de 1837</i>	<i>Leitura, escripta, e nas- quatro operações de Ari- thmetica!</i>
2	<i>Manoel Mendes de São Paulo</i>	<i>11 de Março de 1838</i>	<i>Leitura, escripta, e nas- quatro operações de Ari- thmetica!</i>
3	<i>Eliou de. Araújo França</i>	<i>2 de julho de 1838</i>	<i>Leitura, escripta, e nas- quatro operações de Ari- thmetica!</i>
4	<i>Pedrito Antonio</i>	<i>10 de julho de 1838</i>	<i>Leitura, escripta, e nas- quatro operações de Ari- thmetica!</i>
5	<i>José Pedro da Rocha</i>	<i>16 de Agosto de 1838</i>	<i>Leitura, escripta, e nas- quatro operações de Ari- thmetica!</i>

Figura 6: Relação dos Alumnos da Aula de 1^{as} Letras da Cidade de Paranaguá Prof. Hildebrando G. C. Gamito. 13-ago-1843. (AESP. CO 4915).

Relação das Alumnas que se achão matriculadas nas aulas de 1.^a Letras da Cidade de Paranaquá desde o anno de 1841 até o presente de 1850

9 5017

Habitado	Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Estado civil	Apresentamento, e frequência
1842 Janeiro 1	1. Francisca Maria	11	Manoel Garcia Lima	Paranaquá	solteira	com frequência
1842 Janeiro 8	2. Joaquina Tavares	12	Manoel Tavares	Paranaquá	solteira	com frequência
1842 Maio 22	3. Maria Domingos	13	Francisco da Costa	"	"	"
" Junho 10	4. Francisca Theodoro	9	Maria Lima	"	"	com frequência
1842 Janeiro 1	5. Mariana Lima	7	Polidoro Maria de Almeida	"	"	"
1842 Junho 7	6. Joaquina Maria Tavares	9	M. Tavares de Almeida	"	"	com frequência
1842 Maio 11	7. Maria Joaquina	8	Francisco da Costa	"	"	com frequência
1842 Outubro 6	8. Maria de Sacramento	8	Excotheca Maria	"	"	com frequência
1842 Janeiro 7	9. Eulalia Maria	7	Joaquim Maria	"	"	"
1842 Maio 11	10. Maria Antonia	11	Maria Maria	"	"	com frequência
" Junho 1	11. Carolina Augusta	8	Polidoro Maria de Almeida	"	"	com frequência
1842 Janeiro 11	12. Maria Francisca	9	Francisco de Paula Silva	"	"	com frequência
1842 Setembro 1	13. Mariana Brasileira	8	do Carmo e Almeida	"	"	com frequência
1842 Outubro 7	14. Carolina Maria	5	Manoel M. de Lima	"	"	"
" 11	15. Maria Lima	7	Polidoro Maria de Almeida	"	"	"
1842 Janeiro 18	16. Eulalia Maria	9	Joaquim Maria	"	"	com frequência
1842 Maio 11	17. Maria Clara	4	Manoel Polidoro	"	"	com frequência
1842 Junho 4	18. Francisca Maria	5	Maria Antonia de Lima	"	"	"
1842 Maio 13	19. Joaquina de Almeida	7	Joaquim Maria de Almeida	"	"	com frequência
" 27	20. Mariana Brasileira	8	do Carmo e Almeida	"	"	"
1842 Setembro 3	21. Mariana Brasileira	7	Joaquim Maria de Almeida	"	"	"
" 10	22. Mariana Brasileira	11	Theresa Maria	"	"	"
" 16	23. Mariana Brasileira	10	Joaquim Maria de Almeida	"	"	com frequência
" 24	24. Mariana Brasileira	10	do Carmo e Almeida	"	"	"
" 30	25. Mariana Brasileira	7	Francisco Francisco	Paranaquá	"	"
" 6	26. Mariana Brasileira	5	Maria Maria	"	"	"
" 12	27. Mariana Brasileira	6	Joaquim Maria de Almeida	Paranaquá	"	"

Figura 10: Relação das alumnas que se achão matriculadas nas aulas de primeiras letras da Cidade de Paranaquá desde o ano de 1841 até o presente de 1850. Pr. Joanna Maria de Mello. (AESP. CO 5017).

Figura 11: Mapa de frequência de alunos encadernado. AESP. CO 5917.

Apresentavam formas, tamanhos e informações variadas. Alguns chegavam a ter 1m por 60 cm (figura 9), outros tinham mais de 10 folhas, com medidas em torno de 20 por 30 cm, e eram encadernados (figura 11). Há mapas que se apresentam como uma lista corrida com apenas números e nomes (figuras 4 e 5), ou os nomes das alunas, sem sobrenomes, e as filiações (figura 4), passando por formatos com poucas categorias que ora privilegiavam o registro das características pessoais dos alunos (figura 7) e ora reservavam um espaço maior às informações pedagógicas (figura 6), até mapas com categorias mais padronizadas, tais como números, nome dos alunos/as, data de matrícula, idade, filiação, naturalidade, estado em que entraram, aproveitamento e conduta e faltas (figuras 8, 9 e 10).

Enquanto fontes para a história da educação, os mapas são suscetíveis de análises que busquem destacar sua dimensão enquanto razão estatística e dispositivo de governo do Estado, por um lado, e de prática escriturística escolar de outro (VEIGA, 2005; VIDAL, 2008),. No primeiro caso, Vidal (2008) destaca:

Os mapas estatísticos despontaram, no início do século XIX, como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social. (VIDAL, 2008, p. 43).

Permitem acessar formas de produzir e controlar a realidade, maneiras de classificar “profundamente comprometidas com os princípios da racionalidade moderna e com os modos de governo das pessoas e da realidade social” (FARIA Fº, NEVES e CALDEIRA, 2005, p. 234-235). Nesse sentido, é um tipo de estatística que caracteriza a população escolar através da mensuração – tratando os fatos sociais de forma numérica – e fornece indicadores de sua aprendizagem. É um dispositivo regulador utilizado pelo Estado com o objetivo de fornecer dados mensuráveis sobre as populações e construir uma previsibilidade nos padrões de normalidade (GOUVÊA, 2006). São, portanto, fontes da administração da instrução pública que explicitam o exercício de controle cotidiano.

A leitura deste tipo de fonte se deu buscando o equilíbrio entre esta dimensão de controle do trabalho docente, envolvida na obrigação de remissão de mapas de frequência, e da sua dimensão tática: como um espaço de elaboração das práticas e agência dos sujeitos na apropriação da legislação. Esta foi a entrada que considerei profícua para vislumbrar novas interpretações e contribuir de forma original com a história da profissão docente. Quando observados na seriação, os mapas permitem ver

um fragmentado processo de produção da experiência docente e do exercício profissional. Sendo, ao mesmo tempo, um registro de práticas pedagógicas e uma prática administrativa; os mapas funcionam como uma prática escriturística (VEIGA, 2005; VIDAL, 2008), um dispositivo que permite ao professor elaborar, ordenar e instituir os contornos da docência, confere um lugar de agência aos professores, que “acumulam o passado e desenham o presente” (VIDAL, 2008, p. 48), na constituição do ofício. Trata-se, portanto, de uma escrita dos professores sobre os alunos e suas aulas: de adultos que mantinham “contato frequente com aquelas crianças” (ANJOS, 2011, p. 26) e eram responsáveis por ensinar-lhes as primeiras letras.

Num primeiro momento, discorro sobre os mapas enquanto fonte para a história da profissão docente e dialogo com a historiografia (ANJOS, 2011; GOUVÊA, 2006; VEIGA, 2005; VIDAL, 2008) a partir das relações de alunos remetidas pelos professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Iniciemos questionando como eram produzidas as informações neles contidas. Num primeiro momento, podemos dividi-las em dois grupos: as informações para as quais havia a “necessidade de se perguntar ao responsável pelo aluno” e outras que “eram redigidas pelo professor, a partir do seu olhar e das experiências” (ANJOS, 2011, p. 183). Acompanhando a legislação que normatizou o envio dos mapas, Vidal (2008) constatou que as categorias incluídas pelos professores extrapolavam aquelas exigidas pela legislação e provavelmente tinham relação com a “necessidade de governo da escola e dos sujeitos escolares por parte do professor” (VIDAL, 2008, p.57). Observam-se transformações nas categorias ao longo dos anos, “procedimento que denota não apenas uma racionalização, mas uma burocratização do registro” (VIDAL, 2008, p. 54). Concomitantemente, alguns professores criam categorias que dão visibilidade aos saberes ensinados/aprendidos e, em muitos casos, “indicia[m] uma simplificação dos conteúdos” (idem, p, 58). Vidal (2008) questiona a existência de modelos para estes mapas, recorre à legislação e constata que:

As razões que levaram os professores a organizar seus mapas a partir desses dispositivos extrapolam a determinação legal e indiciam uma *formalidade das práticas docentes no período*. Responsáveis tanto pela administração quanto pelo funcionamento da escola, os professores atribuíam aos mapas o lugar de um triplo registro: burocrático, disciplinar e pedagógico. Era na confluência dessas três ordens de fazeres que os docentes construíam sua experiência profissional. Ao mesmo tempo, constituíam o que era ou deveria ser a experiência discente, consignada em rubricas que iam da definição dos caracteres biológicos, sociais e jurídicos dos

alunos ao estabelecimento de hierarquias de conteúdos e modos de aprendizagem. (VIDAL, 2008, pp.58-59, *grifos meus*).

Os professores conciliavam fazeres pedagógicos e administrativos e no cumprimento de uma tarefa burocrática para “comprovação de efetivo exercício docente (documento necessário para o recebimento de salário) e de viabilidade da escola (atestado imprescindível de atendimento ao número mínimo de alunos exigido por lei para manutenção da aula)” (VIDAL, 2008, p. 44) viam-se obrigados a elaborar a própria prática, nomeá-la, discernir suas diferentes dimensões: pedagógica, administrativa, disciplinar; e assim ordenavam, instituíam e construíam individual e coletivamente a experiência docente – esta prática carregava uma dimensão de formação docente, portanto – e construíam o que Vidal (2008) denominou “formalidade das práticas docentes”.

Esta formalidade pode ser verificada por meio de “cinco conjuntos de dispositivos perceptíveis na escrita dos mapas” (VIDAL, 2008, p. 58): “contabilidade” expressa pela numeração crescente dos alunos; “identificação, manifesto no cuidado em especificar nome e idade, além de filiação, naturalidade, condição e cor”; “gestão, perceptível no registro de dia de matrícula [...], faltas, evidenciando o início do trabalho docente com cada aluno e suas interrupções”; “avaliação pedagógica, incluída no campo aproveitamento”; e “avaliação social e comportamental, em geral emergente na forma de observações gerais” (VIDAL, 2008, p. 58).

Passemos a algumas considerações específicas sobre como os professores traduziram as determinações legais em modos de fazer na 5ª Comarca da Província de São Paulo entre o final da década de 1820 e a década de 1850. Denominações diversificadas eram atribuídas aos mapas, como é possível observar no quadro abaixo⁹.

⁹ O quadro abaixo é uma redução do apêndice 2 é “Quadro ampliado das diferentes denominações dos mapas de frequência dos professores da 5ª Comarca da Província de São Paulo” na página 215.

Quadro 3: Diferentes denominações dos mapas de frequência dos professores da 5ª Comarca da Província de São Paulo.

Professor	Local	Data	Denominação
João de Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo	Curitiba	18-jan-1829	Relação dos Discipulos q. tenho em m ^a Aula
João Baptista Brandão de Proença	Curitiba	1º-ago-1838	Rellação dos Alumnos q. frequentão a Aula Nacional da Villa de Curytiba
Francisco da Silva Neves	Morretes	07-dez-1850	Rellação dos Alumnos que se achão matriculados na Aula de 1 ^{as} letras da Villa dos Morretes.
Senhorinha Dona Francisca das Neves	Morretes	09-dez-1850	Relação das Alumnas que se achão matriculadas na Aula de 1 ^{as} Letras para o Sexo feminino incumbida pela Comissão Insetora desta Villa dos Morretes desde 1º de Julho thé o mez de Dezembro de 1850
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	22-dez-1828	Relação dos Discipulos da Aula de 1 ^{as} Letras da Villa de Paranaguá
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	25-out-1837	Relação das Meninas
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	02-nov-1842	Relação numinal das alunas que frequentão a escola de primeiras letras da Villa de Paranagoá com as observações que abaixo se ve
P ^e Albino José da Cruz	Paranaguá	20-nov-1849	Mappa dos Alumnos Matriculados na Segunda Escola de primeiras Letras desta Cidade de Paranaguá
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	08-dez-1836	Relação dos meninos e meninas que se achão na escola particular de Francisco Felix da Silva
Caetana Leonizia da Silva	Paranaguá	10-dez-1846	Relação das alumnas que aprendem a Ler, Escrever, Contar, Costurar, Bordar, e Marcar na Escola particular da abaixo assignada
Vicente José Oliveira	V.N.Principe	20-set-1843	Lista dos Alumnos que frequentão a Aula Nacional de 1 ^{as} Letras da Villa do Principe no anno de 1843
Cezário Antonio Cardozo	Antonina	29-dez-1828	Rellação dos Alumnos q. se matricularão na aula de primeiras Letras desta Villa Antonina de que hé Mestre o Alferes Cezario Antonio Cardozo por Portaria de 16 de Julho do anno de 1827 e tomou posse da Cadeira em 15 de 8bro do mesmo anno e tem continuado the a prezente dacta

Nas “relações”, “listas” ou “mapas”, os “discípulos”, “alunos”, “alunas”, “meninas” e “meninos” se “matriculavam” e/ou “frequentavam” escolas de primeiras letras “públicas”, “nacionais”, “particulares” ou “régias” dos “professores”, “mestres” e “mestras”. O ato de nomear presente nesta lista de títulos atribuídos pelos professores – os autores dos mapas de frequência – é permeado por indícios do processo de constituição da docência, como parte do processo mais amplo de escolarização do social. Percebe-se algumas tendências neste processo, uma delas está na maneira de

nomear as crianças. Constituir a docência por meio da escrita incluía escolarizar as crianças avaliando-as, classificando-as e hierarquizando-as, enfim constituindo “o que era ou deveria ser a experiência discente” (VIDAL, 2008, p. 59). A prática da escrita dos mapas de frequência dos alunos agrega à docência a tarefa de construir o seu aluno por meio da escrita. Na década de 1820, é recorrente o uso do termo “discípulos”, definido por Moraes Silva (1813) como “o que aprende alguma arte ou sciencia” (p. 622). Os termos “meninas e meninos” estão presentes nos mapas de professoras do sexo feminino e na aula particular de Paranaguá – sugerindo contornos distintos para o processo de escolarização feminina e de crianças que pagavam pelo ensino. Adentrando a década de 1830 e, sobretudo, na década de 40, a escolarização da infância vai se ampliando com o uso da palavra “alumno/a”, definido por Moraes Silva (1813, p.110) como:

ALUMINÁR, v. at. Dar luz, no f. P. P. 2.
 17. V. Alumiar, Instruir; Guiar. §. Iluminar pinturas. it. Dar luz aos quadros, lançando sombras para a parte opposta á d'onde vêi a luz, e dá nelles; e desta fica a pintura clara, e aluminaada. Vasconc. Anjo, 2. pag. 212.
 ALÚMNO, s. m. O natural de algum paiz. Cam. e Arraes, 4. 9. §. Membro de alguma corporação, collegio; porcionista. §. Eneida, XI. 8. O criado; ou aquelle a quem se dá criação; educação. Catástrofe, 26. “no odio de seu alumno.” §. Alumna, fem. Alma Instr. 3. p. 226.

Figura 12: Verbetes *aluminár* e *alumno* no dicionário de Antonio Moraes Silva (1813, p. 110).

Convivem a definição de aluno como “membro de alguma corporação” e o sentido iluminista de “alumno” como aquele que recebe a ação de ser alumiado, iluminado, instruído, guiado. Indícios de que a escolarização da infância ocorre, também, por meio do ato de nomear e é fundamentada por concepções filosóficas. Outro detalhe que merece atenção é a opção de alguns professores por utilizarem no título alunos “matriculados” ou “frequentes”. Legalmente, a remissão de mapas, era uma exigência que:

[...] visava à confirmação do exercício do trabalho do professor público, ou melhor, a sua assiduidade e o número de alunos frequentes à mesma cadeira. Isso ocorria para o cumprimento da lei que previa para a existência da cadeira pública e o pagamento do professor uma frequência mínima de alunos. (VEIGA, 2005, p.93).

Assim, a opção por “matriculados” ou “frequentes” pode não ter sido gratuita, mas um modo de burlar a exigência legal de um número mínimo de alunos informando-se os alunos matriculados, que, talvez, não coincidissem com os frequentes (FARIA FILHO, 1998, p.117).

Cabe destacar a ausência de categorias que registrassem o estatuto jurídico e a cor dos alunos das aulas de primeiras letras na 5ª Comarca. Nenhum mapa localizado apresentou alguma destas categorias (cor, condição), o que não significa que estas informações fossem desconsideradas pelos professores. Na Vila Nova do Príncipe, atual Lapa, o professor Vicente José de Oliveira elaborou, em 1861, o livro de matrículas de sua aula¹⁰:

O professor Vicente organizou seu livro dividindo-o em dez colunas, onde constava o número de ordem de matrícula, nome do menino, idade, filiação (se filho legítimo ou de “pais incógnitos”), condição (se livre ou liberto), cor (se branco, preto, moreno ou pardo), se “é pobre ou tem meios”, a época da matrícula e “observações”. (ANJOS, 2011, p. 53).

O último mapa deste mesmo professor localizado na documentação da 5ª Comarca da Província de São Paulo data de 22 de novembro de 1849¹¹ e apresenta nove colunas com as seguintes informações: Data de Matrícula, Números, Nomes, Idades, Filiação, Naturalidade, Faltas, Estado em que entrarão e Aproveitamento e Conducta. Mais de 10 anos separam os dois registros e, talvez, em 1861, os mapas do professor Vicente já tivessem se transformado e contivessem categorias mais próximas das que ele utilizou em seu livro de matrícula. Embora não seja possível afirmar se o registro da cor e condição das crianças foi uma preocupação que teve início só na década de 1860, sabemos que fizeram parte da experiência docente, de ao menos um professor, na 5ª Comarca.

O contraste entre as informações contidas nos mapas de frequência e nos livros de matrícula suscitam indagar sobre as lógicas diferenciadas de conservação das fontes efetivadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público do Paraná. Enquanto em São Paulo, os mapas de frequência foram conservados nos fundos

¹⁰ Livro de Matrículas da 2ª Cadeira do Sexo Masculino da Vila do Príncipe, 1861-1891, Arquivo Municipal Casa de Memória, Caixa 16.

¹¹ Relação dos alunos que se achão matriculados na Aula Nacional de 1ªs Letras da Vila do príncipe desde 11 de Junho de 1841 até 22 de 9bro de 1849. AESP, CO 5017.

“Instrução Pública” e “Ofícios Diversos”. No Paraná, parecem ter sido conservados, pelo arquivo estadual, apenas os ofícios que os acompanhavam. Nas pesquisas lá realizadas não localizamos este tipo de fonte, o que concretamente significa que temos mapas apenas até 1853-54. Já outros tipos de fontes avançam o período posterior à emancipação da província do Paraná. Pesquisas em arquivos das localidades como as empreendidas por Anjos (2011) indiciam que alguns arquivos municipais conservaram mapas de frequência. Não foi possível realizarmos a pesquisa nos arquivos municipais de Curitiba, contudo em Paranaguá e Morretes não conseguimos localizá-los.

Duas entradas foram empreendidas neste tipo de fonte: a da busca dos sujeitos professores enquanto alunos de aulas de primeiras letras e gramática latina para acessar fragmentos da trajetória escolar destes mestres; e de análise do processo no qual “os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica” (VIDAL, 2008, p. 44).

Estas reflexões iniciais são retomadas no primeiro capítulo sobre as trajetórias dos professores de primeiras letras de Paranaguá Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito e Joanna Maria de Mello. Fiz a opção por iniciar com os dois professores públicos de primeiras letras com as séries de mapas mais numerosas, mais contínuas e que cobrem os períodos mais prolongados.

Sujeitos

Os sujeitos, protagonistas deste estudo, foram professores públicos¹² de primeiras letras em localidades da 5ª Comarca da Província de São Paulo e, após 1853, Província do Paraná. Tais professores foram identificados, num primeiro momento, como autores/remetentes de ofícios e mapas de frequência de alunos ao governo da Província de São Paulo. Seus nomes localizados em documentos – às vezes isolados, outras vezes arquivados conjuntamente – foram fotografados e reagrupados para constituir séries que permitissem *trajetórias* possíveis de sujeitos no Brasil oitocentista, ou seja, tal como Antônio Cândido (2002) em *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, fiz uso de fontes nas quais um não-membro da elite nacional

¹² A trajetória do professor particular de Paranaguá Francisco Felix da Silva foi abordada na relação com os professores públicos citados.

poderia ter algum espaço no Brasil imperial, qual seja, a documentação oficial oriunda de seus empregos públicos. Procurei investigar diferentes aspectos que constituíam a experiência docente por meio dos itinerários dos mestres de primeiras letras no diálogo com o poder provincial buscando contribuir na ampliação do conhecimento destes sujeitos – parte dos “homens livres na ordem escravocrata” (FRANCO, 1983) que compunham uma sociedade tão marcada pela presença de senhores e escravos, como foi o Brasil imperial.

Dito isto, faz-se necessário explicitar em que sentido venho empregando o termo trajetória¹³. Neste estudo, a narrativa da trajetória constitui mais um procedimento de pesquisa do que um fim em si mesmo. Elementos biográficos, sobretudo das vidas profissionais, são tomados como motes para a interpretação de aspectos que considere relevantes na experiência docente dos sujeitos.

Procurei investigar as trajetórias de três homens e uma mulher, cujos nomes estão arrolados abaixo (as datas entre parêntesis indicam período de exercício do magistério):

✓ Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito (1826-49)	}	Paranaguá.
✓ Joanna Maria de Mello (1835-52)		
✓ Pe Albino José da Cruz. (1845-60?)		
✓ João Baptista Brandão de Proença (1835-60)	}	Curitiba.

Outros mestres ocuparam papéis coadjuvantes nas narrativas, acrescentando elementos da experiência docente que suas trajetórias permitiram analisar. São eles:

✓ Rita Anna de Cássia França (1834-1838)	}	Curitiba
✓ Francisco Felix da Silva (1819?-1851?)	}	Pai e filha, professores
particulares em Paranaguá.
✓ Caetana Leonizia da Silva		

¹³ Sobre trajetória de professoras no século XIX, recomendo a tese de Cecília Vieira Nascimento (2011) intitulada *Caminhos da docência: Trajetória de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)*. Infelizmente, não foi possível incorporar a interlocução no texto desta dissertação.

Considero pertinente analisar os professores da 5ª Comarca que ingressaram no magistério público após a independência do Brasil e atuaram até alguns anos antes ou depois da emancipação da província do Paraná (1850-1860) como uma geração. Não foi possível abordar as trajetórias de todos neste estudo¹⁴, entretanto foi possível identificar condicionantes comuns. Imersos no interior de um mesmo tecido social e cultural, estavam sujeitos às mesmas leis – imperiais e provinciais –, estabeleciam relações sociais com os as mesmas elites regionais (com variações entre as localidades), viviam em pequenas cidades distantes da capital da província e passaram pela experiência da reivindicação da emancipação e da efetivação da criação de uma nova província (em alguns casos). Se os marcos políticos não devem engessar os estudos em história da educação por não representarem, necessariamente, mudanças na realidade sócio-educacional, também não devem ser desconsiderados. Ser professor numa cidade localizada a mais de 400 km da capital da província – isso tomando como referência, anacronicamente, as distâncias atuais com rodovias (os caminhos do século XIX eram, literalmente, muito mais tortuosos) – e vê-la tornar-se capital de uma nova província muda radicalmente as condições materiais e o lugar de poder ocupado por um professor de primeiras letras em meados do século XIX. A narrativa sobre o professor de Curitiba, João Baptista Brandão de Proença, permite apreender alguns aspectos desta transformação.

A comissão de inspeção das escolas de Paranaguá elaborou, em 19 de dezembro de 1846, o seguinte relatório sobre as aulas de primeiras letras existentes na cidade. Optei por transcrevê-lo na íntegra, nesta introdução, com o objetivo de apresentar os atores sociais deste estudo, os professores de primeiras letras daquela localidade.

A comissão d'inspeção das Escolas da Cidade de Paranaguá nomeada em virtude do disposto no título 5º art. 25 da Ley Provincial nº34 de 16 de Março do corrente anno, em execução a mesma Ley e ao regulamento interino expedido pelo Governo da Provincia de 25 de 7bro do mesmo anno examinou as escolas do seu circulo, e tem a honra de emitir seu juízo, ainda que em abreviado exbosso. Há n'esta Cidade duas escolas publicas de primeiras Letras regidas a primeira por *Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito*, e a 2ª pelo *Pe Albino Joze da Crus*, aquella hé frequentada presentemente por 39 alumnos, e esta por 92, além disso existe na escolla particular derigida por *Francisco Felix da Silva* frequentada p. 26 alumnos. Do sexo feminino frequentão a escolla publica regida pela professora D. *Joanna Maria de Mello* 31 alumnas, havendo mais duas escolas particulares a cargo de D. *Caetana Leonizia da Silva* com 33 alumnas, e outra a cargo de D. Maria

¹⁴ Ver “Relações de professores públicos das aulas de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo” de Kubo (1982) como anexos 1 e 2.

Potencia da Lus com 11 que perfazem o numero total de 232 de ambos os sexos q. frequentão as escolas. A Comissão pois dis com prazer que a instrução primaria hé procurada com avidez pela população, e que esse bem primordial da educação do homem social tem tido gigantesco desenvolvimento n'esta localidade. *O methodo seguido em todas as escolas he o antigo ou simultâneo*, e em qto a comissão tenha de propor posteriormente algumas medidas que julgue de momento para remover abuzos, e inconvenientes inveterados que há na instrução primaria seguida no Pais se obstem por [...] de fazer p^a com mais madureza, estudo, e reflexão esclarecidos pela experiência poder apresentar um trabalho mais completo, e que digno seja d'alguma atenção. *Os professores procurão nas escolas a seu cargo desempenhar seus deveres, e as aulas se abrem regularmente a ora fixa, e determinada; os alunos n'ellas recebem regularmente a instrução elementar, e a comissão no exame a que procedeu não encontrou vícios no ensino, ou faltas de consequência q. mereção serem patentes ao conhecimento do Governo. A primeira escola regida p. Hildebrando Gregoriano da C^a Gamito axa-se em pessima localidade, e sem o asseio, proporções, e decência próprias de taes estabelecimentos*; julgando a Comissão indispençavel remover esses inconvenientes, lembrando q. o edificio Nacional em q. se axa estabelecida a Alfandega, Quartel e ? offeresse bastante facilidade p^a n'ella estabelecer-se a escola em sala própria p^a isso. *Os mesmos inconvenientes apresentados pela Comissão sobre a primeira escolla do sexo masculino aparecem na do sexo feminino, porem não com tanta gravidade. A 2^a escolla regida pelo Pe Albino hé frequentada presentemente p. 92 alumnos*, e segundo pença a comissão e informa o professor o numero delas crescerá, *a câmara entende q. pelo methodo simultâneo seguido na escola não he possível q. a instrução seja distribuída regularmente, p. quanto não cabe nas forças de hum só homem distribuila com igualdade para 92 alumnos, p he sabido quanto cuidado, minuciosidade, e tempo são necessários para que hum infante possa beber com proveito os elementos cardeaes de sua educação; estas considerações movem a comissão a apresentar a idea de ser concedido ao professor hum substituto, porem com dever a coadjuvallo diariamente na distribuição do ensino, e no regimen e [...]da escolla*. Eis o que a comissão julga p. enquanto dever levar a presença do Governo em cumprimento da Ley aguardando mais tempo, e experiência para entrar em desenvolvimento mais profundo sobre a instrução primaria, ou elementar, pois ella sabe apreciar devidamente quanto esta matéria hé importante para o Pais, e qto sobre ella curão as Nações que servem no Mundo de tipo de civilisação, e illustração. *A comissão tem a honra de juntar os Mappas fornecidos pelos professores, e espera que meressera desculpa o exbosso q. vem apresentar*. Paranaguá 19 de Dezembro de 1846. Leandro José da Costa/ Assinome vencido na parte q. dis a 1^a Escolla axase em pessima localidade e pouco asseio. Joze [...] Fonseca? D'Abreu/ P^e Jacintho [...]Andrade.¹⁵ (grifos meus).

A “Comissão d’Inspeção das escolas da Cidade de Paranaguá” remetia em dezembro de 1846, junto de seu juízo sobre as escolas, mais um conjunto de “mapas fornecidos pelos professores” de primeiras letras daquela localidade. Dentre eles, os mapas dos mais antigos professores públicos em atividade: Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito e Joanna Maria de Mello. Ele ocupou a primeira cadeira, por mais de 23 anos, desde 1826 até 1849 e ela ocupou a cadeira do sexo feminino por, pelo menos, 16

¹⁵ Relatório da Comissão d’Inspeção das Escolas de Paranaguá. 19 de dezembro de 1846. AESP. CO 5017. Trechos deste mesmo relatório são retomados nas narrativas.

anos: nomeada em outubro de 1835 e com presença atestada pela Câmara de Paranaguá em 1851¹⁶. Ambos atuaram na mesma localidade, concomitantemente, por aproximadamente 14 anos, foram nomeados quando Paranaguá ainda era uma vila, viram-na ser elevada a cidade em 1842, e encerraram suas carreiras antes da emancipação da comarca e criação da nova província. O padre Albino José da Cruz foi professor da segunda cadeira de primeiras letras da cidade, provido em janeiro de 1845¹⁷. Não localizamos a data em que o professor deixou o magistério, tampouco sabemos se ele se aposentou como professor. O último vestígio localizado do padre como professor é de 1856¹⁸ e em 1861, substituiu Ricardo Augusto da Silva Rego no cargo de subinspetor da instrução pública de Paranaguá¹⁹.

Outros professores de Paranaguá aparecem na narrativa. São eles os professores particulares Francisco Felix da Silva e Caetana Leonizia da Silva, pai e filha. Não foi possível saber o ano exato de início de atuação do professor particular Francisco Felix, mas pelo modo pelo qual Antonio Vieira dos Santos construiu o trecho reservado às “aulas particulares que houve em Paranaguá” (1891, v. II, p. 289) conclui-se que foi por volta de 1819. Foram localizados mapas de frequência deste professor entre os anos de 1829 e 1847. Nestes mapas de frequência, o professor apresenta uma primeira lista com os meninos e uma segunda lista com as meninas, o que sugere que fosse uma aula promíscua. No entanto, Vieira dos Santos nos informa que o professor “admitia meninas debaixo do ensino de uma sua filha” (SANTOS, 1951, v.II, p. 289). Os mapas da aula para o sexo masculino e para o sexo feminino só passam a ser remetidos separadamente em 1846.

O único protagonista deste estudo que não aparece no relatório da “comissão d’inspeção de Paranaguá” é João Baptista Brandão de Proença, mestre de primeiras letras em Curitiba por 25 anos. Trata-se de um sujeito com uma longa vida no magistério e uma diversificada inserção e atuação sócio-política como homem de letras de uma localidade do Brasil oitocentista distante do centro de poder, o Rio de Janeiro.

¹⁶ Ofício da Câmara e mapas das escolas de Paranaguá de 04-fev-1851. O último mapa de frequência de alunas de Joanna que localizamos é de abril de 1850. AESP. CO 5017. Kubo (1982, anexo nº4) refere-se à sua presença em 1852.

¹⁷ AESP. EO 0799. Folha 58. Livro de registro das cartas de governo dos empregados da Província.

¹⁸ Solicitação de pagamento de subvenção do aluguel da aula do professor Albino José da Cruz por meio de seu procurador João Baptista Brandão Proença. APPR. 07-mai-1856. AP0035 – p.97 ou GPR.Cpa311.81.

¹⁹ APPR. 15-mar-1861. CODICE 0951 – página 34 – nº33.

Após alguns anos convivendo com indícios das experiências destes sujeitos, eles se tornaram muito familiares para mim. Peço ao leitor, se em algum momento do texto se tornar necessário, retornar a esta caracterização inicial.

Narrativas: os capítulos da dissertação a partir das trajetórias dos professores

As narrativas que compõem este estudo buscaram romper com uma mera sucessão linear de acontecimentos. Buscou-se esboçar interpretações verossímeis por meio dos vestígios. A “lei mascarada” (CERTEAU, 2008, p. 96) da cronologia foi manuseada por meio de deslocamentos temporais de idas e vindas e constitui um importante elemento para a verificabilidade das hipóteses aventadas, o fio da coerência não está nas fontes, mas é construído pela narrativa, compartilhando da perspectiva de que “a própria maneira como [se] escolhe narrar tem consequências no conhecimento que se produz” (NASCIMENTO, 2009, p.3).

As narrativas variam de tamanho e na natureza das informações que trazem, de acordo com as fontes localizadas e reunidas para este estudo. Em alguns casos, foram localizadas exclusivamente fontes sobre a atuação docente desses sujeitos, em outros, reuni mais fontes que extrapolam as aulas de primeiras letras. Nas narrativas (capítulos), diferentes questões relativas à docência são problematizadas e interpretações possíveis construídas. Busquei acompanhar indícios relativos à trajetória escolar e de formação, ingresso, exercício docente e circulação desses sujeitos na instrução pública e em outros espaços sociais.

No primeiro capítulo intitulado *Desenhando os contornos do Exercício Docente. Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito (1826-1849) e Joanna Maria de Mello (1835-1851) – Paranaguá* teço breves considerações sobre o ingresso destes dois mestres no magistério e tomo suas séries de mapas de frequência de alunos enquanto fonte e objeto de estudo com o objetivo de analisar como as práticas de elaboração escriturística colaboraram na constituição do exercício da docência naquela localidade.

Na segunda narrativa – *Experiência docente de um padre-mestre. Albino José da Cruz (1822-1876) - Paranaguá* – percorro fragmentos da trajetória escolar deste professor, um descendente de família “bem afortunada”, até se tornar um professor. Este sujeito exerceu a docência e ao mesmo tempo foi padre da localidade, nesse sentido busquei estabelecer algumas relações entre a docência e a Igreja Católica. Por fim, alguns fragmentos de suas práticas docentes foram analisados por meio da sua série de mapas de frequência.

Na terceira narrativa, intitulada *Repertório institucional e condições materiais do magistério. João Baptista Brandão de Proença (1829-1859) - Curitiba* percorri a longa e diversificada trajetória deste professor no magistério e em diferentes esferas político-administrativas, buscando destacar a construção de um repertório docente e de ação – suas *táticas* –, junto às diversas instituições imperiais, dos quais o professor fazia uso com destreza para viabilizar suas aulas de primeiras letras e reivindicar melhores condições materiais para o exercício do magistério. Procurei analisar alguns elementos da experiência com o método mútuo e destacar como a emancipação da Província do Paraná transformou radicalmente sua trajetória.

**DESENHANDO OS CONTORNOS DO EXERCÍCIO DOCENTE.
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito (1826-1849) e
Joanna Maria de Mello (1835-1852) – Paranaguá.**

Hildebrando e Joanna são os dois professores públicos de primeiras letras de Paranaguá sobre os quais localizamos as séries de mapas mais numerosas, mais contínuas e que cobrem os períodos mais prolongados dentre os professores selecionados para o presente estudo. Sabemos pouco sobre os pertencimentos étnico-sociais destes dois mestres de primeiras letras de Paranaguá. Antonio Vieira dos Santos faz uma *Descrição geral da Cidade de Paranaguá, suas ruas, travessas e edifícios públicos* (1951, v. II, p. 21) e descreve, em 1850, oito ruas, a terceira é a Travessa ou Rua do Rosário que:

Tem principio à beira mar, próximo ao colégio; atravessa as ruas da Cadeia e do Ouvidor, largo da matriz, rua Direita e da Misericórdia, e vai sair no alto; nela tem as casas de sobrado: 1ª do falecido Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito, 2ª de Prudente Xavier de Oliveira; 3ª de Ângelo Machado Lima (SANTOS, 1951, v. II, p. 21, *grifos meus*).

Vieira dos Santos informa, ao mesmo tempo, que, em 1850, o professor já havia falecido e que era proprietário de um sobrado com localização central, indício de que o professor tinha posses²⁰. Informa, também, que Hildebrando, em 1831, foi um dos cidadãos que compareceu à reunião da Câmara para “contribuição voluntária” para construção de estrada da vila de Paranaguá para a vila de Morretes, doando 1\$000, sendo que a doação mais alta foi de 80\$000 e as mais baixas de 1\$000²¹ (SANTOS, 1951, v.I, p. 250).

Por meio do maço populacional²² de Paranaguá, sabemos que ele foi arrolado na lista de votantes e elegíveis de 1842 que acompanhava aquele mapa. O professor

²⁰ O cronista se refere, em algumas passagens da *Memória Histórica de Paranaguá*, a Manoel da Cunha Gamito, sargento-mor, que, provavelmente, possuía vínculo de parentesco com Hildebrando. Em 1809, Vieira dos Santos registra um “conflito de jurisdição sobre o comando militar daquela Vila, que houve pelo falecimento do Governador Joaquim José da Costa, entre ela [a Câmara] e o sargento-mor Manoel da Cunha Gamito” (SANTOS, 1951, v. I, p. 215). Isso porque “a câmara oficiou ao capitão-mor José Carneiro dos Santos, encarregando-lhes o governo desta Vila” após o falecimento do capitão-mor anterior e o sargento-mor Manoel da Cunha Gamito remeteu ofício “estranhando ela querer arrogar-se a tomar conta do comando militar da Vila, que lhe pertencia como patente maior militar que ali havia” (SANTOS, 1951, v. I, p. 214).

²¹ Antonio Vieira dos Santos (1951, v. I, p. 250) registrou os que subscreveram a comunicação para Curitiba e que “para memória, vão aqui os seus nomes”. Assinaram cerca de 80 parnaguaras. A maior contribuição foi a do então presidente da Câmara Leandro José da Costa com 80\$000 e as menores foram de 1\$000, como foi o caso do professor Hildebrando Gregoriano, ou de “dias de serviço”, provavelmente de escravos.

²² Lista de votantes e elegíveis anexa ao Maço Populacional de Paranaguá. 1842. AESP. Sobre o processo eleitoral no Brasil Imperial ver o trabalho de Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008) intitulado “O Império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889”. Segundo a autora: “A legislação eleitoral central determinava os critérios para definir quem votava. Primeiramente, alguns requisitos básicos deveriam ser preenchidos antes que alguém pudesse ser qualificado como um votante, como, por exemplo, provar que possuía uma renda mínima. Depois disso, seu nome teria que ser posto em uma lista de votantes organizada pela Mesa

ingressou no magistério com ordenado de 120\$000 que passou a 333\$333 em 1835 e, deste modo, alcançou renda para ser votante e eleitor. Se para o professor, homem, a renda proveniente do magistério o qualificava para o exercício da cidadania²³, por meio da participação eleitoral, e possibilitava compor as redes de sociabilidade da localidade fazendo uma doação voluntária para a construção de uma estrada; para a professora Joanna, a renda não a qualificava, as mulheres conviviam com restrições a diversas dimensões da vida pública. Contudo, a renda parece ter sido fundamental para a sua subsistência. Na única fonte localizada sobre Joanna Maria de Mello fora da escola, a “certidão de casamento”²⁴ sabemos que, quatro anos antes de se tornar professora pública de primeiras letras, ela, que era viúva e natural do Pernambuco, casou-se pela segunda vez com um “ajudante”, filho de pai incógnito e natural de Guaratinguetá, informações que nos permitem supor que a professora fosse arrimo de família.

Em relatório de 09 de novembro de 1836²⁵, a Comissão Inspetora de Paranaguá informava o endereço das escolas daquela vila. A de Hildebrando ficava na “Rua da Matriz”, Vieira dos Santos informa que o professor residia na Rua do Rosário (SANTOS, 1951, v. II, p. 21), a Rua da Matriz era próxima à residência de Hildebrando mas em outra casa na região mais central da vila; a de Joanna na “Rua do Xarco”, o

eleitoral do distrito [...]. Até 1881, os vereadores eram o único grupo de políticos a serem eleitos diretamente. Todas as outras eleições se realizavam em dois estágios. Os votantes escolhiam os eleitores, que, por sua vez, escolhiam os representantes provinciais para as legislaturas central e provincial, assim como proferiam o nome existente na lista de senadores, quando necessário. Votantes e eleitores exerciam seus direitos de voto, de acordo com a residência e o distrito eleitoral, de maneira que os distritos eleitorais permaneceram constantes em todas as eleições. No entanto, as eleições não se realizavam ao mesmo tempo em todos os níveis, nem todos os postos legislativos eram eleitos ao mesmo tempo, mesmo porque as legislaturas geral, provincial e municipal tinham durações diferentes”. (GOUVÊA, 2008, p. 100-102).

²³ Cidadania aqui compreendida, na perspectiva proposta por José Murilo de Carvalho (1996). Para o autor a formação da cidadania se constituía, no Brasil imperial, por meio da participação eleitoral, como votantes e eleitores, pela participação nos tribunais do júri e na Guarda Nacional, entre outros.

²⁴ Certidão de Casamento. Livro nº 1 de Assentos de Casamento da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Cúria Diocesana de Paranaguá: “Aos vinte e hum dias do mez de setembro de mil oito centos e trinta e hum anos nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosario da Villa de Paranagua, dispençados das Denunciações Canonicas, sem Impedimento, dispostos a forma do Sagrado Concilio Tridentino em presença (...) Reverendo Frei Jose Filippe da Costa que servia interinamente de Vigario, e das Testemunhas aqui no (...) e abaixo assignadas o Tentente da Marinha Manoel (...) Araujo França casado, e Joaquim Jose de Araujo (...) moradores desta Villa de Paranagua, que forão os me(...) que me informarão deste Reverendo Vigario da Vara (...) Comarca (...) se receberão por palavras de presente por marido e mulher em face da Igreja o Ajudante MAXIMIANO JOSE DE OLIVEIRA” natural de Guaratinguetá, filho de Pai incógnito, e de Ana Maria do Nascimento, com Dona JOANNA MARIA DE MELLO, natural da Cidade de Pernambuco, Viuva de Sergio de Oliveira, filha de Agostinho Jose de Mello, e de Maria Joaquina para constar fiz este termo que com as Testemunhas assignei. O Vigrº João Baptista Ferreira. Manoel de Araujo França. Joaquim Joze de Araujo”.

²⁵ Relatório da Comissão Inspetora que acompanha mapas de professores. 09 de novembro de 1836. AESP. CO 5017.

nome charco sugere uma área mais alagada e não é mencionada na descrição de Vieira dos Santos.

Social e politicamente, estes dois professores não tiveram uma inserção destacada – o professor tinha posses mas não deixou vestígios de visibilidade social. Contudo, no magistério, os mapas de frequência e ofícios que elaboraram e remeteram ao governo da província são fragmentos que ajudam a compreender alguns aspectos do processo de produção da experiência docente e do exercício profissional em Paranaguá.

Fragmentos de suas trajetórias são analisados em conjunto neste estudo, embora Joanna desempenhe um papel coadjuvante na narrativa. Acredito que suas experiências docentes foram produzidas no interior de um mesmo tecido social e cultural e assim suas escolhas, nem sempre conscientes, e suas trajetórias estavam submetidas a condicionantes comuns – espaço geográfico, relações sociais, legislação nacional, provincial e municipal, governantes. Mais do que isso, considero que, embora as fontes não tragam pistas de vínculos mais estreitos entre estes dois sujeitos, alguns indícios permitem sugerir convivência, reciprocidade e “troca de aprendizagens elaboradas na solução dos fazeres ordinários” (VIDAL, 2010, p. 714), sobretudo na feitura e remissão dos mapas de frequência de alunos. A interpretação de Cynthia Greive Veiga (2005) e Diana Vidal (2008) de que as práticas estatísticas são, também, “elaboração da prática escriturística escolar” permite:

[...] indagar acerca dos modos como se foi produzindo a experiência individual e coletiva do magistério, construída e partilhada pelos professores, a partir do momento em que, tornados funcionários públicos, foram instados a inventar os contornos do exercício docente como profissão (VIDAL, 2008, p. 57-58).

A narrativa a seguir busca tecer interpretações sobre a produção da experiência individual e coletiva do magistério na localidade de Paranaguá a partir da trajetória destes dois professores de primeiras letras, buscando estabelecer relações com condicionantes educacionais e sociais mais amplos.

Ingresso na docência

Antes de adentrarmos as aulas por meio dos mapas de frequência de Hildebrando e Joanna, abordemos alguns aspectos relacionados ao ingresso destes professores no magistério público. Em 26 de novembro de 1825, a Câmara de Paranaguá reivindicava à presidência da província uma aula de primeiras letras pelo

método Lancaster²⁶. A resposta do governo provincial foi rápida. O cronista Antonio Vieira dos Santos registra a “vereança de 02 de fevereiro de 1826” da vila de Paranaguá, na qual se executou portaria da presidência da província de *15 de dezembro de 1825*, mandando-se “passar editais pondo-se a concurso a cadeira [de primeiras letras] com ordenado de 120\$mil réis” (SANTOS, 1951, v. II, p. 289). Um ofício enviado pela Câmara de Paranaguá ao ilustríssimo presidente da província, Barão de Congonhas do Campo, em 18 de fevereiro daquele mesmo ano, refere-se a apenas um candidato se opondo à vaga:

Esta Camara em observancia do Officio de V. Ex^a de 15 de dezembro do anno passado pos a concurso a Cadeira de primeiras Letras desta Villa fazendo publicar por Editaes, e opondo-se a dita cadeira Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito; no dia onze do corrente foi admittido a exame em presença da Camara sendo examinadores o Professor de Gramatica Latina Lourenço Antonio de Almeida, o Capitão Bento Antonio da Costa e Manoel Francisco de Mendonça: os quaes declaram que concorria no examinando os conhecimentos necessários para ocupar o dito lugar, e a Camara convindo nesta declaração, e conhecendo no dito examinando a sua probidade, boa conducta, e os mais requisitos de Cidadão Brasileiro, e o de ter jurado a Constituição do Império, Levou ao conhecimento de v. Ex^a para determinar o que for servido.²⁷

Embora a solicitação da Câmara tenha sido de uma aula pelo método Lancaster, o ofício sobre o concurso do professor não citou o método. A única referência subsequente ao ensino mútuo em toda a série documental da trajetória do professor Hildebrando reunida para este estudo foi num ofício enviado pelo professor ao presidente de província informando a “recepção [de] Exemplar dos Principios do Desenho Linear, compreendendo os de Geometria Pratica pelo methodo do Ensino Mutuo”²⁸. Ter recebido não significa ter usado. Kubo (1982) assevera que:

A matéria [Geometria Prática] não foi ministrada em Paranaguá apesar de o Professor Hildebrando G. da C. Gamito ter recebido da Província de S. Paulo exemplares de *Principios de desenho linear, compreendido os de geometria prática pelo método mútuo*, em 1830. (KUBO, 1982, p. 298).

Interpretação diferente foi a de Fátima Neves (2003). Em sua tese de doutorado intitulada *O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo* (São Paulo, 1808-1889), a autora afirma que:

²⁶ Ofício da Câmara de Paranaguá ao presidente da Província de São Paulo. 26 de novembro de 1825. AESP. CO 1133

²⁷ Ofício da Câmara de Paranaguá ao presidente da Província de São Paulo. 18 de fevereiro de 1826. AESP. CO 1133.

²⁸ Ofício do professor Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito ao presidente da Província de São Paulo. 18 de fevereiro de 1826. AESP. CO 1133.

Sua promessa [promessa do presidente da província de estender o método mútuo para outras vilas] foi cumprida com a abertura de concursos para professores lancasterianos, para suprirem as cadeiras de primeiras letras. Os primeiros professores concursados e nomeados para o cargo foram:

1 – Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito, de Paranaguá, em 18 de fevereiro de 1826. (NEVES, 2003, p. 141)²⁹.

Nossa interpretação é a de que qualquer consideração nesse sentido parece prematura. A despeito da intenção/pedido da Câmara de abertura de uma aula pelo método Lancaster, o professor Hildebrando parece não tê-lo empregado. O professor informava que legislação estava cumprindo em todos os seus ofícios até 1845 e em nenhum momento se referiu a Lancaster ou ao ensino mútuo. Soma-se a isso a total ausência da geometria, conforme bem destacou Elvira Mari Kubo (1982) na passagem transcrita acima.

Voltando ao concurso de Hildebrando. A despeito de ter sido, provavelmente, o único candidato que se opôs à cadeira, o professor passou por exame, ou seja, fez concurso na própria localidade – “em presença da Câmara”. Foram examinadores o professor público da cadeira de gramática latina desde 1823 e mais dois indivíduos presentes na *sinopse dos cidadãos paranaguenses da principal nobreza que tem servido os cargos da governança da mesma Cidade desde o ano de 1800 a 1850* (SANTOS, 1951, v. II, p. 36-37). Os examinadores consideraram que o examinando possuía os conhecimentos necessários para ocupar o dito lugar e lhe deram, também, atestado de boa conduta. Declararam, ainda, que o candidato apresentava os requisitos de cidadão brasileiro e que havia jurado a constituição brasileira, outorgada dois anos antes. Quase dez anos depois do exame e ingresso de Hildebrando, em 1835, a cadeira do sexo feminino era ocupada por meio de trâmites diversos:

1835- 1ª escola de meninas

Cadeira de primeiras letras do sexo feminino – A professora Dona Joana Maria de Melo foi proposta pela Câmara de Paranaguá em 15 de outubro de 1835, e aprovação do Prefeito o Capitão-mor Manoel Antônio Pereira, respondendo a Câmara que no seu parecer era muito boa a escolha que dela fazia por ser muito necessário para a instrução das meninas. (SANTOS, 1951, v. II, p. 290).

O ingresso de Hildebrando se deu com as seguintes etapas: ofício do presidente da província ordenando à Câmara de Paranaguá a publicação de editais do concurso para a cadeira de primeiras letras; publicação de editais; apresentação de Hildebrando como opositor à cadeira; exame perante a Câmara na localidade; aprovação e nomeação

²⁹ Fátima Neves se baseia nos mesmo documentos que citamos.

do candidato. Curiosamente, mesmo com a aprovação no concurso, o professor foi nomeado interinamente em 1826 “e, mais tarde, em 1835, foi lhe passada carta de provisão”³⁰ (KUBO, 1982, p. 182). Já o ingresso da professora Dona Joanna Maria de Mello parece ter ocorrido de forma distinta, com as seguintes etapas: proposta da Câmara de Joanna Maria de Mello para a cadeira de primeiras letras do sexo feminino; aprovação da proposta pelo capitão-mor da localidade; e nomeação. Embora a “aprovação” pelo capitão mor da localidade sugira algum tipo de avaliação, o texto de Vieira dos Santos fundamentado nas atas da Câmara não menciona a realização de concurso (1951, v. II, p. 290) como faz no caso de Hildebrando. Ou seja, no caso do professor da cadeira do sexo masculino, realizou-se o exame do único candidato que se opôs à cadeira de primeiras letras, já para o caso da professora da cadeira do sexo feminino, 10 anos depois, parece não ter havido, a Câmara propôs a professora Joanna e o prefeito aprovou considerando “muito boa a escolha” pela necessidade da instrução de meninas em Paranaguá.

É possível arriscar algum tipo de interpretação para processos díspares para ingresso num mesmo cargo? Estariam relacionados com as diferenças de gênero?

Observemos outra experiência feminina de ingresso, a da professora de primeiras letras Rita Anna de Cássia França, da então também vila de Curitiba, dois anos antes do ingresso da professora Joanna em Paranaguá. As atas da Câmara de Curitiba dos dias 10 e 23 de setembro (BAMC, p. 26 e 27), 1º e 02 de outubro 1833³¹ dão a ver que o evento era incomum no cotidiano da cidade. Na sessão da Câmara de 10 de setembro de 1833, foi lido o ofício do presidente da província com as instruções para o exame de Dona “Rita Anna de Cacia que se opôs à cadeira de Mestra de Meninas desta villa” e deliberaram fazer ciente a opositora “para quando lhe convier apresentar seu requerimento e ser examinada”. Na sessão do dia 23 de setembro, foi lido o requerimento da professora, nomeados os examinadores – o professor de primeiras letras do sexo masculino Firmino Ferreira dos Santos e o bacharel José Gaspar dos Santos Lima – e marcada a data do dito exame para 1º de outubro próximo. Deliberaram ainda que os examinadores fossem avisados por meio de ofício do secretário e que

³⁰ Carta a professores de primeiras letras. Escrivães. Párocos. Ano 1831-1842. AESP. Livro 1. Ordem 798: “Sendo nomeado por portaria de 14 de abril de 1826 com ordenado de 333\$334 réis por ano, e tomado posse requereu ultimamente que lhe fosse dada respectiva carta, em observância ao pedido e a lei de 03 de outubro de 1834 foi passada esta carta, para servir de título e continuar no emprego.

³¹ Boletim do Archivo Municipal de Curytyba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p.25 a 27. 10-set-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

enviasse-lhes “por copia o Artigo das Instruções que declara sobre o que deve versar o exame”³². O assunto parecia encerrado na sessão daquele dia já que os vereadores passaram a deliberar sobre outros temas como terrenos devolutos, pedidos de títulos, atestação de residência, entre outros, quando, no fim da ata, o exame reaparece nos seguintes termos:

Propoz o senhor Guimarains que tendo esta Camara marcado o dia primeiro de Outubro próximo futuro para o exame de Donna Rita de Casia em cuja ocasião concorrerá muito povo para o que não he suficiente a pequena sala que serve as Sessoins se deveria deitar abaixo a parede que devida huma alcova para cuja despesa se oferecia subscrever entrando em discussão deliberou-se deitar abaixo a dita parede cuja obra devia ser feita pelo Senhor Secretario por se ter para isso oferecido e paga pelos senhores Presidente e vereadores Presentes que de bom grado se offerecerão para essa subscrição a qual será por rata³³.

A proposta de “deitar abaixo” uma parede para providenciar espaço para o evento ao qual “concorreria muito povo” ajuda-nos a desenhar os contornos do cenário daquilo que se tornaria um espetáculo: o exame de uma mulher para professora. A ata da Câmara do dia do exame é sintética, informa que:

[...] presentes seis senhores vereadores [...], os examinadores [...] e a examinanda Ritta Anna de Cacia tomarão assento procedendo aqueles o exame determinado pelo Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia conforme as Instruções por ele enviadas³⁴.

Depois disso, os examinadores deram seu voto por escrito e a sessão foi fechada. No dia seguinte:

Abrio o senhor Presidente a Sessão e apresentou a redação do officio ao Exelentissimo Senhor Presidente em viado “o voto dos examinadores sobre o exame feito a Donna Ritta Anna de Casia pelo qual aprovão plenamente por ter a mesma com acerto respondido a todos os quesitos que lhe forão dirigidos posto em discussão foi aprovado” (1)³⁵.

Ao transcrever esta ata da Câmara, do dia 02 de outubro de 1833, para publicação no Boletim do Archivo Municipal de Curityba, em 1906, Fernando Negrão acrescentou uma nota de rodapé destacando o acontecimento:

³² Não localizamos tais *Instruções*.

³³ Boletim do Archivo Municipal de Curityba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 26-27. 01-out-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

³⁴ Boletim do Archivo Municipal de Curityba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 27. 01-out-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

³⁵ Boletim do Archivo Municipal de Curityba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 28. 02-out-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

(1) É a primeira vez que vemos o nome de uma senhora concorrendo ao lugar de Professora publica em Curityba. O concurso prestado por D. Ritta Anna de Cassia França se tornou notavel pelas circumstancias em que foi rodeado. Para que todo o povo podesse assistil-o foi necessario que se derubasse uma parede que dividia duas salas do predio onde funcionava a Camara Municipal, cujas despesas correram por conta do Presidente e mais membros da Camara. Foram examinadores o Bacharel José Gaspar dos Santos Lima, o Professor Firmino Ferreira dos Santos, e a Camara Municipal para isso convocada em Sessão extraordinaria.

A concorrente depois de ter respondido com acerto a todos os quesitos que lhe foram dirigidos, foi approvada plenamente. O facto foi solememente feito e applaudido e merece ser commemorado como a primeira victoria feminina ganha no Paraná, a 1 de Outubro de 1833.

Francisco Negrão.

Figura 13: Boletim do Archivo Municipal de Curityba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, p. 28. 02-out-1833. Curytiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906.

As experiências diversas de ingresso destas duas professoras da 5ª Comarca indiciam que não necessariamente as mulheres eram providas sem concurso. O exame da professora Rita, o primeiro de uma professora naquela vila, e em toda a 5ª Comarca, dá a dimensão do estranhamento deste tipo de acontecimento sugerindo a novidade que os exames femininos representavam no cotidiano do Brasil oitocentista. Não é demais lembrar que as aulas públicas de primeiras letras para o sexo feminino haviam sido previstas na lei imperial de 15 de outubro de 1827, apenas seis anos antes. Vale questionar o porquê do ingresso sem concurso da professora Joanna visto que uma experiência de ingresso por concurso havia ocorrido poucos anos antes numa vila próxima dali. Acompanhemos a legislação para nos informar acerca do que a lei previa para em seguida retornar aos nossos professores de Paranaguá.

Acompanhando a legislação referente ao recrutamento de professores de primeiras letras no período, temos as seguintes prescrições: o decreto de 17 de janeiro de 1809 previa que o professor fosse examinado “quanto a sua conduta e procedimentos” diante de algum “magistrado hábil”³⁶. Cinco anos após a independência, a lei imperial de 15 de outubro de 1827 previa, no seu artigo 7º, que os pretendentes fossem “examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho [...] [que] darão parte ao Governo para sua legal nomeação”³⁷. Um decreto da Província

³⁶ Decreto de 17 de janeiro de 1809. Prescreve a maneira porque hão de ser providas as cadeiras de ensino publico neste Estado do Brazil. In BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção das leis do Brasil de 1809. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p.15-16.

³⁷ BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

de São Paulo de 07 de agosto de 1832³⁸ autorizava a realização do concurso fora da capital e a provisão sem a realização do exame de geometria com diminuição da sexta parte do ordenado. Já a lei provincial de São Paulo nº09 de 24 de março de 1835³⁹ autorizava o presidente da província a “prover interinamente as cadeiras de ensino de meninas, independente de concurso, e sobre propostas das câmaras municipais” recebendo dois terços do salário.

Voltando aos nossos atores de Paranaguá, o professor Hildebrando e a professora Joanna; ele ingressou em fevereiro de 1826 após aprovação em exame, antes mesmo da lei de 15 de outubro de 1827 que normatizou mais claramente a questão, a provisão interina talvez estivesse relacionada com a não realização do exame de geometria, as fontes não trazem elementos a este respeito; e Joanna, que foi nomeada em outubro de 1835, parece ter sido um dos casos de provisão interina “independente de concurso, e sobre propostas das câmaras municipais” previsto pela lei provincial nº09 de 24 de março de 1835. Consideramos que outros elementos apreensíveis nos mapas daqueles professores permitem esboçar algumas possibilidades para as diferentes formas de ingresso. Estes são analisados ao longo da narrativa. Por ora, faço uso da contribuição de Inára Garcia (2005). A autora, ao estudar processos de seleção de professores no século XIX na Corte, relaciona recrutamento de professores com “profissionalização, qualificação e estatização do magistério” destacando os exames enquanto estratégia de qualificação e seleção ao cargo de professor e forma de controle da profissão, “uma importante estratégia do Governo dos professores, no sentido de modelar e atualizar o profissional docente, de acordo com as regras impostas pelo Estado Imperial em meados do século XIX” (GARCIA, 2005, p.14). Garcia (2006, p. 6303) considera que “tanto na estrutura dos concursos quanto nos conteúdos contemplados [temos] indícios da formação pretendida por intermédio do recrutamento, que, seguindo esse raciocínio, concorreria para definir e modelar o futuro professor primário”. Os concursos eram permeados por uma dimensão de formação docente, visto que o candidato se preparava para realizá-lo a partir de “instruções” ou programas versando sobre saberes selecionados pelo Estado que mais tarde constituíam (e condicionavam) o repertório do professor para a lide cotidiana da docência, estes

³⁸ Decreto Imperial de 07 de agosto de 1832. Declara os ordenados dos Professores e Mestras de primeiras letras da Provincia de S. Paulo, e os requisitos que devem ter os que se quiserem oppôr ás ditas cadeiras. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_5.pdf.

³⁹ Lei nº 09 de 24 de março de 1835. São Paulo. Disponível em www.usp.br/niephe.

saberes eram testados na experiência e sustentados (ou não) pela eficácia. Nesse sentido, vale questionar, teria a realização ou não de exame marcado a experiência docente destes mestres? Teria contribuído para a constituição de um repertório que os ajudasse na resolução das urgências cotidianas do magistério? Adentremos à lide cotidiana para buscar vestígios que permitam esboçar algumas hipóteses.

Carta de nomeação ao Reverendo Albino José da Cruz professor da Escola de Primeiras Letras da Cidade de Paranaguá com ordenado de 400 mil réis por ano. Despacho de 28 de janeiro de 1845. Foi examinado e aprovado na forma da lei. AESP EO 0799 Folha 5828-jan-1845.

Uma prática escriturística

Indícios de fazeres ordinários destes professores de primeiras letras são analisados por meio de um conjunto documental bastante circunscrito: os mapas de frequência de alunos elaborados por Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito e Joanna Maria de Mello e os ofícios, ora redigido pelas câmaras ou Comissões Inspetoras, ora redigido pelos próprios professores. Foram localizados 37 mapas da aula de primeiras letras do sexo masculino que cobrem mais de 23 anos de atuação do professor e 25 mapas de frequência de alunas ao longo de mais de 16 anos de magistério.

Começemos por Hildebrando. Os fragmentos de sua trajetória sugerem que Hildebrando tenha se dedicado integralmente ao magistério. Com isso quero dizer que ele, provavelmente, teve o exercício da docência como ocupação principal (e talvez única) – primeiro estágio da profissionalização, identificado por Nóvoa (1991), no estudo sócio histórico “da gênese e desenvolvimento da profissão docente”. E, mais do que isso, exerceu um papel disciplinador e ordenador na remissão dos mapas de frequência da localidade e foi responsável pela escolarização de, pelo menos, 453 meninos (KUBO, 1982, p 319)⁴⁰.

⁴⁰ Elvira Mari Kubo (1982) reconstituiu fichas nominativas dos alunos das escolas públicas da 5ª Comarca com o objetivo de acompanhar suas trajetórias escolares. Para a 1ª Cadeira do sexo masculino de Paranaguá ela informa que foram 453 “fichas reconstituídas” e “408 fichas aproveitadas”, as não aproveitadas eram a dos alunos que se transferiram no período. Depreende-se de seu texto que ela tenha

O quadro abaixo foi elaborado com a intenção de dar visibilidade às categorias dos mapas de frequência na linguagem dos próprios atores sociais, os professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo⁴¹, e às mudanças e refinamentos que sofreram com o passar dos anos. Ao mesmo tempo, busquei interpretar e classificar os mapas por meio da leitura proposta por Vidal (2008). Na primeira linha, estão as categorias analíticas que correspondem aos “conjuntos de dispositivos perceptíveis na escrita os mapas” – gestão, contabilidade, identificação e avaliação⁴² – “que indiciam uma formalidade das práticas docentes no período” (VIDAL, 2008, p.58) e na segunda, em *itálico*, as categorias dos próprios atores sociais – os professores. Cada linha seguinte corresponde a um mapa cuja data está na primeira coluna. O recurso às cores tem o objetivo de destacar as categorias presentes ou não em cada mapa e realçar as transformações que sofreram com o passar dos anos.

considerado todos os alunos deste professor, ao longo dos seus 23 anos de magistério, no entanto ela não fala em total de alunos, mas em “total de fichas de alunos”.

⁴¹ Foi criada uma coluna para cada categoria localizada nos mapas dos diversos professores cujas trajetórias acompanhamos neste estudo.

⁴² Vidal (2008) propõe um dispositivo de “avaliação pedagógica” e outro para “avaliação social e comportamental”. Na análise dos mapas dos professores da 5ª Comarca, considerei mais apropriado trabalhar com um dispositivo só para *avaliação* abrangendo estas três dimensões em conjunto. Um diferencial importante dos mapas analisados por Vidal (2008) é a presença das categorias “condição” e “cor” que não foram utilizadas por nenhum dos professores que acompanhei no período analisado.

Quadro 4: Classificação das categorias dos mapas de frequência do professor Hildebrando

CATEGORIAS DE ANÁLISE	Gestão		Conta bilidade	Identificação dos alunos				Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos					
CATEGORIAS DOS PROFESSORES DA 5ª COMARCA	Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Números	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento*	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS													
23-dez-1828													
12-ago-1829													
02-jan-1830													
1831													
1º-jun-1832													
10-ago-1833											1		
24-ago-1834													
09-out-1834													
24-ago-1835													
29-ago-1836													
08-nov-1836													
20-ago-1837													
25-out-1837													
23-ago-1838													
18-out-1838													
19-ago-1839													
15-out-1839													
23-ago-1840													
22-out-1840													
19-ago-1841													
06-out-1841													
20-ago-1842													
13-ago-1843													
12-out-1843													
04-jul-1844													
04-jan-1845													
1º-jul-1845													
24-out-1845													
05-jan-1846													
04-jul-1846													
10-dez-1846													
Jun-1847													
20-out-1847													
18-dez-1847		2											
1º-abr-1848		3											
1º-jul-1848													
28-set-1848		3											
23-nov-1849													

Fonte: Mapas de frequência do professor Hildebrando G. C. Gamito. AESP. CO 5017, CO 4914, CO 4915.

* Usei apenas o termo “adiantamento” também para as categorias com as expressões “adiantamento actual”; “Estado de adiantamento”; “Grau de adiantamento que tem tido os alunos”; “Adiantamento em razão ao tempo que cada indivíduo tem de Aula”.

1: O professor usou “aproveitamento e frequência” no mapa de 10 de agosto de 1833.

2: O professor usou o termo “concorrência” no mapa de 18 dezembro de 1847.

3: O professor usou o termo “concurso” em 1º de abril de 1848 e 28 de setembro de 1848 .

Legenda:

Categoria presente
Categoria ausente
Informação parcialmente contemplada em outra categoria
Ausência de mapa neste ano

Acompanhamos no quadro acima as mudanças, experiências e refinamentos das categorias dos mapas de Hildebrando ao longo dos mais de 23 anos (e 37 mapas) como professor público de primeiras letras. No quadro, temos visibilidade da regularidade deste professor no cumprimento da tarefa de remissão dos mapas – o que não significa que outros professores não o tenham feito, levando em conta a inconstância de nossas práticas de arquivamento. O preenchimento do quadro com cores permite dimensionar a variação e experimentação nas categorias ensejadas por Hildebrando. É como se o mestre tentasse desenhar um formato que atendesse a contento tanto às exigências legais quanto às necessidades dos seus fazeres cotidianos. Informamos que o quadro foi elaborado buscando-se contemplar o conjunto completo de categorias utilizadas pelos professores de primeiras letras da 5ª Comarca; observando o quadro com atenção, constata-se que Hildebrando transitou por todas elas nos diferentes momentos de sua trajetória e comparando-o com os quadros do demais professores, sabemos que algumas foram utilizadas apenas por ele – como “adiantamento e frequência” e “aproveitamento”. Como destacamos na introdução, a remissão de mapas era uma exigência legal para a existência da cadeira e pagamento do professor (VEIGA, 2005, p.93). Hildebrando cumpria esta exigência com assiduidade, o que sugere que estivesse atento às obrigações legais do magistério público. A experimentação de categorias por Hildebrando estaria relacionada, também, com o cumprimento de exigências legais de instruções para a elaboração de mapas?

A exigência de mapas de frequência de alunos remonta ao período colonial. A lei de 06 de novembro de 1772 obrigava os professores “a mandarem [...] no fim de cada Ano Letivo as Relações de todos, e cada um de seus respectivos Discípulos; dando conta dos progressos, e morigeração deles” (VIDAL, 2008, p. 49).

A lei de 1827 não discorreu sobre o tema que voltou a ser contemplado na decisão imperial de 10 de janeiro de 1828 que exigia:

[...] a inspeção de todos os colégios e casas de educação existente, mandando para executar esta tarefa “visitadores quando lhe parecer acertado, e dando parte, todos os semestres do número, idade e naturalidade dos alunos, seus estudos e progressos”⁴³.

Estas duas rápidas e pouco específicas instruções para elaboração dos mapas não previam o registro do “tempo de matrícula”, categoria presente desde o primeiro mapa de Hildebrando. Neste e em todos os demais, o professor informou o “tempo” em que se deu o “início do trabalho docente com cada aluno” (VIDAL, 2008, p. 58), dia em que deixavam de ser apenas meninos para se tornarem alunos, o início da escolarização. Acompanhou este primeiro mapa, um ofício no qual o professor informava qual exigência estava cumprindo:

Em observancia da Ordem do Ex. e Rmo Ex Vice Presidente de 14 de Outubro deste anno q. me foi transmitida pelo Cap. Mor desta Villa Manoel Antonio Pereira, tenho a honra de levar a prezença de V^a Ex^a a relação nominal dos alunos que frequentão a Aula de Primas Letras desta Villa. Deos guarde a V. Ex^a por muito anos. Paranagua 23 de dezembro de 1828.

Exmo Snr Manoel Joaquim de Ornellas.
Vice Presidente desta Provincia.

O mais humilde súbdito
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito
Professor interino das 1^{as} Letras da V^a de Paranaguá.⁴⁴

A ordem citada não foi localizada, tudo indica que tivesse conteúdo parecido com o disposto pelo decreto imperial de 10 de janeiro de 1828. O professor informou, além da matrícula, o “número”, nome (não explicitado no decreto, provavelmente, por obviedade), a “idade” e a “naturalidade” dos alunos. Seus “estudos e progressos” estariam, supostamente, informados na categoria “adiantamento e frequência”. Digo supostamente, pois o professor a preencheu de forma genérica com uma mesma frase na vertical: “Todos os referidos discípulos tem frequentado com aproveitamento”⁴⁵. Este recurso foi abandonado no ano seguinte, no qual não foi informado o adiantamento dos alunos, retomado em 1830 e abandonado definitivamente em 1832, quando o professor

⁴³ Decisão imperial nº 08 de 10 de janeiro de 1828. “Pede uma relação de todos os collegios e casas de educação existentes nas provincias e dá providencias relativas aos mesmos estabelecimentos”. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_88.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

⁴⁴ Ofício que acompanha a “Relação nominal dos alumnos que frequentão a Aula de Primas Letras da villa de Paranaguá” 23 de dezembro de 1828. AESP. CO 5017.

⁴⁵ Ver figura 3 da Introdução na página 43.

passou a dar notícias individualizadas de cada aluno. É curioso notar que ele tenha iniciado seus mapas fazendo uso de um recurso, aparentemente, mecânico que tão somente parecia cumprir as formalidades e exigências legais – mais comum entre aqueles que executam o trabalho há muito tempo – para, posteriormente, lançar mão de um rico vocabulário com muitos sinônimos que descreviam de forma mais particularizada, porém breve, as especificidades de seus alunos. Ou seria indício da falta de *savoir faire* no início de sua atuação? O professor ensinava os alunos há pouco tempo e talvez não tenha encontrado como descrever seu incipiente “adiantamento”. De qualquer forma, o subterfúgio indicia a sua familiaridade com a escrita, já que o mestre operacionaliza com destreza a feitura do mapa de alunos demonstrando capacidade gráfica para formalizar com correção, de forma legível, clara, regular, homogênea e equilibrada (MAGALHÃES, 2001, p. 101) as informações sobre seus alunos num tipo de escrita esquemática como é um quadro.

Além de mudar o modo de descrever o adiantamento dos seus alunos, em 1832, o mestre deixa de cumprir a ordem do vice presidente citada em 1828 e passa a enviar seu mapa:

Cumprindo com o disposto no artigo 7º das Instruções de 26 de Março do anno findo levo a presença de V. Exª a Relação Demonstrativa da matricula, e estado de aproveitamento dos meus alunos.
Deos guarde v. Exª. Paranagua. 13 de Agosto de 1833.
Illmº e Exmº Senr Presidente
desta Provincia.

Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito.
Professor interino de 1ªs Letras da Vª de Paranaçuá.⁴⁶

Não temos notícia de que o professor tenha sido advertido em relação ao modo como elaborou os mapas de 1828, 29 e 30, especificamente sobre a descrição única de todos os alunos. A correspondência oficial da instrução pública sob a guarda do arquivo do estado de São Paulo é composta, sobretudo, por ofícios, mapas de alunos, comunicações e petições das quais o governo da província era destinatário. As circulares, ofícios e comunicações das quais o governo da província era remetente, geralmente se perdiam após terem sido recebidas pelos professores. “Vestígios dos vestígios” existem apenas para os casos em que os sujeitos que as recebiam enviavam alguma resposta citando-os. O que sabemos é que o professor passou a descrever o

⁴⁶ Ofício que acompanha a “Relação Demonstrativa da matricula, e estado de aproveitamento dos meus alunos”. Paranaçuá. 13 de agosto de 1833. AESP. CO 5017

“adiantamento” (1832) e “aproveitamento” (1833-1839)⁴⁷ de cada aluno de forma mais individualizada a partir de 1832 com frases como: “Acha-se adiantado em ler, escrever e contar” e “Com bons princípios”.

Não localizamos as instruções às quais Hildebrando se refere. Taunay (1954) cita um regulamento para os “Mestres de primeiras letras” de 26 de março de 1832⁴⁸ expedido, antes mesmo do ato adicional de 1834⁴⁹, pelo presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, estabelecendo que:

Seriam os mestres obrigados a remeter anualmente à Câmara, no fim de cada ano, uma relação dos alunos “com declaração do tempo em que se haviam matriculado, sua morigeração, frequência e aproveitamento, relatório que impreterivelmente deveria ser remetido no fim de agosto. (TAUNAY, 1954, p.144).

Há correspondência entre as instruções e as categorias dos mapas. Em 1833, o professor substituiu o termo “adiantamento” por “aproveitamento”, mas o conteúdo não sofreu mudanças significativas. Ele continuou informando a frequência apenas em alguns casos, geralmente os que se destacavam pela assiduidade ou excesso de faltas, junto com o aproveitamento – vale destacar a relação que o professor estabelecia entre frequência (curso ou concorrência) e o adiantamento dos alunos⁵⁰. Só em 1844, seria inaugurada uma categoria específica para as faltas – mudança que deve ter alterado a rotina das aulas e dos registros do professor com a necessidade de verificação dos alunos presentes e faltosos para contabilidade do número de faltas.

Aliás, 1844 parece ser um ano importante. No quadro 4, observamos que a partir deste ano a série de mapas passa a se apresentar de modo mais homogêneo com a recorrência das mesmas categorias até 1849, ano do último mapa do professor, as cores destacando as categorias presentes explicitam uma padronização. O que teria mudado? Em 1844, o professor deixou de cumprir o artigo 7º das instruções de 26 de março de

⁴⁷ Com o retorno ao termo “adiantamento” no mapa de 23 de agosto de 1838.

⁴⁸ Concluí que se trata da mesma lei.

⁴⁹ Cf Vidal (2008, p. 51), foi “um ato adicional à Constituição de 1824 [que] delegou às províncias a responsabilidade pela organização do ensino de primeiras letras e da formação docente e profissional. Ao governo central competia a regulação do ensino secundário e superior em todo o país, bem como a orientação do ensino de primeiras letras e a formação profissional e docente apenas no município da Corte (mas com o objetivo de ser modelar para as demais províncias). A dualidade, então instaurada, persistiu por todo o período imperial e primeiras décadas da República”. Daí a necessidade de se recorrer à legislação provincial e à da Corte.

⁵⁰ A frequência e outros condicionantes do adiantamento sinalizados pelo professor são analisados na sequência do quadro 02.

1832, para cumprir a “Ordem da Presidência, de 15 de janeiro de 1844⁵¹” como podemos observar na figura a seguir. O ano de 1844 será retomado em momento oportuno na nossa narrativa.

Figura 14: Ofício que acompanha a “Relação de Alunos” do prof. Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito. Paranaguá. 04 de julho de 1844. AESP. CO 4915.

Também não localizamos a *Ordem da Presidência de 15 de Janeiro de 1844*. Como destacamos, o professor informou a legislação a que estava cumprindo em todos os seus ofícios até 1845, indício da presença das leis nas práticas escolares e da submissão do mestre à lei, embora diante das indefinições, ele fizesse um uso mais

⁵¹ Ofício que acompanha a “Relação de Alunos” do prof. Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito. Paranaguá. 04 de julho de 1844.

flexível. Em 1846 simplificou o texto do ofício suprimindo esta referência, talvez tenha considerado que esta tarefa não era mais sua, já que é daquele ano a lei nº 34 de 16 de março de 1846 que previa a criação, em cada localidade, de “Comissões Inspetoras” compostas por três cidadãos nela residentes, um nomeado pelo governo e dois pela Câmara Municipal (sendo um sacerdote), com o objetivo de “inspecionar escolas públicas e particulares” e fiscalizar “o número de alunos que frequentava efetivamente a escola”, sendo que a esta comissão competia, também, a tarefa de “enviar trimestralmente ao governo uma informação circunstanciada do estado das escolas, do progresso dos alunos, das causas da falta de concorrência”⁵².

Este vaivém entre ofícios do professor e legislação evidencia a ciência por parte do mestre de seus deveres e o cumprimento da lei. O professor se apropriava das prescrições legais em suas práticas cumprindo o que previam as instruções e as ordens com tímida criatividade, principalmente quando a lei se mostrava mais imprecisa. Nas categorias dos mapas de frequência é possível compreender melhor este processo, detenhamo-nos um pouco mais nelas.

As datas de matrícula, os nomes e os números dos alunos estão presentes em todos os mapas da série do professor Hildebrando. O dispositivo de identificação é o que apresenta mais lacunas. Entre 1832 e 1842, em 10 anos de exercício do magistério, o professor informou apenas os nomes de seus alunos; talvez por depender de terceiros para o preenchimento das demais informações (idades, naturalidades e filiações) – ele teria que perguntar aos pais ou responsáveis pela criança as datas e localidades de nascimento (para as categorias idades e naturalidades) e os seus nomes para a categoria filiações. Provavelmente, estes responsáveis faziam a matrícula dos alunos. Jean Baptiste de La Salle, na *Conduite*, já afiançava que só matricularia alunos acompanhados dos pais, para assegurar-se da responsabilidade destes (LASALLE, 2004, p.6). O professor parece ter preferido se ater aos dados apreensíveis nas aulas, no dia-a-dia do ensino e convivência com as crianças, enfim, na sua experiência docente. Não descartamos a possibilidade de que a opção tenha se dado em função da falta de tempo para coletar tais informações, mas como se trata de um tempo longo, 10 anos, sem que estas categorias tenham aparecido em nenhum dos 19 mapas remetidos neste

⁵² Artigo 25 da Lei provincial (São Paulo) nº 34 de 16 de março de 1846. Disponível em www.usp.br/niephe.

intervalo, e tendo em vista a disciplina do professor, acho mais verossímil que tenha sido uma opção.

Com exceção dos mapas de 12 de agosto de 1829 e 24 de outubro de 1845, o professor sempre apresentou uma categoria que contemplasse o dispositivo de avaliação. Nele percebe-se a construção do aluno por meio da escrita com uma incipiente distinção das dimensões que permeiam a escolarização – tanto dos saberes e estágios em que se encontravam os alunos, quanto da conduta, frequência, “compreensão” e outros comentários mais pontuais sobre suas condições sociais e idade. As categorias com estas informações se intitularam “adiantamento e frequência”, “adiantamento” e “observações” (presentes juntas no mapa de junho de 1832), “aproveitamento”, “adiantamento” apenas e “aproveitamento e conduta”, respectivamente de 1828 a 1849. Inicialmente, aventamos a hipótese de que o professor tivesse refinado a categoria “adiantamento” substituindo-a por “aproveitamento”, uma vez que o primeiro sugere um sentido prospectivo, do quanto falta para se chegar ao fim de alguma coisa e o segundo dá uma ideia retrospectiva, do que já foi aproveitado. Entretanto o professor parece utilizar os termos como sinônimos. No quadro 4, verificamos que o professor oscila entre um termo e outro ao longo dos anos. No interior dos mapas, descreve o aluno, numa coluna intitulada *Aproveitamento* da seguinte maneira: “com todo o adiantamento em ler escrever e contar”⁵³. No dicionário Moraes Silva (1813), as palavras apresentam significados semelhantes, tal qual o uso realizado por Hildebrando:

Aproveitamento, s.m. Proveito, progresso, no estudo na virtude; adiantamento, melhoramento. (MORAES SILVA, 1813, p. 165)
Adiantamento, s.m. O estado do que se acha, ou vai adiantado em caminho. §fig. Progresso, em letras, virtudes, honras, prosperidades. (MORAES SILVA, 1813, p.41)

A noção de progresso perpassa os sentidos dos dois termos, tanto no que se refere aos “estudos” quanto à “virtude” e denota um tipo de medida do estágio de evolução, na relação com o ponto de chegada. Foi nesta perspectiva que Hildebrando os empregou apresentando o estágio em que se encontrava o aluno nos saberes que eram ensinados na aula e considerações sobre sua conduta e frequência. O quadro 5 apresenta uma classificação e sistematização dos termos utilizados por Hildebrando nas categorias que compuseram o dispositivo de avaliação ao longo dos anos.

⁵³ Relação dos Alunos da Aula de 1^{as} Letras da Villa de Paranaguá. 10 de Agosto de 1833. AESP. CO 5017.

Quadro 5: Conteúdo das categorias de avaliação dos alunos dos mapas do professor Hildebrando.

Adiantamento, Observações, Aproveitamento, Aproveitamento e conduta.							
Saberes/ estágio no momento do ingresso	Saberes		Estado/ estágio	Condições sociais/ Faixa etária	Conduta	Frequência	Inteligência Percepção Compreensão
	Leitura e escrita	Aritmética					
Antes de 1844							
Matriculou-se com bons conhecimentos	Ler	Contar	Adiantado	Pouca idade e percepção	Bem morigerado	Pouco ou nada tem frequentado	Boa memória
Matriculou-se com princípios	Escrever	Repartir	Com bons princípios				
		Multiplicar	Com poucos princípios	Tem pouca percepção p. modesto	Algum tanto rude	Tem pouca frequência	Pouca memória
Matriculou-se com conhecimentos	Ler cartas	Somar	Com todo o adiantamento	Suas circunstâncias não tem lhe permitido mais adiantamento	Boa conduta	Pouco frequente por impossibilidade	Alguma coisa falta de percepção
		Contabilidade	Com algum conhecimento				
Matriculou-se com estes conhecimentos	Leitura	Princípios de aritmética	Com bons conhecimentos	Seu estado precário o faz concorrer com intervalo, é por isso menos adiantado		Não se acha mais adiantado por lhe ser mister interromper sua frequência	Seu estado de pouca percepção não tem permitido mais adiantamento
		1ª noções de aritmética	Com bastante conhecimento				
Matriculou-se com alguns princípios	Escrita	4 espécies de aritmética	Com pouco conhecimento	Mais não tem permitido o seu estado valetudinário		Pouco frequente	Boa percepção
		4 operações de aritmética	Com pequenos conhecimentos				
Matriculou-se com sofrível adiantamento		Aritmética prática	Com bastante adiantamento	Bastante rude e por isso pouco tem aproveitado		Não é tão frequente pelo seu estado valetudinário	Algum tanto rude
			Prático (em contabilidade)				
1844: acrêscimo da nova categoria		3ª operação de aritmética	Com algum adiantamento			Há algum tempo não tem concorrido	Bastante rude
			Com princípios				
Estado em que entraram		Tabuada	Nos primeiros elementos			Por não ter tido mais frequência não se acha mais adiantado	
		Regra de 3	Bastante adiantado				
Nada sabia		3ª e 4ª operação de aritmética	Algum tanto adiantado			Tem tido bastante intervalo a sua concorrência	
			Limitado adiantamento				
Com pequenos princípios		1ª operação de aritmética	Princípio de leitura e escrita a proporção de sua pequena idade 1838			Pouca concorrência	
						Pouco concurso	
Com princípio		Rateio	Desenvolvendo-se 1839			Tem intervalado bastante a sua concorrência	
		Juros	Principiando a desenvolver-se				
		Outras próprias para o comércio	Princípio			Depois de uma larga falha proximamente voltou para esta escola e se acha no estado descrito	
			Inferior				
			Regular			A proporção do que tem frequentado	
			Principiante				
						Na frequência tem sofrido intervalo	

Legenda

	Termos para análise (meus)
	Termos usados pelo professor Hildebrando

Observa-se uma adaptação dos saberes ensinados, sobretudo dos conhecimentos matemáticos. Já em 1834, o professor passa a informar os alunos com adiantamento em “contabilidade”⁵⁴. No mapa de 6 de outubro de 1841, informa que três alunos se despediram “todos com suficiente adiantamento, e consta-me se acharem empregados no commercio”⁵⁵. E, em 1846, o professor explicita os conhecimentos de contabilidade: “rateio, regra de três, juros, caixaria, contas próprias para o comércio”. Reiteramos, portanto, a interpretação de Kubo (1982) de que “vemos assim a diferença entre o ensino num porto como Paranaguá e em outra cidade que não tinha a mesma preocupação comercial” (KUBO, 1982, P. 295). A adaptação das matérias previstas pela legislação às demandas econômico-sociais da localidade foi instituída pelo professor Hildebrando em Paranaguá e contribuiu para que a sua aula fosse sempre bem frequentada. Sua prática, no que concerne à escolha dos conteúdos ministrados, foi ordenadora de outras práticas, como se vê na trajetória do professor Albino no capítulo a seguir.

Além dos elementos já apontados que demonstram a grande familiaridade com a cultura escrita e a habilidade do escrevente, o quadro permite verificar um amplo repertório vocabular. Foram 24 formas utilizadas para descrever o estágio em que os alunos estavam. Embora algumas sejam muito semelhantes, chama a atenção o fato do professor ter preferido usar frases ligeiramente diferentes para informações parecidas como “Limitado adiantamento” e “com pouco conhecimento” – num caso destacando o que falta e noutro o que o aluno já “tem”, na mesma perspectiva prospectiva ou retrospectiva dos termos aproveitamento e adiantamento. O professor também optou por recorrer poucas vezes a palavras curtas, como “dito”, “idem” e “o mesmo”, para repetir informações, recurso bastante utilizado por outros professores em seus mapas. Preferiu frases como: “com os mesmos conhecimentos”; “em a mesma classe que se acha o aluno acima”; “com o mesmo adiantamento que o aluno acima”; “nas mesmas circunstâncias que o aluno acima”; e “a mesma nota do aluno acima”.

Foram estabelecidas relações, pelo professor, entre o grau de adiantamento e alguns fatores, indiciando hipóteses do mestre sobre o processo de ensino/aprendizagem. O professor Hildebrando se referiu aos seguintes fatores: frequência,

⁵⁴ Em Morretes, o professor Francisco da Silva Neves, que foi provido em 1837, arrolava a “contabilidade” entre os conhecimentos matemáticos ministrados aos seus alunos no mapa de 7 de janeiro de 1838 (AESP. CO 5017).

⁵⁵ Relação dos Alumnos da Aula de 1ª Letras da Villa de Paranaguá. 06-outubro-1841. AESP. CO 4914.

idade, saúde, “circunstâncias” (ser “modesto” ou o “estado precário”) e percepção. Considerou, mais de uma vez, que alguns alunos tinham “pouco adiantamento pelo motivo de sua pouca concorrência”. Aliás, mesmo após 1844, quando uma coluna foi reservada especificamente para o número de faltas, o professor continuou destacando, na descrição, aqueles alunos pouco assíduos estabelecendo relação entre frequência e adiantamento. Para o professor, os dados numéricos por si só parecem não serem suficientes, precisam ser postos em relação a alguma coisa. Dizer no mesmo mapa, em que já se registra a quantidade de faltas, que o aluno é ou não assíduo é uma maneira de tornar mais evidente a avaliação que se faz dele, evidência que pode não receber a devida atenção sem essa ajuda discursiva. O estado “valetudinário” (doentio) também era identificado como obstáculo ao adiantamento; tal como a “pouca idade” e as “circunstâncias” que são considerados fatores limitantes da “percepção”. O professor deu acento à falta de percepção como limitante do adiantamento. Recorramos, mais uma vez a dicionários de época para apreender os contornos desenhados pelo mestre na construção da experiência discente:

Perceber. Compreender. Alcançar com o juízo. [...] Perceber também se diz dos sentidos [...]

Percepção. O acto do entendimento, com o que se percebe, & compreende alguma coisa [...] (BLUTEAU, 1712-1728, p. 408)

Perceber, v. at. Receber [...] §. Compreender, entender [...] (MORAES SILVA, 1813, 430).

A capacidade de compreensão e entendimento do aluno é destacada como fundamental para o seu adiantamento nos estudos. Nesse sentido os progressos do aluno parecem ter sido avaliados em relação com “um talento inato para realização da aprendizagem escolar”. Os modos como os professores vão construindo inteligibilidade para os fatores considerados determinantes para o aprendizado dos alunos constitui “progressivamente uma terminologia propriamente escolar” (GOUVEA, 2004, p.283-284).

Fórmulas que se repetem passam a ser mais recorrentes a partir de 1844: “leitura regular, escrita, nas quatro operações de aritmética. Boa conduta”; “Leitura, escrita e contabilidade. Bem morigerado”. Mais uma vez o ano de 1844, além de fórmulas mais repetitivas e mecânicas, alguns termos são introduzidos à “terminologia propriamente escolar” (GOUVEA, 2004, p. 284) neste mesmo ano. São eles: “conduta”, “bem morigerado” e “rude”, que segundo dicionário da época significavam:

CONDÚCTA, s.f. Condução; v.g. conducta de gente [...] Na Universidade, antes da Reforma, Cadeira pequena, que por voto dos Lentes de Cadeiras grandes se dava a algum Oppositor. § Receptaculo para agua. § Hoje se usa vulgarmente por procedimento. “sujeito de boa, ou mal conducta: governo” [...] A conducta abrange ao procedimento moral, e prudencial; o o procedimento, refere-se ao moral mais ordinariamente; o governo, ao procedimento na ordem economica [...] (MORAES SILVA, 1813, p. 440).

MORIGERADO, adj. Bem morigerado; o que tem bons costumes. § Mal morigerado; o que os tem mãos. (MORAES SILVA, 1813, p.319).

MORIGERADO. Bem, ou mal morigerado. Bem, ou mal criado, acostumado, disciplinado [...] *São mais bem morigerados os que aprendem os bons exemplos.* (BLUTEAU, 1712-1728, p. 582).

RÚDE, adj. Tosco, grosseiro, não polido, não cultivado; v.g. homem rude nas artes, sciencias, letras: engenho rude. § Rude frauta, de que usão os rústicos; e fig. Estilo humilde do poeta pastoril, deste adj, usamos hoje assim, e não de rudo e ruda.

RUDEZA, s. f. Falta de saber, e de policia. § Grossaria. § Falta de policia no discurso. (MORAES SILVA, 1813, p.648).

Ter ou não boa conduta constitui um item quase obrigatório na avaliação dos alunos não só do professor Hildebrando, mas em todas as aulas da 5ª Comarca após meados da década de 1840. Conforme o dicionário de época de Moraes Silva (1813), a palavra conduta estava naquele período (o “hoje” do autor) sendo “vulgarmente” empregada para se referir ao “procedimento moral e prudencial” tanto no que se refere aos assuntos ordinários quanto aos “procedimentos de ordem econômica”. A expressão consagrada que passa a constituir o vocabulário escolar é “bem morigerado” e/ou “Algum tanto rude”. Um aluno podia ser ao mesmo tempo “bastante rude” e “bem morigerado”. Ou seja, podia ser considerado “tosco”, “não polido” sem ser considerado necessariamente “mal criado”. Este tipo de avaliação que compunha parte da categoria “aproveitamento e conduta”. Os termos utilizados pelos professores de primeiras letras para caracterizar o adiantamento e a conduta de seus alunos carregam uma direção de civilização dos sujeitos; no sentido observado por Norbert Elias (1994) questionando-se sobre “como e por que, no curso das transformações gerais da sociedade” [...] “o homem civilizado ocidental” passa a ter o seu comportamento marcado pelos sentimentos de vergonha, delicadeza e autocontrole. Para este autor, o *processo civilizador* está interligado à consolidação dos Estados Nacionais e à monopolização da força física pelo Estado, tal como assevera Veiga (2002):

A monopolização da força física pelo Estado, no momento em que deixa de ser permitido o livre uso da força física entre as pessoas fez desencadear todo um movimento de contenção dos impulsos emocionais, sendo que o controle

mais complexo e estável das condutas passa a ser instilado, na busca da produção de uma “segunda natureza” (VEIGA, 2002, p. 95).

A avaliação e o registro sistemático da conduta dos alunos, com a recorrência dos termos apontados, permitem apreender uma ampliação do *processo civilizador* por meio da escolarização. Ao oferecer a instrução primária à infância, o Estado alargava, *paripassu* à expansão da própria escolarização, modelos de autocoerção e autocontrole disseminando “bons costumes”, ensinando “bons exemplos”, prudência, disciplina e “policia” no discurso – todos termos presentes nas definições de conduta, morigerado e rude.

Passemos à análise das séries de mapas de frequência da professora pública da cadeira do sexo feminino Joanna Maria de Mello e do professor particular Francisco Felix. O objetivo é interpretar algumas de suas características e, a partir da comparação entre as séries, avançar na compreensão do exercício da docência de primeiras letras e da prática escriturística naquela localidade.

Quadro 6: Análise das categorias dos mapas de frequência da prof. Joanna

CATEGORIAS DE ANÁLISE	Gestão		Conta bi- lidade	Identificação				Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos					
CATEGORIAS : PROFESSORES 5ª COMARCA	Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Números	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento*	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS													
20-out-1836													
25-out-1837													
19-out-1838													
16-out-1839													
10-nov-1840													
07-out-1841													
04-nov-1841													
02-nov-1842													
04-ago-1843													
04-out-1843													
04-jul-1844													
1º-jul-1845													
03-jul-1845													
22-out-1845													
03-jan-1846													
1º-jul-1846													
07-dez-1846													
04-jan-1847													
30-jun-1847													
31-jun-1848													
1º-abr-1848													
03-out-1848													
06-dez-1848													
03-abr-1849													
02-jul-1849													
03-abr-1850													

Fonte: Mapas de frequência da professora Joanna Maria de Mello. AESP. CO 5017, CO 4914, CO 4915 e CO 4916.

Legenda:

	Categoria presente
	Categoria ausente
	Informação parcialmente contemplada em outra categoria
	Ausência de mapa neste ano

Iniciemos voltando o olhar para a série de mapas da professora Joanna no quadro

6. Os três primeiros mapas eram listas nominais numeradas, a segunda nem numerada

foi. Só a partir do quarto mapa, de 1839, a professora informa as datas de matrícula de suas alunas, do dia em que iniciaram sua escolarização. No mesmo ano, outra informação estritamente pedagógica aparece: o adiantamento das alunas. Em 1841, a professora ampliou ainda mais os seus mapas acrescentando mais categorias de identificação das alunas – filiações, idades, naturalidades. Em 1844, as categorias passam a ser as mesmas que as empregadas por Hildebrando. O mesmo acontece com Francisco Felix em 1846. Alguns elementos indiciam pouca familiaridade da professora com a cultura escrita. Seus mapas apresentam menor desenvoltura, clareza, homogeneidade e equilíbrio (MAGALHÃES, 2001). Vejamos a figura abaixo:

Figura 15: Relação da meninas que aprender a ler. 19 de outubro de 1838. AESP. CO 5017.

Por meio da comparação da forma do mapa anterior, de 1838, e outro, de 1841, reproduzido a seguir, é possível observar que a professora foi se apropriando da escrita e demonstrando maior desenvoltura na elaboração na prática da escrita de mapas:

1	35	Nome	Idade	Observações
1		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
2		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
3		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
4		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
5		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
6		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
7		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
8		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
9		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
10		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
11		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
12		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
13		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
14		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
15		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
16		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
17		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
18		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
19		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
20		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
21		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
22		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
23		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
24		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
25		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
26		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
27		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
28		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
29		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
30		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
31		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
32		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
33		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
34		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá
35		Maria Gomes	11 annos	Paranagoá

Figura 16: Relação Nominal das alunas da aula de primeiras letras da villa de Paranagoá, com observações que abaixo se ve. 04 de novembro de 1841. AESP. CO 4914.

No que se refere ao conteúdo, a professora informava, no início, apenas o nome de suas alunas, sem sobrenome, tal qual o “Severino de Maria” de João Cabral de Mello Neto⁵⁶. Na lógica da oralidade, a professora parece não considerar necessário registrar por escrito aquilo que sabia “de cabeça”. Entretanto, informa o tipo de parentesco que as alunas possuíam com os adultos, seus responsáveis. Nessa direção, podemos retomar a questão que lançamos acerca do por que Joanna não ter feito exame para ingressar. Talvez a professora dominasse, em 1835, apenas os rudimentos de leitura, escrita e costura – o que parece ter sido considerado suficiente para que sua indicação fosse aprovada pela Câmara para ensinar as meninas que frequentavam a aula pública de primeiras de Paranaguá, mas talvez não fosse o suficiente para a realização de exame. Mais uma vez, vale destacar que não se trata de uma interpretação que possa ser generalizada para o conjunto das professoras de primeiras letras como sinalizo adiante com a referência à trajetória da mestra Maria Benedicta da Trindade do Lado de Christo, professora pública de primeiras letras da cadeira da Sé, na capital da província.

A partir do quarto mapa, de 16 de outubro de 1839, a professora começa a informar a data de matrícula e a trazer observações dando notícia sobre o adiantamento das alunas. São descrições repetitivas, fórmulas como “Lê escreve costura com adiantamento” são usadas para grande parte das alunas. A professora faz largo uso do símbolo para indicar repetição de informações da aluna anterior e das expressões “dito” e “idem”. A presença da categoria filiação em todos os mapas, mesmo nos primeiros mais simples, constitui o diferencial da série desta “mestra de meninas”, característica que sugere que a professora considerasse a informação fundamental; lembrando que ela, inicialmente, não registrava os sobrenomes das alunas, era a filiação que conferia verificabilidade da informação e identidade às meninas, lógica em que a existência da criança depende da relação com um adulto.

Observemos os termos utilizados pela professora para avaliar o adiantamento de suas alunas.

⁵⁶ Livro com poema narrativo de João Cabral de Melo Neto, de 1955 que se inicia com a seguinte estrofe: “— O meu nome é Severino, /não tenho outro de pia. /Como há muitos Severinos, /que é santo de romaria, /deram então de me chamar /Severino de Maria /como há muitos Severinos /com mães chamadas Maria, /fiquei sendo o da Maria/ do finado Zacarias”.

Quadro 7: Conteúdo das categorias de avaliação dos alunos nos mapas da professora Joanna.

Estado em que entraram	“OBSERVAÇÕES”						
	Saberes			Estado/ estágio	Conduta Aplicação Aproveitamento	Frequência	Inteligência Compreensão
	Leitura e escrita	Aritmética	Prendas domésticas				
<i>Nada sabia</i>	<i>Lê</i>	<i>Aritmética não era ensinada</i>	<i>Costura</i>	<i>Com adiantamento</i>	<i>Boa conduta</i>	<i>Pouco frequente</i>	<i>Tem pouca compreensão</i>
<i>Com princípios</i>	<i>Escreve</i>		<i>Coze</i>	<i>Pouco adiantamento</i>	<i>Bem morigerada</i>		<i>Com muita falta de compreensão</i>
	<i>Lê ABC</i>			<i>Só regular</i>	<i>Pouco tem aproveitado</i>	<i>Frequente</i>	<i>Tem boa compreensão</i>
				<i>Muito pouco adiantamento</i>	<i>É muito aplicada</i>		<i>Muito rude</i>
				<i>Regular adiantamento</i>	<i>É aplicada</i>		<i>Tem boa memória</i>
				<i>Primeiras noções</i>	<i>Pouco aplicada</i>		
				<i>Com perfeição (para costura)</i>			

Legenda

	Termos para análise (meus)
	Termos usados pelo professora Joanna

Entre os saberes, chama a atenção a ausência de qualquer conhecimento aritmético. Das prendas, saberes previstos por lei exclusivamente para o sexo feminino na lei de 15 de outubro de 1827, a professora ensinou apenas costura. A professora particular Caetana Leoniza da Silva – a filha do professor Francisco Felix – ensinava costura e bordado⁵⁷, indiciando experiências distintas para meninas que frequentassem a aula pública e a aula particular.

Em direção oposta, deu-se a experiência da mestra Maria Benedicta da Trindade do Lado de Christo, entre 1828 e 1858, que não ensinava as prendas domésticas. Esta foi a primeira professora da aula de primeiras letras da Sé, na capital da província São Paulo. Hilsdorf (1997) constatou que a mestra “dissocia[va] a boa educação das ‘súditas do império e mães de família’ do aprendizado das prendas domésticas” (HILSDORF 1997, p.97). Benedicta foi denunciada no final de 1832 pelo inspetor José Xavier de Azevedo Marques por não ensinar as prendas domésticas determinadas pela lei de 15/10/1827.

Em 1844 (mais uma vez 1844), as categorias passam a ser exatamente as mesmas que as verificadas no mapa do professor Hildebrando e, como no caso dele,

⁵⁷ “Relação das alumnas que aprender a Ler, Escrever, Contar, Costurar, Bordar e Marcar na Escola particular da abaixo assignada”. Prof. Caetana Leonizia da Silva. 10 de dezembro de 1846. AESP. CO 5017.

passam a se repetir até o fim do período. As cores no quadro, mais uma vez, destacam a padronização. No interior dos mapas, verifica-se um vocabulário mais repetitivo e a utilização de termos: *conduta*, *morigerado*, *rude*, recorrentes a partir de meados da década de 1840. Viemos destacando ao longo da análise das séries dos mapas destes dois professores a confluência para o uso das mesmas categorias a partir de 1844, ou seja, de uma padronização. Esta mesma tendência foi verificada nos mapas enviados pelo professor Francisco Felix.

Quadro 8: Conteúdo das categorias de avaliação pedagógica, comportamental e social das alunos nos mapas do professor Francisco Felix.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	Gestão		Conta bi- lidade	Identificação				Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos					
CATEGORIAS : PROFESSORES 5ª COMARCA	Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Números	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento*	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS													
10-ago-1829													
1º-jan-1830													
1831													
1832													
1833													
08-nov-1834													
1835													
08-dez-1836													
25-out-1837													
18-out-1838													
17-out-1839													
1840													
08-out-1841													
1842													
04-out-1843													
1844													
1845													
10-dez-1846													
30-jun-1847													

Fonte: Mapas de frequência da professora Joanna Maria de Mello. AESP. CO 4914, CO 4915 e CO 5017.

Legenda:

	Categoria presente
	Categoria ausente
	Informação parcialmente contemplada em outra categoria
	Ausência de mapa neste ano

O professor particular que, por 13 anos, informou apenas os nomes e numerou seus alunos, passou a contemplar nove categorias após 1844. Comparemos as categorias dos três professores a partir de amostras. O quadro abaixo está dividido em dois momentos, apresentando as categorias presentes nos mapas dos professores em meados da década de 1830 e, dez anos depois, entre 1844 e 1846.

Quadro 9: Categorias presentes nos mapas dos professores de Paranaguá em meados das décadas de 1830 e 1840

046

CATEGORIAS DE ANÁLISE		Gestão		Conta bi- lidade	Identificação			Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos						
CATEGORIAS DOS PROFESSORES DA 5ª COMARCA		Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Números	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento *	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS														
1836	Hildebrando 29-ago-1836													
	Joanna 20-out-1836													
	Francisco Félix 08-dez-1836													
1844-46	Hildebrando 04-jul-1844													
	Joanna 04-jul-1844													
	Francisco Félix 10-dez-1846													

A partir de 1844, os mapas passam a contemplar as mesmas nove categorias: “Número, Data de Matrícula, Nomes, Idades, Filiação, Naturalidade, Faltas, Estado em que entraram, Aproveitamento e Conduta (adiantamento no caso do prof. Francisco Felix)”. O professor Hildebrando referiu-se à ordem da Presidência de 15 de Janeiro de 1844, no ofício que acompanhava o seu mapa daquele ano. No exame da legislação educacional, não a encontramos. Como já destacamos, este tipo de comunicação quase não foi conservado. No entanto, localizamos um mapa de frequência de alunos manuscrito com as colunas discriminadas e informações sobre alguns poucos alunos como um modelo/exemplo para orientar os professores:

Nomes		Funções	Salvadores	Salvadores	Salvadores	Salvadores	Salvadores
1840	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847
1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855
1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871
1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895
1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903
1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911
1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943
1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039
2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047
2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055
2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063
2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071
2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079
2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087
2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095
2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103
2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111
2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119
2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127
2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135
2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143
2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151
2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159
2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167
2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175
2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183
2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191
2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199
2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207
2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215
2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223
2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231
2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239
2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247
2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255
2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263
2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271
2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279
2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287
2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295
2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303
2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311
2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319
2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327
2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335
2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343
2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351
2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359
2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367
2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375
2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383
2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391
2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399
2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407
2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415
2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423
2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431
2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439
2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447
2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455
2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463
2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471
2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479
2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487
2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495
2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503
2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511
2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519
2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527
2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535
2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543
2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551
2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559
2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567
2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575
2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583
2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591
2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599
2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607
2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615
2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623
2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631
2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639
2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647
2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655
2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663
2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671
2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679
2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687
2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695
2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703
2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711
2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719
2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727
2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735
2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743
2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751
2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759
2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767
2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775
2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783
2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791
2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799
2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807
2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815
2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823
2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831
2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839
2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847
2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855
2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863
2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871
2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879
2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887
2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895
2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903
2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911
2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919
2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927
2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935
2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943
2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951
2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959
2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967
2968	2969	2970</					

Figura 17: Provável "Modelo" de mapa localizado junto do mapa do prof. Severo Rodrigues de Guarapuava. 15-jul-1843. AESP. CO 4915.

Quadro 10: Transcrição do provável "Modelo" de mapa localizado junto do mapa do prof. Severo Rodrigues de Guarapuava. 15-jul-1843

Relação dos Alumnos , que se achão matriculados na Aula Nacional de 1ª Letras da Vila/ou										
Cidade/ de ... desde ... do mez de ... até ... de ... do anno de ...										
Matrícula			Números	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Faltas	Estado em q. entrarão	Aproveitamento e conducta
Anno	Mês	Dia								
1840	Janeiro	1º	1	Antonio...	10	Anastacio ...	Itú	11	Nada sabia	Lê pouco e mal. Hé bastante rude. Bem morigerado
"	Fevereiro	5	2	Damazio..	14	Pedro...	Cotia	Nenhuma	Com princípios	Pouco aproveitamento tem tido por ser muito rude
"	Março	10	3	Daniel...	11	Jeronimo...	Cuiabá	"	"	Idem. Tem boa conducta, e morigeração
Villa / ou Cidade/ de ... tantos de ... de 1843										
O Professor / Assignado/										

Trata-se de um modelo de mapa de frequência de alunos. Ele foi encontrado junto do mapa do professor Severo Rodrigues, da Freguesia de Guarapuava na 5ª Comarca e, provavelmente, circulou entre as escolas de primeiras letras padronizando a prática escriturística escolar. Padronizou as categorias e, também, o conteúdo delas com a recorrência dos termos conduta, morigerado e rude a partir de então. A categoria “Estado em que entraram” parece ser uma novidade introduzida, ela não existia, antes desta data, nos mapas dos professores da 5ª Comarca. Outra diferença em relação aos anteriores está na junção de “Aproveitamento e Conducta” numa só categoria, a avaliação ficava, deste modo, necessariamente condicionada à relação entre estes dois elementos. Destaco que os exemplos de localidades de nascimento dos alunos com Itú, Cotia e Cuiabá na categoria “naturalidades” sugere que a circulação do modelo não tenha se restringido à 5ª Comarca, já que outras localidades da província estão presentes e nenhuma localidade da região aparece.

Hildebrando parece ter desempenhando um papel disciplinador, divulgando as prescrições legais, e ter contribuído ativamente no cumprimento da tarefa administrativa de remissão, quase sempre conjunta, dos mapas de frequência por parte dos professores de primeiras letras em Paranaguá. Nossa hipótese é a de que a realização do concurso pode ter lhe propiciado um repertório inicial da legislação à qual estava submetido o

magistério, que foi constantemente atualizado e registrado nos ofícios que acompanharam seus mapas.

A professora Joanna que, inicialmente, parece menos familiarizada com a escrita, vai dela se apropriando e demonstrando cada vez mais destreza para confeccionar quadros simétricos com várias colunas e categorias. A “mestra de meninas” que começou a atuar em 1835, mandou um primeiro ofício de sua autoria acompanhando um mapa de frequência apenas em 1839, cinco anos após iniciar-se no magistério. No seu primeiro ofício, ao menos o primeiro localizado, ela diz:

Em cumprimento da Portaria de V. Ex^a de 19 de outubro findo, emcluzo axará V. Ex^a a relação numinal das alunas que ora frequentão esta Aula, em cuja relação mostro o que aprendem, e qual o estado de seos adiantamentos, muito estimarei que esteja ao agrado de V. Ex^a. Anualmente tenho prestado a Camara Municipal iguaes relaçãoens.
Deos Guarde V^a Ex^a
Paranagoá, 10 de Novembro de 1840.
Ilmo Exmo Snr Crel Raphael Tobias d’Aguiar
Presidente d’esta Província

Joanna Maria de Mello
Mestra de Meninas

Foram localizados ofícios redigidos pela professora até 1846, ano da lei que cria as Comissões Inspetoras. No único ofício que a professora remeteu à presidência após esta data, ela fez algumas reivindicações, como se vê a seguir.

Incluso tenho a honra levar a presença de V. Ex^a a relação nominal das Alumnas que athe Dezembro do anno findo frequentarão a aula Nacional de que tenho a honra ser Professora, em numero de 31, e cujo theor igualmente prestei conta como me compete, a Commição inspectora das Aulas Nacionais d’esta cidade; *estimarei pois mereção o agrado de V.Ex^a que espero se dignará mandarm’a honras[?], a gratificação que me he conferida; assim como os objetos que por instrução da referida commição requeri; e que me são de de summa [necessidade?] para o asseio e comodidade d’aula; por isso que algumas couzas sem a devida autorização de V. Ex^a, a expenças minhas, já tenho mandado construir, na convicção de minha urgência será por V. Ex^a [...]Atendida; atento [...]*
Paranagoá, 4 de janeiro de 1847
Ilmo Exmo Snr Marechal Conselheiro
Digno Presidente d’esta Província

Joanna Maria de Mello
Mestra de Meninas
(grifos meus)

O professor Hildebrando remeteu, pelo menos, 18 ofícios. Em nenhum deles fez solicitações de materiais ou gratificação. A professora Joanna que se iniciou na escrita dos ofícios mais de 12 anos depois do professor Hildebrando (o primeiro ofício dele é de 23 de dezembro de 1828 e o dela de 10 de novembro de 1840), em seu oitavo ofício fez pedidos de materiais e gratificações e, foi além, informou que já havia mandado

construir algumas coisas a suas expensas e solicitou o reembolso. *São sutis fragmentos, mas permitem identificar uma ação tática mais inventiva junto ao governo da província na professora do que no professor.*

Nossa hipótese inicial era a de que o professor Hildebrando tivesse inaugurado categorias para os mapas de frequência. A hipótese não se confirmou. *Verificamos que ele foi um disciplinado cumpridor das leis e parece ter exercido um papel disciplinador na localidade. Com o passar dos anos, as brechas que nos permitem ver as ações táticas dos sujeitos nos mapas de frequência foram ficando cada vez menores. No caso analisado, o modelo de mapa de 1844 é um vestígio importante. Considero que a inventividade de Hildebrando se deu na inauguração de saberes relacionados com a realidade social de seus alunos: a contabilidade, rateio, juro e demais conhecimentos que se voltavam para as possibilidades de trabalho numa cidade portuária. Para Joanna, é possível acompanhar um processo de apropriação da escrita e um incipiente uso tático das comunicações oficiais na busca de melhoria das condições materiais do magistério, tática fartamente empregada pelo professor João Baptista Brandão de Proença, cuja trajetória acompanhamos no terceiro capítulo.*

Antes disso, narro a trajetória de Albino José da Cruz, um reverendo católico que se tornou professor de primeiras letras da 2ª cadeira de Paranaguá. A trajetória deste padre-mestre desde a sua escolarização e mesmo após deixar a docência permite a interpretação de outros elementos significativos da experiência docente no século XIX.

EXPERIÊNCIA DOCENTE DE UM PADRE-MESTRE. Albino José da Cruz (1829-1862) – Paranaguá

Albino José da Cruz. P. Sacerdote catholico que exerceu o cargo de vigário de Paranaguá em 1857. Era bemquisto dos seus parochianos.

Concorreu para erecção da antiga Capella de N.S. do Rosario do Rocio de Paranaguá, que benzeu a 18 de agosto de 1857, sendo protector da mesma capella o major Ricardo Gonçalves Cordeiro.

*Era P. Mestre e Vigario da Vara.*⁵⁸ (*grifos meus*).

A memória que nos é legada por Agostinho Ermelino de Leão nas rápidas linhas sobre Albino José da Cruz, nascido em Paranaguá por volta de 1822, é marcada por uma dupla identidade: a de padre e a de mestre. Ter sido um sacerdote católico ocupa quase todo o verbete que na sua última linha informa, muito rapidamente, que Albino foi um *padre-mestre*. Se, biograficamente, Albino da Cruz *nasce* padre e mestre, como historiadora da educação indago sobre o caminho percorrido por ele até se tornar um professor, sobre a experiência docente ao longo de sua atuação e sobre as relações entre vida religiosa e docência.

O Reverendo Albino José da Cruz foi provido professor da cadeira de primeiras letras da cidade de Paranaguá por meio de carta de nomeação de 28 de janeiro de 1845⁵⁹:

Faço saber aos que ésta Carta virem, que tendo de prover-se o cargo de Professor da segunda Escola de primeiras da Cidade de Paranaguá, criada por Ley Provincial N. 13 de 13 de Fevereiro de 1844, em pessoa de capacidade e préstimo, e concorrendo taes circumstancias na do Reverendo Albino Jozé da Cruz, *que foi examinado e aprovado na forma da Ley*, o nomeio como por ésta falo, Professor Público da referida segunda Escolla de 1^{as} Letras da dita Ciade, com o ordenado de quatrocentos mil reis por anno [...] (*grifos meus*).

Albino “foi examinado na forma da lei” – como Hildebrando – e nomeado professor de primeiras letras de Paranaguá. Tratava-se da criação e provisão de uma 2^a cadeira, a primeira era ocupada, desde 1826, pelo professor Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito e a cadeira pública do sexo feminino era ocupada pela professora Joanna Maria de Mello, desde 1835, como já destacamos. Havia também na cidade uma aula particular regida pelo professor Francisco Felix da Silva. Menos de quatro meses depois de ser nomeado professor, Albino se tornou “Presbytero Secular do Bispado de São Paulo”⁶⁰.

⁵⁸ LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Paraná*. 1^a edição. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926.

⁵⁹ AESP. EO 0799. Folha 58. Livro de registro das cartas de governo dos empregados da Província.

⁶⁰ Declaração de Albino José da Cruz de 17 de março de 1876. In: Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 29-33.

Um ano após o seu provimento, o professor recebia em sua aula 92 alunos, número bastante elevado quando contrastado aos 39 do professor Hildebrando da primeira cadeira e aos 26 do professor particular Francisco Felix. No total foram contabilizados 232 alunos e alunas nas aulas de primeiras letras, pela Comissão Inspetora em 1846, o que significa que este professor concentrava quase 40% da infância escolarizada oficialmente na cidade, mais de 58% dos meninos. Que efeitos podem ter produzido esta preponderância? Dentro de alguns anos, parte significativa dos adultos da cidade, com o grau elementar de instrução, devem ter passado pelos processos educativos do padre. Isso poderia ter favorecido a construção de uma relação de solidariedade recíproca, entre professor e ex-alunos, que poderia ser acionada de acordo com os mais diversos interesses – políticos, econômicos, sociais – em pauta na localidade.

Recuando ao ano de 1845, alguns meses antes da criação da segunda cadeira, encontramos a escola de Hildebrando frequentada por 87 alunos e, em outubro de 1843, Francisco Felix informava em sua “Relação dos Alumnos que aprendem a ler na Escola Particular de Francisco Felix da Silva” que ensinava 59 alunos, dos quais 47 eram meninos e 12 meninas⁶¹. O gráfico abaixo ajuda a visualizar o movimento anual de alunos matriculados nas aulas públicas de primeiras letras de Paranaguá:

Gráfico 1: Número de alunos dos professores de primeiras letras de Paranaguá entre 1828 e 1849⁶²

Fontes: Mapas de frequência dos professores Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito, Francisco Felix da Silva e Albino José da Cruz (AESP: latas CO 5017, CO 4914, CO 4915).

⁶¹ Não localizamos os mapas de frequência deste professor dos anos de 1844 e 1845.

⁶² Na elaboração deste gráfico foram contabilizados apenas os alunos do sexo masculino de Francisco Felix e a ausência de algumas barras indica a não localização de mapas nos anos correspondentes.

Esta profusão de números aqui mobilizada tem a intenção de dar visibilidade às relações entre os três professores e seus alunos. A diminuição no número de alunos do professor Hildebrando ocorre alguns meses após a criação da escola do padre Albino, queda que também ocorre na aula particular, e nos sugere que a criação de uma segunda cadeira pública teve um impacto significativo no tecido social da instrução pública de Paranaguá, com a concorrência entre os professores e a mobilidade dos alunos.

Façamos uma pausa na análise das relações e concorrência entre o professor padre Albino e seus colegas de profissão em 1846 e recuemos ao ano de 1829. Hildebrando e Francisco Felix já lecionavam na então Vila de Paranaguá – a localidade foi elevada a cidade em 1842. Albino ainda era uma criança com cerca de 6 anos. A idade aproximada foi calculada a partir de mapas de frequência da escola de Gramática Latina apresentados adiante⁶³ e do seu registro de batismo transcrito na sequência:

Aos vinte e oito de Abril de mil oitocentos e vinte e dois nesta Matriz da Villa de Paranaguá, foi baptizado, recebeu os santos óleos o inocente ALBINO, filho legítimo de Bento Joze da Cruz, natural de Melgaço Arcebispado de Braga, e de Dona Miquelina Romana natural da Freguezia de Santa Izabel da Cidade de Lisboa: Avós paternos Joze da Cruz, e Maria Rodrigues, naturaes taobem de Melgaço, e maternos João Antonio, e Rita Luciana, naturaes da mesma Cidade de Lisboa. Forão Padrinhos o Capitão Antonio da Costa, solteiro, e Dona Maria Monteiro de Matos, cazada. Do que fiz este assento. O Vigrº João Chrysostomo de Oliveira Salgado Bueno.⁶⁴

Por meio deste registro, sabemos que Albino era filho de Bento José da Cruz e de Dona Miquelina Romana, ele natural de Melgaço e ela de Lisboa. Era filho de portugueses que compunham um segmento atuante na política local. O batizado de Albino fora em 1822, já em Paranaguá, donde se conclui que a emigração de Portugal para o Brasil tenha ocorrido antes.

Caminhemos seguindo indícios das relações e lugares sociais ocupados por seu pai Bento José da Cruz. Data de 1831 sua primeira presença na *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio* de Antonio Vieira dos Santos (1951), como um dos cidadãos que compareceu à reunião da Câmara para “contribuição voluntária” para construção de estrada da vila de

⁶³ Há discrepância de dois anos entre a idade registrada nos mapas da aula de Gramática Latina e o registro de batismo. De acordo com o professor, o aluno teria 13 anos em 1837, consequentemente teria nascido em 1824. Era comum a imprecisão no registro de idades.

⁶⁴ Certidão de Batismo. Livro nº 10 de Assentos de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – PR. Cúria diocesana de Paranaguá.

Paranaguá a Morretes⁶⁵ (SANTOS, 1951, v. I, p. 249). O registro dos nomes e os valores das contribuições permitem compreender a dinâmica social de interpenetração entre vida pública e privada no Brasil oitocentista. Neste caso, cidadãos que compunham a administração local contribuem voluntariamente para a construção de uma estrada, um bem público que interessava de diferentes formas aos vários cidadãos que fizeram a subscrição. A participação como cidadãos paranaguenses era uma das formas de reconhecimento e integração às redes de poder, micropoderes descontínuos e dispersos (FOUCAULT, 2009), da vila; mesmo cidadãos menos afortunados, como o professor Hildebrando, marcaram presença com doações mais modestas como já destacamos anteriormente. Bento da Cruz também foi relacionado na “Sinopse dos cidadãos paranaguenses da principal nobreza que tem servido os cargos da governança da mesma Cidade desde o ano de 1800 a 1850” (SANTOS, 1951, v. II, p. 36-37). Antonio Vieira dos Santos não especifica quais “cargos de governança” eram esses e não temos informações mais precisas para o caso do pai de Albino. Na “Descrição geral da Cidade de Paranaguá, suas ruas, travessas e edifícios públicos”, o nome de Bento é precedido por “capitão”. Em 1850, a família residia à:

Rua da Cadeia e da Ordem⁶⁶ – Tem o seu princípio próximo ao colégio⁶⁷ e em meia curvatura vai finalizar na ribanceira junto ao estaleiro, toda é fechada de edifícios, entre os quais os mais notáveis são o dito *colégio*, a casa da Câmara e um edifício antigo da casa da fundição do ouro, que existiu até 1819, ou 1820, e a capela da *Ordem 3ª de S. Francisco das Chagas*. Na extensão desta rua dum e outro lado tem as casas de sobrado: 1ª do Capitão Hipólito José Alves, a de melhor perspectiva que tem a Cidade, tanto pelo seu local como por ser feita ao gosto moderno, por Caetano de Sousa Pinto [...] 5ª a do Capitão Bento José da Cruz [...] (SANTOS, 1951, v. II, p. 14, *grifos meus*).

Gostaria de destacar que na rua em que morava Albino e sua família situavam-se o antigo colégio dos jesuítas e a capela da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas – guardemos estas informações para interpretação posterior.

⁶⁵ Antonio Vieira dos Santos registrou os que subscreveram a comunicação para Curitiba: “para memória, vão aqui os seus nomes”. Assinaram cerca de 80 “parnaguaras”. Bento José da Cruz está na lista com a doação de 4\$000. A maior contribuição voluntária foi a do então presidente da Câmara Leandro José da Costa com 80\$000 e as menores foram de 1\$000, como foi o caso do professor Hildebrando Gregoriano, ou de “dias de serviço”, provavelmente de escravos.

⁶⁶ Observação de Nascimento Junior em nota de rodapé da edição de 1950: Antiga do Imperador e atualmente Rua 15 de Novembro, em toda a extensão das duas antigas ruas (SANTOS, 1951, v. II, p. 14).

⁶⁷ Trata-se do “majestoso e antigo edifício do colégio doas antigos Padres Jesuítas” com uma parte na Rua da Praia e outra na Rua da Ordem, e que, em 1850, servia de casa de alfândega, quartel militar e de depósito de artigos bélicos”.

O fato de ser denominado “capitão” pode sugerir algum vínculo militar, à guarda nacional talvez. Bento da Cruz marca sua presença, relativamente discreta, na esfera administrativa da “governança” de Paranaguá.

A posse de um sobrado na principal rua da cidade, de terras e de escravos colocou Bento José da Cruz o coloca também entre os “Proprietários principais que tem a Cidade de Paranaguá e seu Município” divididos entre “Proprietários principais negociantes” e “Proprietários fazendeiros”. Entre estes últimos, Vieira dos Santos descreve “Outros muitos proprietários que tem suas fazendas de agricultura e nelas fábricas de cana, arroz, mandioca e a maior parte com propriedades na Cidade e senhores de 15 a 30 escravos” (SANTOS, 1951, v. II, p. 304), o último da lista é Bento José da Cruz.

José Augusto Leandro (2003), em tese intitulada *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888* analisa as hierarquias socioeconômicas e os aspectos da composição do patrimônio dos denominados “bem afortunados”, “afortunados” e “minimamente afortunados”. Embora o pai do professor Albino não tenha sido um dos protagonistas da análise de Leandro (2003), por não possuir uma das maiores riquezas de Paranaguá, figurava entre os 15 maiores proprietários de escravos no ano de 1844 conforme quadro abaixo⁶⁸.

Quadro 11: MAIORES PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS DE PARANAGUÁ – 1844.

PROPRIETÁRIOS	ESCRAVOS
Cap. Mor Manoel Antonio Pereira	64
Manoel Luizino de Nores	63
Ten. Cel. Manoel Francisco Corrêa	53
Manoel Antonio Guimarães	31
Catarina Rosa Monteiro	29
Ana Maria da Luz	28
Cap. Joaquim Américo Guimarães	28
José Pereira da Luz	25
José Vieira Belém	25
Cipriano Custódio de Araujo	25
Córdula Maria de Souza	24
Angelo Machado Lima	22
Bento Gonçalves Cordeiro Nascimento	20
<u>Bento José da Cruz</u>	<u>20</u>
Leandro José da Costa	20

FONTE: Matrícula Geral de Escravos do Círculo da Coletoria da Cidade de Paranaguá - DAESP. In: Westphalen, C. M. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 13, p.25-63, 1997.

Do conjunto dessas informações, identificamos o pai de nosso futuro professor padre Albino como um “bem afortunado”. Conforme Leandro (2003), “os dois

⁶⁸ In LEANDRO: 2003, p. 44, quadro 4.

principais indicativos de riqueza eram, como bem registrou Vieira dos Santos, os prédios urbanos e a escravaria” (LEANDRO, 2003, p. 87). A nacionalidade portuguesa e as posses o qualificavam na “classe [...] dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chama a boa sociedade” (RESENDE apud MATTOS, 2004, p. 126) que se diferenciavam “do povo mais ou menos miúdo” e dos “escravos”. Enfim, a família *Cruz*, uma família portuguesa muito provavelmente branca, usufruía do direito à propriedade – um dos sustentáculos de uma sociedade estruturada sobre a desigualdade, a hierarquia e a escravidão.

Além da presença na esfera administrativa municipal e das riquezas que o distinguiam, Bento José da Cruz foi arrolado, também, como um dos “Provedores, escrivães, procuradores e tesoureiros que tem servido na Irmandade do Seminário do Santíssimo Sacramento da Cidade de Paranaguá desde o ano de 1762 inclusive ao de 1850” como escrivão em 1842-43 e provedor no ano 1845-46. Os provedores ofereciam “a festividade da semana santa com toda a pompa e grandeza” (SANTOS, 1951, v. II, p. 102). Ou seja, a família Cruz também se encontrava inserida numa associação leiga, um espaço devocional de sociabilidade importante desde o Setecentos⁶⁹. A “memória” que nos lega Vieira dos Santos traz sinais de que este tipo de inserção social conferia prestígio – um dos possíveis elementos da “posição” na “boa sociedade” – àquele com condições materiais e “generosidade” para as doações, e, ao fazer parte de uma irmandade, toda uma gama de relações – que se inter cruzava com outras oriundas de diversificadas esferas sociais – estabeleciam-se e firmavam laços. Portanto, o menino Albino pertencia a uma família de imigrantes portugueses com posses: terras, prédios urbanos e escravaria; que circulava por instâncias administrativas e devocionais e estabelecia laços de compadrio com outros indivíduos com participações também diversificadas, conforme verificamos a partir do registro de batismo ao conhecermos seus padrinhos: Capitão Antonio da Costa e Dona Maria Monteiro de Matos⁷⁰.

O aluno-aprendiz Albino: a escolarização

⁶⁹ As associações religiosas leigas são retomadas adiante, em momento oportuno.

⁷⁰ Sujeitos que também são citados por Antonio Vieira dos Santos na *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio* (1951).

Ter um filho que se tornou padre-mestre indica que a bem afortunada família Cruz preocupou-se em oferecer algum tipo de escolarização aos seus descendentes. A historiografia da educação vem apontando a heterogeneidade das práticas educativas no Brasil oitocentista, o que abre possibilidades diversas de escolarização para o menino Albino. Ele poderia ter sido educado em casa por familiares ou particulares (educação doméstica), ter frequentado a escola pública do professor Hildebrando – que se tornaria seu colega de profissão na instrução pública posteriormente – ou ter sido aluno em alguma aula particular (oficialmente temos fontes que indiciam apenas uma, mas é provável que existissem outras). Ao que tudo indica, sua família escolheu a terceira opção. Nas relações de alunos de 1829, 1830, 1834 e 1836, o professor particular Francisco Felix arrola um menino de nome *Albino da Cruz*. Nas quatro relações, o professor informa apenas o número e o nome dos alunos (a filiação não era informada). Na primeira delas, em 1829, Albino é o vigésimo aluno, logo após o menino Francisco da Cruz⁷¹ – provavelmente, o irmão mais velho por ter sido registrado primeiro. Em 1830, os dois irmãos *Cruz* vinham seguidos por um terceiro, Arnaldo da Cruz. Não foram localizadas as relações de 1831 a 1833. Em 1834, Albino era o segundo da lista – indício de que os alunos matriculados há mais tempo vinham no início – Francisco e Arnaldo já não estavam, mas outro “José da Cruz” marcava presença, era Oristeo⁷² José da Cruz, que também foi aluno de Francisco Felix nos anos de 1836, 1837, 1838 e 1839. Em 1836, o primeiro aluno da lista do professor Francisco Felix é *Albino Jozé da Cruz*. Desta vez, o professor Francisco Felix registrou o nome completo daquele que, muito possivelmente, era o seu aluno mais antigo.

⁷¹ Francisco da Cruz é um dos herdeiros citados nos Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 8.

⁷² Aparece ora como Oristeu, ora como Euristeu.

Figura 18: Relação dos meninos e meninas que se achão na escola particular de Francisco Felix da Silva. 08 de dezembro de 1836. AESP. CO 50 17.

Nesta relação de alunos, vemos Albino como o primeiro da lista e seu irmão Oristeu como o oitavo. Albino demorou-se nas primeiras letras. Foram oito anos de escolarização elementar (pode ter havido interrupção entre 1831 e 1833, já que não

temos as relações destes anos, mas achamos pouco provável). Que sentidos estariam relacionados com esta longa permanência? Ele começou a frequentar a escola bastante pequeno, a “demora” estaria relacionada com a pouca idade no ingresso? Com o seu adiantamento nos estudos? Teria ele permanecido por não existir outra aula a frequentar naquele momento? O seu tempo de escolarização contrasta com o de seus irmãos Francisco, Arnaldo e Oristeu. O primeiro permaneceu pelo menos dois anos na aula de primeiras letras e o segundo por, no mínimo, um ano. No entanto, em 1834, nenhum deles estava mais, enquanto Albino continuou até 1836. Já Oristeu (talvez, o caçula) frequentou a aula de Francisco Felix por quatro anos. Verificamos que uma mesma família ofereceu diferentes experiências de escolarização para seus herdeiros – entre um e oito anos de frequência à escola particular de primeiras letras. Esta oferta diferenciada estaria relacionada com “planos” para o futuro dos filhos? Uma possibilidade que podemos apenas sinalizar, pois as fontes não oferecem elementos para investigá-la, é a de que Albino tenha se demorado simplesmente por gostar de estudar e, deste modo, após alguns anos tenha se tornado um assistente do professor Francisco Felix, um aluno-mestre⁷³. Sua trajetória posterior e a opção pelo magistério reforçam esta possibilidade.

A sua trajetória escolar não se encerrou por aí. Entre os anos de 1837 e 1839, ele aparece nas três relações anuais de alunos de Joaquim José de Sant’Anna⁷⁴, professor público da aula avulsa de Gramática Latina. Soma-se, portanto, aos oito anos de escolarização elementar três anos frequentando uma aula avulsa de ensino secundário. Aula de latim, idioma caro à igreja católica, oferecida por outro padre-mestre.

Mais uma vez, as memórias históricas de Vieira dos Santos nos ajudam a avançar. No parágrafo dedicado à instrução pública, ele dá notícia sobre a “Aula de gramática latina e instituição dessa cadeira de ensino em Paranaguá”. Criada em 1768, nove anos após a lei de 28 de junho de 1759 do rei D. José I que proibia o método de ensino que praticavam os padres jesuítas, a cadeira foi ocupada por oito professores – três deles padres. Ficou vaga várias vezes, situação na qual se encontrava desde 1829,

⁷³ Um tipo de *formação pela prática* foi regulamentada, em 1857. Na primeira etapa deste processo, o futuro professor atuava como “aluno-mestre” auxiliando o professor de primeiras letras.

⁷⁴ Antonio Vieira dos Santos (1951, v. II, p. 50) apresenta um mapa com a “série cronológica de todos os párocos que tem havido na igreja matriz de Paranaguá, tanto colados, como encomendados, desde o ano de 1655, inclusive ao de 1850” informando que o 26º padre da Igreja Matriz de Paranaguá foi “O Padre-mestre Joaquim José de Sant’ Ana, vigário encomendado, tomou posse da igreja em 5 de agosto de 1841, até o mês de outubro de 1842”.

quando o padre-mestre Joaquim José de Sant’Anna a assumiu, justamente, em 1837⁷⁵. Neste mesmo ano, Albino passou a frequentá-la. A permanência prolongada na aula de primeiras letras pode ter sido a opção possível para acesso à escolarização naquele momento. O avanço para o ensino secundário parece não ter ocorrido antes pelo simples motivo de que não era oferecido na vila de Paranaguá entre os anos de 1829 e 1837. Quando a possibilidade surgiu – uma aula avulsa secundária de gramática latina – Albino deixou o professor particular Francisco Felix que acompanhara ao longo de oito anos para aprender latim com um professor público.

É interessante notar que alguns anos depois, Albino abraçaria o mesmo ofício que seus mestres apresentando algumas semelhanças com cada um deles. Tornou-se um *professor de primeiras letras* como Francisco Felix; no entanto, não optou pela atuação particular, ocupou uma cadeira como *professor público* e também foi um *padre-mestre* como Joaquim José Sant’Anna. Os exemplos dos professores parecem ter, portanto, construído a experiência docente de Albino e suas opções no processo de constituição de sua identidade docente. Os indícios sugerem que os “espaços escolares vivenciados pelo sujeito” Albino José da Cruz e os “diferentes modelos de docência” (VIDAL, 2010, p. 711-712), permitiram-lhe construir um caminho possível para a sua formação naquele momento em que as escolas de formação de professores iniciavam-se timidamente em alguns pontos isolados do Império⁷⁶.

A “Relação dos Alumnos que frequentarão minha aula n’este findo anno lectivo de 1837” do professor de Gramática Latina Joaquim José de Sant’Anna era composta, tal como as dos anos seguintes, pelas seguintes categorias: “Nomes, Filiacoes, Dia da Matricula, Idades presentemente, Sahidas, Frequencia ou faltas, Aproveitamento e Observacoes”. Segundo o professor Joaquim, Albino José da Cruz tinha 13 anos, em 1837, era filho do Capitão Bento Jozé da Cruz, matriculou-se em 04 de abril de 1837, faltou “16 dias e meio”, estava “na tradução do 1º dos livros clássicos” e nas observações informava o professor que o aluno “Muito se aplica[va]”. Dos dezessete alunos matriculados na aula de gramática latina, nove haviam frequentado a aula de primeiras letras do professor Francisco Felix. Mais da metade, portanto. Levando à

⁷⁵ Vieira dos Santos informa que o padre-mestre Joaquim José Sant’Anna lecionou latim em Paranaguá até 1843, ano “em que regressou a Santos”, no entanto só localizamos mapas do professor até 1839 (SANTOS, 1951, v. II, p. 291).

⁷⁶ A Escola Normal mais próxima de Paranaguá naquele momento ficava na capital da província, São Paulo. A viagem por terra levava mais de três meses.

interpretação de que parecia haver uma tendência, para os alunos da aula particular, a continuar os estudos, quando esta possibilidade existia.

Nos anos seguintes, o professor não fez avaliações positivas do aluno considerando-o “pouco aplicado” e que “falta[va] sem causa justa”. Aliás, a avaliação de quase a totalidade dos alunos foi a mesma. O que teria mudado em tão pouco tempo? Não temos indícios para responder a este tipo de questão, podemos, entretanto, aventar algumas hipóteses. A avaliação dos alunos estaria relacionada com as dificuldades próprias do aprendizado da língua latina? Significava uma resistência dos alunos ao novo professor? As faltas teriam alguma relação com o fato de ser uma aula pública que permitia o acesso mais amplo das diferentes camadas da população? Lembrando que muitos deles vinham de uma aula particular, na qual a restrição econômica estava posta. Mais uma vez, as fontes permitem colocar questões, mas não dão elementos para a elaboração de uma resposta. Talvez, Albino já tivesse iniciado ou se preparando para começar a formação religiosa para ser padre e estivesse enfrentando dificuldades para conciliar a aula de latim e o noviciado.

Não localizamos nenhum outro rapaz com o sobrenome *Cruz* nos mapas enviados por Joaquim José de Sant’Anna; o que sugere que apenas Albino tenha frequentado o ensino secundário público em Paranaguá. Em 1839, Albino completava 11 anos de escolarização, de acordo com as nossas contas.

Segundo Vecchia (2006, p. 67), na já emancipada província do Paraná o ensino secundário formava “cidadãos [que] pudessem disputar os cargos públicos e defender os interesses da Província junto à Corte”. Para a 5ª Comarca, esta interpretação também parece apropriada; Albino foi um dos filhos da família *Cruz* que percorreu um longo percurso de escolarização, inicialmente numa aula de primeiras letras particular, e, posteriormente, frequentou o ensino secundário encaminhando-se para a vida religiosa e letrada dentro do serviço público – prática recorrente entre as famílias com meios do período.

Albino, o padre e professor

Não temos fontes sobre o período de 1840 a 1845. O fato de já ser padre quando foi nomeado professor da 2ª cadeira é indício de que sua formação foi concluída num seminário católico. Por meio do seu inventário, sabemos que Albino foi ordenado pela

“Sagrada Ordem de Presbytero em dose de maio de mil oito centos e quarenta e cinco, sendo o Bispo celebrante o Padre Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade” tornando-se “Presbytero Secular do Bispado de São Paulo”⁷⁷. Já sabemos que o professor de Gramática Latina, Joaquim José de Sant’Anna, foi outro padre-mestre de Paranaguá e lançamos a hipótese de Albino tê-lo como uma referência de professor na construção da sua experiência docente. Mais do que isso, é preciso levar em conta o *status* da educação religiosa na sociedade oitocentista. A Igreja Católica era uma importante força educativa e as instituições religiosas eram espaços privilegiados, socialmente legitimados, de formação escolarizada. Nesse sentido, a mobilização da população de Paranaguá para a construção de um colégio de jesuítas na vila a partir do final do século XVII é bastante elucidativa. As atas da Câmara, citadas indiretamente por Vieira dos Santos, registram os esforços empreendidos pelos paranaguenses:

1690 -138 – A Câmara de Paranaguá, por estes anos unida à representação do povo, solicitaram do Provincial da companhia de Jesus, a vinda de seis Padres religiosos da mesma Companhia, prometendo de lhes fazer Colégio, para suas residências a custas dos povos, dar-lhes dinheiros para compra de escravos e doações de terras para seus estabelecimentos de agricultura, *uma vez que eles dessem aulas de ensino primário e de latinidade e ensinasse à mocidade os dogmas da Religião*. (SANTOS, v. I, p. 60, *grifos meus*).

Vale a ressalva de que este povo não equivale às camadas populares, mas às elites locais proprietárias de escravos, terras ou alguma outra riqueza que lhes permitisse fazer as doações para vinda dos jesuítas, sendo pertinente considerar tanto a ordem católica quanto a mocidade a que atenderiam “bem afortunados” ou integrantes da “boa sociedade”. Contudo, esta e outras passagens transcritas por Vieira dos Santos indiciam o prestígio dos padres jesuítas como educadores.

Façamos novamente um deslocamento temporal, passemos ao ano de 1857, a Província do Paraná já havia se emancipado há quatro anos e o padre Albino já atuava há mais de doze como professor de primeiras letras. Neste ano, encontramos-lo ocupando outro lugar: o de “Comissário” da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência. Apesar dos nomes ligeiramente diferentes, acreditamos que seja a mesma Ordem 3ª de São Francisco das Chagas, cuja capela se localizava na rua da casa em que Albino viveu a sua infância – a “Rua da Ordem” –, que destacamos algumas páginas atrás. Na condição

⁷⁷ Declaração de Albino José da Cruz de 17 de março de 1876. In: Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 29-33. Não foi possível retornar ao Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo após a localização desta informação.

de Comissário, ele redigiu e assinou ofício dirigido à Comissão de Saúde Pública acerca do enterro de irmãos no cemitério intramuros, propriedade da ordem⁷⁸.

Abro aqui um breve “parêntesis” transcrevendo o ofício e discorrendo sobre alguns de seus aspectos por considerá-lo elucidativo da familiaridade do padre com o universo da escrita e do repertório administrativo do padre Albino e permitir a empatia com questões envolvidas no cotidiano daquele momento histórico:

A Mesa da Irmandade da Veneravel Ordem 3ª de São Francisco da Penitencia a quem por seo Commissario foi presente o Officio de V. Rmª de 4 do fluente cobrindo copia de outro que lhe fora dirigido pela Comissão de Saúde Publica, entendeo conveniente dar prompta resposta a Comunicação de V. Rm demonstrando assim que deseja proceder com regularidade e prudência. Não he desconhecida a V. Rmª que ás Camaras Municipais incumbe a administração dos Cemiterios públicos e que os Parochos nada tem com esses estabelecimentos de repouso eterno, por conseguinte a sobredita Commissão de Saude quando entendeo dever dirigir-se a V. Rmª cumpria que a tivesse feito á Camara Municipal com quem o Governo em todas as épochas alimentou correspondência a respeito, por conseguinte são altamente mal cabidas algumas expreçoens que a Mesa disparou na Comunicação da Commissão de Saúde publica, cujas expreçoens dirigidas á Veneravel Ordem que ella representa além de injustas são pouco próprias de actos officiaes.

V. Rmª foi testemunha ocular de que occorreo no interramento do filho de hum Irmão nas catacumbas da Ordem 3ª, e esse facto demonstra que não tendo a mesma Ordem Comunicação alguma das medidas da Commissão de Saude, nem tendo a ella sido transmitida deliberação alguma que fosse relativa a inhumação de cadáveres por intermédio da Camara Municipal, não podia deixar de cumprir hum dos Santos preceitos de seo compromisso negando Sepultura ao filho de hum Irmão. Quando esta Cidade temeo a invasão do Cholera morbus a Camara Municipal prohibio as inhumações nos Cemiterios intra-muros, e tendo isso Communicado a Veneravel Ordem 3ª, ela dirigio-se ao Exmo Presidente da Provincia o Conselheiro Dr Vicente Pires da Motta, pedindo que lhe fosse concedido continuar a inhumação dos Cadaveres de seos Irmaos em seo cimiterio, essa autorização lhe foi concedida como V. Rmª conhecerá pelas copias juntas; por conseguinte bem procedeo a Veneravel Ordem dando sepultura ao filho de hum Irmão, visto como bem huma Concecção official do Governo da Provincia cuja licença não pode ser nulificada por qualquer acto ou medida da Commissão de Saude publica. *O exposto convencerá a V. Rmª dos sentimentos e firme propozito da Ordem 3ª, que continuara a usar da garanthia que lhe foi dada pelo Governo da Provincia, enquanto o mesmo Governo o permitir, porque como já expos não reconhece na Commissão de Saude publica poder para dar ordens a quem quer que seja, mas somente o milindrozo dever de propor ao Governo as medidas que forem convenientes á salubridade publica.*

A Ordem 3ª toma muito na devida consideração a arruaça de ser empregado contra ella a força armada, e sera talvez caso único e virgem ver-se huma Commissão de Saude anulando actos especiais do Governo, ordenando a prisão de huma Corporação Religiosa, e ainda mais ser o Pastor do Rebanho de Christo o executor de semelhante atentado!

Deos Guarde a V. Rmª, Consistorio da Veneravel Ordem 3ª de São Francisco da Penitencia da Cidade de Paranaguá em Mesa de 10 de Maio de 1857. (*grifos meus*).

⁷⁸ Comunicação do padre comissário da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência, Albino José da Cruz, dirigida à Comissão de Saúde Pública de Paranaguá sobre enterro de irmãos em cemitério intramuros. 10 de maio de 1857. APPR. IRM11.29.

Na qualidade de padre comissário da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência, Albino José da Cruz demarcou a posição daquela irmandade, travando conflito com a Comissão de Saúde Pública e com um integrante da igreja católica envolvido⁷⁹. O professor fez uso de uma indignada argumentação demonstrando conhecimento legal e marcando o lugar social de poder ocupado pela Ordem 3ª na sociedade imperial. Indicia, ainda, a incipiência e o limitado alcance das comissões de saúde pública e concomitantemente a cultura política de hipertrofia do poder executivo que perpassa diferentes dimensões da vida no Brasil imperial, a despeito do processo de constituição e legitimação dos poderes legislativo e judiciário. Ao ressaltar, repetidas vezes, que a Ordem 3ª “não reconhece na Comissão de Saude publica poder para dar ordens a quem quer que seja, mas somente o milindrozo dever de propor ao Governo as medidas que forem convenientes á salubridade publica” e que um ato do presidente da província em exercício em 1856⁸⁰.

Este episódio ajuda a fundamentar a argumentação que venho construindo. Nas primeiras décadas após a emancipação política do país, a sociedade vive um momento de convivência da *mentalidade* de antigo regime – que além do poder centralizado, da sociedade hierarquizada é permeada por concepções de pessoas como coletivo, tradição e costume – e da *mentalidade* liberal – de cunho iluminista e cientificista. No *Dicionário do Brasil Imperial* organizado por Ronaldo Vainfas (2008), Sheila de Castro Faria, no verbete sobre a Cemiterada (episódio ocorrido na cidade de Salvador em 25 de outubro de 1836), considera que:

O processo de mudança de lugar dos sepultamentos dos mortos de dentro e em torno das igrejas para cemitérios afastados, designados como cemitérios “extramuros” ocorrido no decorrer do século XIX, foi realizado dentro de dois quadros mais amplos. Primeiro, a ampliação dos poderes do Estado sobre a ordenação do espaço público relativo à salubridade e à urbanização – a lei imperial de 28 de outubro de 1828 regulamentou as funções das câmaras municipais, incluindo entre elas a *urbanização* das cidades, sinônimo de “civilização”, e a criação dos cemitérios fora dos templos. O segundo foi a ênfase dada pelos médicos à saúde publica. Desde o século XVIII se discutia a importância de separar mortos e vivos, resultado do desenvolvimento da medicina higienista [...] No Brasil da primeira metade do XIX, poucos foram os resultados práticos da iniciativa dos médicos higienistas, persistindo o costume de enterramentos tradicionais com a convivência ou estímulo dos padres e das irmandades [...] as confrarias sentiam que a perda do controle

⁷⁹ Cujo nome não identifiquei.

⁸⁰ Relatório do Estado da Província do Paranã apresentado ao vice presidente Jose Antonio Vaz de Carvalhaes pelo presidente Vicente Pires da Motta por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Província. Typ. Paranense de C. M. Lopes. Rua das Flores [Curitiba]. 1856.

dos funerais seria, para elas, um golpe mortal, pois era do controle das práticas fúnebres que tiravam a maior parte de seus rendimentos. (VAINFAS, 2008, p. 129-130).

A leitura cruzada da fonte e da interpretação historiográfica permite capturar o movimento da transição: das permanências e rupturas. Na instrução pública, a docência também sofre a “ampliação dos poderes do Estado” com a normatização do magistério, funcionarização do corpo docente. Paralelamente constata-se a continuidade de práticas dos mestres que transmitiam sua arte de fazer tais como nas corporações de ofício (SCHUELER, 2002).

Voltemos à Ordem 3ª recorrendo à historiografia para compreender que tipo de espaço era esse. Trata-se de um tipo de associação leiga religiosa (CUNHA, 2007). Por associações leigas religiosas compreendemos as irmandades, confrarias, arquiconfrarias e ordens terceiras. Eram agrupamentos de católicos em torno de devoções comuns e constituíam importantes espaços socializadores de vivência religiosa – doravante denominados espaços devocionais – no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Segundo Paola Andrezza Bessa Cunha (2006):

As associações leigas religiosas cumpriram papel de destaque como aglutinadoras sociais de auxílio mútuo, conjugando pessoas, algumas vezes de níveis sociais diferentes, em torno de uma mesma devoção. [...] Em todos os casos havia a elaboração de um Estatuto ou Livro de compromisso onde constavam os deveres e direitos dos irmãos, e que deveria ser confirmado pela Coroa Portuguesa; também era comum a todas as associações a assistência aos irmãos, a celebração de missas em sufrágio da alma, o enterro solene com acompanhamento dos irmãos e do capelão e a sepultura em solo sagrado. (CUNHA, 2006, pp. 1267-68).

Segundo a autora, as associações leigas foram tomadas como objeto de estudo pela historiografia brasileira, mas permanecem praticamente desconhecidas pela historiografia da educação, o que confirmamos com a escassez de estudos localizados. A autora destaca algumas possibilidades de análise do tema como a “educação moral e religiosa” praticada no interior destas instituições e a presença de “homens pardos letrados, associados a irmandades, que eram os responsáveis pelo ensino de primeiras letras” (CUNHA, 2006, p. 1267). A trajetória de Albino nos incita a propor também a problematização destas instituições como um dos espaços formadores dos professores de primeiras letras no século XIX. Os indícios são fragmentados, mas permitem a construção de hipóteses bastante verossímeis. Seguindo o fio do nome de um sujeito que se tornou padre e professor, identificamos seu pai, a situação econômica da família e a localização da residência. Investigando a vizinhança, constatamos que na mesma rua

da casa ficava o prédio do antigo Colégio de Jesuítas de Paranaguá e a Capela da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas. O mesmo sujeito se torna padre e depois professor de primeiras letras e ocupa o lugar de comissário da Ordem. Parece-nos pertinente considerar que as suas representações de escola fossem permeadas pela associação entre educação e Igreja Católica, e o percurso por ele trilhado reitera esta interpretação. A ligação entre religião e educação que o extinto colégio representava concretamente por meio do “majestoso e antigo edifício” (SANTOS, 1951, v. II p. 13) é mais óbvia. Era um dos maiores prédios da cidade e foi construído com doações de material e serviços de escravos da população, que desejava que os padres daquela ordem dessem aulas à mocidade da cidade, como já destacamos.

Mas e a ordem 3ª? O antigo vereador de Paranaguá, Vieira dos Santos, contemporâneo do protagonista deste capítulo, também considerou “dignas de história” as irmandades antigas e modernas⁸¹ de Paranaguá. Já destacamos a presença do pai do professor Albino, o capitão Bento José da Cruz na Irmandade do Seminário do Santíssimo Sacramento de Paranaguá, a de maior destaque na cidade, da qual Antonio Vieira dos Santos também foi irmão. A Ordem 3ª de São Francisco das Chagas é narrada por Vieira dos Santos ao longo de 13 páginas. Inicia-se com a criação da irmandade em 1700, ano de chegada da Ordem 3ª em Paranaguá, e termina no ano de 1833⁸². Ao fim da descrição, o autor apresenta um mapa com a “série cronológica dos padres comissários que tem havido na Ordem 3ª”. É neste mapa que o padre Albino aparece como o 22º⁸³ padre comissário, posição que voltou a ocupar em 1857, conforme

⁸¹ A “memória histórica de Paranaguá e seu município” é composta por 2 volumes. O 1º é dividido em capítulos e narra os “objetos memoráveis dignos de história”, cronologicamente, intercalando diferentes temas conforme as datas que aconteceram. No 2º, o autor divide o texto em “matérias principais”, tais como descrição geográfica, topográfica e meteorológica da cidade, governantes, embarcações, comércio, colégio dos extintos jesuítas, instrução primária e secundária, entre outros. Na edição de 1950, o 1º volume conta 402 páginas e o 2º 352, destas 100 são dedicadas, exclusivamente, às irmandades; além daquelas esparsas em passagens do 1º volume. São sete irmandades. A primeira delas é a Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual o próprio Vieira dos Santos foi irmão e tesoureiro. Consideramos que a atenção dada por Vieira dos Santos às irmandades e a ênfase à sua própria participação numa delas revela a importância destinada pelas populações à instituição enquanto espaço de sociabilidade no período, contribuindo para a construção das hierarquias e relações de poder, conforme destacamos na análise dos lugares ocupados por Bento José da Cruz, pai do professor Albino.

⁸² O autor justifica o fato de não avançar até o ano de 1850 da seguinte maneira: “Não tendo mais dados a escrever os fatos mais dignos de memórias que têm acontecido na Ordem desde o ano de 1820, inclusive 1833, e desde 1834 inclusivamente até o ano de 1850, por não obter o livro de registro de suas deliberações donde pudesse extrair o que fosse digno de história, por isso que ela aqui finda” (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, v. II, p. 138).

⁸³ Há informação de que ele atuou “desde o ano de 1822 até... (sic)” (SANTOS, 1951, v. II, p. 139), que julgamos incorreta pois foi o ano de batismo de Albino. No mapa dos párocos da Igreja Matriz, os dois últimos são exatamente os mesmos que os últimos da Ordem 3ª, respectivamente o padre Albino José da Cruz e o padre Domingos Leite de Mesquita. No entanto, no mapa da Matriz, Albino teria atuado de 1848

podemos verificar no ofício trocado com a Comissão da Saúde Pública sobre o sepultamento intramuros. Esta é a única presença de Albino no trecho reservado às irmandades, entretanto, outra “presença” chamou nossa atenção. Trata-se da recorrência de *mestres* nesta ordem. Ao todo, são citados oito: um mestre de noviços e uma mestre de noviças, quatro padres mestres, um mestre pedreiro e um mestre sapateiro, todos irmãos terceiros – entre os padres, dois atuaram em Paranaguá e dois eram superiores provinciais da Ordem. Nas demais irmandades de Paranaguá descritas por Vieira dos Santos (1850), não localizamos padres mestres e a recorrência de *mestres* é algo que passa despercebido. Seria esta presença indicativa de que se tratava de uma Ordem de mestres? É possível estabelecer algum tipo de relação entre a Ordem 3ª e a docência? Silvio Adriano Weber (2009), ao estudar a “A congregação de senhores e escravos na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Século XIX”, afirma que as irmandades foram criadas na Europa, no final do período medieval:

[...] frutos da desestabilidade e insegurança daquele contexto, as irmandades eram instituições que arrebanhavam muitos cristãos em busca de socorro social e espiritual. No princípio teriam sido concebidas em torno de concepções semelhantes às *corporações de ofício*, separadas por profissões. Este foi o modelo português segundo Mary Del Priore, formando sempre sob a invocação de um santo patrono as irmandades de sapateiros, carpinteiros, etc. (WEBER, 2009, p. 05, *grifos nossos*).

Talvez a Ordem 3ª tivesse alguma relação mais específica com certos ofícios e daí a presença de mestres pedreiros e sapateiros. Não conseguimos avançar neste ponto. Contudo há a importante dimensão do noviciado, também destacada por Cunha (2007) para o caso mineiro:

Somente no caso de Ordens Terceiras de franciscanos e carmelitas, *os pretendentes deveriam passar por um processo de noviciado, pois buscavam a perfeição da vida cristã*. Esse noviciado era conduzido pelo Mestre e pela Mestra de Noviços, que eram Irmãos que cumpriam requisitos, também delimitados nos Livros de Compromisso, com o poder de admoestar e repreender aqueles que não seguiam o que era prescrito pela associação. (CUNHA, 2007, p. 67, *grifos meus*).

O diferencial das ordens terceiras residia em dois aspectos: a exigência de noviciado para ingresso e a presença de mulheres. Seus pretendentes, mesmo não pretendendo ordenarem-se, passavam por um processo de noviciado para ingressarem na irmandade, e tornarem-se um irmão professo. Tratava-se de uma iniciação religiosa que era conduzida por irmãos – a mestre de noviças e o mestre de noviços – e durava

a 1849 e o Padre Domingos Leite de Mesquita de 1849 até alguma data posterior à 1850 (SANTOS, 1951, v. II, p. 50). Consideramos que sua atuação como padre comissário dos irmãos terceiros tenha se dado neste mesmo período.

um ano. Durante este tempo, “o noviço deveria realizar os mesmos exercícios espirituais dos irmãos professores [...] sob a supervisão do mestre [...] auxiliar em diferentes celebrações o mestre dos noviços fazendo peditórios, arrumando a igreja em dias de jubileu” (MORAES, 2005, p. 9).

Acreditamos que os “padres mestres” citados na descrição de Vieira dos Santos fossem mestres de noviços e, talvez, tenham atuado como professores particulares ou públicos. A experiência de conduzir os noviços – e no avesso desta a de ser noviço, um aprendiz que imita e auxilia o mestre – pode ter contribuído para a constituição de uma espécie de “repertório docente”, como ocorreu com o padre-mestre Albino José da Cruz – hipótese que sinalizamos e que merece investigações mais aprofundadas nas pesquisas em história da educação.

Juliana Mello Moraes (2005) em comunicação intitulada “Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, século XVIII” compara a ordem 3ª de Braga e a de São Paulo. Nestas, o processo de recrutamento envolvia procedimentos morosos:

Inicialmente, o pretendente deveria fazer uma petição formal a mesa administrativa da ordem, dando informações pessoais e familiares. Em seguida, os mesários votariam sobre a aceitação do pedido, para em seguida fazer os interrogatórios com o objetivo de obter informações a respeito da família do futuro irmão, da sua *conduta, dos seus rendimentos financeiros e, também, sobre seu estado físico*. Com a obtenção das respostas novamente executariam votação para finalmente aprovar a entrada do novo membro ao noviciado (MORAES, 2005, p.7).

Ainda segundo a autora, “exigências relacionadas à limpeza de sangue e a conduta moral dos futuros membros da associação, faziam parte dos critérios de recrutamento de todas as ordens terceiras” (MORAES, 2005, p. 7). Identifica-se a composição das ordens 3ª como sendo de “homens brancos e abastados” (CUNHA, 2007, p. 73), “dentre as irmandades e confrarias coloniais, a de maior prestígio e requinte” (BARBOSA, 2010, p. 101). Características que se combinam com as do padre Albino, como já pudemos observar anteriormente.

No que diz respeito ao noviciado na Ordem 3ª de São Francisco das Chagas, em Paranaguá, temos poucas pistas. Mais uma vez recorremos às *Memórias históricas* de Vieira dos Santos. No ano de 1746, temos notícia de que:

[...] foi congregada a mesa da Venerável Ordem 3ª e nela fizeram uns estatutos particulares enquanto se não admitam as regras dos estatutos de S. Francisco das Chagas da Cidade de Lisboa, e por eles a Ordem poder governar-se [...] Esta venerável Ordem é composta de 1 ministro, 1 vice-ministro, 1 mestre de noviços, 1 síndico, 1 secretário, 1 vigário de culto, 6

definidores, um ou dois zeladores e 2 sacristães; as irmãs, *1 mestra de noviças*, e 1 juíza de Santa Rosa, na forma que determina o cap. 5 dos estatutos das Chagas. (SANTOS, 1951, v. II, p. 131, *grifos meus*).

A composição da “Venerável Ordem 3ª” de Paranaguá é quase idêntica às de Braga e São Paulo (MORAES, 2005). Observa-se a presença de um “mestre de noviços” e uma “mestra de noviças” – confirmando a presença de mulheres nesta irmandade, também em Paranaguá⁸⁴. Em abril de 1790, a Ordem designou o “adro da igreja território para casa do noviciado” (SANTOS, 1951, v. I, p. 179). São indícios de que a experiência do noviciado também constituiu uma etapa do processo de ingresso dos irmãos terceiros em Paranaguá e, talvez, tenha contribuído na constituição da experiência docente do Padre Albino.

Após a análise de alguns elementos relacionados com os pertencimentos familiares e sociais de Albino, da trajetória do aluno de primeiras letras e gramática latina, do (provável) noviço, irmão e padre comissário da Ordem 3ª de São Francisco, voltemos ao já professor padre Albino da 2ª cadeira de primeiras letras de Paranaguá, a partir de 1845. Albino passou a concorrer com o professor público preterido por sua família para sua escolarização elementar e com seu ex-mestre, que continuava atuando como professor particular. Pouco tempo após abrir sua aula, apresentou um número bastante elevado de alunos, bem maior do que os dos demais professores de primeiras letras daquela cidade, como já vimos antes. Constatamos que tanto o professor público Hildebrando, quanto o particular Francisco Felix possuíam um número maior de alunos quando recuamos ao momento imediatamente anterior à criação da 2ª Cadeira. Portanto, ambos perderam alunos após a abertura da aula de Albino e deduzimos que parte deles se transferiu dos dois professores mais antigos para o novo. Ao cruzarmos os mapas de frequência de alunos dos três professores, identificamos cerca de 30 alunos que frequentavam a aula de Hildebrando ou Francisco Felix e se transferiram para a do padre⁸⁵.

⁸⁴ Sobre as mulheres na Ordem 3ª de Paranaguá, Antonio Vieira dos Santos (1850) destacou: “O antigo costume de acompanharem as mulheres dos irmãos não deixa de ser um estilo singular porquanto nesse caso deveriam ir incorporadas à Ordem, se é que fossem terceiras, indo adiante da procissão, debaixo da cruz alçada com as suas baetas pretas, e seus cordões, mostraria este ato uma aparência bem exótica, pois que não era possível se não fosse para elas terem esta regalia de obterem licença do Bispo, quando as escravas e outras mulheres de igual classe podem acompanhar livremente atrás das procissões, mas isto seria estilo daqueles tempos” (SANTOS, 1951, v. II, p. 130).

⁸⁵ Ver apêndice 1 na página 203: Quadro dos alunos do professor padre Albino José da Cruz que frequentavam as aulas dos professores Hildebrando G. C. Gamito e Francisco Felix antes de 1845 e se transferiram para a 2ª Cadeira.

Dos noventa e dois alunos de Albino em outubro de 1845 e dezembro de 1846, pelo menos vinte e quatro haviam se transferido das aulas de primeiras letras já existentes antes da criação da 2ª cadeira. Outros oito meninos eram irmãos de ex-alunos dos antigos professores Hildebrando e Francisco Felix. Este elemento é importante, pois significa que, embora o aluno não tenha sido transferido (pois provavelmente já havia deixado a escola), houve a transferência das famílias que optaram pelo novo professor. Dos trinta e dois alunos e irmãos que migraram para a aula do professor padre Albino, cinco eram irmãos de e quinze alunos de Hildebrando; e três eram irmãos de e oito alunos do professor particular Francisco Felix.

Que elementos estariam envolvidos na preferência das famílias pela aula do professor Albino? Recorramos aos indícios da trajetória do padre Albino narrados até aqui para sinalizarmos algumas possibilidades. Nossa hipótese é a de que um elemento preeminente, nesta preferência das famílias, era a vinculação católica do professor. Ainda nos dias de hoje, a representação da formação religiosa de boa qualidade é recorrente e as instituições confessionais gozam da confiabilidade de parte significativa das famílias. Acrescenta-se o fato de que no século XIX, a igreja católica era um espaço importante de acesso dos indivíduos à cultura letrada. Historicamente, a população estabelece correspondência entre formação religiosa e erudição. Em Paranaguá, num período anterior relativamente próximo, a população se mobilizou para viabilizar a vinda dos jesuítas para abertura de um colégio na localidade, como destacamos há pouco. Embora seja possível identificar um incipiente processo de laicização, como bem exemplifica a transferência da incumbência dos funerais para as Câmaras municipais, vida cotidiana e igreja católica estavam imbricadas no século XIX. Nascimento, casamento e morte – três momentos marcantes da vida – eram registrados pela igreja até 1875. O exemplo das irmandades dá a dimensão da diversidade de esferas em que ela marcava sua presença. Nesse sentido, consideramos que o espaço católico contribuiu para a constituição da experiência docente do professor e, vale destacar mais uma vez, *padre* Albino e, ao mesmo tempo, conferiu maior legitimidade e credibilidade junto à população, algo próximo de uma conversão de capital cultural religioso para “capital docente”. Operando com o conceito de capital cultural proposto por Pierre Bourdieu (1989, 1998) para o qual:

“O patrimônio econômico e o patrimônio cultural, conjunto de recursos do grupo familiar em estado objetivado, sob a forma de bens materiais (por exemplo, os livros, os instrumentos musicais ou, atualmente, os computadores) ou, no caso da cultura, em estado incorporado em cada membro do grupo familiar, tendem a impor aos seus detentores o

reconhecimento prático e tácito do seu valor, à medida que favorecem o desenvolvimento de disposições ajustadas à posição social que lhes caracteriza (BOURDIEU: 1989, p. 226).

Consideramos que o prestígio social e a erudição como marcas do capital cultural de padres e bispos quando convertidos para os professores conferiam-lhes maior reconhecimento tanto de uma melhor formação quanto de acesso a privilégios que a Igreja Católica poderia possibilitar: o “reconhecimento tácito” da “cultura incorporada em cada membro”. E no caso de Albino, vale destacar mais uma vez a longa trajetória de escolarização – experiência diferenciada até mesmo da de seus irmãos. Nesta perspectiva, considero pertinente considerar a questão da transferência de “capital docente”, de um “estado incorporado” por Albino, acumulado, após muitos anos como aluno de Francisco Felix da Silva como fator que pode ter contribuído para a preferência das famílias por este professor. Sabemos que até 1845 coexistiram, oficialmente, duas aulas de primeiras letras em Paranaguá, uma pública regida por Hildebrando Gamito, desde 1828, e uma particular regida por Francisco Felix, provavelmente desde 1819. Alguns elementos que perpassam as *Memórias* de Vieira dos Santos (1850) permitem aventar a hipótese de que o professor particular gozava de maior prestígio – ao menos de uma parcela das famílias. No espaço reservado à “Instrução Pública: instituição das aulas de primeiras letras e cadeira de latinidade na Cidade de Paranaguá”, Antonio Vieira dos Santos considerou que:

Depois da morte do professor o Padre Antonio da Silva Neves, em 1815, não havendo quem se opusesse à cadeira [de primeiras letras] porque o ordenado que a Nação pagava não convidava, haver opositores à mesma e não havendo quem ensinasse a mocidade no interregno até 1819, alguns cidadãos particulares abriram suas aulas a darem este ensino, tais foram:
[...] O cidadão Francisco Felix da Silva abriu a sua para o sexo masculino e nela admitia meninas debaixo do ensino de uma sua filha e esta aula particular tem existido efetivamente até o presente, *porque esse mestre é incansável, ativo e cuidadoso do adiantamento de seus discípulos, por isso sempre muito frequentada*, em 1831 andavam nela aprendendo 46 meninos e 8 meninas; em 1835 tinha 39 meninos e 19 meninas; em 1836, 34 meninos e 15 meninas. (SANTOS, 1951, v.II, p. 289, *grifos meus*)⁸⁶.

A passagem acima demonstra como Antonio Vieira dos Santos atribuía adjetivos aos seus contemporâneos e construía a memória da cidade. Ele deixa explícito que estimava o professor Francisco Felix. Em contrapartida, a presença de Hildebrando é bastante discreta nos escritos de Vieira dos Santos. O autor não recorria a adjetivos

⁸⁶ Curiosamente, após esta afirmação, o autor abre um novo subtítulo “Aulas particulares que houve em Paranaguá” e arrola três aulas particulares, cronologicamente. Em seguida, retoma as aulas públicas sem abrir um novo subtítulo, donde o leitor desavisado que fizer uma leitura apenas dos títulos pode subtender erroneamente que não houve aulas públicas em Paranaguá entre 1819 e 1850.

quando se refere ao professor da 1ª cadeira, informava apenas que era a “sua aula sempre muito frequentada” (SANTOS, 1951, v.II, p. 289). Lembrando que Hildebrando não deixou vestígios de uma inserção social destacada e sendo professor público, possivelmente de muitos alunos pobres – pode não ter sido considerado uma figura “digna de história”⁸⁷ para Vieira dos Santos.

Lancemos o foco de nossa análise sobre o professor particular. De acordo com as informações recolhidas ao longo das *Memórias históricas de Paranaguá*, Francisco Felix era tenente e compôs a vereança de Paranaguá entre 1811 e 1812⁸⁸. Em 1811, foi um dos membros da “Câmara [que] fez à Sua Alteza Real a primeira representação para ser dividida esta Comarca em nova Província” (SANTOS, 1951, v. I, p. 218-219). O engajamento na tentativa de separação da 5ª Comarca é bastante estimado por Antonio Vieira dos Santos que dedicou muitas páginas da *Memória histórica de Paranaguá* às tentativas de emancipação⁸⁹. O professor Francisco Felix voltou à vereança da ainda vila, entre 1837 e 1838, assinando ofícios da câmara que acompanhavam os mapas de alunos das escolas públicas e particular de primeiras letras:

⁸⁷ Faço aqui um jogo de palavras. Antonio Vieira dos Santos refere-se recorrentemente aos fatos “dignos de história” (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, v. II, p. 138) e, provavelmente, também tinha um critério para as pessoas dignas de história.

⁸⁸ Nestes mesmos anos, João Vieira dos Santos, irmão de Antonio Vieira dos Santos, também compôs a vereança de Paranaguá.

⁸⁹ Além de narrar as tentativas empreendidas pelo paranaguenses ao longo do primeiro volume (o volume cronológico), o autor também dedicou as últimas quinze páginas ao tema: “CONCLUSÃO – Por último remate das memórias históricas exaradas neste livro e maior glória dos paranaguenses, vou inserir as enérgicas representações que a ilustre Câmara da Cidade de Paranaguá e as da Cidade de Curitiba e das Vilas de Antonina e Morretes levaram ao conhecimento da Assembléia Geral Legislativa para ser elevada esta Comarca à categoria de uma nova Província do Império Brasileiro” (SANTOS, 1951, v.I, p. 353 a 368).

Figura 19: Ofício da Câmara de Paranaguá de 19 de outubro de 1838. AESP, CO 5017.

Ilmo e Exmo Snr

Paranaguá

A Camara Municipal desta Villa de Paranaguá envia com este as listas dos Alumnos que frequentam as Aulas, Publicas e particulares, que prestarão os Professores mestres, quais aulas a Camara observa o bom estado em que se achão. Deos guarde a V. Ex^a. Paço da Camara Municipal, em Sessão Ordinaria de 19 de 8bro de 1838.

Ilmo e Exmo Snr Prezde da Provincia.

João Machado de Lima
Manoel Antonio Guimarães
Filippe Tavarers Miranda
Francisco Felix da Silva
Francisco [??] da Rocha
Manoel Araujo França
Manoel Antonio Pereira

Também compunha a “Sinopse dos cidadãos paranaguenses da principal nobreza que tem servido os cargos da governança da mesma Cidade desde o ano de 1800 a 1850” (SANTOS, 1951, v. II, p. 37). Os indícios permitem a hipótese de que o professor Francisco Felix preferia atuar como professor particular, talvez porque o ordenado de professor público “não convidava”, como informava Vieira dos Santos, talvez por ensinar crianças de famílias que não queriam seus filhos nas escolas públicas. Acreditamos que a sua inserção política e o prestígio como “mestre incansável e cuidadoso” teriam permitido a Francisco Felix tentar ocupar tanto a 1^a quanto a 2^a cadeira quando estas foram postas a concurso. Ele não o fez, permaneceu como professor particular e também recebia meninas que aprendiam com sua filha Caetana Leonizia da Silva⁹⁰. Foi o único professor particular das localidades da 5^a Comarca a enviar mapas dos seus alunos com regularidade⁹¹, talvez pela influência de seu colega Hildebrando que destacamos no capítulo anterior, somada à obrigação de dar o exemplo como membro da Câmara, órgão designado para a fiscalização destas aulas naquele

⁹⁰ Alguns casos de atuação familiar foram identificados na 5^a Comarca. A família Neves, em Morretes, com os irmãos Francisco da Silva Neves e D. Francisca das Neves e a sobrinha Rita das Neves.

⁹¹ Ao menos, o único que teve sua série conservada pelo Arquivo do Estado.

momento. Neste caso, uma iniciativa particular provinha de um indivíduo inserido na administração pública municipal (LIMEIRA, 2010, p. 107).

O professor continuou atuando até, pelo menos, 1850⁹². A nossa leitura é a de que o fato de Albino ter frequentado a aula de Francisco Felix por oito anos e os dois pertencerem ao círculo social do que poderíamos designar famílias “afortunadas” (LEANDRO, 2003) promoveu uma espécie de transferência de capital docente do primeiro para o segundo. Compartilhando uma rede de sociabilidades comum, após a frequência na aula particular de primeiras letras por oito anos, quiçá como um aluno mestre ou monitor, sendo descendente de portugueses inseridos nas instâncias administrativas e devocionais, ao abrir sua aula na 2ª cadeira, uma cadeira pública e, portanto gratuita, vale ressaltar, Albino tornou-se uma opção que parece ter sido considerada interessante e atraente por muitas famílias.

O pertencimento geracional é outro fator que pode ter ocasionado a transferência de alunos. Hildebrando abriu sua aula em 1828 e a forma/espço do texto no qual Vieira dos Santos dá notícia da aula de Francisco Felix, leva a crer que sua aula tenha sido aberta em 1819. Em 1845 já contavam mais de 16 anos de magistério. A representação do novo ligada à figura do jovem professor – que contava cerca de 23 anos de idade em 1845 – somada ao prestígio religioso e social podem ter contribuído com a opção das famílias por Albino.

Fragmentos de práticas docentes

Passo a seguir a uma leitura de fragmentos das práticas docentes do professor Albino por meio de seus mapas de frequência. O quadro 11 – com o mesmo formato dos quadros apresentados no capítulo anterior – foi elaborado também para dar visibilidade às *categorias* presentes ou não nos mapas deste professor. Lembrando que na primeira linha, estão as categorias analíticas que correspondem aos dispositivos identificados por Vidal (2008) e na segunda, em *itálico*, as categorias dos próprios professores.

⁹² O último mapa que localizamos é de 30 de junho de 1847 (AESP CO 5017). Kubo (1982) refere-se a mapas do professor até 1850. Francisco Felix da Silva é um dos professores arrolados no “Mappa demonstrativo das Escollas de 1ªs Letras do Municipio da Cidade de Paranaguá, e o nº de alunos q. as frequentarão no anno de 1850” com 34 alunos ensinando as seguintes “matérias: Ler, escrever, contar”. (AESP CO 5017).

Quadro 12: Análise das Categorias dos mapas de frequência de Albino José da Cruz.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	Gestão		Contabilidade	Identificação				Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos					
CATEGORIAS : PROFESSORES 5ª COMARCA	Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Número	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento*	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS		Era informada a frequência de alguns alunos na categoria "Observações". Exs: "É frequente"; "Pouco frequente".											
22-out-1845													
09-dez-1845													
24-jan-1846													
04-jun-1846													
24-out-1846													
21-mar-1847													
21-jun-1847													
20-dez-1847													
22-mar-1848													
22-jun-1848													
22-set-1848													
20-nov-1849													

Fonte: Mapas de frequência do professor Albino José da Cruz. AESP. CO 5017.

* Foram incluídas nesta categoria quando os professores usaram apenas o termo "adiantamento", ou as expressões "adiantamento actual" ou ainda "Estado de adiantamento". "Grau de adiantamento que tem tido os alunos", "Adiantamento em razão ao tempo que cada indivíduo tem de Aula".

Legenda:

	Categoria presente
	Categoria ausente
	Informação parcialmente contemplada em outra categoria
	Ausência de mapa neste ano

Uma primeira característica se destaca no conjunto de mapas de Albino: a permanência das categorias. Nos cinco anos foram doze mapas com as mesmas sete categorias – idênticas. A sequência do quadro acima não coincide com a utilizada pelo professor. Ele ordenou as informações sobre seus alunos da seguinte maneira: matrícula (ano, mês, dia), números, nomes, idades, naturalidades, filiações, observações. Uma ausência é significativa, o professor não registrou o estado em que os alunos entraram em sua aula, categoria utilizada pelos professores de Paranaguá desde 1844 (Hildebrando e Joanna) e acrescentada em 1846 pelo ex-mestre de Albino, o professor particular Francisco Felix. A ausência da informação estaria relacionada com a intenção de omitir os conhecimentos prévios de seus alunos, muitos deles adquiridos em outras

escolas de primeiras letras? Pode-se aventar tal possibilidade pela importância de se ter alunos “prontos” para exames no período:

[...] um professor cujos alunos demorassem muito para aprender ou que nunca tivessem sido considerados “prontos” para os exames públicos, não era considerado “bom”. Então, além da assiduidade, o desempenho dos alunos, do seu tempo de aprendizagem e as opiniões “gerais” eram também critérios professores de primeiras letras (SILVA, 2007, p. 175-176).

Omitindo o que os alunos sabiam ao ingressar, o professor apresentaria alunos prontos em pouco tempo.

Embora o professor tenha preferido não mudar ou não tenha tido tempo e/ou repertório para elaborar novas categorias, as especificidades da arte de ensinar iam emergindo das suas práticas e sendo depositadas na vaga e ampla coluna “Observações” – onde quase tudo cabia. O quadro abaixo busca destacar as diversas dimensões da prática docente, na linguagem do próprio professor, presentes nesta coluna de seus mapas.

Quadro 13: Composição da categoria “Observações” nos mapas do professor Albino.

“OBSERVAÇÕES”							
Tipo de informação	Saberes		Estado/ estágio	Conduta		Frequência	Inteligência
	Leitura e escrita	Aritmética		Aplicação/Aprovei- tamento			
Exemplos	Lê e escreve	4 operações	Principiante	Muito vadio		É frequente	Pouca inteligência
	Carta de nomes	Contas de juro	Sofrível- mente	Boa conduta	Pouco aproveita	Alguma assiduidade	É inteligente
	Carta de escrita	Contas de caixaria	Não bem	Excelente conduta	Muito aplicado	Pouco frequente	Tem boa inteligência
	Gramatica	Proporção	Finalmente	Porta-se bem	Tem aproveita- mento	40 faltas	Com muito boa inteligência
	Lê cartilha	Duas operações	Excelente	Bem morigerado	Nada aproveita	Faltou 18 dias por moléstia	Pouca compreensão
	Debuxa	Primeira operação		Não bem comportado		Não é frequente p. indigente	Nada compreende
		Taboada		Conduta regular		32 faltas sem motivo	Compreende facilmente
		Rateio		Bom comportamen to		Está ausente p. doença	
				Com conduta exemplar			

Legenda

	Termos para análise (meus)
--	----------------------------

No quadro acima, classifiquei as informações que o professor fornece de forma dispersa na coluna “Observações” com denominações que elaborei a partir de termos por ele utilizados – saberes, estado/estágio, conduta, aplicação/ aproveitamento, frequência e inteligência. Sobre os diversos alunos, ele destaca dimensões diferentes. Há aluno com a seguinte observação: “Lê e escreve. Excelente conducta. Muito aplicado.” Outro é “Principiante com muito boa inteligência”. Outro “Lê carta de nomes. Muito Vadio. 40 faltas”. Ou seja, em alguns casos, o professor informa somente em que estágio se encontra o aluno nos saberes de leitura, escrita e aritmética. Em outros acrescenta informações sobre a conduta, muitas vezes misturadas com o que chamei de aplicação/ aproveitamento – que parece ter a ver com a dedicação do aluno aos estudos. Já as informações sobre frequência e inteligência são mais esporádicas, presentes apenas em casos extraordinários: de alunos muito assíduos, pouco frequentes, pouco inteligentes, que nada compreendem, inteligentes, e, raramente, “com muito boa inteligência”. Como já destacamos no capítulo anterior, a prática escriturística de constituição do que era ou deveria ser a experiência discente, de classificação e hierarquização dos alunos constitui uma dimensão importante da experiência docente – o movimento de refinamento pode ser constatado nos mapas de Albino apesar da permanência das categorias.

Façamos a análise seguindo a sequência do quadro. Constata-se que os saberes restringiam-se à leitura, escrita e aritmética. Para leitura e escrita, o professor se valeu de seis diferentes formas de descrever o grau de adiantamento. Ao descrever os saberes de cada aluno, a relação com o que denominei “estado” é intrínseca. Havia alunos principiantes que provavelmente “debuxavam”, ou seja, traçavam os contornos das letras e possivelmente seguiam com as cartas de nomes e de escrita, lendo cartilha até ler e escrever e chegar à gramática. Em aritmética, os alunos provavelmente aprendiam cada uma das quatro operações, depois tabuada e proporção e por fim chegavam aos saberes voltados para o comércio. Ou seria o oposto? Partiam dos usos cotidianos da aritmética para aprenderem as quatro operações? Albino demonstrou destreza para incorporar as regras e “jogar o jogo” do magistério. Ele incorporou os saberes aritméticos próprios do comércio (“caixaria, juros, rateio”⁹³), que haviam sido

⁹³ “Listas dos Alunos que se acham Matriculados na 2ª Escola de 1ªs Letras da Cidade de Paranaguá”. Albino José da Cruz. 21 de junho de 1847 e 20 de dezembro de 1847. AESP. CO 5017.

acrescentados pelo professor Hildebrando Gregoriano às suas aulas de primeiras letras em 1834 (“contabilidade”), provavelmente, atendendo a uma demanda da localidade – uma cidade portuária. Albino não fez referência a este tipo de conhecimento nos mapas de 1845 e 1846, foi algo incorporado a partir de junho de 1847, mapa no qual encontramos alunos em *caixaria*, *juros* e *rateio*. Consideramos que pode ter sido o contato com os mapas de frequência do professor Hildebrando ou que a própria população pode ter solicitado, visto que tudo indica que havia demanda popular por este tipo de saber.

Uma dimensão bastante presente nas notas escritas pelo professor Albino sobre seus alunos é a conduta. Para quase todos, foram tecidos breves comentários classificando o modo como os alunos se comportavam nas aulas. Desde formas negativas como “muito vadio”, passando por meninos “não bem comportado[s]”, com “conduta regular”, até os com “boa conducta”, “bem morigerados”, com “bom comportamento e, os avaliados de forma mais positiva como tendo condutas “excelente” ou “exemplar”. O professor também qualificou alguns alunos como aplicados e com bom proveito, o que interpretei como um desdobramento da avaliação da conduta, mais ligada com o desempenho e aprendizado.

Outra ausência na série é a de uma categoria própria para frequência. O tema também é contemplado esporadicamente pelo professor nas “observações”. No entanto, diferente de Hildebrando, este professor não estabelece relações diretas entre frequência e aproveitamento dos alunos.

Por fim, destaquei no quadro alguns termos utilizados para designar a compreensão e inteligência dos alunos. Poucos foram qualificados como inteligentes ou com “pouca compreensão”. Nesse sentido, a avaliação deste professor também começava a considerar os talentos inatos importantes para a aprendizagem escolar (GOUVEA, 2001).

A análise da nomenclatura presente nas anotações permitem vislumbrar fragmentos de um mosaico que compunha as práticas e os modos como os professores construía inteligência para os fatores considerados determinantes para o aprendizado dos alunos e constituía “uma terminologia propriamente escolar” (GOUVEA, 2001, p. 284). A prática escriturística de constituição do que era ou deveria ser a experiência discente, de classificação e hierarquização dos alunos, constitui uma dimensão importante da experiência docente e também pode ser apreendida nos mapas de Albino apesar da permanência das categorias.

Vestígios de vivência cotidiana e o lugar da docência na memória-histórica de Paranaguá

Outra peculiaridade dos primeiros mapas de Albino é a de se configurarem, inicialmente, como escritas exclusivamente reservadas ao sexo masculino. Além dos nomes dos meninos e do próprio professor, o autor registrou na categoria “filiações” apenas os nomes de pais de seus alunos, usando a expressão “pai incógnito” para os filhos ilegítimos. Em outubro de 1845, dos 41 alunos, 13 eram filhos de “pai incógnito” (mais de 30%). No mesmo ano, em dezembro de 1845, o professor substituiu a expressão pelos nomes das mães dos meninos. Em janeiro de 1846 voltou a registrá-los como filhos de incógnitos, que naquele ano eram 14, tendo o número total de alunos aumentado para 82 (o que fazia o percentual de crianças ilegítimas baixar para 17%). A partir de outubro de 1846, o professor definitivamente abriu um pequeno espaço às mulheres nos seus mapas. A expressão “pai incógnito” desapareceu e muitas mães de meninos que frequentavam a 2ª cadeira de primeiras letras tiveram seus nomes registrados, indiciando que a escola talvez não fosse um ambiente estritamente masculino, já que as mães dos meninos, provavelmente, a frequentavam ao menos para a matrícula. Não temos pistas mais precisas sobre o que pode ter levado o professor a não registrar os nomes das mães inicialmente e passar a fazê-lo um ano depois, talvez estas crianças fossem de condição liberta ou escrava.

Corrêa (1993) destaca as uniões irregulares como formas alternativas de organização familiar, formas de vivenciar o cotidiano reconhecidas pela sociedade, mas que eram, muitas vezes, caracterizadas como *desordem* pelo estado imperial, em contraposição à família patriarcal, que representaria a *ordem*. Nesse sentido, o registro dos meninos ilegítimos como filhos de “pai incógnito” estaria dentro da lógica que identificava família patriarcal à ordem desconsiderando o nome da mãe para identificação da *filiação*; lógica inicialmente acionada pelo professor Albino e abandonada no ano seguinte, quiçá, como reação a alguma ação de resistência exercida por esta sociedade de muitos ilegítimos e muitas mães solteiras. Façamos novamente um deslocamento temporal, desta vez para o ano de 1876, ano do falecimento de Albino. Três anos antes, já doente, o padre-mestre realizou um processo de perfilhação com escritura pública de reconhecimento de dois filhos. Uma declaração sua, feita às

vésperas da morte, em março de 1876, junta aos autos do seu inventário, tinha o seguinte “teor”:

Albino José da Cruz. Presbytero Secular do Bispado de São Paulo: declaro que sou natural de Paranaguá, que meus pais foram bem conhecidos, que tomei a Sagrada Ordem de Presbytero em dose de maio de mil oito centos e quarenta e cinco, sendo o Bispo celebrante o Padre Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, e que faleceu no anno seguinte. *Declaro mais, que sou homem, por isso pecador, tive dois filhos, que os reconheci por escriptura publica se não me falha a memoria em mil oitocentos setenta e treis, cujo traslado está com meus papeis em uma lata na gaveta da Comoda, José Albino das Dores e Maria Joanna da Costa os quaes são meus legítimos herdeiros [...]* (grifos meus)⁹⁴.

A questão dos ilegítimos perpassa a sociedade oitocentista atingindo indivíduos de distintos pertencimentos étnicos e sociais, como é o caso do padre-mestre Albino que, a despeito dos votos de castidade, “por uma d’aquelas fragilidades a que estão sujeitos todos os homens neste mundo”⁹⁵, experimentou formas alternativas de vivenciar o cotidiano; teve dois filhos, o primeiro com Maria Caetana das Dores e a segunda com Leocádia Maria da Costa⁹⁶, ambas “sem impedimento”, a segunda viúva. Os filhos perfilhados pelo padre nasceram em torno de 1858 e 1866 de acordo com as informações sobre o processo apresentadas no inventário.

Aproveitemos o deslocamento até 1876, ano da morte do professor, para observarmos a notícia do jornal “A Província do Paraná” de 21 de maio de 1876, sobre

⁹⁴ Declaração de Albino José da Cruz de 17 de março de 1876. In: Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 29-33.

⁹⁵ Expressão presente na “Escritura Pública de reconhecimento de filhos” junta aos Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 34-35: “Escritura pública de reconhecimento de filho que faz o padre Albino José da Crus, como abaixo se declarou, saibão quantos este publico instrumento virem que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e setenta e treis, aos oito dias do mês de março do dito anno, nésta Cidade de Paranaguá, e em casa de morada do Reverendo Padre Albino José da Crus, tabelião de [?] vim executar e sendo ahi presente o referido padre Albino José da Crus, por ele me foi dito em presença das ditas testemunhas, adiante marcadas e assinadas, sendo já Clérigo de ordem [...], porem que, por uma d’aquelas fragilidades a que estão sujeitos todos os homens neste mundo, teve com Maria Caetana das Dores, natural desta cidade, mulher solteira sem impedimento algum, e hoje falecida, um filho de nome José Albino das dores, que hoje conta desenove anos de idade, e é natural d’esta cidade; e em Leocádia Maria da Costa, viúva de Joaquim Maria da Costa Ferreira, mulher viúva e sem impedimento algum, teve uma filha de nome Maria Joanna da Costa, que conta hoje 14 anos de idade, natural desta Cidade, os quaes ditos seus filhos, é sua vontade perfilhalos, como por esta perfilhada os tem e reconhece-os com seus legítimos filhos, para que eles possam ser seus herdeiros e gozar de todas as honras e prerrogativas como se legítimos fossem, em virtude da lei de 02 de setembro de 1847.

⁹⁶ É possível que as relações escolares tenham perpassado diferentes momentos da vida de Albino. No mapa de frequência do professor Francisco Felix de 8 de dezembro de 1836, em que Albino era o primeiro aluno da lista, há, entre as meninas, uma aluna chamada Leocadia da Costa. A mãe da filha reconhecida se chamava Leocádia Maria da Costa. AESP. CO 5017.

o falecimento do padre Albino. Neste obituário, a *ordem* imperial, representada pela família patriarcal, é preservada com a omissão do reconhecimento dos filhos realizado pouco tempo antes pelo padre. Observemos a figura com o recorte da página do jornal:

Figura 20: Recorte do jornal A Província do Paraná de 21-05-1876 (p. 03).

Proponho a leitura do obituário articulada às considerações de Joaquim Manoel de Macedo, em 1863, na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (RIHGB) sobre os escritos biográficos dos mortos.

O elogio acadêmico de um finado não póde ser uma biografia escripta com toda a severidade dos preceitos da historia, porque n'esta deve somente fallar a justiça e n'aquella podem desafogar-se a estima e a saudade; em uma a imparcialidade sentença, no outro a gratidão paga um tributo; sentença e tributo porem que são igualmente generosos e nobres quando nascem da consciêcia e firmam-se na verdade. Os elogios justos, diz Voltaire, são um perfume que se reserva para embalsamar os mortos⁹⁷.

Joaquim Manoel de Macedo, contemporâneo dos professores da 5ª Comarca, diferencia o “elogio acadêmico de um finado” da “biografia escripta com toda a severidade dos preceitos da historia”. O obituário acima compartilha da perspectiva do

⁹⁷ *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (RIHGB), Tomo 26, 1863, pp. 925-926.

texto sobre o falecido como um tributo com o objetivo de expressar gratidão e saudade e omite assuntos que, na lógica patriarcal do estado imperial, poderiam causar algum tipo de demérito à memória do padre. O compromisso com a verdade é subsumido pelo enaltecimento do sujeito.

Além da omissão dos filhos do padre, a leitura desta notícia no interior de um estudo sobre a experiência docente surpreende pela absoluta ausência de qualquer referência à sua atuação como professor de primeiras letras. Uso o mote do lugar da docência (ou ausência de) na memória-histórica sobre o padre-mestre Albino para alinhar os fios da trama (uma, entre várias possíveis) que me propus tecer e encaminhar para o desfecho do capítulo.

Pelo noticiário, a imensa perda que a cidade de Paranaguá acabara de sofrer parece não ter nenhuma relação com a instrução pública. No verbete sobre Albino com o qual iniciei o capítulo, a referência à docência é pontual: “foi p. mestre”. Na notícia, nenhuma menção é feita. Esta ausência pode indiciar a (pouca) importância reservada aos professores de primeiras letras e estar relacionada com o fato do padre não atuar como professor de primeiras letras há alguns anos (talvez, o autor da notícia nem soubesse que ele havia sido um professor de primeiras letras). Mobilizemos outras fontes para buscar elementos sobre quando Albino deixou o magistério. Não localizamos informações sobre sua aposentadoria como professor. Em 1854, o então inspetor de distrito de Paranaguá, Manoel Antonio Guimarães, informava que:

Em cumprimento do despacho de V. Ex^a exarado na petição incluza, do Padre Albino José da Cruz Profeçor publico da Segunda Escola de primeiras Letras de Paranaguá, em que expõem que estando provido Vigário incomendado d’aquela Parochia, permita V. Ex^a que declare que tem coadjutor provizionado/ que contratou a Custodio Cardozo Netto para sobre suas vistas reger a escola, cumpre-me informar que este individuo he Portugues, e que além disso tem costumes reprovados pela opinião publica, assim não o julgo com a precisa idoneidade para ser aprovado o engajamento feito pelo dito profeçor, V. Ex^a porem ordenará o que for servido. Deos Guarde a V. Ex^a. Curityba, 21 de Agosto de 1854.⁹⁸

Trata-se de um pedido e indicação de substituto por ocasião da sua provisão como vigário encomendado. Vale destacar a tensão que perpassa o pedido. A fonte informa que o professor fez o pedido e contratou um coadjutor à revelia da hierarquia administrativa da instrução pública. O inspetor de distrito, um superior do padre-mestre na instrução, tratou de denunciar que o professor substituto provisionado era português

⁹⁸ Ofício do inspetor de distrito de Paranaguá informando que o professor de primeiras letras da 2ª cadeira havia contratado substituto. 21 de agosto de 1854. APPR. IIP 40.6.

(o que parece sem sentido, visto que a legislação apenas exigia que os professores estrangeiros deveriam pronunciar corretamente a língua nacional)⁹⁹ e tinha costumes reprovados pela opinião pública – talvez uma retaliação à subversão da hierarquia, visto que a legislação previa como uma das atribuições dos inspetores de distrito:

§6º Engajar professores que sirvam interinamente nos casos de que trata o art. 27 da lei n.34 de 1846 submetendo o engajamento á aprovação do Presidente por intermedio do inspetor geral.¹⁰⁰

Albino antecipou-se à autoridade designada para a tarefa de engajar o professor substituto – o inspetor de distrito. A condição de vigário, a intimidade com o universo da cultura letrada e a posse de poder local – pelo histórico da família e pelos indícios no obituário de que ele poderia “fazer representar papel saliente na política” –, provavelmente o autorizavam a maiores ousadias do que a maioria dos professores de primeiras letras. Neste caso específico, podemos sinalizar uma possível divergência político-partidária. O jornal *A Província do Paraná* destacava, em 1876, que Albino José da Cruz fora um “liberal distinto desde os mais verdes annos”. Sabemos que, ao menos no âmbito privado, ele havia libertado escravos de sua propriedade como se observa no fragmento de seu inventário transcrito a seguir:

Declaro mais que minha escrava Miquelina está liberta a muitos anos, cuja carta de liberdade deve estar no livro das notas a nove anos mais ou menos¹⁰¹.

Na outra ponta do conflito, encontrava-se o inspetor de distrito Manoel Manoel Antonio Guimarães. De acordo com Leandro (2003):

Manoel Antonio Guimarães (Comendador Guimarães, Barão de Nacar e Visconde de Nacar ao longo do século XIX) era o *principal gerenciador, em terra, do tráfico de escravos [...] da baía de Paranaguá. [...] mantinha vínculos com os traficantes cariocas. [...] alguns documentos apontam que ele tinha autonomia econômico-financeira suficiente para bancar diretamente a empreitada do tráfico transatlântico pela via da consignação de navios negreiros, de bandeiras nacional ou estrangeira. [...] foi o principal proprietário de embarcações na praça de Paranaguá. [...] o negócio negreiro em Paranaguá, ao que tudo indica, era operado como um negócio familiar* (LEANDRO, 2003, p. 52, *grifos meus*).

⁹⁹ Art. 5º da Lei nº 34 de 16 de março de 1846 da Província de São Paulo. Disponível em http://www.usp.br/niephe/bancos/legis_lista.asp.

¹⁰⁰ Regulamento de 8 de novembro de 1851 para a Instrução Pública. In: Regulamentos expedidos pelo Exmo. Governo Provincial para execução de diversas leis provinciais colligidos e anotados pelo bacharel José Candido de Azevedo Marques e mandados imprimir pelo Exmo. Sr. Dr. João Theodoro Xavier Presidente da Província de São Paulo na forma da lei que autorizou a reimpressão provincial. São Paulo: Typografia do Correio Paulistano de J.R. de Azevedo Marques, Rua da Imperatriz, 27, 1874.

¹⁰¹ Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juizo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça, p. 30.

Manoel e seu irmão Joaquim Américo Guimarães eram proprietários de embarcações, algumas delas relacionadas ao tráfico transatlântico de escravos. Os irmãos e o tio Cipriano Custódio de Araújo são citados como “implicados em tentativas de contrabando de escravos” no ano de 1861 (LEANDRO, 2003, p. 56)¹⁰². Ou seja, o episódio do engajamento de um substituto pelo próprio professor, à revelia do inspetor de distrito, e a reação deste inspetor com a denúncia, fazendo uso da retórica nativista contra o professor substituto português provisionado, envolve um jogo político maior de disputas entre um “liberal distinto” que libertava seus escravos e um traficante de escravos. Nas negociações que perpassavam o império havia lugar, não sem conflitos, para liberais, conservadores, abolicionistas, emancipacionistas, escravistas e, mesmo nas margens da lei, para traficantes que continuavam a agir na ilegalidade. Tais tensões manifestavam-se nas relações cotidianas em diferentes esferas sociais, entre as quais a instrução pública, como parece ter sido a situação da provisão de um professor substituto para ocupar a 2ª cadeira de primeiras letras.

Soma-se às questões políticas mais amplas; o próprio processo de constituição da administração pública da província recém emancipada. O primeiro inspetor geral da instrução pública foi Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, nomeado também em 1854, enquanto Manoel Antonio Guimarães era inspetor ainda na 5ª Comarca desde 1852¹⁰³. Assim, os trâmites das comunicações oficiais da instrução pública na Província do Paraná permitiam, nos seus primeiros anos, uma maior flexibilidade.

O próprio Albino experimentou a posição de inspetor de distrito alguns anos mais tarde, entre 1861-62 e 1864-65¹⁰⁴, o que evidencia seu poder político na localidade e que a aliança entre igreja e escola também ocorria na fiscalização da instrução pública também na Província do Paraná, tal como foi verificado na Corte (BORGES, 2008, p. 208). Só temos indícios de sua nomeação e demissão do cargo, o que nos permite saber

¹⁰² Conforme ofício de Antonio Pedro d'Alencastro, enviado ao Inspetor da Tesouraria Geral da Província de São Paulo: “Em aditamento ao meu ofício de 14 de Agosto do ano findo, *tenho novamente de informar a Vossa Senhoria que a desmoralização sobre o tráfico de africanos tem aumentado nesta cidade de uma maneira espantosa; e assim devia ser mas, que escândalo!!! Por nela ter sido nomeado Delegado de Polícia Manoel Antonio Guimarães, o primeiro e único desmoralizador Negociador de Africanos aqui existente*, de modo que de Novembro passado a esta parte tem entrado neste porto a consignação do referido Delegado Guimarães as embarcações seguintes: Galera Americana *Herald*, hoje arvorada em Brasileira com o nome *Joaquina Guimarães*; Barca Americana *Luiza*; Brigue Brasileiro *Sereia*; e o Brigue Brasileiro *Desengano*... (AESP. Ofício, 1849, apud LEANDRO, 2003, p. 61, *grifos meus*)

¹⁰³ AESP. CO 5017.

¹⁰⁴ Nomeação de Albino José da Cruz para a função de inspetor do distrito de Paranaguá. 15 de março de 1861. APPR. Codice 0951, p. 44.

que deve ter se aposentado, como professor de primeiras letras, por volta de 1860, já que não era possível acumular os cargos de professor e inspetor de distrito. Assim, no ano do seu falecimento, fazia aproximadamente 14 anos que o padre Albino havia deixado a docência. Elemento que ajuda a compreender a ausência do magistério no obituário publicado pela imprensa e sugere que a docência, como professor de primeiras letras, não constituiu um dos elementos de destaque na memória da localidade sobre o padre, nem no obituário da imprensa e tampouco no verbete do *diccionário do Paraná por Ermelino Agostinho Leão* (1926).

Em março e agosto de 1855, respectivamente, o professor apostilou um pedido de aumento e um requerimento de pagamento de gratificação, subsídios de alugueis e “utensis”, ambos assinados por ele¹⁰⁵. Fazia, assim, uso das possibilidades legais de melhoria de salário e das demais condições materiais de sua escola. Em 1856, solicitou mais uma vez, o pagamento de gratificações e da subvenção do aluguel da casa onde funcionava sua escola. Desta vez, não o fez pessoalmente, mas por meio de seu procurador, João Baptista Brandão de Proença, professor público de primeiras letras da capital da província, Curitiba: *indício de uma incipiente rede de solidariedades entre professores de primeiras letras na Província do Paraná*. Este encontro é o elemento de passagem para a trajetória do próximo professor de primeiras letras cuja trajetória narro no próximo capítulo.

Termino amarrando os fios da trajetória do padre-mestre Albino José da Cruz, fios que compõem uma singular experiência docente em meados do Oitocentos e dão a ver as possibilidades de formação que um sujeito pertencente a uma família “bem afortunada” podia mobilizar para ter acesso à cultura letrada. O *pertencimento a uma afortunada família portuguesa*, branca e proprietária de terras, prédios urbanos e escravos, com *circulação nas esferas político-administrativas e devocionais* possibilitou inserções sociais e uma *escolarização prolongada* como aluno de uma aula particular de primeiras letras, por oito anos, e de uma aula pública de latim por mais três, somando onze anos de escolarização, donde *modelos de docência ajudaram-no a construir seu repertório de caminhos possíveis de formação para o magistério*. Os vestígios sugerem que estas eram as possibilidades existentes na localidade, as quais foram ampliadas por ocasião de sua formação religiosa, realizada fora de Paranaguá. A experiência discente e

¹⁰⁵ Pedido de Albino José da Cruz para que carta de aumento seja apostilada. APPR. GPR.cpa.311.81. e Requerimento de gratificação, alugueis e utensis do professor padre Albino José da Cruz. APPR AP0035, p. 97 ou GPR.Cpa311.81.

de formação docente, também, conferiram-lhe uma escolarização diferenciada de seus irmãos. O *pertencimento à Igreja Católica foi significativo na constituição deste professor de primeiras letras no século XIX* – tanto no que se refere à sua importância como instância promotora da instrução, no Bispado de São Paulo, quanto à *dimensão educativa de outros espaços de vivência religiosa, como nas irmandades*. Aventurei hipóteses para sua *preeminência em relação aos demais professores da cidade*, logo ao abrir a 2ª Cadeira, destacando o pertencimento à Igreja Católica e a uma família luso-brasileira que compunha as elites locais e um possível apadrinhamento do professor particular Francisco Felix. Os *mapas de frequência* foram analisados *na seriação*, e observei um *fragmentado processo de produção da experiência docente e do exercício profissional e de uma terminologia propriamente escolar*. Por fim, fragmentos de relações interpessoais na instrução pública permitiram sinalizar possíveis negociações e tensões político-ideológicas e uma iniciação agregação de professores de primeiras letras.

Figura 21: Em 21 de Outubro de 1858 forneceu-se ao professor da 1ª cadeira Capital João Baptista Brandão de Proença os utensis seguinte – conforme recibo – 1 Relógio, 1 Retrato do Imperador, 1 Crucifixo¹⁰⁶. APPR. Códice 0119.

Os “utensils” acima recebidos pelo professor público de primeiras de letras de Curitiba, João Baptista Brandão de Proença, em 1858, são simbólicos. O relógio, o retrato do imperador e o crucifixo compõem um cenário, delineiam a cena situando-a num tempo, tempo que nós historiadores denominamos Brasil Imperial – com início em 1822 e fim em 1889. João Baptista Brandão de Proença, o protagonista, apresenta uma trajetória que permite identificá-lo como um agente de Governo do Estado Imperial (MATTOS, 2004, p. 295). De acordo com Ilmar Mattos (2004):

Difundir a civilização, era por seu turno assegurar o primado da Razão, o triunfo do Progresso, a difusão do espírito de associação, a formação do Povo [...] Mas difundir a civilização consistia, de outro lado, em garantir a adesão a uma Ordem, que se alicerçava no nexo colonial e na existência da escravidão, de um determinado conjunto de homens livres que não derivavam diferentemente dela, embora dela não deixassem de depender: notários e subdelegados de polícia; pequenos comerciantes e empregados públicos; clérigos e professores (MATTOS, 2004, p.294-295).

A escola do professor com os símbolos do poder imperial e da Igreja Católica, a religião oficial do Império, estão inseridas neste projeto de civilização e difusão do primado da Razão, e nesse sentido o relógio contribuía para a racionalização do tempo escolar. A trajetória do professor Baptista Brandão permite a interpretação acerca da presença de professores de primeiras letras em outros espaços sociais – sobretudo o espaço político – e como a circulação por estes diferentes espaços e a acumulação de um repertório político-administrativo, legal e a destreza nas diferentes instituições imperiais foram significativas em sua experiência docente. Para o seu caso, não nos deteremos nos mapas, mesmo porque a sua série apresenta muitas lacunas e não permite dizer muito mais do que dissemos para os professores anteriores. Contudo,

¹⁰⁶ Livro para lançamento dos utensis que se distribuem ás escolas da Provincia. Inspetoria da Instrução Publica da Provincia do Paraná”. APPR. 21de outubro de 1858. Códice 0119, folha 08.

apresentamos o quadro com as categorias dos seus mapas com o objetivo de dar uma visão, mesmo muito fragmentada, de suas práticas e fornecer um elemento de comparação com os professores já apresentados.

Quadro 14: Análise das Categorias dos mapas de frequência de João Baptista Brandão de Proença

CATEGORIAS DE ANÁLISE	Gestão		Contabilidade	Identificação				Avaliação pedagógica, disciplinar e social dos alunos					
CATEGORIAS : PROFESSORES	Matrículas (dia, mês, ano)	Faltas	Número	Nomes	Idades	Filiações	Naturalidades	Estado em que entraram	Adiantamento*	Adiantamento e frequência	Aproveitamento e Conduta	Aproveitamento	Observações
DATAS													
01-ago-1838													
1839													
01-ago-1840													
1841													
1842													
20-ago-1843													
1844													
1845													
1846													
1847													
01-ago-1848													
22-out-1849													
19-nov-1850													
1851 a 1860													

Fontes: Relações de alunos manuscritas do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença entre 1838 e 1850. Localização: Latas CO 4914, CO 4915, CO 4916, CO 5017. AESP.

Legenda:

	Categoria presente
	Categoria ausente
	Informação parcialmente contemplada em outra categoria
	Ausência de mapa neste ano

Foram apenas seis mapas de frequência localizados de um professor com 25 anos de exercício de magistério. Sobre eles, destaco a padronização observada nas séries dos demais professores, em meados da década de 1840. Entre 1848 e 1850, ele se utilizou das mesmas categorias do modelo apresentado no primeiro capítulo (figura 17).

No entanto, se o acesso às suas práticas não é uma entrada profícua para a análise, a sua circulação e atuação para além da escola é bastante rica para a interpretação da experiência docente no século XIX.

Seguindo o fio do nome (GINZBURG; PONI, 1991) nas fontes, encontramos a primeira presença de um João Baptista Brandão, em 1829, na “Relação de Discipulos q. tenho em m^a aula, a qual foi aberta em janeiro de 1828” do então professor de primeiras letras da vila de Curitiba, o reverendo João de Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo.

N ^o	Nomes.	Idades.	Natura lidades.	Tempo de Matrícula.	Adiantam ^{to} . de cada hum, e suas faltas.
1	Manoel Ste. Franco	16 a.	8.ª de cur.	4 de fevr. 1828.	Le, e escreve bem, faz as 4 contas, e esta acabando de dar a Grammatica da Lingoa Nacional, faltou 50 dias.
2	João Ste. Franco	14 a.	8.ª de cur.	4 de fevr. 1828.	Idem; faltou 36 dias.
3	Francisco de Assis	17 a.	8.ª de cur.	2 de Agt. 1828.	Idem; faltou 10 dias.
4	João Bapt. Brandão	15 a.	8.ª de cur.	21 de Janr. 1828.	Idem; faltou 12 dias.
5	José Corr. Leite	12 a.	8.ª de cur.	21 de Janr. 1828.	Idem; faltou 2 meses.

Figura 22: Recorte da “Relação dos Discipulos q. tenho em m^a Aula, a qual foi aberta em 21 de Janr^o de 1828”. 18 de janeiro de 1829. AESP. CO 5917.

Relação dos Discipulos q. tenho em m ^a Aula, a qual foi aberta em 21 de Janr ^o de 1828.					
N ^o s	Nomes	Idades	Natura lidades	Tempo de Matrícula	Adiantamento de cada hum, e suas faltas
1	Manoel ? Franco	16 a.	V ^a de Cur. ^a	4 de fevr 1828	Le, e escreve bem, faz as 4 contas, e esta acabando de dar a Grammatica da Lingoa Nacional, faltou 50 dias.
2	João ? Franco	14 a.	V ^a de Cur. ^a	4 de fevr 1828	Idem; faltou 36 dias.
3	Francisco de Assis	17 anos	V ^a de Cur. ^a	2 de Agt ^o 1828	Idem, faltou 10 dias.
4	João Bapt^a Brandão	15 a.	V^a de Cur.^a	21 de jan^o 1828	Idem, faltou 12 dias
5	José Corre ^a Leite	12 a.	V ^a de Cur. ^a	21 de jan ^o 1828	Idem, faltou 2 meses.

Quadro 15: Transcrição da figura acima.

O nome completo do professor é João Baptista Brandão de Proença e no mapa acima o último sobrenome não aparece. Embora não eliminemos a possibilidade de não se tratar da mesma pessoa, consideramos bastante verossímil a afirmação visto que inúmeros documentos posteriores da vida do futuro professor são assinados sem o Proença como no recorte a seguir:

Figura 23: Recorte da assinatura de ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão cumprimentando o presidente da Província de São Paulo pela sua nomeação em 1º de setembro de 1840. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba.

O “fio de Ariana” abre margem para dúvidas sobre a identidade de nosso personagem por não se tratar de uma correspondência idêntica. Vali-me deste vestígio como possibilidade e verossimilhança. A idade de 15 anos, em 1828, é um sinal a partir do qual se pode deduzir que o aluno *João Baptista Brandão* do mapa do professor reverendo João d’Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo pode ser o professor de primeiras letras *João Baptista Brandão de Proença*. De acordo com as obras de Francisco Negrão e Ermelino Agostinho de Leão, o professor teria iniciado a sua “carreira pública”¹⁰⁷, em 1832, ao se tornar sacristão da Igreja Matriz de Curitiba. Em 1832, contaria 19 anos de idade, considerando-se a idade de 15 anos em 1828 do mapa – as idades tornam, portanto, bastante verossímil deduzir que o aluno seja o nosso professor Brandão. A opção pela busca dos nomes em fontes diversas permitiu apreender o mesmo sujeito como possível aluno, irmão de um vereador, vereador, juiz de paz, professor de primeiras letras, fundador de uma família paranaense presente numa genealogia, ancestral de vários descendentes professores e deputado provincial.

O mapa do professor João d’Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo é composto por seis colunas – Números; Nomes; Idades; Naturalidades; Tempo de Matrícula; Adiantamento de cada hum, e suas faltas – das quais as quatro primeiras apresentam dados gerais sobre os alunos e as duas últimas informações sobre a vida escolar dos mesmos.

João Baptista Brandão, aluno da única aula pública de primeiras letras da Vila de Curitiba, matriculado no mês de janeiro do mesmo ano de 1828, era o número 4 de uma lista que contava com 75 meninos com idades que variavam entre 5 e 17 anos. O professor Sotto-Maior descreve o seu adiantamento e as suas faltas repetindo a descrição de seus colegas, apresentados anteriormente, usando a expressão “Idem”. De acordo com o mestre, em 18 de janeiro de 1829, data do mapa, João Baptista “Le, e

¹⁰⁷ LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Parana por Ermelino Agostinho de Leão**. Impresso nas Officianas da EMPRESA GRAPHICA PARANAENSE de Placido e Silva & cia. LTDA. Rua 15 de novembro, 53 – Caixa R. Curityba, 1926.

escreve bem, faz as quatro contas e esta acabando de dar a Grammatica da Lingoa Nacional, faltou 12 dias”. A partir da leitura integral do mapa é possível apreender que os alunos com maior adiantamento encontram-se nas primeiras páginas, enquanto os últimos alunos da lista “andam soletrando”, e os dois últimos são meninos com 5 anos de idades que “andam em ba”.

João Baptista Brandão matriculou-se na data de abertura da aula em janeiro de 1828 – portanto frequentou a escola durante todo o ano – e estava entre os alunos com menor número de faltas e maior adiantamento. Era um dos mais velhos (15 anos) entre 75 alunos com idades (de 5 a 17 anos) e graus de adiantamento bastante variados. O seu adiantamento à época da remissão do mapa, um ano após a sua matrícula que havia ocorrido em janeiro de 1828, sugere que João Baptista Brandão tenha ingressado com algum conhecimento.

Trata-se de um único fragmento e assim não é possível uma análise de sua trajetória escolar. O objetivo aqui é introduzir a narrativa sobre este professor, sobre o qual quase nada sabemos sobre a origem familiar e que, por meio do ingresso no magistério público e da atuação em outros cargos como funcionário público, experimentou uma significativa mobilidade social, especialmente interessante para refletirmos sobre a experiência docente. Aos moldes do que Antônio Candido chamou de “funcionário do Império” (2002), a trajetória do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença permite observar certa maleabilidade social no Brasil oitocentista, com espaço para ascensão social de um homem “sem passado”, mas com muitas habilidades sociais, por meio da carreira no serviço público – mais especificamente como professor público de primeiras letras.

Circulação política e pertencimento social

O momento da emancipação da Província do Paraná ajuda-nos a compreender a posição político-ideológica e o lugar social ocupado pelo professor. É dele a autoria do *Hino à Província do Paraná cantado na instalação da província*¹⁰⁸. João Baptista

¹⁰⁸ Não se trata do atual hino estadual do Paraná, escrito em 1903 e oficializado em 1923, que tem letra de Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915) e música de Bento D’Albuquerque Mossurunga (1879-1870). Segundo Ernani Costa Straube (2002), em obra intitulada “Símbolos. Brasil, Paraná e Curitiba. Histórico e Legislação” que compõe a “Estante Paranista”, o Paraná teve três hinos antes do atual hino

Brandão Proença parece ter tido perspicácia para “dar o golpe” num momento oportuno (CERTEAU, 1994). Por ocasião da emancipação, tomou a iniciativa ou foi instado (não temos fontes a este respeito) a compor o hino da nova província, realizou a tarefa explicitando adesão ao regime monárquico, como se pode observar nas estrofes transcritas a seguir. Segundo Straube (2002)

Na noite de 19 de dezembro de 1853, por ocasião das solenidades de posse do primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, foi executado o “Hino à Província do Paraná”, também denominado “Hino da Emancipação”, de autoria do Professor João Baptista Brandão de Proença. O Hino foi cantado pela menina Maria da Glória, com 16 anos de idade, filha de Olímpio de Sá Sotto-Maior e Francisca de Andrade, e que, posteriormente casada com Lucas Monteiro de Barros, passou a Maria da Glória Sotto-Maior Monteiro de Barros. A cantora foi acompanhada por um coro de vozes infantis, alunas do autor do Hino. (STRAUBE, 2002, p. 81).

Raiou, oh pátria querida
O dia da separação
É província Curityba
Por vontade da nação
[...]

Paraná é nova estrella
Do diadema imperial.
Nova província do Império, Nova filha de Cabral.
[...]

Povo leal curitybano
Publicai vossa alegria
Festejando ao Presidente
Que o monarca nos envia.

Ao monarca brasileiro,
Aos poderes da Nação, Concordes agradecemos
Nossa emancipação.
(STRAUBE, 2002, p. 81-82).

A letra do hino comemorava a separação do “povo curitibano” (existia uma disputa entre Paranaguá e Curitiba para sediar a capital da nova província) – reivindicação das Câmaras de várias localidades da 5ª Comarca há quatro décadas; celebrava a monarquia; festejava o primeiro presidente da Província do Paraná e agradecia ao monarca como um bom e leal súdito. A posição do professor estava afinada com a posição das elites da região que se empenharam na emancipação.

estadual. O primeiro de autoria do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença de 1853 – único do período imperial; o segundo de 1893 com música de Eugênio Nogueira e letra de Francisco Azevedo Macedo; o terceiro de 1902 com letra do poeta Gabriel Pereira e música do maestro Major Bento de Menezes e o hino atual (oficializado em 1923).

Para a análise da atuação e do posicionamento do professor no momento da emancipação, considero que o conceito de “culturas políticas”:

Permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades [...] Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (GOMES, 2005, p. 30-31).

Para além de aproveitar o momento da emancipação para conquistar credibilidade junto ao novo governo, o professor explicitou sua adesão ao regime monarquista e foi além, parece ter tido participação ativa na preparação da sua execução nas solenidades que marcaram a instalação da província e a posse do primeiro presidente Zacarias Góes e Vasconcellos. O hino e a apresentação das crianças, “alunas do autor do hino”, ritualizando a emancipação e o poder monárquico podem ser lidos como um “reconhecimento [do professor primário] de seu lugar de guardião de valores superiores da sociedade. Era assim que ele, o professor, compreendia o seu ofício” (BOTO, 2003, p. 121).

A emancipação içou o professor a um lugar de destaque. Ele deixou de ser mais um professor público de primeiras letras numa longínqua cidade da pouco expressiva 5ª Comarca para se tornar o único professor público de primeiras letras da capital da mais nova província do Império brasileiro¹⁰⁹, com mais de 20 anos de magistério e ampla circulação por diferentes espaços da esfera administrativa. Apresentamos a seguir, num formato de lista (ou “relação” se quisermos nos deixar contaminar pela linguagem de nossos atores), organizada por ordem cronológica, as fontes que indiciam sua circulação nas esferas administrativas locais e provinciais – não escolares¹¹⁰ – e a diversidade de questões com as quais esteve envolvido, antes, durante e após a emancipação.

- ✓ 27 de abril de 1836¹¹¹: foi arrolado na lista de jurados de Curitiba.
- ✓ 01 de setembro de 1840¹¹²: cumprimentou Raphael Tobias de Aguiar pela nomeação como presidente da Província de São Paulo.

¹⁰⁹ Lembrando que foram criadas apenas duas províncias durante o período imperial, a do Amazonas (desmembrada do Grão-Pará pela lei 582, de 5 de setembro de 1850) e a do Paraná (lei 704 de 29 de agosto de 1853).

¹¹⁰ O objetivo é dar visibilidade à ampla circulação e atuação do professor para além da instrução pública. As fontes específicas da instrução pública são acionadas ao longo da narrativa.

¹¹¹ Lista de jurados da Villa de Curitiba e seu termo. 27 de abril de 1836. AESP. Ofícios diversos. CO 1002.

- ✓ 09 de fevereiro de 1841¹¹³: foi um dos vereadores da Câmara que assinou representação ao presidente da província solicitando a revogação da proibição do correio marítimo. Antes da emancipação, o professor ocupava o cargo de vereador na, então, cidade de Curitiba¹¹⁴.
- ✓ 21 de abril de 1843¹¹⁵: ocupa dupla posição como um dos remetentes do ofício, como vereador da Câmara de Curitiba, solicitando um edifício apropriado para a escola do sexo masculino (o nome de João baptista como professor da cadeira para a qual o edifício é solicitado não é mencionada. Seu nome consta entre as assinaturas dos vereadores)
- ✓ 04 de outubro de 1848¹¹⁶: João Baptista Brandão de Proença pergunta se são compatíveis os empregos de professor e vereador e recebe a seguinte resposta:

O presidente da Província declara que não há incompatibilidade entre o cargo de vereador e o exercício do magisterio publico contanto, que o Professor não deixa de dar suas lições p^a ir assistir as Sessões da Camara Municipal, pois que não poder(?) acumular os dous empregos: que porem incompatibilidade entre os cargos de vereador e Juiz de Paz.

- ✓ 06 de agosto de 1849 e 31 de agosto¹¹⁷: Faz relato sobre as eleições primárias, como Juiz de Paz.
- ✓ 25 de outubro de 1851¹¹⁸: felicita o novo presidente José Thomaz Nabuco d'Araújo pela “feliz escolha” feita pelo Imperador.
- ✓ 19 de dezembro de 1853¹¹⁹: foi executado o “Hino à Província do Paraná, também denominado “Hino da Emacipação”, de sua autoria nas solenidades de posse do primeiro Presidente da Província do Paraná.

¹¹² Ofício de João Baptista Brandão de Proença cumprimentando o presidente da província Raphael Tobias de Aguiar pela sua nomeação. AESP. Ofícios diversos. CO 1003.

¹¹³ Representação da Câmara de Curitiba pedindo revogação da proibição do uso do correio marítimo. AESP. Ofícios diversos. CO 1004.

¹¹⁴ Curitiba se tornou vila em 29/03/1693 e foi elevada à cidade pela Lei nº 05 de 05/02/1842. Esta mesma lei também elevou Paranaguá à cidade. Cf. KUBO, op. cit., anexo nº2.

¹¹⁵ Relatório da Câmara de Curitiba sobre as escolas de primeiras letras e solicitação de edifício apropriado para a escola do sexo masculino. AESP. Instrução Pública. Relação de alunos. CO 4915.

¹¹⁶ AESP. CO 1005.

¹¹⁷ AESP. CO 1005.

¹¹⁸ AESP. CO 1005.

¹¹⁹ STRAUBE, 2002, p. 81.

- ✓ 19 de janeiro e 10 de fevereiro de 1855¹²⁰: o professor recorre do indeferimento de seu pedido de isenção da décima urbana da casa cedida pela Sociedade Maçônica para sua escola.
- ✓ 07 de novembro de 1855¹²¹: foi um dos membros da "Loja Maçônica - Candura Curitybana do Oriente de Curityba", que reunidos em Sessão ofereceram à "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia" o prédio de seu templo que foi aceito pela irmandade.
- ✓ 19 de dezembro de 1855¹²²: doação de uma "morada de casa na rua direita" à "Irmandade Santa Casa de Misericórdia" de Curitiba na qualidade de um dos encarregados pela "loja maçônica Candura de Curytiba". O seu ex-professor, o reverendo João de Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo era outro encarregado da loja maçônica pela doação.
- ✓ 25 de abril de 1857¹²³: é procurador para recebimento de ordenado de Antonio José de Faria, administrador das obras da estrada da Graciosa, da cidade de Antonina.
- ✓ 28 de dezembro de 1857¹²⁴: como secretário servindo de provedor da Santa Casa de Curitiba, solicita objetos.
- ✓ 31 de dezembro de 1857: ofício, como de Juiz de Paz, que acompanhava mapa de conciliações.
- ✓ 04 de agosto de 1857, 04 de abril de 1859 e 08 de maio de 1859¹²⁵: como Juiz de Paz e presidente da Junta paroquial envia lista de votantes.
- ✓ 04 de janeiro de 1859¹²⁶: Petição de João Baptista Brandão de Proença solicitando sua substituição, como professor, por João Machado Lima, pois ia tomar assento na Assembleia legislativa da província.

¹²⁰ APPR. AP0022, p. 09.

¹²¹ Jornal "19 de Dezembro", nº 33, pág. 3, dia 14/11/1855.

¹²² Transcrição na forma de certidão (de 28-mar-2002) de Escritura de Doação de casa no 2º Tabelionato de Notas de Curitiba. 19 de dezembro de 1855. Disponível no site do Museu Maçônico Paranaense.

<http://www.museumaconicoparanaense.com/indexSantaCasa.htm> Acesso em agosto de 2011.

¹²³ APPR. GPR.Cpa356.81.

¹²⁴ APPR.IRM20.29.

¹²⁵ APPR. PJU1276-37; JQU.153.73; JQU154-73.

- ✓ 13 de junho de 1868¹²⁷: Ofício ao Capitão João Baptista Brandão de Proença, responsável por recolher quantia para auxiliar famílias pobres dos voluntários da pátria.
- ✓ 08 de abril de 1876¹²⁸: edital do inventário de Francisco de Paula Guimarães, irmão do professor, de quem João Baptista Brandão de Proença foi inventariante publicado no jornal “A Província do Paraná”.
- ✓ 09 de setembro de 1878¹²⁹: início dos trabalhos para eleição de vereadores e juizes de paz.
- ✓ 11 de junho de 1881¹³⁰: ordem de pagamento à tesouraria da fazenda ao agente oficial da colonização João Baptista Brandão de Proença.

O professor, antes da emancipação, havia sido vereador e Juiz de Paz e acumulado um repertório diversificado no trato de questões relativas à administração pública e eleições. Francisco Negrão e Ermelino Agostinho de Leão, em publicações de 1926, destacam sua longa e prestigiada atuação como Juiz de Paz:

Foi Juiz de Paz em Curityba por espaço de 50 annos e com tal criterio se houve nesse cargo que, era eleito, sem solução de continuidade, apezar de se terem revezado no poder por varias vezes os dous Partidos Politicos do Imperio. Todos o queriam, todos o prestigiavam. [...] Como Juiz de Paz servia de medianeiro entre as duas partes contendoras, que no geral se separavam satisfeitas e acordadas. Nas audiencias comparecia sempre trajando a rigor, com seu bastão de mando e a brilhante facha de Juiz a tiracolo, como insignias de sua autoridade. (NEGRÃO, 1926, p. 131).

João Baptista Brandão Proença foi, sobretudo, um excelente juiz de paz, cargo que exerceu por espaço superior a 50 annos, havendo-se sempre com imparcialidade e correcção. Exercia a função com garbo, trajando-se a rigor quando ia a audiencias, empunhando a vara emblematica e trazendo a tiracolo a faixa auri-verde do cargo. (LEÃO, 1926, p. 953).

O posto de Juiz de Paz, criado em 1827, foi, de acordo com Flory (1986) uma vitória liberal, ao lado da criação do júri, frente à centralização do primeiro reinado: “cujos membros, anualmente alistados entre os eleitores locais, julgavam devassas

¹²⁶ APPR. Códice 0108, folha 13. 04 de janeiro de 1859. Petição de João Baptista Brandão Proença solicitando sua substituição por João Machado Lima pois ia tomar assento na Assembleia legislativa da Província.

¹²⁷ O Dezenove de Dezembro. 13 de junho de 1868.

¹²⁸ A Província do Paraná. 16 de abril de 1876, p. 04.

¹²⁹ O Dezenove de Dezembro. 09 de setembro de 1868.

¹³⁰ O Dezenove de Dezembro. 11 de junho de 1881, p. 01.

gerais, devassas especiais e querelas feitas em processo público e oral”. Grinberg (2008), a partir da chave de leitura de Thomas Flory (1986), considera que o posto de Juiz de Paz e o Júri representavam “o fortalecimento do poder local e [...] [a] maior autonomia de distritos e províncias, sendo por isso combatidos pelos conservadores”. Com a reforma do judiciário de 1841, “os juízes de paz eleitos tiveram boa parte de suas atribuições transferidas para os juízes municipais e chefes de polícia (doravante nomeados diretamente pelo imperador)” (GRINBERG, 2008, p. 452). Vimos que em 1836, o seu nome figurava numa lista de jurados do termo de Curitiba¹³¹ e em ofício de outubro de 1848, o professor Brandão consultou a presidência da província sobre a compatibilidade entre os empregos de professor e vereador¹³². Recebeu resposta afirmativa com a informação adicional de que os cargos de vereador e Juiz de Paz eram incompatíveis.¹³³ Muito provavelmente, devido ao movimento de separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Depois disso, só temos indícios da atuação do professor como Juiz de Paz.

O “traje a rigor”, a “vara” ou “bastão” de mando e a “faixa auri-verde”, enfim, os símbolos de sua autoridade, são destacados nas duas descrições, e parecem ter sido cultivados pelo professor que parecia *atuar* como Juiz de Paz, vestindo um figurino todo paramentado composto por símbolos materiais do Estado monárquico, ao qual ele já havia feito manifestações de estima. A despeito de se tratar de um cargo não remunerado, o professor exerceu a função por mais de 50 anos. A dedicação tão prolongada (o dobro do tempo que se dedicou ao magistério) indicia a popularidade de Baptista Brandão para ser sucessivamente reeleito. Sugere ainda, o grande apreço do próprio professor ao trabalho como Juiz de Paz, caso contrário não realizaria por tantos anos um trabalho não remunerado. Esta é uma conjectura, pois não temos fontes que permitam compreender as motivações das escolhas de nossos sujeitos. No entanto, um elemento concreto torna verossímil a nossa suposição (deixando-a mais próxima de uma inferência): a insistente recorrência do professor ora ao recebimento de gratificações, ora ao aumento dos ordenados dos professores de primeiras letras. Alguém que tenha se

¹³¹ Lista de jurados do termo de Curitiba. 27 de abril de 1836. “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1835-37”. Localização: CO 1002

¹³² Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 04 de outubro de 1848. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1845-51”. Localização: CO 1005. AESP.

¹³³ Ofício manuscrito anexo ao do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença de 04 de outubro de 1848. Sem data. Sem autor. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1845-51”. Localização: CO 1005. AESP.

empenhado tanto em aumentar seus vencimentos, mesmo que isto levasse muitos anos, não parece ser suficientemente afortunado para prescindir do recebimento de salário para sobreviver. Antes de passarmos à experiência docente de João Baptista Brandão, detenhamo-nos em algumas pistas que permitem identificar pertencimentos étnico-sociais do nosso professor.

As passagens, citadas há pouco, sobre a atuação de João Baptista Brandão de Proença como Juiz de Paz são excertos de obras consideradas fundamentais pela historiografia paranaense: as *Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Parana* por Agostinho Leão e a *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão. Seus autores compõem a “geração que, em 1900, fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná” (WESTPHALEM, 2004, p. 13). Aprofundo, na sequência, a análise da presença de João Baptista Brandão de Proença na *Genealogia Paranaense*, deixando o *Dicionário* de Agostinho Leão de lado, primeiramente porque aquela traz mais informações sobre o professor e segundo, por considerá-la mais fundamentada em fontes documentais. A *Genealogia Paranaense* é composta por seis volumes, introduzida por uma *Memória Histórica Paranaense*, que trata das capitanias hereditárias, sobretudo a Capitania de Paranaguá e pela:

Genealogia, propriamente dita, [que] apresenta três partes fundamentais: a primeira com os títulos referentes aos povoadores do Paraná; a segunda com os títulos dedicados à família paranaense, ou seja, referentes àquelas famílias originadas no Paraná. E a terceira dedicada à fusão racial paranaense, incluindo famílias de outras origens que não a portuguesa, porém estabelecidas anteriormente a 1853. (WESTPHALEM, 2004, p.26-27).

No volume 6º da obra, Francisco Negrão dedica seis páginas ao que ele denomina *Título Brandão de Proença*. O termo título aqui pode ser compreendido como sinônimo de nome (sobrenome no caso) e como denominação honorífica, a honra no caso é ser uma das famílias originadas no Paraná, mais especificamente, uma das famílias da tradicional “classe dominante paranaense” (OLIVEIRA, 2003, p. 29). Westphalem (2004, p. 33) elaborou o quadro abaixo com todas as famílias paranaenses do século XIX selecionadas por Negrão:

Quadro 16: ORIGEM DAS FAMÍLIAS PARANAENSES DO SÉCULO XIX¹³⁴

Nº de Ordem	Famílias	Fundadores no Paraná	Data provável do estabelecimento	Origem	Localidade de instalação	Procedência
1.	Corrêa Bittencourt	José Corrêa de Bittencourt ¹³⁵	1800	Ilha Graciosa	Curitiba	Portugal
2.	Marques de Jesus	Manoel Marques de Jesus ¹³⁶	1810	Porto	Paranaguá	Porto
3.	Marques da Cunha	José Marques da Cunha ¹³⁷	1810	Lisboa	Paranaguá	Portugal
4.	Gonçalves Marques	João Gonçalves Marques ¹³⁸	1815	Aveiros, Portugal	Paranaguá	Portugal
5.	Gonçalves dos Santos	Joaquim Gonçalves dos Santos ¹³⁹	1820	Portugal	Curitiba	Portugal
6.	Simas	Manoel Ignácio de Simas ¹⁴⁰	1820	Ilhas do Pico	Paranaguá	Santa Catarina
7.	Brandão Proença	João Baptista Brandão Proença	1820	...	Curitiba	...
8.	Pereira Branco	Antonio José Pereira Branco ¹⁴¹	1820	Portugal	Ponta Grossa	São Paulo
9.	Nascimento de Farias	José Henrique Faria ¹⁴²	1822	Ilha Terceira	Lapa	Rio Grande do Sul
10.	Morocine Borba	Vicente Antonio Rodrigues Borba ¹⁴³	1830	Portugal	Porto de Cima	São Paulo
11.	Rodrigues Vianna	João Rodrigues Vianna ¹⁴⁴	1830	Portugal	Paranaguá	Portugal
12.	Lopes Maravalhas	Manoel José Lopes Maravalhas ¹⁴⁵	1835	Porto	Paranaguá	Iguape
13.	Azevedo de Silveira	Manoel Azevedo da Silveira ¹⁴⁶	1848	Portugal	Antonina	Cananéia
14.	Martins Lopes	Cândido Martins Lopes ¹⁴⁷	...	Portugal	Curitiba	Rio de Janeiro
15.	Xavier da Silva	Francisco Xavier da Silva ¹⁴⁸	...	Portugal	Castro	Portugal
16.	Falcão Bastos	Antonio Falcão Bastos ¹⁴⁹	...	...	Curitiba	...

¹³⁴ As notas com breves informações biográficas acerca dos ramos em que atuaram os fundadores dos títulos das famílias do século XIX, selecionados por Fernando Negrão, foram acrescentadas por mim ao quadro de Cecília Westphalem, consultando a *Genealogia Paranaense*.

¹³⁵ Membro do Partido Conservador, ocupou altos cargos públicos, foi administrador da Comarca (NEGRÃO, 1926, v. II, p. 463).

¹³⁶ Político e comerciante (Ibidem, v. VI, p. 181).

¹³⁷ Comerciante e agricultor (Ibidem, v. V, p. 397).

¹³⁸ Capitão (Ibidem, v. V, p. 398).

¹³⁹ Natural de Portugal, sem outras informações: “foi estabelecido e se casou” (Ibidem, v. VI, p. 371).

¹⁴⁰ Major, sargento-mor (Ibidem, v. III, p. 419).

¹⁴¹ Tenente (Ibidem, v. III, p. 151).

¹⁴² Gaúcho, negociante de mulas (Ibidem, v. VI, p. 233).

¹⁴³ Sargento-mor (Ibidem, v. III, p. 61).

¹⁴⁴ Primeiro escrivão da alfândega de Paranaguá; Inspetor em comissão da alfândega de Corumbá (Ibidem, v. III, p. 184).

¹⁴⁵ Português, carpinteiro, construtor de embarcações (Ibidem, v. VI, p. 242).

¹⁴⁶ Foi de Portugal para EUA, para São paulo e depois para Antonina. Tanoeiro e comerciante (Ibidem, v. V, p. 412).

¹⁴⁷ Introduziu a imprensa no Paraná (Ibidem, v. I, p. 191).

¹⁴⁸ Filhos de portugueses, Formado em Direito, foi presidente de Estado (Ibidem, v. VI, p. 342).

¹⁴⁹ Alferes (Ibidem, v. VI, p. 349).

Dentre os professores de primeiras letras cujas trajetórias acompanhamos neste estudo, o professor João Baptista Brandão de Proença é o único¹⁵⁰ fundador de uma família paranaense eleito por Francisco Negrão. Já destacamos que os critérios de seleção das famílias foram políticos, Negrão “preferiu concentrar o poder dentro de famílias com ênfase na região do planalto de Curitiba” (OLIVEIRA, 2003, p. 31). Nota-se diversidade de ofícios e cargos políticos dentre os fundadores das famílias paranaenses do século XIX.

A minha primeira pergunta é: o que faz um professor de primeiras letras numa genealogia? Ele era de alguma família das classes mais afortunadas? Sobre os seus pais só sabemos seus nomes, sabemos um pouco mais sobre seus irmãos, como sinalizamos na sequência. Ao que tudo indica, a família começa com ele e, portanto, a sua presença se relaciona com elementos posteriores e não anteriores ao professor. Nesse sentido, fiz a opção por transcrever a descrição do *Título Brandão de Proença*, na íntegra a seguir, por considerar que a partir de sua interpretação é possível ensaiar algumas respostas:

Título Brandão de Proença

Família desse appellido teve origem no Professor João Baptista Brandão de Proença, filho de José Baptista de Proença e de Izabel Maria de Sampaio, morta a 21 de junho de 1862; casado em Curityba donde é natural, com Maria Theolinda Affonso Brandão, filha de Manuel Affonso Ennes e de sua mulher Maria de Jesus Ennes. Foi Sacristão da Igreja Matriz de Curityba, até 1832. Doptado de inteligência e por se sentir com vocação para a nobre missão do ensino, concorreu, em 1835, ao concurso para a cadeira de primeiras letras de Curityba, sendo para ella nomeado por Provisão de Julho desse anno, pelo Governo de S. Paulo, apresentando sua provisão á Camara de Curityba, em sessão de 22 de Julho, na qual declarou que pretendia abrir sua aula a 1º de Agosto de 1835. Serviu no magisterio publico por espaço de 25 annos, com competencia, zelo e dedicado interesse, vindo a jubilar a 10 de Setembro de 1860.

Em julho de 1837 dirigiu-se á Camara Municipal de Curityba, pedindo sua intervenção no sentido de que esta representasse ao Presidente da Provincia, reiterando as solicitações que ele tem dirigido ao Governo de S. Paulo, solicitando utensílios para sua aula, a fim de a pôr com o methodo — Lancastriano —; sua petição lida em sessão ordinária da Camara, de 14 de julho de 1837, foi a comissão para os foros de direito. Em sessão da Camara, de 28 de Abril de 1838 foi lido um officio do Inspector da Alfandega de Paranaguá comunicando á Camara achar-se em seu poder dous caixotes com utensílios para o ensino mutuo das escolas. A Camara incumbiu ao Vereador João de Souza Dias Negrão¹⁵¹ para se encarregar de recebê-los, ficando a seu cargo esse serviço. Esses utensílios foram entregues ás duas escolas existentes em Curityba. A escola do professor Baptista Brandão funcionava no átrio da igreja de S. Francisco em 1838 quando este professor se dirigiu á Camara em Sessão de 28 de Maio pedindo a mudança de sua Escola para o

¹⁵⁰ Uma rápida menção é feita ao padre Albino no título Marques da Cunha, uma vez que seu irmão Euristeu José da Cruz, casou-se com a filha de José Marques da Cunha e teve, em 1855, um filho batizado Albino da Cruz, afilhado do padre Albino José da Cruz (NEGRÃO, 1926, V. V, p. 403).

¹⁵¹ João de Souza Dias Negrão era *avô* do capitão Francisco de Paula Dias Negrão.

Consistorio da Igreja Matriz, porque no átrio de S. Francisco foram sepultados dous cadavres de pessoas que morreram de bexigas, pelo que já a tres dias não dava aulas, e também por se tornar mister essa mudança por se ter de estabelecer no consistorio da Matriz a aula – pelo “methodo Lancasteriano”. Foi convidada a Camara para assistir o inicio das aulas por esse methodo a 1 de agosto de 1838. Era autor de um compendio de Grammatica portuguesa que submeteu á apreciação do Presidente da Provincia Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, que em 13 de Dezembro de 1854 nomeou uma comissão composta do Tnte. Cel Dr. Henrique Beaurepaire Rohan, Padre Agostinho Machado Lima e Francisco Manuel das Chagas para dar parecer sobre a obra. Nos arquivos e collecções dos jornaes da época não encontramos nem o parecer da comissão, nem acto algum mandando adoptar a grammatica do Professor Brandão no programma do ensino do Paraná. Poeta de algum valor, compoz a letra do Hymno do Paraná para ser cantado por ocasião da Installação da Provincia em 19 de Dezembro de 1853. Foi deputado á Assembléa Legislativa do Paraná e fez parte da meza como Secretario. Era Capitão da Guarda Nacional e official maior da Secretaria do Governo. Em 1877 exercia o lugar de Agente da Colonização em Curityba. Foi Juiz de Paz em Curityba por espaço de 50 annos e com tal criterio se houve nesse cargo que, era eleito, sem solução de continuidade, apesar de se terem revezado no poder por varias vezes os dous Partidos Politicos do Imperio. Todos o queriam, todos o prestigiavam. Em 1869, sendo Juiz de Paz, assumiu a vara de Juiz Municipal e nesse mesmo anno como 3º substituto assumiu por alguns dias a Vara de Juiz de Direito. Foi suplente de Juiz Municipal de Curityba.

Como Juiz de Paz servia de mediano entre as duas partes contendoras, que no geral se separavam satisfeitas e acordadas. Nas audiencias comparecia sempre trajando a rigor, com seu bastão de mando e a brilhante facha de Juiz a tiracolo, como insignias de sua autoridade. Falleceu em ... de ... cercado de geral consideração e respeito¹⁵².

Francisco Negrão destaca a atuação de Baptista Brandão apoiando-se, sobretudo, nas atas da Câmara de Curitiba, da qual seu avô, João de Souza Dias Negrão foi vereador, contemporâneo de Brandão. A preocupação de Francisco Negrão, e dos demais paranistas, era construir uma identidade para os paranaenses. De acordo com Oliveira (2003), o caminho por ele escolhido foi o de “procura[r] sempre ver a existência de uma comunidade no Paraná” resgatando “as estruturas de parentesco enraizadas neste território e que adquirem uma consciência de classe, da necessidade de autonomia do Paraná, principalmente em relação a São Paulo” (OLIVEIRA, 2003, p. 31) contrapondo-se à interpretação de Wilson Martins (1989, 1999) “de que o Paraná foi um produto criado pelo Zacarias de Góes e Vasconcellos, foi um produto criado pelo Império, [...] politicamente” (OLIVEIRA, 2003, p.31). O historiador Wilson Martins é um representante da historiografia que consagrou a emancipação como *ato fundador* do Paraná. O autor considerava que:

¹⁵² NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curityba: Impressora Paranaense, 1926, volume VI. p. 129-131.

Não existia nenhum paranaense antes disso, pelo simples motivo de que a província ainda não havia sido criada. Havia apenas curitibanos, naturais da 5ª comarca, como hoje designamos pelos adjetivos locais os habitantes dos diversos municípios – que não deixam de ser paranaenses, assim como os curitibanos de 1853 não deixavam de ser paulistas (MARTINS, 1999, p. 19).

Começamos tentando compreender a presença de um professor de primeiras letras numa genealogia. O motivo da presença de João Baptista Brandão de Proença parece estar relacionado com esta intenção de construção de uma identidade paranaense. Sua descrição não é a de um característico membro de “família da tradicional classe dominante paranaense”. Nem mesmo sua proveniência foi identificada. Ele é um típico representante das camadas intermediárias letradas que ocuparam cargos públicos e seus descendentes, também letrados, circularam por cargos públicos e instâncias de sociabilidade frequentadas pelas tais famílias tradicionais da classe dominante paranaense passando a constituir este grupo também. Nessa direção de construção de uma identidade paranaense, Negrão conferiu a João Baptista Brandão de Proença uma posição de preeminência como mestre de primeiras letras, não por ter sido o primeiro mestre, mas por ser o mestre em exercício à época da emancipação da província e ter sido o responsável pela instrução primária das gerações que construíram a Província do Paraná. Faço aqui um “parêntesis”, esta geração de professores que começou a atuar às vésperas da emancipação teve, como característica comum, corpos discentes heterogêneos compostos por muitos personagens que, posteriormente, tiveram intensa atuação política, social e cultural na Província do Paraná. Trata-se de uma região pouco povoada à época e com uma reduzida população letrada, deste modo as escolas de primeiras letras ajudaram a compor desde o quadro de funcionários públicos, passando por cargos políticos, até artistas.

Gostaria de destacar mais alguns elementos que, talvez, tenham influenciado a decisão de Negrão de incluir Brandão de Proença na *Genealogia Paranaense*. Um deles é a convivência de seu pai e de seu avô com o professor. O seu avô João de Souza Dias Negrão e o irmão do professor Baptista Brandão, Francisco de Paula Guimarães, foram vereadores simultaneamente em 1837 e 1838 (e em outros anos). Ambos estavam presentes à sessão na qual foi lida a petição do professor pedindo intervenção da Câmara junto ao presidente da Província de São Paulo “reiterando as solicitações que ele tem dirigido ao Governo de S. Paulo, solicitando utensílios para sua aula, a fim de a pôr com o methodo – Lancasteriano –; sua petição foi lida em sessão ordinária da

Camara, de 14 de julho de 1837” (B.A.M.C, v. 49, 1837-1838, p.22-23) ¹⁵³. Francisco Negrão fez questão de registrar na *Genealogia* o nome do vereador responsável por receber os “utencilios”: *João de Souza Dias Negrão*. A citação abaixo é a da transcrição da ata da Câmara daquele dia:

3ª Secção ordmª Presidª do Sr Paula Guimaraes

Aos vinte oito dias do mes de Abril de 1838 Decimo da Independencia, e do Imperio nesta v.ª de Cor.ª na salla das Secções Municipais presentes 6 senhores vereadores, *Paula Ges* – Bitancourt – *Negrão* – Montr.º – Loureiro – e Hernesto faltando o Snr. Marques sem causa participada abrio o senhor Presdª a Secção [...] Lerão-se os seguintes officios [...] Outro do Inspector da Alfandega da mmª v.ª [Paranaguá] participado axar-se em seu poder 2 caxotes com utencilios p.ª o ensino mutuo entrando em discussão deliberou-se encarregar novamente O Snr. Vereador Negrão para recebelos o q. tomou a sy este servº. (B.A.M.C, v. 49 -28 de abril de 1838, p. 92, *grifos meus*).

A recepção dos “utencilios” pode ter proporcionado um contato mais estreito de Negrão (o avô) com o ensino mútuo e com o professor de primeiras letras. Este, exercendo o papel de ensinar, de introduzir os *novos* ao mundo da leitura e da escrita, fazia a mediação entre adultos e meninos e assim manteve relações com ambos “João de Souza Dias Negrão” – avô e pai de Francisco Negrão . Como se pode observar, dez anos mais tarde, na ata dos exames dos alunos do professor Baptista Brandão, de 02 de janeiro de 1847, sabemos que João Baptista Brandão de Proença foi professor do pai do autor da genealogia:

[...] foram publicamente examinados em leitura, escripta, teoria e pratica d’Arithmetica até proporções inclusive e princípios de moral christã e da Doutrina da Religião do Estado os alunos *João de Sousa Dias Negrão Junior* [...], os quais sahirão plenamente aprovados ¹⁵⁴[...]

As próprias experiências, memórias e relações sociais de seus ascendentes podem ter ajudado Francisco Negrão na escolha de quem seria eleito ou não para fazer parte da genealogia.

Outro elemento que parece ter tido algum peso na presença do professor na *Genealogia* é a descendência de João Baptista Brandão de Proença. Conheçamos alguns deles:

- Sua filha mais velha Anardina Lecticia de Jesus Brandão casou-se com o “Dr. José Joaquim Franco do Valle, *lente* de Latim do ‘Instituto Paranaense’, Medico do

¹⁵³ In: NEGRÃO, 1926, p. 130.

¹⁵⁴ Cópia da acta de exame de seus alumnos, que tiveram lugar no dia 4 de Dezembro do anno proximo findo. Remitida inclusa à representação/ pedido de aumento do ordenado do professor João Baptista Brandão. 02 de janeiro de 1847. AESP. CO 1004. *Grifos meus*.

Serviço de Hygiene, do qual foi Director. Foi *Director da Instrução Publica do Paraná*” (NEGRÃO, 1950, v.6, p. 131, grifos meus).

- Sua outra filha Hygina Celia de Jesus Brandão casou-se com o primo¹⁵⁵ Major João Ferreira Leite que “exerceu vários cargos públicos, até oficial maior da Secretaria do Governo, e depois de Secretario do superior Tribunal de Justiça do Estado” (NEGRÃO, 1950, p. 132, grifos meus).

- Seu filho, o “Capitão João Baptista Brandão de Proença Filho [era] casado com Maria Clara Pinheiro Brandão, *professora publica*” (NEGRÃO, 1950, p. 134, grifo meus).

- Seu sobrinho neto¹⁵⁶, “o *professor* Francisco de Paula Guimarães” (ibidem, p. 135), foi “Camarista Municipal e Deputado Estadual do Paraná. Foi professor publico, sendo Director do importante Collegio Santa Julia (NEGRÃO, 1950, v. 2, p. 466, grifo meus)”.

- Sua sobrinha neta, foi “*professora normalista* Izabel Guimarães Schimdt” (NEGRÃO, 1950, p. 467, grifo meu).

- E o seu sobrinho neto, o “*professor* Julio Theodorico Guimarães” (NEGRÃO, 1950, v.6, p. 135). Sobre este sobrinho, Negrão acrescentou uma nota de rodapé, no volume II, destacando-o como:

[...] um dos caracteres mais bem formados da geração actual, [...] [fez] curso prepatoriano no Instituto Paranaense, fazendo com brilhantismo o Curso Normal. Foi professor publico de Paranaguá, onde também leccionou particularmente [...] [em Curityba] dirigiu uma cadeira de instrucção publica por um tempo até que montou o seu “Collegio Julio Theodorico” que em pouco tempo se tornou o primeiro na espécie [...] sua morte ocorrida nesta cidade a 19 de Junho de 1921 foi fundo golpe para o autor deste trabalho, seu amigo de infância e eterno admirador, e seu compadre. (NEGRÃO, 1950, v. 2, p. 467).

¹⁵⁵ Eram irmãos de João Baptista Brandão de Proença, o tenente Francisco Ferreira Leite e o Cel. Francisco de Paula Guimarães (NEGRÃO, 1950, v. 6, p. 135). O segundo foi vereador de Curitiba desde 1837. Curiosamente, os sobrenomes não apresentam nenhuma semelhança. Infelizmente não consegui fontes que ajudassem a compreender tal diferença.

¹⁵⁶ Os três sobrinhos-netos eram filhos de Dionisia Anastacia da Conceição, filha do Cel. Francisco de Paula Guimarães (NEGRÃO, 1950, v.6, p. 135). A professora de primeiras letras de Curitiba em 1837, Rita Anna de Cássia França, relacionou entre suas alunas uma menina de 11 anos chamada Dionisia Anastacia (Relação das Alunas que frequentão a Aula da Professora de 1ª Letras da Villa de Coritiba. 19 de dezembro de 1837. AESP, CO 5017). A professora Rita Anna atuou entre 1835 e 1838, paralelamente ao professor Baptista Brandão, e era neta de João de Souza Dias Negrão e, portanto, prima de Francisco de Negrão (WERNECK, 1978, p. 25).

Trata-se, portanto, de uma descendência letrada com atuação em cargos públicos, políticos e militar e na docência. A família contava, pelo menos, cinco professores, entre os quais um genro lente de latim, uma nora professora pública, um sobrinho-neto que foi professor público e diretor de colégio, uma sobrinha-neta professora normalista, e, por fim, outro sobrinho-neto com uma trajetória mais diversificada na docência como normalista, professor público em Paranaguá e Curitiba e proprietário de colégio conceituado em Curitiba, segundo o autor, amigo e compadre Francisco Negrão. As inserções profissionais e sociais – além dos laços de amizade e compadrio – parecem ter pesado na opção do genealogista de incluir o “título Brandão de Proença” na obra. Não localizamos nenhum destes descendentes entre os alunos do professor João Baptista Brandão de Proença, presentes nos mapas localizados. Lembrando que foram encontrados apenas seis mapas deste professor, um número pequeno para os 25 anos de magistério.

Outros elementos que ajudam a compreender a presença de Baptista Brandão na *Genealogia Paranaense* são fornecidos pela própria descrição que Francisco Negrão faz do professor. Um deles é o fato de ter sido o único professor pelo método Lancaster da província. Francisco Negrão publicou, em 1933, um artigo intitulado *Memoria sobre o ensino e a educação no Paraná de 1690 a 1933*. Mais uma vez, Negrão se vale de atas das Câmaras das localidades fazendo uma compilação das fontes sobre as aulas e escolas públicas e particulares da região. Um dos subtítulos do texto é *O professor Baptista Brandão*, com apenas um parágrafo, informando a data da petição do professor de “atestado de sua idoneidade para concorrer á cadeira de primeiras letras de Curytiba” e a data da sua provisão – 22 de julho de 1835 (NEGRÃO, 1935, p.99). A aparente menção muito pontual é complementada no tópico seguinte: *O methodo Lancasteriano* no qual o autor narra a experiência do ensino mútuo em Curitiba e, paralelamente, descreve as características do método. Mais adiante, nos deteremos na questão do método entre os professores da 5ª Comarca.

A autoria do “hino da emancipação”, já destacado, e de um “Compendio de Grammatica Portuguesa” também deram maior visibilidade social ao professor. Temos notícia da nomeação de uma comissão para sua análise:

Figura 24: Jornal *O Dezenove de Dezembro*, 30 de dezembro de 1854, Publicação dos "Actos da Presidência da Província do Paraná", p. 03.

Como no caso de Francisco Negrão, não encontramos o compêndio, nem o parecer e, tampouco, indícios de que tenha sido adotado. Como todo historiador, lamentando não ter acesso à obra do professor, contudo destaco o significado de um professor de primeiras letras ser autor de livro didático na Província do Paraná em 1854. Ele se dedicou à elaboração de um tipo de material para viabilizar os seus fazeres e apresentou-o ao governo da província para avaliação e possível adoção nas aulas públicas. Mais uma vez, o professor mostrou perspicácia ao capturar a potencialidade do momento de instalação da nova província (como no caso da autoria do hino), no qual se construía todo aparato de governo provincial, entre eles a instrução pública. Ser o autor do compêndio de gramática adotado nas escolas de primeiras letras representaria prestígio social e poderia ser, também, uma atividade lucrativa para o professor.

Pudemos verificar que o professor João Baptista Brandão de Proença “manejava variadas práticas e partilhava dos códigos da cultura letrada (SCHUELER, 2008, p. 11) aventurando-se por diferentes gêneros: poesia/música (hino) e didática (compêndio). Ele foi autor, também, de um texto que foi publicado em 1979, 125 anos mais tarde portanto, pelo Boletim do Arquivo do Paraná¹⁵⁷. Foi escrito em cumprimento de uma ordem do presidente Zacarias Góes de Vasconcellos e apresenta considerações do professor sobre “o ensino primário na província e a lei em vigor¹⁵⁸”. Embora não tenha sido citado por Francisco Negrão, consideramos que a *autoria* deste texto conferiu *autoridade* e deu visibilidade ao professor. Passo, a seguir, a discorrer sobre algumas questões que o texto suscita.

¹⁵⁷ PROENÇA, João Baptista Brandão de. **O ensino primário em 1854**. Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, nº 4, 1979, p. 47-50.

¹⁵⁸ Lei nº 34 de 16 de março de 1846 – a lei paulista ainda vigorava na nova província, visto que esta ainda não havia constituído o seu próprio ordenamento jurídico.

O “parecer” como atestado de autoridade.

Em junho de 1854, cinco meses após a instalação da Província do Paraná, o professor foi instado pelo presidente, o Conselheiro Zacarias, a “expor [suas] ideias a respeito do ensino primário nesta província em relação as disposições da lei de instrução pública em vigor” (PROENÇA, 1979, p.47). O texto manuscrito do professor Brandão, com sete páginas, foi publicado no Boletim do Arquivo do Paraná, em 1979, sob o título “O ensino primário em 1854”¹⁵⁹. Trata-se de um título atribuído *a posteriori*. A publicação, 125 anos depois, traz também esta breve explicação sobre o texto:

João Baptista Brandão de Proença, um dos primeiros professores do Paraná, enviava ao Presidente da Província o seu parecer sobre a situação do Ensino Primário no Brasil e na Província no ano de 1854.

Figura 25: Epígrafe de “PROENÇA, João Baptista Brandão de. O ensino primário em 1854. Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, nº 4, 1979, p. 47”.

Além do título *a posteriori*, a publicação do “Boletim do Arquivo do Paraná” classificou o texto como um “parecer sobre a situação do Ensino Primário”. Deste modo, contribuiu para a construção da representação de João Baptista Brandão de Proença como um especialista em instrução pública, alguém com saberes legítimos e legitimados para emitir um parecer, uma opinião frente a uma consulta. Mais uma vez, o professor é colocado num lugar de preeminência como “um dos primeiros professores do Paraná”.

O texto é introduzido dentro das características da diplomática das comunicações oficiais do Império brasileiro: o autor informa o que está cumprindo, no caso uma ordem do presidente da província, e ressalta em si mesmo “a falta de precisas habilitações para tratar de matéria tão transcendente” (BRANDÃO, 1979, p. 47). A seguir enfatiza a importância da instrução e, ao mesmo tempo, exalta a ilustração de seu destinatário, o presidente da província. Destaca que a “instrução primária garantida

¹⁵⁹ As referências são feitas ao texto publicado e não ao manuscrito. Esta opção se justifica pela maior acessibilidade e facilidade de leitura do primeiro. Ambos compõem os anexos 2 e 3.

como está pela Constituição política do Imperio, tem-se constituído uma dívida do Estado, e uma obrigação comum a todos os cidadãos” (BRANDÃO, 1979, p.47). O conhecimento dos textos legais é uma habilidade marcante deste professor de primeiras letras, que também foi vereador e Juiz de Paz, e o destaque dado à instrução como direito/obrigação é importante para a argumentação que ele desenvolve. Prossegue demonstrando, como recurso de autoridade, conhecimentos acerca de experiências bem sucedidas de outros países na instrução, leia-se países da Europa – Alemanha, Bélgica e Prússia – atribuindo o seu sucesso a “sabias medidas legislativas”, sobretudo à lei de “obligatoriedade do ensino”. Passa então a defender a criação de uma lei deste tipo no Brasil considerando que é “preferível alguma severidade da lei, do que ver criar-se como se crião por esses lugares centraes, moços de belíssima aparência, robustos e vigorosos analphabetos completamente” (BRANDÃO, 1979, p.48). O professor, ao propor a lei, chega ao refinamento de definir as distâncias de residência das famílias que ficariam obrigadas a matricular seus filhos nas escolas, as idades das crianças (a partir de 7 anos) e prever o direito de as famílias darem a “instrução religiosa e intellectual particularmente em suas casas, ou em aulas particulares, legalmente autorizadas” (BRANDÃO, 1979, p.48). Na sequência, passa às considerações sobre a lei provincial de São Paulo de 16 de março de 1846, a qual avalia como tendo “disposições [...] muito apropriadas” mas sugerindo que “nas actuaes circunstancias d’esta nascente provincia [...] não poderá ser adaptada sem reforma de algumas de suas disposições” (BRANDÃO, 1979, p.48-49). As reformas sugeridas pelo professor concentram-se num único tema bastante caro aos professores: os vencimentos. Proença sugere a equiparação dos salários dos professores vitalícios criticando, de forma contundente, o “artº 15 da lei nº 28 de 16 de Março de 1847” que dispunha que:

Art. 15. Os ordenados e gratificações marcados nos artigos quinze, dezesseis, e dezessete da lei provincial numero trinta e quatro de dezesseis de março de mil oitocentos quarenta e seis, competem unicamente aos professores, e professoras providos em virtude da mesma, e não aos anteriores, que gozarão dos benefícios das leis de sua criação ficando assim declarada a referida da lei¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Artigo 15 da Lei nº 28 de 16 de março de 1847. Os artigos 15, 16 e 17 da Lei nº 34 de março de 1846 fixavam ordenados de quatrocentos a quinhentos mil réis nas cidades e de duzentos e cinquenta a trezentos mil réis nas demais localidades; previa gratificação para as escolas frequentadas por mais de 20 alunos “efetivamente”, de “quatro mil réis por cada aluno que exceder o dito numero”; e o direito à aposentadoria àqueles que tivessem exercido o magistério por vinte e cinco anos “com todo o ordenado que vencerem ao tempo da aposentadoria” com possibilidade de continuar por mais cinco anos e receber “mais a décima parte” e aposentadorias “proporcionais” para os que se tivessem servido por mais de dez anos e ficassem impossibilitados de continuar.

O professor que recebia vencimentos de 360\$000¹⁶¹ réis anuais reclamava da exclusão dos professores que, como ele, foram providos de acordo com leis anteriores. Mais uma vez, o professor demonstra estar atento à dinâmica legislativa e, baseando-se na sua experiência e no conhecimento das leis, considera que o artigo acima:

[...] resultou uma grande injustiça aos professores providos em virtude da lei de 15 de outubro de 1827, não só porque por suas antiguidades e serviços prestados à instrução tenham senão maior ao menos igual direito a essas vantagens, como porque as matérias de ensino exigidas pelo artigo 1º da lei de 16 de Março de 1846 são as mesmas, que exige a lei de 15 de outubro de 1827 (BRANDÃO, 1979, p. 49).

A familiaridade e a proposta do professor de leis para resolução dos problemas da instrução pública indicam outro elemento significativo que perpassa a cultura política deste mestre de primeiras letras, qual seja, a aposta na via legal para resolução dos problemas sociais recorrente numa nação em constituição, que construía seu aparato legal.

Nóvoa destaca que o projeto de incorporação dos professores ao funcionalismo “deve ser encarado como uma vontade partilhada do Estado e do corpo docente” (NÓVOA, 1995, p. 174). Nesse sentido, há tensões e negociações para conciliar os diferentes interesses. João Baptista Brandão de Proença era um dos professores nomeados em virtude da lei de 1827, sentiu-se prejudicado pela lei paulista de março de 1847 e quando teve a chance, expôs o seu descontentamento. Cabe acionarmos as considerações de E. P. Thompson sobre a lei. Para este autor:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação a seus próprios interesses. Se é a lei manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia para a eficácia da lei em sua condição ideológica é de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade às vezes sendo realmente justa. (THOMPSON, 1987, p. 354).

Desta vez, a lei não se legitimou, pois foi considerada injusta, não só por não ter previsto vantagens pela antiguidade no cargo, mas principalmente porque os professores mais antigos recebiam salários menores que professores mais novos que lecionavam as

Disponível

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1847/lei%20n.28,%20de%2016.03.1847.pdf>

em

¹⁶¹ Decreto imperial de 07 de agosto de 1832. Disponível em

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_5.pdf.

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_5.pdf.

Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

mesmas matérias. A despeito da injustiça, o professor insiste na reforma legal como forma de se fazer justiça e melhorar a instrução. O professor-autor recorre, por fim, ao discurso de autoridade de Degerando¹⁶², para quem “o magistério publico [...] [é] uma espécie de sacerdócio civil” considerando e sugerindo que:

[...] parece ser de justiça que os ordenados, que se tiverem de marcar possuão não só remunerar o trabalho, a dedicação, a assiduidade a que são obrigados os professores da instrução primaria, como se prestem á formação de um pecúlio para casos imprevistos. A consignação do máximo do ordenado que estabelece a lei, exclusivo das gratificações autorizadas pela mesma me parece ser suficiente para remunerar os trabalhos inerentes ao magisterio (BRANDÃO, 1979, p. 49-50).

A estrutura do texto assemelha-se a de relatórios de inspetores da instrução pública, embora com um tamanho mais reduzido e tratando de menos questões. Não é sem motivo que João Baptista Brandão de Proença tenha sido identificado, equivocadamente, como inspetor da instrução pública, nesta publicação de 2006:

Em 1854, o Inspetor João Batista Brandão de Proença (Ofício de 1854, p. 386- 389), imbuído do discurso liberal, considerava a necessidade de se legislar sobre a obrigatoriedade do ensino como forma de se obter o progresso moral e intelectual e citava exemplo de vários países europeus que adotaram esta medida. A obrigatoriedade, proposta por ele, efetivou-se pela Lei Provincial n.º 14 de 14 de setembro de 1854, assinada por Zacarias de Góes e Vasconcellos (MIGUEL & SAÍZ, 2006, p. 43).

As autoras se referem ao mesmo texto aqui analisado, ou seja, um texto escrito por um professor de primeiras letras, não um inspetor, cumprindo ordem do presidente da recém-emancipada Província do Paraná. Pouco mais de um mês depois de Baptista Brandão enviar o seu “parecer” ao presidente, Zacarias apresentou o seu relatório na abertura da Assembleia legislativa provincial, em 15 de julho de 1854. Ao tratar do ramo da instrução pública, o presidente anunciava que:

Todas as corporações e funcionários, á quem ouvi acerca do estado da instrução na provincia, derão-me as mais desfavoráveis informações desse ramo do serviço publico, e assim parece ser, a vista de documentos que tive presentes¹⁶³.

¹⁶² O barão de Gérando é autor da obra *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras ou direções realtivas à educação physica, moral e intelectual nas Escolas Primárias pelo Barão Degerando*, impresso por ordem do Governo Provincial do Rio de Janeiro para uso dos professores. Nictheroy. Typographia Nicteroy de M.G. de S. Rego. Praça Municipal. 1839. 386p. e Apêndice de Leis Gerais e Provinciais (apud BASTOS, 1999, p. 241).

¹⁶³ Relatório do Presidente da Provincia do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854, p. 12, *grifos meus*.

O trecho dá a entender que o presidente tenha ouvido, e talvez solicitado, exposições a “respeito do ensino primário” e das “disposições da lei de instrução pública em vigor” a outros professores e sujeitos relacionados com a instrução pública. A abordagem de mais questões pelo presidente do que as apresentadas pelo professor indicia esta multiplicidade de vozes. Zacarias explicita, ainda, que leu “o relatório de 10 de março de 1852 do inspector geral da instrucção de S. Paulo” (p. 18) e, possivelmente, apropriou-se do modelo de relatório do inspetor da província paulista.

Observemos os temas abordados pelo presidente Zacarias com o objetivo de compararmos com o “parecer” do professor João Baptista. O presidente informa sobre este “ramo do serviço público” num texto dividido em três partes: a primeira versa sobre o ensino primário, a segunda sobre o ensino secundário e a terceira sobre o ensino privado. Na primeira parte, a que nos interessa, tece considerações sobre os seguintes “pontos”: “1º Vencimentos dos professores”, “2º Inpeccção”, “3º Objetos e grãos do ensino”, “4º Ensino Obrigatório”, “5º Methodo a adoptar-se nas escolas”; “6º Números de Alumnos essencial a existência d’aula” e “7º Escolas do Sexo Feminino”. É possível constatar correspondências entre o “parecer” e o relatório. Os dois temas tratados pelo professor João Baptista Brandão de Proença são abordados por Zacarias. O tema ao qual o professor mais se dedica, os vencimentos, é primeiro no relatório do presidente e o teor é muito semelhante:

1º VENCIMENTO DOS PROFESSORES

A legislação sobre o ensino, que não tomar na devida consideração a sorte dos professores, por mais multas e outras penas, que comine, por maior severidade que ostente, não conseguirá o seu fim.

Em um paiz como este, onde qualquer carpinteiro ou pedreiro ganha 2\$000 ou mais, onde a ultima pessoa do povo tem, quando não queira dar-se á outro trabalho, o fácil recurso dos hervaes silvestres para tirar quanto baste para suas precisões, querer que hum professor ganhe em alguns lugares menos de 800 rs. diarios, he um absurdo. Sejam os francos: o professor, que não prestar, se for vitalício, aposente-se, se provisorio destitua-se, mas tendo as precisas habilitações receba, pelo menos, sendo effectivo, o maximo dos ordenados fixados no art. 15 da lei n.34 de 16 de março de 1846 para as cadeiras das cidades, villas, e povoações. (p. 13).

O presidente utiliza argumentos diferentes daqueles utilizados pelo professor, destaca o “absurdo” dos valores, comparando com a remuneração de outros officios. Só se refere à legislação ao final quando apresenta a mesma proposta que Baptista Brandão, a de fixar os ordenados no valor máximo previsto pela lei paulista, o que representava

salários de 400\$000 a 500\$00 réis nas cidades, 300\$000 a 400\$000 nas vilas e 250\$000 a 300\$000 réis nas demais povoações.

O outro tema tratado pelo professor e contemplado no relatório do presidente é a proposta de uma legislação do ensino obrigatório. Mais uma vez, o presidente se utiliza de uma linha de argumentação e exposição diferentes do professor para apresentar proposta semelhante. Como vimos, o professor se apoia nas experiências de outros países e, com o que poderíamos chamar de “fé legalista”, detalha os meandros para aprovação da lei e suas disposições (distâncias, idades). Já o presidente explora uma simbologia que mistura elementos higienistas, cristãos e liberais:

Obriga-se o povo á vacina, e ele obedece ou deve obedecer sem reparo, porque he hum meio de preservar-se de hum flagelo fatal.

Ora a intrucção primaria he, por assim dizer, huma vacina moral, que preserva o povo do peor de todos os flagelos conhecidos e por conhecer – a ignorância – das noções elementares, que nivela o homem ao bruto, e o torna matéria apta e azado instrumento para o roubo, para o assassinato, para a revolução, para todo mal, enfim.

A instruccção primaria he mais: he huma espécie de baptismo com que o homem regenerado da crassa ignorância, em que nasce, efetua verdadeiramente sua entrada na associação civil e no gozo dos direitos, e vantagens, que lhe são inherentes (p. 17).

Professor e presidente sugerem o uso da “severidade” (BRANDÃO, 1979, p. 48) ou “obrigar-se o povo” (Relatório, 1854, p. 17) em virtude de um bem maior. No entanto, há uma diferença sutil e significativa ao mesmo tempo. Enquanto o professor vê a instrução como meio para acabar com “a triste condição” dos “moços de belíssima aparência [...] *analphabetos* completos”, o presidente a vê como “vacina moral que preserva o povo do peor de todos os flagelos conhecidos e por conhecer – a *ignorância*”. Ele identifica falta de instrução à ignorância associando-a à aptidão para “roubo, assassinato, para a revolução, para todo mal, enfim”. Não aprofundaremos mais a questão, já que não é este o nosso foco, o objetivo é apenas assinalar a diferença entre a visão do mestre e a do governante. Aquele que ensina a ler e escrever visa mudar a triste condição do analfabeto, enquanto o governante quer instruir para acabar com a ignorância e evitar crimes e revolução.

Em síntese, os temas expostos pelo professor foram abordados no relatório do presidente da província, com argumentações diferentes para propostas semelhantes. E mais do que terem sido objeto de um relatório do representante maior do poder executivo na província, as considerações do professor de primeiras letras foram

contempladas pelo poder legislativo: a assembleia provincial aprovou a obrigatoriedade do ensino, fixada pela “Lei Provincial n.º 17 de 14 de setembro de 1854”, e o aumento dos vencimentos com a “Lei nº 21 de 02 de março de 1857” – que fixou ordenados, significativamente, mais altos para os professores de primeiras letras da província do Paraná (800\$000 réis com gratificação de 200\$000 para as cadeiras das cidades e 600\$000 para vilas e outros lugares).

A trajetória do professor de primeiras letras permite apreender que, se por um lado, as suas práticas eram pautadas pelo cumprimento e sujeição à legislação, por outro, ele fez um uso tático (CERTEAU, 1994) do repertório que havia acumulado ao longo do magistério e de outros cargos político-administrativos para que seus interesses, ao mesmo tempo, individuais e coletivos fossem contemplados pela lei.

Método mútuo na 5ª Comarca e Materialidade da escola e do magistério

A questão do método na trajetória deste professor é abordada ensaiando-se algumas hipóteses que transbordam sua experiência individual. A minha leitura do método mútuo se dá na chave, desenvolvida ao longo deste estudo, da interpretação do seu sentido no interior da trajetória dos professores de primeiras letras. O que significa, neste caso especificamente, que me detenho na relação entre o ensino mútuo e a materialidade da escola e do magistério na trajetória do professor Baptista Brandão.

Ao acompanhar a “história da divulgação, institucionalização e crise do sistema de ensino mútuo na Província de Minas Gerais, Faria Filho e Rosa (1999) entendem a lei de 15 de outubro de 1827 como “a principal estratégia de divulgação e de expansão do método de ensino mútuo no país” (FARIA FILHO & ROSA, 1999, p. 183). Na lei, o ensino mútuo é objeto dos seguintes artigos:

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 15. Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais se não se opuserem a presente lei; os castigos serão os praticados pelo método Lancaster.

O que pudemos apreender da trajetória do professor Baptista Brandão corrobora a leitura da lei como uma eficiente “estratégia de divulgação” no século XIX. A análise da questão dos vencimentos na trajetória do professor confere um lugar importante na vida daquele mestre à leitura e apropriação leis¹⁶⁴ em tentativas de melhoria das suas condições de vida. Isso se deu com os ordenados e em outros aspectos relacionados com as condições materiais de existência do magistério.

Em novembro do primeiro ano na regência da cadeira – 1835 –, o professor dirigiu ofício ao vice-presidente da província buscando saber se a Igreja inacabada São Francisco de Paula pertencia a alguma Irmandade ou era dirigida por alguma pessoa, além do Tenente Ricardo Lustoza responsável pela guarda das chaves¹⁶⁵. Na mesma data do ofício dirigido ao vice-presidente da província, o professor fez, também, uma solicitação ao prefeito da Vila de Curitiba, Jozé Borges de Macedo:

Achando-me encarregado da direção da Aula de Primeiras Letras desta Villa e regendo a mesma cadeira com o numero já em principio de sessenta e quatro alunos, e proxima a admissão de maior numero que deve concorrer em rasão da população d'esta mesma Villa; me vejo privado de, com franqueza, dar-lhes as precisas lições por falta de espaço na Casa que pude obter para este fim, sem que possa encontrar outra com as proporções exigidas, a exceção de uma bôa, decente e grande sala que serve de Consistório da comessada Igreja de Sam Francisco de Paula, Igreja que se axa em completo abandono, e suas chaves entregues ao Tenente Ricardo Lustoza de Andrade, q. nada mais faz que guarda-las, não havendo a menor esperança da conclusão da dita obra, por causa do falecimento do devoto (?) que fervoroso a promovia; por isso desejava que, sendo possível, V^a Ex^a mandasse a aquele depositario das chaves me entregasse a daquella sala para ali continuar nas lições a que estou encarregado [...].¹⁶⁶

O prefeito Jozé Borges de Macedo respondeu afirmativamente, em 04 de janeiro de 1836¹⁶⁷, ao presidente de província, que o Tenente Lustoza “animado de sentimentos

¹⁶⁴ Em ofício de 02 de outubro de 1835, o professor informou ao presidente da província que “não tenho athé o presente momento instruções ou normas [...] que me sirvão de regra em meo comportamento quanto ao mesmo emprego, à exceção d’aquellas marcadas por Lei; pelo que rogo a v. Ex^a queira me instruir[...]. AESP. CO 1002.

¹⁶⁵ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo Vice-presidente da Província de São Paulo em 03 de novembro de 1835. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba. 1835-37”. Localização: CO 1002. AESP.

¹⁶⁶ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo Prefeito da Villa de Curityba em 03 de novembro de 1835. Lata: “Série Manuscritos Ofícios diversos de Curitiba 1835-37”. Localização: CO 1002. AESP.

¹⁶⁷ Ofício manuscrito do prefeito Jozé Borges Macedo da Villa de Curityba dirigido ao professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1835-37”. Localização: CO 1002. AESP.

philantrópicos, em benefício da mocidade desta mesma V^a, as entregou [as chaves] na qualidade de Thesoureiro da mesma Igreja”.

Cabe destacar algumas passagens do ofício de solicitação ao prefeito, de autoria do professor Brandão. Este distingue as ações de dirigir uma Aula e reger a cadeira de primeiras letras, para em seguida informar que é responsável por ambas. A administração, a regência, entre outras atribuições constituíam o “ser professor”, tais como conseguir alunos e providenciar o local para a realização das aulas – objetivo central da solicitação acima. O professor justifica o pedido do consistório da igreja demonstrando conhecimento sobre as “proporções exigidas” de uma “bôa, decente e grande sala” para dar “as precisas lições”; não sabemos a quais exigências se refere o mestre nesta ocasião. Outros indícios da trajetória do professor permitem associar tais proporções exigidas a orientações relativas ao método lancasteriano. Em dezembro do mesmo ano de 1835, o professor dirigiu um ofício ao presidente da Província de São Paulo – uma resposta a um ofício anterior do vice-presidente¹⁶⁸ – discriminando os utensílios necessários para o ensino pelo método lancasteriano:

Em observancia ao Officio de V^a Ex^a datado em 18 de Novembro próximo passado, em que V. Ex^a me ordena declare os utencilios que he mister para por em execução a instrução pelo methodo Lancasteriano e em seu cumprimento declaro, que me é necessario cento e sincoenta Lousas, cem Traslados, sessenta Tinteiros e Areeiros, cento e sincoenta Lapis para escrever nas Lousas, oito semicírculos de ferro, desesseis bancos, uma Mesa, quanto aos bancos e Mesa se podem fasêr n’esta Villa, assim como oito Telégraphos e uma pedra para as diferentes lições em Arithmetica, e assim mais é necessário ser remetido Alphabetos e Livros de soletrar. Relativamente ao que se tem de fasêr nesta Villa, isto é bancos, Mesa, Telégraphos, e finalmente o arranjo da Aula, rogo que V^a Ex^a que providencie para que pela Colectoria d’esta mesma Villa ou por alguma outra repartição se me forneça os meios pecuniários para pagamento de semelhantes obras, e afim de se mo não obstar inconvenientes. Deos a V^a Ex^a guarde por muitos anos. Villa de Curytiba 14 de Dezembro de 1835.

Ilmo e Exm^o Snr^o Vice Presidente

D’esta Provincia de S. Paulo

O Professor João Baptista Brandám de Proença.¹⁶⁹

Neste ofício, o professor demonstrou conhecimentos acerca dos materiais necessários à aplicação do método mútuo, sinal de que além do repertório legal e político administrativo, o professor acumulava também um repertório pedagógico:

¹⁶⁸ Ofício do vice-presidente da província dirigido ao professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença em 18 de novembro de 1835 ainda não localizado.

¹⁶⁹ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo vice-presidente da Província de São Paulo em 14 de dezembro de 1835. Lata: “Série Manuscritos. Offícios diversos de Curitiba 1835-37”. Localização: CO 1002. AESP.

conhecia o método mútuo, era capaz de discriminar os materiais necessários para a sua aplicação e quase 20 anos depois deste pedido de materiais de 1835, o professor cita Degerando, autor de uma das obras traduzidas para o português sobre o método. De acordo com Inácio (2005):

O método mútuo, também denominado monitorial ou lancasteriano, estava sendo utilizado na Europa, apresentando resultados positivos no que se refere à eficiência e ao custo. Sua adoção, nas escolas brasileiras, mostrava-se profícua naquele momento [início da década de 1830]. Tal método apresentava-se como uma proposta de organização do ensino que compreendia todos os elementos constitutivos do fenômeno educativo, quais sejam os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares. Sua principal característica é que toda a estrutura se baseava no ensino dos alunos por eles mesmos: os mais adiantados servindo de professores àqueles que sabem menos. O método mútuo previa a instrução simultânea dos alunos, com a utilização de monitores, como são chamados aqueles que ensinam seus colegas, que o difere do método de ensino simultâneo e do individual, nos quais o professor é o agente do ensino. (INÁCIO, 2005, p. 05).

A sua trajetória e a de outros mestres que atuaram durante o segundo quartel do Oitocentos permitem ver que alguns tentaram adotar o ensino mútuo, mas que nem sempre o fizeram em razão de não conseguirem os materiais e prédios adequados à aplicação do método, ou, ao menos, valeram-se desta justificativa para isentarem-se. Inácio (2005) ao estudar o caso da escola de primeiras letras de Diamantina acompanhou as tentativas do professor público Joaquim Zacharias Pacheco que:

[...] passou sete anos [de 1830 a 1837], buscando insistentemente o auxílio da Presidência da província para ver sua escola funcionando adequadamente, pedindo que lhe fossem entregues a casa e os utensílios necessários à instalação e ao funcionamento da aula de primeiras letras de Diamantina pelo método mútuo. (INÁCIO, 2003, p. 05).

No caso do professor mineiro, as últimas fontes que se referem ao método mútuo datam de junho de 1837, nela o professor informava que

[...] chegaram à vila Diamantina as lousas e mais objetos, cuja compra e pagamento ficaram sob sua responsabilidade. Pediu o reembolso da quantia gasta e informou que “que esperava as tábuas para compor a aula, segundo o método Lancasteriano, e que por não encontrá-las na Vila não deu início às atividades da escola” (INÁCIO, 2005, p.13).

O caso de Diamantina parece não ter sido único. Em Curitiba, dois anos antes de o mestre Baptista Brandão iniciar-se no magistério, o professor público Firmino Ferreira

dos Santos¹⁷⁰ enviara o seguinte officio aos “Illmos Snrs Presid^e e Membros da Camara Municipal”:

Diz Firmino Ferreira dos Stos, q. tendo ele supp^e feito o seo exame p^a ensinar pelo novo methodo, o q. ã tem feito por falta dos utensis necessarios; e persuadido, q. p^a o grande numero de meninos q. tem /como se vê da lista q. incluza oferece/ deve-se tornar mais fácil o dito ensino, e mesmo deve produzir um adiantamento tanto mais rápido, como perfeito, de q. o ensino pelo antigo methodo: o Supp^e requer, e/
As V.V. S.S. se Dignem representar ao Exmo Snr Prez^e da Provincia. A fim de fornecer os supra mencionados utencis; levando p^a este fim a vista do mm^o Exm^o Sem^o Prez^e a lista dos meninos q. compõem sua Escola.
E.R.Me¹⁷¹

Informando que havia feito exame para “ensinar pelo novo methodo” o professor Firmino não o fazia pela falta dos “utencis necessários”. Tal qual o professor Pacheco, a falta dos materiais impedia a sua aplicação, destacando que Firmino não chegou a mencionar o edifício escolar. No ano seguinte, em ofício que acompanhou o seu mapa de 11 de março de 1834, o professor não fez referência alguma ao método mútuo, mas pediu esclarecimento ao presidente da província Rafael Tobias d’Aguiar sobre a matrícula de meninos com idades de cinco e seis anos, considerando que:

[...] é bastante claro conhecer-se q. um menino de cinco anos não tem suficiência para prestar atenção às lições q. se lhe propõe e as advertências q. se lhes faz [...e] finalmente saber de Vossa Ex^a se com consentimento dos pais posso uzar de castigos físicos; tendo em meo poder a assinatura de seos pais¹⁷².

A consulta sobre o uso de castigos físicos com o consentimento dos pais denuncia um distanciamento do professor dos princípios do método mútuo – que previa “recompensas ou [...] penalização: verdadeiro meio de manter, sem nenhuma interrupção, a atenção e a emulação dos alunos¹⁷³” (LESAGE, 1999, p.21). Naquele mesmo ano, Firmino abandonou o magistério e findou sua breve tentativa de reger uma escola pelo método Lancaster.

¹⁷⁰ Este professor lecionou de junho de 1833 a julho de 1834 (cf KUBO, 1982, anexo 3, s/p).

¹⁷¹ Ofício do professor Firmino Ferreira dos Santos à Câmara Municipal de Curitiba. 26 de outubro de 1833. AESP. CO 1001.

¹⁷² Ofício do professor Firmino Ferreira dos Santos ao presidente da Província de São Paulo. 11 de março de 1834. AESP. CO 5017.

¹⁷³ Artigo publicado em 1975 na Revue Française de Pédagogie. N. 31, INRP, avril/mai/juin 1975, p. 62-69 traduzido por Maria Helena Camara Bastos In: BASTOS, Maria Helena Camara & MENDES, Luciano Mendes (org.) **A escola elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 9-24.

O professor Baptista Brandão foi mais insistente que o seu antecessor e começou sua empreitada buscando os materiais necessários para abertura de sua aula pelo método Lancaster no mesmo ano em que foi provido, 1835 – como pudemos observar no ofício de 14 de dezembro de 1835 no qual o professor discrimina os utensílios que havia solicitado para lecionar de acordo com o referido método. As idas e vindas por meio de novos ofícios do professor, da câmara da Vila de Curitiba e da presidência da província estendem-se até 1838. Em ofício da Câmara de Curitiba de 17 de novembro de 1837, seus membros informavam que embora tivessem sido avisados pela presidência da província da chegada dos caixotes com os utensílios, os mesmos não haviam sido encontrados na alfândega de Paranaguá¹⁷⁴. Em outubro do mesmo ano, a Câmara levou ao conhecimento do presidente da província “as contas e documentoz da despeza feita com o arranjo material da Aula de primeiras letras desta Villa pelo methodo Lencasterino” com mesas, bancos e semi-círculos que haviam sido autorizados por portaria de 30 de outubro de 1837¹⁷⁵. Em 1838, “dous caixotes com utensílios para o ensino mutuo das escolas [...] foram entregues ás duas escolas existentes em Curityba”¹⁷⁶. Verificamos que o professor recebeu, ao menos, esta primeira remessa dos materiais solicitados para o ensino pelo método lancasteriano. Em 1841, voltava a enfrentar dificuldades para o recebimento de uma nova remessa de utensis, “dificuldades [...] relativas a transporte e comunicação, ainda mais intensas quanto mais recuado é o tempo histórico” (VIDAL, 2008, p. 46).

Exmo Senr. Presidente

Accuso a recepção da Portaria que em data de 30 de Julho do anno próximo passado me foi endereçada pelo antecessor de V. Ex^a em a qual me comunicava o mesmo terem já chegado da Corte do Rio de Janeiro os utensis que para a Aula de Primeiras-Lettras que nesta villa dirijo pelo methodo Lancasterino, requisitei em data de 14 de abril de 1840, constantes da relação que então acompanhou essa requisição acrescentando, em cumprimento à mesma Portaria, pedir presentemente á V. Ex^a a remessa de duzentas canetas de metal, e igualmente a dos utensis vindo do Rio por intermédio da Alfandega de Paranaguá e dali á Collectoria d'esta Villa à fim de o collector desta mesma V^a satisfazer a despesa da condução. Tenho convicção de que V. Ex^a muito se interessa pelo melhoramento na intrucção primaria d'esta

¹⁷⁴ Ofício manuscrito pelos membros da Câmara da Vila de Curitiba dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 17 de janeiro de 1838. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1841-44”. Localização: CO 1003. O professor João d’Abreu Sá Sotto-Maior é um dos 7 membros da Câmara que assinam o ofício.

¹⁷⁵ Ofício manuscrito pelos membros da Câmara da Vila de Curitiba dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 22 de outubro de 1838. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1838-40”. Localização: CO 1003. AESP.

¹⁷⁶ B.A.M.C, v. 49, 28 de abril de 1838, p. 92.

Provincia cumprindo-me por isso rogar á V. Ex^a a breve remessa de ditos utensílios.

Cumpre-me outrossim notar a V. Ex^a que por supor haver-se pelo correio de terra (que é peor que temos desta V^a á essa Capital) extraviado o officio¹⁷⁷ que neste mesmo sentido enderecei à V. Ex^a é que me animo em dirigir em 2^a via á V. Ex^a este, Deos guarde a V. Ex^a por muitos anos. V^a de Curytiba 10 de fev^o de 1841.

Ilmo e Exm^o Snr^o Presidente

D'esta Provincia de S. Paulo

O Professor João Baptista Brandão.¹⁷⁸

Vale destacar que a pesquisa no arquivo nos revelou que o ofício anterior havia sido recebido pela presidência da Província de São Paulo e continua conservado até os dias de hoje. A substituição do correio marítimo pelo correio terrestre significava um aumento no tempo gasto, de acordo com os membros da Câmara da Vila de Curitiba, retardando a correspondência em até dois ou três meses. Em ofício de 09 de fevereiro, a Câmara – da qual João Baptista Brandão era membro – reclamava da proibição da utilização do correio marítimo e fazia uma representação solicitando a revogação da mesma¹⁷⁹. No dia seguinte ao ofício da Câmara de Curitiba, 10 de fevereiro de 1841, desta vez como “professor João Baptista Brandão”, o mestre enviava um novo ofício – transcrito acima – referente aos utensílios para as suas aulas.

Outros conhecimentos acerca do funcionamento burocrático das instituições, por parte do professor Brandão, podem ser averiguados nas instruções minuciosas que ele dá para o encaminhamento dos utensílios, desde o Rio de Janeiro em direção à alfândega de Paranaguá e de lá para a Coletoria da Vila de Curitiba para “satisfazer a despesa da condução”. O professor possuía saberes que lhe possibilitavam viabilizar materialmente as suas aulas.

¹⁷⁷ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 16 de outubro de 1840. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1838-40”. Localização: CO 1003. AESP. A localização do ofício significa que o mesmo não havia sido extraviado.

¹⁷⁸ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo vice-presidente da Província de São Paulo em 09 de fevereiro de 1842. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1841-44”. Localização: CO 1004. AESP.

¹⁷⁹ Ofício manuscrito pelos membros da Câmara da Vila de Curitiba dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 09 de fevereiro de 1842. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1841-44”. Localização: CO 1004. AESP. Este ofício é assinado por 7 membros da Câmara da Vila de Curitiba, entre eles o professor de primeiras letras João Baptista Brandão e o seu antecessor e ex-professor João d’Abreu Sá Sotto-Maior Araújo.

Elvira Mari Kubo (1982)¹⁸⁰, ao tratar dos métodos de ensino existentes na 5ª Comarca da Província de São Paulo informa-nos que, desde 1825, a Câmara da Vila de Paranaguá solicitava uma aula de primeiras letras pelo método Lancaster, mas que foi em Curitiba, em 1838, que a 5ª Comarca inaugurou sua aula pelo método lancasteriano (KUBO, p. 308). A ata da sessão da Câmara de 10 de outubro de 1838 informa o seguinte.

[...] Lerão-se os seguinte requerimentos [...] 2º Sobre a abertura da Aula de Ensino Mutuo desta villa, declarando a comissão ficar muito satisfeita pelo discurso que fez o Professor a seus Alumnos, demonstrando-lhes as vantagens que devião esperar de um tal ensino, depois do que passou a dar principio, e declarou ter de requerer Attestº do tempo findo pelo ensino simultâneo, querendo fazer exame das matérias que estudarão durante aquelle methodo, de que a comissão dispenço por não interromper os trabalhos da pres.ª abertura, e por estar convencida do adiantamento q' os alunos obtiverão em o extincto methodo; ficando satisfeita da polides e obediência de seus alunos, e que por isso é de parecer que lhes passem as Attestações pela afirmativa de haver o mesmo cumprido com os deveres a seu cargo até o ultimo de 7brº do corrente anno, e de ter dado comesso e haver feito passagem do ensino semultaneo, ao "methodo Lencaster" no dia 1º de 8brº corrente, e posto em discussão foi aprovado. E por ser dada a hora feixou o Snr. Presidente a Sessão [...]

Francisco de Paula Guimes; Francisco de Paula Lima Bueno; João de Souza Dias Negrão; Manoel José da Cunha Bitancourt; Antonio Mauricio da c. tª Guimes . Joaquim Jose Monteiro; Francisco de Assim Marqs da Costa Paxº Lanhoso.¹⁸¹

Compartilhamos a interpretação de Kubo (1982) de que esta foi a única cadeira da 5ª Comarca em que o ensino mútuo efetivamente existiu por um tempo. O método lancasteriano teria sido utilizado até o final de 1841 quando um inspetor¹⁸² declarou à Câmara que o professor não mais o utilizava.

Aos treze dias do mês de Janrº de mil oito centos e quarenta e dois nesta villa de Curytiba [...] Lerão-se os seg.tes – 4º do Professor de 1ªs letras desta villa pedindo attestamento do cumprimento de seus deveres dos meses de 8brº, 9brº e 10brº do anno passado não se tendo ausentado para fora do Municipio, ficou adiado a requerimto do Sr Lustosa fundado na duvida sobre o methodo [...] (p. 45-46).

Aos quatorze dias do mês de Janrº de 1842 [...] Entrou em discussão o requerimento adiado do Professor de primeiras letras desta villa em que pede attestamento do cumprimento de seus deveres e não ter-se ausentado para fora do Municipio foi mandada passar pela afirmativa 'contra o voto do Sr. Lustosa q.to ao ensinar o Suppº pelo methodo Lancasterino por constar-lhe o contrario" (p. 46-47).

¹⁸⁰ KUBO, Mari Elvira. **A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná) – 1827-1853**. 1982. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

¹⁸¹ Sessão da Câmara Municipal de Curitiba, 10 de outubro de 1838. B.A.M.C., v.50, p. 42, 1930.

¹⁸² Sessões da Câmara Municipal de Curitiba, 13 e 14 de janeiro de 1842. B.A.M.C., v. 53, p.45-47, 1931.

O último indício do ensino mútuo na trajetória do professor data de 14 de julho de 1842, cerca de 4 anos após sua abertura (10 de outubro de 1838). O mesmo tenente Lustosa que havia disponibilizado as chaves do consistório da igreja São Francisco considerou que constava-lhe “o contrario” “quanto ao ensinar o Suppe pelo methodo Lancasteriano”. A partir de então, o método mútuo e Lancaster não são mais mencionados nas fontes¹⁸³.

Para Kubo (1982), a adoção do método Lancaster apresentava, ainda, a vantagem da “aquisição de utensílios e de um edifício escolar”, visto que a legislação de 1827 não previa “o seu fornecimento a professores que aplicassem outros métodos”.¹⁸⁴ Interpretação que corrobora a análise de que o professor Brandão fazia uso de um amplo repertório de saberes e habilidades para a melhor viabilizar suas aulas, suas condições materiais e lograr outros cargos na vida pública.

Se a Lei de 15 de outubro de 1827 foi um eficiente meio de divulgação do método mútuo, os professores se mostraram eficientes na apropriação das possibilidades – não garantias – de melhoria das condições materiais de suas aulas que ela representava (CHARTIER, 1990). A lei trazia para o campo do possível que o professor cobrasse do governo o fornecimento do prédio e materiais para o ensino. Esta brecha, se não garantia, abria um canal que possibilitava sucessivas investidas e, em alguns casos, a efetivação de condições materiais mais viáveis.

Os ordenados na trajetória do professor João Baptista Brandão de Proença e na constituição da docência na Província do Paraná

O professor publico de Primeiras Lettras da cidade de Curytiba tendo em dacta de 5 de junho do anno proximo passado endereçado á V. Ex^a uma representação em que pedia a fixação do ordenado que em consequência do que dispõe o artigo 15 da Ley Provincial nº 34 de 16 de Março tem o mesmo de perceber, vem novamente solicitar de V. Ex^a a graça de fixar um ordenado na quantia então pedida.

Convencido e autorizado pelos não interrompidos actos de retidão e imparcialidade que caracterisam a V. Ex^a cumpre ao suplicante esperar que V. Ex^a atendendo as rasões ponderadas na supra mencionada representação a defira com justiça.

¹⁸³ A única referência indireta se dá com a citação que o professor João Baptista Brandão de Proença faz de Degerando no “parecer” de 1854, mas sem fazer nenhuma menção o ensino mútuo.

¹⁸⁴ KUBO, op. cit., p. 317.

Inclusa remete á V. Ex^a o Supplicante uma copia da *acta dos exames* de seus alunos, que tiveram lugar no dia 4 de Desembro do anno proximé findo.

Ilmo Exmo Snr Marechal Presidente
d'esta Provincia de S. Paulo

João Baptista Brandão de Proença.¹⁸⁵

Em 1847, o professor Baptista Brandão remeteu a representação transcrita acima¹⁸⁶ ao presidente da Província de São Paulo. Nela solicitava o aumento de seu ordenado. O artigo ao qual se refere o professor faz parte da lei paulista nº 34 de 16 de março de 1846.

Art 15. O ordenado fixo dos professores públicos será nas cidades de quatrocentos a quinhentos mil réis, e nas outras povoações de duzentos e cincoenta á trezentos mil réis. Na fixação dos ordenados o governo attenderá ás circumstancias peculiares das localidades, e á concurrencia certa ou provável de alumnos; depois de uma vez fixados só poderão ser alterados pela Assembléa Provincial.

O professor recebia na ocasião 360\$000. Trata-se de uma segunda tentativa na qual o suplicante apela para a retidão e imparcialidade do presidente para que a sua representação seja deferida com justiça. A inclusão das atas dos exames dos alunos aprovados é um recurso utilizado – de alguém que conhece bem a legislação – para confirmar a “frequência certa” dos alunos e, mais do que isso, o bom aproveitamento com aprovação em exames. Uma anotação no canto superior direito respondia “Não tem lugar por ora o que o suplicante requiere”, podendo significar que o orçamento da província não tinha lugar para mais este gasto ou que a localidade não se adequava às características exigidas.

Em outubro daquele mesmo ano, o professor remeteu nova representação. A lei que excluía os professores antigos dos ordenados previstos pela lei nº 34 de 16 de março de 1846 já estava vigorando. Deste modo, ele solicitou a gratificação prevista pela lei de 1827¹⁸⁷. Escreveu um pouco mais, construindo um texto longo e concatenado utilizando-se de uma argumentação dedutiva com premissas e conclusão:

¹⁸⁵ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província de São Paulo em 02 de janeiro de 1847. Lata: “Série Manuscritos. Ofícios diversos de Curitiba 1845-51”. Localização: CO 1005. AESP.

¹⁸⁶ Esta representação é um dos documentos anexados pelo professor ao pedido que fez à Província do Paraná em 29 de dezembro de 1853, dez dias após a instalação da Província do Paraná. Este documento é retomado em momento oportuno.

¹⁸⁷ Art. 10. Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual que não exceda à terça parte do ordenado, àqueles Professores, que por mais de doze anos de exercício não

[...]

É indubitável que ao empregado publico se deve dar a recompensa do trabalho, não só na razão do mesmo, como também com o fim de se-lhe fornecer meios, que o tornem de alguma sorte independente para que possa dedicar-se ao exacto cumprimento de seus deveres e mesmo até conseguir progressos na sua profissão, o que mais especialmente realisa-se nos que estão incumbidos de dar o primeiro impulso á educação intelectual e moral da juventude.

Reconhecendo V. Ex^a como exacta a proposição enunciada não deixará por certo de julgar escasso o ordenado que o supp^e ora percebe de 360\$000 estabelecido pela Lei de 7 d'agosto de 1832 para as cadeiras das Villas de cerra-á cima, sem atender as circumstancias que nessas Villas poderão tornar mais ou menos mesquinho aquelle ordenado, o que especialmente se realisa para com o supp^e naquela cidade em razão do encarecimento dos viveres e mais gêneros de primeira necessidade, que tornão ainda mais diminuto o ordenado que actualmente percebe, e que não oferece vantagem alguma á quem se dedica ao Magisterio.

Pelos documentos juntos mostra o supp^e ter começado a exercer as funções de seu emprego sem interrupção desde o 1º d'Agosto de 1835 até o presente julgando-se por isso com direito para obter a gratificação anual da terça parte do ordenado que percebe¹⁸⁸.

As premissas de que (1) o empregado público deve ser recompensado pelo seu trabalho, (2) o seu ordenado era escasso, (3) a vida havia encarecido na cidade de Curitiba convergiam para a conclusão de que ele tinha o direito à gratificação anual, visto que exercia as funções do emprego sem interrupção desde 1835 até aquele momento. Se as atas dos exames comprovando a frequência e aproveitamento dos alunos não haviam sido suficientes para concessão do aumento, o professor mudou de estratégia recorrendo às “circunstâncias peculiares da localidade” de “encarecimento dos viveres e mais gêneros de primeira necessidade”.

O professor não foi atendido mais uma vez. Logo após a emancipação da Província do Paraná, encontramos um novo pedido do professor – uma das primeiras comunicações oficiais do arquivo do Paraná – citando e juntando cópias das suas tentativas anteriores junto à presidência da Província de São Paulo que, segundo o professor Brandão, haviam sido “esquecida[s] na Secretaria de Governo d’aquella Província por tão longo tempo”. Mais uma vez, ele se recorreu, na sua argumentação, às necessidades materiais:

interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvelos, grande número e aproveitamento de discípulos. (Lei de 15 de outubro de 1827).

¹⁸⁸ Requerimento do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença de gratificação prevista pela lei de 15 de outubro de 1827 dirigido ao presidente da Província de São Paulo. 22 de outubro de 1847. Anexo ao Requerimento do mesmo professor de 29 de dezembro de 1853 dirigido ao presidente da Província do Paraná. APPR. AP0001, p. 162 a 167 e p. 195 ou IIP1.6

Sendo minimamente escasso o ordenado que ora percebo (360\$000) para subsistir e alimentar família; certamente não deixará V. Ex^a de atender á pretensão do Suplicante por ser, como é, fundada na lei e na justiça.
[...]

João Baptista Brandão de Proença.¹⁸⁹

Lei e justiça juntas, mais uma vez, na argumentação do professor. O deferimento de pronto do governo da Província do Paraná é indício do novo lugar que o professor ocupava no cenário, como já destacamos. O Procurador fiscal “Gonçalves Guimarães” fundamentou-se na legislação concedendo a gratificação prevista pela lei de 1827 e não os ordenados de 1846, uma vez que os ordenados previstos por esta lei competiam apenas:

[...] aos Professores providos em virtude da mesma lei, ficando os anteriores gosando dos benefícios da Lei Geral de 15 de 8bro de 1827 e tendo o supp^e saptisfeito as exigências do art. 10 d’esta Lei: entendo que têm direito a uma gratificação anual não excedente a terça parte do seo ordenado. Cor^a. 30 de Janeiro de 1854. Glz Guimarães¹⁹⁰.

Foi um longo e insistente percurso até garantir o direito previsto por lei de receber uma gratificação anual com a terça parte do ordenado: 120\$000 réis. Agora estamos melhor informados para compreender a indignação do professor, no “parecer” de 1854 frente ao que denominou “grande injustiça aos professores providos em virtude da lei geral de 15 de Outubro de 1827” (BRANDÃO, 1979, p. 49). Contudo, a conquista ainda não se concretizara, o professor ainda percorreu um caminho tortuoso para efetivar a gratificação, com recorrentes ofícios¹⁹¹ ao presidente solicitando, quase anualmente, que o pagamento fosse ordenado à tesouraria.

A situação transformou-se expressivamente em 1857. No dia 22 de abril daquele ano, 50 dias após o regulamento de 02 de março de 1857¹⁹², o professor enviou um ofício requerendo gozar das vantagens da referida lei:

¹⁸⁹ Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1853. O deferimento do procurador Gonçalves Guimarães consta na margem do mesmo ofício com data de 30 de janeiro de 1854. APPR IIP1-6.

¹⁹⁰ Deferimento do procurador Gonçalves Guimarães na margem esquerda do Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1853. 30 de janeiro de 1854. APPR IIP1-6.

¹⁹¹ Ofícios/requerimentos de pagamento de gratificação do professor João Baptista Brandão de Proença para o presidente da Província do Paraná (para que este ordenasse à Tesouraria o pagamento da gratificação concedida). 28 de março de 1855; 17 de setembro de 1855; 16 de junho de 1857. AP0022, p. 09 e 29.

¹⁹² Art. 8º - Os professores que forem providos vitaliciamente com as habilitações legais perceberão, para as cidades o ordenado de 800\$000 réis e gratificação de 200\$000 réis e para as vilas e outro lugares o

João Baptista Brandão de Proença, Professor publico da 1ª Cadeira de instrucção primaria d'esta Cidade não podendo subsistir com o ordenado que actualmente percebe, em rasão do encarecimento e subido preço á que tem chegado os gêneros de primeira necessidade, e julgando-se em circumstancias de obter as vantagens estabelecidas pela lei provincial de 2 de Março do corrente anno, e sendo o mais *antigo Professor* da Provincia em efectivo exercício, vem requerer a V. Ex^a se digne de designar o Supp^e no numero dos Professores vitalícios que tem(?) de gosar dos favores da referida lei, marcando-lhe o ordenado de 800\$00 annuaes e a gratificação de 200\$000, ou somente o ordenado, ficando o supp^e com as gratificações que ora percebe, e á que fez jus pelos serviços que tem prestado no longo espaço de 22 annos de magisterio, e bem certo dos sentimentos de recta justiça que caracteisão a V. Ex^a.

P. a V. Ex^a se digne de deferi-lo favoravelmente, de cuja graça
E. R. M^e ¹⁹³

Cidade de Curityba 22 d'Abril de 1857 (*grifo meu*)¹⁹⁴.

Trata-se da lei sobre a qual aventamos a hipótese de ter incorporado a reivindicação do professor elaborada no “parecer” de 1854. O “mais antigo Professor da Provincia em efectivo exercício” muito possivelmente vinha acompanhando os debates na assembleia e esperava a aprovação de uma lei que aumentasse os ordenados. Quando a lei foi criada, manifestou-se fazendo uma nova tentativa de aumento do salário. O professor recebeu o ordenado de 360\$000 anuais de 1835 (ano em que provido) a 1854, ano em que conseguiu a gratificação de 1/3 dos vencimentos recebendo mais 120\$000 anuais, o que somava 480\$000. Um mês após a lei de março de 1857, o sagaz seguidor das leis – na dupla acepção, como aquele que acompanha as últimas notícias e cumpre a norma – João Baptista Brandão de Proença remeteu ofício solicitando aumento. Os salários da nova lei com a gratificação somavam o dobro do que ele recebia até então (480\$000 somando a gratificação), uma transformação bastante significativa.

Embora não tenhamos localizado uma resposta do governo provincial, o requerimento de aposentadoria “com ordenado que actualmente percebe”¹⁹⁵ e a concessão da aposentadoria¹⁹⁶ “com ordenado de 800\$00” indiciam que o professor

ordenado de 600\$000 réis e 200\$000 réis de gratificação. / Art. 9º - Logo que for publicada a presente lei, o Governo designará quais dos atuais professores vitalícios estão no caso de gozar dos favores dela. (MIGUEL, 2004, p. 49)

¹⁹³ E R M^e : Esperando receber mercê.

¹⁹⁴ Requerimento do professor João Baptista Brandão de Proença ao presidente da província. 22 de abril de 1857. APPR. AP0022, p. 29.

¹⁹⁵ Petição de jubilação do professor dirigida ao inspector geral da instrucção Publica. 04 de agosto de 1860. APPR, AP0022.

¹⁹⁶ Concede aposentadoria ao professor com salário de 800\$000 réis. 1º de setembro de 1860. APPR, código 0951, p. 27.

logrou êxito na sua segunda tentativa de aumento de ordenado após a emancipação da Província do Paraná.

O professor solicitou sua aposentadoria (apenas!) três dias após completar 25 anos de magistério, citando a lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859 que normatizou o tema:

Art. 1º – Os *antigos professores* e professoras vitalícios, que foram compreendidos nos favores da lei nº 21, de março de 1857, por designação do Governo, ou por haverem feito exame de capacidade, terão direito à aposentadoria ou jubilação com o ordenado que ora percebem, uma vez que completem o tempo de vinte cinco anos, contados da data da posse ou exercício anterior à supracitada lei. (MIGUEL, 2004, p. 103, grifos meus).

Retomando a trajetória do professor João Baptista Brandão de Proença é possível sugerir que talvez não seja apenas uma coincidência o fato da lei apresentar os termos “antigos professores” e não apenas “professores vitalícios” como fez a lei nº 21. No requerimento, de 22 de abril de 1857 citado acima, o professor se autodenominava o “mais antigo professor”.

Em 04 de janeiro de 1859, como já citamos na lista de espaços políticos pelos quais o professor circulou, João Baptista Brandão de Proença solicitou um substituto, pois ia *tomar assento na Assembleia Legislativa da Província do Paraná*. A figura abaixo confirma que o professor compôs a legislatura provincial do biênio 1858/59:

BIÊNIO 1858/1859

Antônio Cândido Ferreira de Abreu — Dr.
 Antônio Ricardo dos Santos Filho — Major
 Benedicto Enéas de Paula — Cap.
 Bonifácio José Baptista — Barão de Monte Carmello
 Dâmaso José Correia — Pe.
 Domingos Martins de Araújo — Cap.
 Francisco José Correia — Dr.
 Francisco de Paula Ferreira Ribas — Ten. Cel.
 Izaías Ribeiro de Andrade e Silva — Pe.
 Joaquim Ignácio Silveira da Motta — Dr.
 João Baptista Ferreira Bello — Pe.
 João Baptista Brandão de Proença — Prof.
 José Lourenço de Sá Ribas — Dr.
 José Mathias Ferreira de Abreu — Dr.
 Laurindo Abelardo de Britto — Dr.
 Lourenço Justiniano Ferreira Bello — Pe.
 Manoel Antônio Guimarães — Comendador
 Ricardo Gonçalves Cordeiro — Major

COMISSÃO EXECUTIVA

Mesa

Presidente — Joaquim Ignácio Silveira da Motta
 Vice-Presidente — Manoel Antônio Ferreira
 1.º Secretário — José Lourenço de Sá Ribas
 2.º Secretário — João Baptista Brandão de Proença

Figura 26: Página 79 com a legislatura da Assembleia Provincial do Paraná de 1858-1859. In NICOLAS, Maria. Cem anos de vida parlamentar - Deputados Provinciais e Estaduais do Paraná - Assembleias Legislativas e Constituintes (1854-1954). Curitiba: Paraná, 1954.

O professor era um dos deputados, o 2º secretário da Comissão Executiva, da assembleia provincial que aprovou a lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859, a lei que regulamentou a aposentadoria dos professores de primeiras letras garantido que os “antigos professores” pudessem se aposentar com o salário que estavam recebendo naquele momento. O mestre Baptista Brandão teve sua realidade profundamente marcada pela emancipação da província; esta mudança de lugar, sem deslocamento espacial, possibilitou que ele passasse a ter um lugar estratégico que lhe permitia agir, “um lugar suscetível de ser concebido como próprio” (CERTEAU, 1994) e se aposentasse com um ordenado que equivalia ao dobro do que receberia se a região continuasse sendo uma comarca da Província de São Paulo.

A mudança político-administrativa afetou significativamente a existência deste professor e a sua experiência, na relação com o desenvolvimento da legislação que normatizou os salários docentes, indicia um lugar social acessível aos professores de primeiras letras no século XIX e as batalhas individuais que estes sujeitos travaram para conquistar benefícios como funcionários públicos. Batalhas que foram, lentamente, fazendo-se presentes na legislação, o que nem sempre significava uma garantia de efetivação como podemos ver a seguir.

Os vencimentos foram fixados pelo “Regulamento de 08 de abril de 1857 da Província do Paraná”¹⁹⁷ nos valores de 800\$000 e 1000\$000 réis, respectivamente, nas escolas primárias de 1ª e 2ª ordem das cidades, com gratificação de 200\$000 réis para a primeira e de 400\$000 para a segunda. Nas vilas e freguesias, os vencimentos seriam de 600\$000 réis e a gratificação de 200\$000. Disputas referentes aos vencimentos dos professores podem ser interpretadas no diálogo com as considerações já citadas de E. P. Thompson (1998) sobre a lei. Para o autor a lei é mais do que a expressão dos interesses das classes dominantes. O autor considera reducionista interpretar a lei como mero instrumento de dominação de classe, para ele se trata de regras em relação com a vida social que apresentam uma lógica interna, específica, técnica e, embora, geralmente, mantenham-se do lado mais forte, também são acionadas pelos dominados.

Os vencimentos dos professores também são objeto de luta e de disputas políticas na Província do Paraná. Thompson (1998, p. 42) considera que a “subordinação é objeto de negociação”, mesmo se tratando de partes desiguais. Nos

¹⁹⁷ O mesmo regulamento criou as classes de alunos-mestres e professores adjuntos que constituíam a formação pela prática (classes normais). Estas são analisadas no próximo capítulo.

anos seguintes à emancipação paranaense verifica-se uma valorização da profissão por meio do aumento dos salários. No entanto, tal tendência não é verificada nos anos seguintes. Ao contrário, a partir da segunda metade da década de 1860, verifica-se a diminuição dos salários através de descontos:

VENCIMENTOS DOS PROFESSORES

Levado sem dúvida pelo estado pouco vantajoso das finanças da província, o poder legislativo tem, nestes últimos annos, cerceado os ordenados dos professores, deduzindo dez por cento delles, contra o que prescreve o art. 82 do regulamento.

Se sou severo em punil-os quando infringem a lei sou justo em reclamar aquillo a que elles tem direito e exige a propria conveniência do serviço.

Se o empregado publico, em geral, deve estar completamente resguardado das primeiras urgencias da vida, o professor com maior razão deve estar acobertado dos botes da necessidade.

Não insto para que se lhes dê vencimentos pingues, porem desejo que se lhes forneça meios de satisfazer as primeiras necessidades da vida.

Aquelle que é encarregado de transmitir á mocidade as principaes luzes do saber é digno de alta consideração, a qual jamais poderá sustentar, nem mesmo perante os seus alumnos, se forçado a permanecer em uma completa indigencia.

Confio por tanto que o poder legislativo, reflectindo nas razões que venho de expor, bem longe de, desta vez, cercear os vencimentos dos professores, lhes dê o estipulado no citado regulamento, maximo achando-se hoje a província com seu estado de finanças em um pé mais lisonjeiro que o passado.

Como muito bem diz o illustrado conselheiro Liberato Barroso, não nos fica bem fazermos de pobres e timeratos em materia de educação, quando somos generosos e pródigos para tudo o mais, e muitas vezes fora de proposito¹⁹⁸.

O trecho do relatório do inspetor da instrução pública em 1869 denuncia que a lei não foi uma garantia de maiores ordenados para todos os professores de primeiras letras da Província do Paraná. Outras leis foram sendo forjadas para que o governo gastasse menos com os ordenados dos professores. A luta passa a ser pela garantia de que vigorassem os salários previstos pelo regulamento de 1857. Nesse sentido, é interessante destacar o posicionamento público do Inspetor Ernesto Francisco de Lima Santos e a insinuação de que o governo provincial era acanhado e se fazia “pobre” na educação e esbanjava em “tudo o mais”. Tal passagem pode ser interpretada como pista de que a preocupação com a Instrução Pública não ocupava lugar de destaque entre os negócios da província.

No ano seguinte, 1870¹⁹⁹, a polêmica permanece. O presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho referiu-se a petições dos próprios professores solicitando o

¹⁹⁸ Relatório oficial do Inspetor da Instrução Pública da província do Paraná Ernesto Francisco de Lima Santos de 06/03/1869. Anexo ao Relatório oficial do presidente Antonio Augusto da Fonseca. 06/04/1869

¹⁹⁹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná na Abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente, o illustríssimo e excelentíssimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba, Typ. De Candido Martins Lopes, 1870.

pagamento do salário previsto pelo regulamento de 1857, mas preferiu levar a questão à assembleia para não abrir um precedente perigoso.

Entre 1847 e 1859, o professor Baptista Brandão se valeu da lei e do seu lugar de poder para aumentar seu salário. Dez anos mais tarde, outros mestres enfrentavam batalhas – já não mais individuais, como indicia a petição de 1870 – para fazer valer um direito previsto pela lei, mas não cumprido pelo governo.

João Baptista Brandão de Proença foi o professor de primeiras letras com maior visibilidade social da geração dos mestres da 5ª Comarca. Destacou-se por sua produção escrita, valeu-se das “possibilidades de diálogo com as autoridades administrativas competentes acerca das questões educacionais que circulavam nos Oitocentos” (SCHUELER, 2008, p. 2) que as comunicações oficiais representavam. Elaborou e reivindicou, sucessivas vezes, melhores salários e condições materiais – edifício, “utensis”. Outra característica relevante foi o envolvimento e a atuação expressiva desse professor em diversas outras atividades, para além da atuação docente nas escolas públicas primárias (SCHUELER, 2008). Os indícios da trajetória docente de João Baptista Brandão Proença permitem apreender que o professor construiu um repertório de saberes e habilidades que conjugavam diferentes aspectos do ofício e que ele utilizou este repertório de forma tática ou estratégica dependendo do lugar sócio-político que ocupava.

À guisa de (in)conclusão

*Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais,
ainda não foram terminadas –
mas que elas vão sempre mudando*

*João Guimarães Rosa
Grande Sertão Veredas*

Termino este texto sem conclusões definitivas, como é próprio ao conhecimento histórico. Na história, os resultados são sempre temporários, cada pesquisa lança um novo olhar a partir das possibilidades que o seu lugar social e as fontes acessíveis lhe permitem. Como as pessoas, a história também nunca está igual, ainda não foi terminada e vai sempre mudando. Ao longo das narrativas, modo como preferi chamar os capítulos desta dissertação, fui tecendo interpretações arriscando-me na tênue linha das possibilidades. Comecei devagar e encantada, muitos mapas, manuscritos pelos próprios professores, com a letra deles, a assinatura deles. Os mapas me davam a concretude da existência daqueles sujeitos e de seus alunos, dos mestres contando sobre seus alunos. Dizendo que um deles era *muito vadio*, que outro *tinha muita inteligência*. A maioria era *bem morigerada* e havia uma grande parcela *um tanto rude*. Eu via uma sala cheia de meninos ou meninas, confesso que esta parte de ver uma sala com crianças de apenas um sexo é uma operação difícil de realizar na minha subjetividade contaminada por 25 anos de escolarização “promíscua” – ou “co-educação” dos sexos, termos usados para se referir à educação escolar de meninos e meninas juntos no Oitocentos. Mas, eu me esforçava e via as tais salas da professora Joanna, a “mestra de meninas”, desde o início uma das minhas favoritas, gostaria de poder dizer mais sobre ela, infelizmente não tive fontes para isso. Eu olhava os mapas esmerados do professor Hildebrando e o via, sentado em sua escrivaninha desenhando um grande quadro com linhas bem retas e muitas colunas que iam sendo preenchidas com as informações sobre os seus muitos alunos, numa longa vida no magistério. Olhava um pouco reticente, confesso, para o professor padre Albino e tentava ver nele a sisuda influência da Igreja Católica nas aulas de primeiras letras. Via o professor João Baptista Brandão de Proença terminando a aula, no consistório da Igreja São Francisco, com seus alunos filhos dos vereadores de Curitiba e saindo apressado para uma sessão da câmara ou para uma audiência como Juiz de Paz. Eu gostava do que via, mas a pesquisa permitiu outras

visões. Permitiu interpretar por meio de chaves de leitura e construir fios de coerência por meio das narrativas. Na introdução anunciei conceitos com os quais operei ao longo da análise, estes nem sempre foram explicitados na escrita. Neste texto final busco dar visibilidade àquilo que o meu olhar escolheu ver, percorrendo sobre o modo como fui construindo uma inteligibilidade aos fragmentos recolhidos em fontes de naturezas diversas que eu, separei, fotografei e reuni para constituir a minha coleção (CERTEAU, 2008, p. 91).

Persegui o “fio do nome” (GINZBURG; PONI, 1991) de diferentes sujeitos, professores de primeiras letras, buscando acessar a experiência docente no século XIX. Iniciei com o mestre de quem localizei mais mapas de frequência que foi, também, o primeiro professor público de primeiras letras da Vila de Paranaguá após a independência do Brasil. A trajetória do professor Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito – que passou por concurso, foi provido em fevereiro de 1826 e atuou por mais de 23 anos sem chegar à aposentadoria, em decorrência do seu falecimento em janeiro de 1850 – permitiu ver a presença da lei nas práticas pedagógicas e administrativas da docência. O mestre se apropriou da legislação e as usou como guia de suas práticas, fez um uso disciplinado e disciplinador, com alguma flexibilidade quando a lei se mostrou vaga. Aventamos a ocorrência de trocas de saberes com a professora Joanna, a “mestra de meninas”, que iniciou exercício em 1835 e atuou até 1851. Na série de mapas desta professora é possível verificar transformações, de um formato mais simplificado (como uma lista de nomes) para a forma de quadro com várias colunas para as diversas categorias, ficando cada vez mais próximo do formato utilizado por Hildebrando; o que interpretei como provável influência de Hildebrando na divulgação das prescrições legais. O professor parece ter exercido papel disciplinador na tarefa de remissão dos mapas de frequência em Paranaguá. Após o seu ingresso, a remissão de mapas se deu de forma contínua, em quase todos os anos, com o envio de mapas inclusive pelo professor particular da localidade, prática que não ocorreu em outros lugares da 5ª Comarca. Em 1850, o professor morre e as séries se interrompem – em outras localidades, o número de mapas arquivados também diminui após esta data. Contudo, foi na incorporação de saberes matemáticos não previstos pela lei que Hildebrando exerceu uma recepção criadora indo além das quatro operações e ensinando “juros”, “rateio” e o que ele denominou “contabilidade” e “outras próprias para o comércio” – o professor deixou de ministrar “geometria prática”, que era prevista pela legislação e incorporou às suas

práticas demandas da localidade, uma vila/cidade portuária. O professor Albino, que iniciou o exercício do magistério em 1845, não mencionou estes saberes próprios ao comércio nos mapas do seu primeiro ano e passou a fazê-lo, em 1846, acrescentando “caixaria” – de acordo com o dicionário Moraes (1812), “caxa” é “no comercio, o que recebe, e recolhe todo o dinheiro” (MORAES, 1812, p. 368). Ou seja, Hildebrando parece ter inaugurado saberes que passaram a constituir a cultura escolar das aulas públicas de primeiras letras do sexo masculino naquela localidade.

A série de mapas de Joanna – também de Paranaguá, a professora que atuou por um período mais prolongado entre as mestras da 5ª Comarca – permite observar um processo de apropriação da escrita – de progresso na destreza, clareza e equilíbrio na comunicação de informações por meio da escrita – que se dá tanto na apresentação de mapas de frequência de alunos mais refinados, próximos na forma e no conteúdo dos mapas de seu colega Hildebrando, sugerindo reciprocidades na constituição da docência, quanto na utilização incipiente da escrita de forma táctica, buscando melhorar suas condições materiais do magistério, por meio de ofícios com pedido de materiais escolares e gratificação.

A narrativa sobre Albino é a mais experimental do estudo. É a que mais interrogou “não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1998, p. 246-247). Sua trajetória dá a ver as possibilidades de formação que um sujeito pertencente a uma família “bem afortunada” podia mobilizar para ter acesso à cultura letrada. Sua trajetória se diferencia das de seus irmãos com a permanência prolongada como aluno numa aula particular de primeiras letras e a continuidade dos seus estudos numa aula avulsa pública de latim no ensino secundário, somando 11 anos de escolarização. Os vestígios sugerem que estas eram as possibilidades de escolarização existentes na localidade, as quais foram ampliadas por ocasião de sua formação religiosa, provavelmente realizada fora de Paranaguá. Indícios mais rarefeitos, quase ensaísticos, foram mobilizados na suposição de que a participação numa associação religiosa leiga que contava com um processo de preparação de um ano – um noviciado leigo – para o ingresso dos irmãos, com mestre de noviços e mestra de noviças, tenha contribuído na constituição da experiência docente do padre Albino. A preponderância do professor em relação aos demais professores da cidade, logo ao abrir a 2ª Cadeira, sugere que este jovem professor iniciou suas atividades sendo bem recebido e procurado pelas famílias.

Aventamos hipóteses para sua preeminência destacando o pertencimento à Igreja Católica e à Ordem Terceira de São Francisco das Chagas como fatores importantes, o pertencimento a uma família luso-brasileira que compunha as elites locais e a longa permanência na aula do professor particular Francisco Felix também foram consideradas com a noção de capital cultural (BOURDIEU, 1998) na perspectiva de que a permanência prolongada na aula do professor particular pode ter ocasionado uma transferência de “capital docente”, uma forma de apadrinhamento e legitimação do trabalho do aprendiz.

Por fim, a trajetória de um professor que se valeu taticamente do que a legislação da Instrução Pública previa e de um amplo repertório acumulado por meio da circulação em diversas esferas político-administrativas da localidade. Para o caso do professor Baptista Brandão, a emancipação transformou radicalmente sua existência concreta. Isso se deu em grande medida, pela astúcia e percepção por parte do professor das possibilidades do momento. O professor público de Curitiba ingressou no magistério em 1835 e, a partir de 1838, esforçou-se para implementar o método mútuo, apropriando-se da lei como uma forma de melhorar as condições materiais de suas aulas, o que concretamente significou o recebimento de materiais pedagógicos e um edifício com melhores condições. Desde 1845 até a emancipação da 5ª Comarca, em 1853, fez repetidas investidas na busca de melhores ordenados, remetendo ofícios ao governo da Província de São Paulo, tentou se mover num espaço alheio buscando um momento para dar o golpe colocando em ação diferentes táticas (CERTEAU, 1994). Enquanto professor de uma cidade da 5ª Comarca, o professor não logrou êxito.

Quando a localidade em que vivia se tornou a capital de uma nova província do império, seu lugar mudou, a mudança política abriu novas possibilidades e o professor capturou a potencialidade do momento. Imediatamente após a instalação da província, conseguiu o aumento de ordenados, que vinha solicitando há mais de 10 anos, por meio de uma representação ao governo da Província do Paraná. Mas foi além, ciente de que uma nova província teria que elaborar sua legislação, valeu-se da escrita – ainda em 1854 com um “parecer” enviado ao primeiro presidente Zacarias Góes e Vasconcellos – para manifestar a necessidade de aumento dos ordenados dos professores de primeiras letras como uma das condições para a melhoria da Instrução Pública. Três anos depois, uma legislação aumentando significativamente os ordenados dos professores foi

regulamentada na província. A partir de então, pode-se dizer que o professor foi conquistando um lugar próprio de ação, que lhe permitia ações estratégicas, um:

[...] lugar [que] permitia não apenas o acúmulo das conquistas efetuadas, mas o domínio dos espaços pela visão. Oferecia ao sujeito a capacidade de prever e controlar (o presente, o passado e o futuro). Conferia-lhe, por fim, um tipo específico de saber, produzido pelo poder, simultaneamente responsável por sua sustentação. (VIDAL, 2005, p. 276).

A síntese de Vidal (2005) do conceito de estratégia de Certeau (1994) ajuda a ler a ação do mestre e deputado provincial, em 1859. Ele foi um dos membros da Comissão Executiva da legislatura do biênio 1858/1859, legislatura que elaborou a lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859 que normatizou a aposentadoria dos professores de primeiras letras, incluindo os “antigos professores”, entre os quais o próprio Baptista Brandão que se beneficiou da lei se aposentando já no ano seguinte. Trata-se de um professor com uma trajetória política que lhe permitiu ocupar um lugar de poder e transformar radicalmente as suas condições materiais no magistério, ou como professor aposentado que continuou atuante em outras esferas político-administrativas.

Enfim, as trajetórias dos professores de primeiras letras da 5ª Comarca narradas neste estudo se destacam pelas singularidades dos caminhos percorridos pelos sujeitos. Muito se fala da heterogeneidade das práticas educativas no século XIX. Considero que muitos estudos vêm ajudando a matizar esta heterogeneidade a partir de diferentes temas. Nesta perspectiva, espero que este estudo tenha ajudado a dar “coloratura” e a:

[...] “redimensionar a figura do professor de primeiras letras dos inícios do século XIX [como] anacrônico, incapaz, desligado de *toda* a realidade social, mal remunerado, sem formação pedagógica, desassistido, rotineiro e conservador (HILSDORF, 1999, p. 214).

Hildebrando, Joanna, Albino, João Baptista e outros professores da 5ª Comarca inovaram, relacionaram-se ativamente com a sua realidade social, buscaram possibilidades de formação acessíveis, lutaram por melhores condições de trabalho. Fragmentos de suas vidas no magistério permitiram uma interpretação de diferentes elementos que constituíam a experiência docente no segundo quartel do século XIX. Por meio delas foi possível analisar questões relacionadas com a trajetória escolar, passando pelas possibilidades formativas mobilizadas na apropriação da cultura letrada e de acesso à docência, até o efetivo exercício do magistério por meio das práticas pedagógicas e de sua elaboração escriturística e da sempre árdua batalha por melhores condições materiais.

Bibliografia

ANJOS, Juarez J. T. **Uma trama na história: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A Busca de Valores Identitários: A Memória Histórica Paranaense**. Curitiba, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BARBOSA, Gustavo Henrique. **Ordem terceira de São Francisco de Mariana: fé e poder na segunda metade do século XVIII**. *Temporalidades*, v. 2, p. 101-111, 2010.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA Fº, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o curso normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando (1839)**. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA Fº, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Levantamentos de População publicados na Província de São Paulo no século XIX**. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 19, p. 113-129, 2002.

BENCOSTTA, Marcus L. A; VIDAL, Diana Gonçalves. **A historiografia da educação paranaense no cenário da história da educação brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008)**. *Educar em Revista (Impresso)*, v. 38, p. 295-315, 2010.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra-Lisboa, 1712-1728.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BOTO, Carlota. **O professor primário português como intelectual: Eu ensino, logo existo**. In: *Revista da História das Idéias*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, v. 24, p. 85-134, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afranio. *Escritos de Educação*. Petrópolis, 1998: Vozes.

_____. **La Noblesse d'État. Grandes Écoles et Esprit de Corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BRANDAO, Zaia. **A Produção das Elites Escolares**. *Educação on-Line (PUCRJ)*, PUC-Rio, n. 2, 2006.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853-1953**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

CÂNDIDO, ANTÔNIO. **Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania, Tipos e Percursos**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 18, vol. 9, 1996, pp. 337-359.

CATANI, Denice. B. **Educadores à meia-luz – um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Tese (doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. B; SOUSA, Cinthia. P. **Catálogo da Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **La historia o la lectura del tiempo**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

CORRÊA, Marisa. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In ARANTES, Antonio Augusto et alii. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993. pp. 15-42.

COSTA, Ana Luísa Jesus. **Sociedade Civil Oitocentista e a Educação do Povo: trajetória de pesquisa**. São Paulo: FEUSP (relatório de pesquisa de doutorado), 2009.

CUNHA, Paola Andressa Bessa. **Práticas Educativas no século XVIII - As associações Religiosas Leigas dos Homens Pardos**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia-MG: EDUFU, 2006. p. 1266-1276.

_____. **E com nossas devotas assistências e demonstrações se edificuem os mais cristãos: Educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas**. Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação.** In _____. **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **A instrução elementar no século XIX.** In _____. LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FLORY, Thomas. **El juez de paz e El jurado en El Brasil imperial.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão,** (tradução de Raquel Ramallete). Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009.

_____. "A governabilidade". In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1984. pp.277-293.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 Michel Foucault. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Kairós, 1983.

GARCIA, Inára. **Certame de atletas vigorosos/as:** uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863). Dissertação de mestrado em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **"Certame de Atletas Vigorosos/as": Uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863).** In: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, 2006, Uberlândia/ MG. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

GIGLIO, Celia Maria Benedicto. **Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836-1876.** Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____.; PONI, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico", In: _____. **A Micro-História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, p. 169-178. 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões.** In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA,

Maria de Fátima (orgs). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **Estratégias de integração social: a trajetória de Antonio Vieira dos Santos na vila de Morretes (1814-1851)**. In: Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre. 2011. p. 1-20.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELLER, Alessandra Frota. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **Mestre: profissão professor(a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial**. Revista brasileira de História da Educação, Campinas: Autores Associados. nº2, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Debatendo a criação do Paraná: economia e política no início do Segundo Reinado, 1843**. In: IX Congresso Brasileiro de História Econômica - 10a Conferência Internacional de História das Empresas, 2011, Curitiba (PR). Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 2011.

GRINBERG, Keila. **Justiça**. In: VAINFAS, R. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 452.

GUIMARÃES, Lúcia M. P.. **Verbete: Zacarias de Góes e Vasconcelos** In VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HILSDORF (BARBANTI), Maria Lucia Spedo. **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-1858)**. In Seminário Docência, Memória e Gênero. GEDOMGE-FEUSP. São Paulo: FEUSP, Ed. Plêiade, 1997.

_____. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo, Pioneira Thomson, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **A escola de ensino mútuo de Diamantina: um caso especial**. In: Anais do III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2005, São João del-Rei. p. 1-15.

KUBO, Elvira Mari. **A legislação e a instrução pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná) - 1827-1853**. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LA SALLE, Jena Baptiste. **La Conduite des Écoles Chrésiennes**. Rome: Frères des Écoles Chrésiennes. 2004. Disponível em http://www.lasalle.org/wp-content/uploads/pdf/mel/cahier_mel/12cahier_mel_fr.pdf Acesso em março de 2012.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. (1926). **Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Parana por Ermelino Agostinho de Leão**. Impresso nas Officianas da Empresa Graphica Paranaense de Placido e Silva & cia. LTDA. Rua 15 de novembro, 53 – Caixa R. Curityba, 1926.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMEIRA, Alinede Moraes. **O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225-249.

MAGALHÃES, Justino. **Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime**. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco. 2001.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **Crescimento histórico da população brasileira até 1872**. Cadernos do CEBRAP, São Paulo, v. 16, p. 2-26, 1973. Disponível em http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/crescimento_historico_da_populacao.pdf Acesso em junho de 2010.

MARTINS, Ilton César. **Veredicto Culpado: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. São Paulo: Rumo. 1939.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. 2. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

_____. **A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Góes e Vasconcellos**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política.** Almanack Braziliense Revista Virtual, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005.

MELO, Kátia Andréia Vieira de. **Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de Habitantes.** Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck (org.). **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889.** Campinas SP, Autores Associados; SBHE, 2000.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; SAÍZ, Paula Geron. **A organização da Escola Primária Pública do Paraná: período provincial.** Revista HISTEDBR On-line, UNICAMP-CAMPINAS, v. 22, p. 39-53, 2006.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

MORAES, Juliana de Melo. **Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, século XVIII.** In: *Actas do congresso internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.* Insituto Camões Icam, 2005.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da língua portugueza recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva.** 2v., 2^a ed. Lisboa, 1813.

MOREIRA, Júlio. **Instalação e Organização do Governo Provincial do Paraná.** IN: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, n.22. p.9-50, Curitiba: IHGEP, 1974.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. **Trajetórias de mulheres em Minas Gerais: problematizando metodologias.** In: Anais do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Caminhos da docência: Trajetória de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2011.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense.** Curitiba, Impressora Paranaense, 1926.

_____. **Memória sobre o ensino e a educação no Paraná de 1960 a 1933.** In: Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná. Curitiba, Impressora Paranaense, 1935, pp. 93-126.

NEVES, Fátima Maria. **O método Lancasteriano e o projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808 – 1889).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2003.

NOVOA, Antonio. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Teoria e Educação, nº 4, p. 109-139, 1991.

_____. **O passado e o presente dos professores**. In _____. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná 1853-1889**. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. **Identidade do Paraná**. In Cadernos Gente do Paraná, nº 4, **Simpósio de Cultura Paranaense: Terra, Cultura e Poder: A arqueologia de um estado. 1.º a 5 de dezembro de 2003**, p. 28-34. Disponível em http://www.prdagente.pr.gov.br/arquivos/File/terra_cultura_poder.pdf. Acesso em fevereiro de 2012.

_____. **Relançada a Genealogia Paranaense**. Lista de discussão: Geneall. 20 de dezembro de 2004. Disponível em:

http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=79793. Acesso em março de 2012.

PROENÇA, João Baptista Brandão. “O ensino primário em 1854”. In **Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná**, v.4, pp. 47-50, 1979.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro análise**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A história ao rés-do-chão**. In LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. **Viagem à Comarca de Curitiba (1820)**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória Historica, Chrónologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto de Çima [1851]**. 1ª edição. Curitiba: Museu Paranaense, 1951.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio [1850]**. 1ª edição. 2 volumes. Curitiba: Museu Paranaense, 1951.

SCHUELER, Alessandra F. M. **Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (corte imperial, 1860-1889)**. In Revista de Educação Pública. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007.

STRAUBE, Ernani Costa. **Símbolos. Brasil, Paraná e Curitiba. Histórico e Legislação**. Curitiba, Estante Paranista, 2002.

TANURI, Leonor. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, Anped, USP, n.14, maio a ago, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **O termo ausente: experiência**. In: _____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-200.

_____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Educação e experiência**. In: _____. Os Românticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-48.

VAINFAS, Ronaldo (organizador). **Dicionário do Brasil Imperial. 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VECCHIA, Ariclê. **Formando cidadãos e líderes: o ensino secundário na Província do Paraná**. Revista HISTD-BR-On line. Campinas, n.22, 2006, pp.54-70.

VEIGA, Cynthia Greive. **A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente**. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, Sociedade Brasileira de História da Educação. Natal, 2002, CD-Rom.

_____. **A escolarização como projeto de civilização**. In Revista Brasileira de Educação nº 21, set/out/nov/dez 2002. p. 90 a 103.

_____. **A produção da infância nas operações escriturísticas da administração elementar no século XIX**. In Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n.9, 2005, p. 73-108.

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 257-284.

_____. **Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa**. Salamanca, Revista InterUniversitaria Historia de laeducación, nº 25, 2006, p. 153-171.

_____. **Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 17, p. 41-67, 2008.

_____. **A docência como uma experiência coletiva: questões para debate**. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva e SANTOS, Lucíola. (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 711-731.

WERNECK, Maria da Luz Portugal. **História da Educação no Paraná**. Curitiba: Executive, 1978.

FONTES

IMPRESSAS

Leis

- Decreto de 17 de janeiro de 1809. Prescreve a maneira porque hão de ser providas as cadeiras de ensino publico neste Estado do Brazil. In BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção das leis do Brasil de 1809. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p.15-16.

- BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

- Decisão imperial nº 08 de 10 de janeiro de 1828. “Pede uma relação de todos os collegios e casas de educação existentes nas províncias e dá providencias relativas aos mesmos estabelecimentos”. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_88.pdf.

- Decreto Imperial de 07 de agosto de 1832. Declara os ordenados dos Professores e Mestras de primeiras letras da Provincia de S. Paulo, e os requisitos que devem ter os que se quiserem oppôr ás ditas cadeiras. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_5.pdf.

- Lei nº 09 de 24 de março de 1835. São Paulo. Disponível em www.usp.br/niephe.

- Lei nº 34 de 16 de março de 1846 da Província de São Paulo. Disponível em http://www.usp.br/niephe/bancos/legis_lista.asp.

- Lei nº 28 de 16 de março de 1847. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1847/lei%20n.28.%20de%2016.03.1847.pdf>.

- Regulamento de 08 de abril de 1857 da Província do Paraná. In MIGUEL, M. E. B. (org.). In: *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas SP, Autores Associados; SBHE, 2000. (pp. 20-35).

Relatórios

- Relatórios de Presidente de Província. S.d. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>>. Acesso em julho de 2011.

- Relatórios dos inspetores da instrução pública da província de São Paulo. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/fonteseducacao.php> Acesso em junho de 2011.

- Relatórios dos inspetores da instrução pública da província do Paraná. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59> Acesso em junho de 2011.

Atas da Câmara Municipal de Curitiba no Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba

- Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Documentos para a historia do Paraná. V.46, 47, 48, 49 e 50. Curitiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense. 1906. Disponível em <http://catalog.hathitrust.org/Record/000530028>. Acesso em janeiro de 2012.

Genealogias, Livros de memórias de cidades e Dicionário biográficos

LEÃO, Ermelino Agostinho de. (1926). **Contribuições Historicas e Geographicas para o Diccionario do Parana por Ermelino Agostinho de Leão**. Impresso nas Officianas da Empresa Graphica Paranaense de Placido e Silva & cia. LTDA. Rua 15 de novembro, 53 – Caixa R. Curityba, 1926.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba, Impressora Paranaense, 1926.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaгуá e seu Municipio** [1850]. 1ª edição. 2 volumes. Curitiba: Museu Paranaense, 1951.

Periódicos

O Dezenove de Dezembro, nº 33, pág. 3, dia 14/11/1855.

O Dezenove de Dezembro. 13 de junho de 1868.

O Dezenove de Dezembro. 09 de setembro de 1868.

O Dezenove de Dezembro. 11 de junho de 1881, p. 01.

A Província do Paraná. 16 de abril de 1876, p. 04.

MANUSCRITAS

- Arquivo do Estado de São Paulo.

Série Manuscritos do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Instrução Pública. Ofícios do Estado do Paraná. 1828-1896: Latas CO 4914, CO 4915, CO 4916, CO 5017.

Série Ofícios diversos. CO 1001, CO 1002, CO 1003, CO 1004, CO 1005, CO 1133.

- Arquivo Público do Paraná

Ofício do inspetor de distrito de Paranaguá informando que o professor de primeiras letras da 2ª cadeira havia contratado substituto. 21 de agosto de 1854. APPR. IIP 40.6.

Comunicação do padre comissário da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência, Albino José da Cruz, dirigida à Comissão de Saúde Pública de Paranaguá sobre enterro de irmãos em cemitério intramuros. 10 de maio de 1857. APPR. IRM11.29.

Livro para lançamento dos utensis que se distribuem ás escolas da Provincia. Inspeção da Instrução Publica da Provincia do Paraná”. APPR. 21 de outubro de 1858. Códice 0119, folha 08.

Requerimento do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença de gratificação prevista pela lei de 15 de outubro de 1827 dirigido ao presidente da Província de São Paulo. 22 de outubro de 1847. Anexo ao Requerimento do mesmo professor de 29 de dezembro de 1853 dirigido ao presidente da Província do Paraná. APPR. AP0001, p. 162 a 167 e p. 195 ou IIP1.6

Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1853. O deferimento do procurador Gonçalves Guimarães consta na margem do mesmo ofício com data de 30 de janeiro de 1854. APPR IIP1-6.

Deferimento do procurador Gonçalves Guimarães na margem esquerda do Ofício manuscrito do professor de primeiras letras João Baptista Brandão de Proença dirigido ao Exmo presidente da Província do Paraná em 29 de dezembro de 1853. 30 de janeiro de 1854. APPR IIP1-6.

Requerimento do professor João Baptista Brandão de Proença ao presidente da província. 22 de abril de 1857. APPR. AP0022, p. 29.

Ofícios/requerimentos de pagamento de gratificação do professor João Baptista Brandão de Proença para o presidente da Província do Paraná (para que este ordenasse à Tesouraria o pagamento da gratificação concedida). 28 de março de 1855; 17 de setembro de 1855; 16 de junho de 1857. AP0022, p. 09 e 29.

Pedido de Albino José da Cruz para que carta de aumento seja apostilada. 02 de março de 1855. APPR. GPR.cpa.311.81.

Requerimento de gratificação, alugueis e utensis do professor padre Albino José da Cruz. 21 de agosto de 1855. APPR AP0035, p. 97 ou GPR.Cpa311.81.

Petição de João Baptista Brandão Proença solicitando sua substituição por João Machado Lima pois ia tomar assento na Assembleia legislativa da Província. APPR. Códice 0108, folha 13. 04 de janeiro de 1859.

Petição de jubilação do professor dirigida ao inspetor geral da instrução Publica. 04 de agosto de 1860. APPR, AP0022.

Concede aposentadoria ao professor com salário de 800\$000 réis. 1º de setembro de 1860. APPR, código 0951, p. 27.

Nomeação de Albino José da Cruz para a função de inspetor do distrito de Paranaguá. 15 de março de 1861. APPR. Codice 0951, p. 44.

Outros arquivos

- Casa de Memória da Lapa

Livro de Matrículas da 2ª Cadeira do Sexo Masculino da Vila do Príncipe, 1861-1891, Arquivo Municipal Casa de Memória, Caixa 16.

Cúria Diocesana de Paranaguá

- Certidão de Casamento. Livro nº 1 de Assentos de Casamento da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Cúria Diocesana de Paranaguá. 21 de setembro de 1831.

- Certidão de Batismo. Livro nº 10 de Assentos de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – PR. Cúria diocesana de Paranaguá.

Museu maçônico Paranaense

Transcrição na forma de certidão (de 28-mar-2002) de Escritura de Doação de casa no 2º Tabelionato de Notas de Curitiba. 19 de dezembro de 1855. Disponível no site do Museu Maçônico Paranaense. <http://www.museumaconicoparanaense.com/indexSantaCasa.htm>

Museu de Justiça do Paraná

Autos de inventario dos bens do finado Padre Albino José da Cruz inventariado. D. Maria Joanna da Costa inventariante. 1880. Juízo da Provedoria da cidade de Paranaguá. Museu da Justiça.

ANEXOS

Anexo 1: RELAÇÃO DE PROFESSORES PÚBLICOS DAS AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS DO SEXO MASCULINO, DA 5ª COMARCA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

LOCALIDADE	NOME DOS PROFESSORES	PROVIMENTOS	CARTA DE PROVISÃO PROVINCIAL	PERÍODO DE EXERCÍCIO			ORDENADO PROVIDO	OBSERVAÇÕES
				INÍCIO	FIM	DURAÇÃO		
Curitiba	Joaquim José Ferreira Bello	Mestre Régio		1821	±1824	±3 anos		
	Manoel Antonio Pereira	Mestre Régio		1825	Indet.	Indet.	RS 60\$000	Ordenado pago pelo subsídio literário
	Revdo João de A. Sottomaior	?		21-01-1828	± Set. 1829	± 1 a e ½	Rs360\$000	
	Firmino Ferreira Dos Santos	Efetivo	03-06-1833	01-08-1833	31-07-1834	1 ano		
	João Baptista Brandão de Proença	Efetivo	29-05-1835	01-08-1835	presente 1853	± 18 anos	Rs360\$000	
	2ª aula: João Celestino de Oliveira	Definitivo				Indet.	Rs360\$000	
S.J. Pinhais	Jozé Joaquim dos Passos Oliveira	Efetivo	18-05-1840	01-09-1840	Fins de 1846	±6 anos	Rs240\$000	Aula promíscua (mista)
	Manoel Gonçalves de Oliveira	Interino	12-10-1852	1852	presente 1854	+ 2anos	2/3 ordenado	
Campo Largo	Reginaldo Pereira Machado	?		presente 1840-41		Indet.		
	Francisco Xavier da Silva Garret	Engajado	18-02-1850	08-07-1850	Presente 1852	2 anos		
	José Pinto Ribeiro Nunes	Interino		Presente 1854		Indet.		
Palmeira	Joaquim Ribeiro da Silva	Interino	04-06-1845	1845	Indet.	Indet.	Rs240\$000	Prof. há muitos anos, provavelmente particular
Castro	Pedro Alexandrino Rangel	Efetivo	03-06-1833	1833		Indet.	Rs360\$000	
	Joaquim Anacleto da Fonseca	Efetivo	24-10-1837	14-02-1838	24-02-1844	6 anos	Rs360\$000	
	Ignácio Moreira Vilela	Efetivo	13-11-1845	02-05-1845	presente 1854	9 anos	Rs360\$000	
Antonina	Cezário Antonio Cardozo	Efetivo	Portaria 07-1827	15-10-1827	07-08-1840	± 6 anos	Rs4000\$000 em 1836	Cadeira vaga em 1829, reiniciando em 25-06-1836
	Francisco José de Souza Lobato	Efetivo	22-12-1842	01-02-1843	presente 1852	9 anos	Rs400\$000	
	Joaquim Álvares da Silva	Contratado		presente 1854		Indet.		
V.N Príncipe	Antonio José P. Tinoco Jr.	?		02-11-1829	Indet.	Indet.		
	João Francisco dos Santos	Efetivo	20-11-1832	Presente 1832	Presente 1833	- 1 ano	Rs360\$000	Veio removido de Santa Efigênia
	Vicente José de Oliveira	Efetivo	06-06-1837	10-07-1837	Presente 1854	17 anos	Rs360\$000	Era prof. particular em set. de 1836
Porto de Cima	Francisco Pereira de Souza Araújo	Interino	16-02-1852	Presente 1852		Indet.	2/3 ordenado	

	Antonio José Leite Bastos	Contratado – interino 1854		07-10-1853	1 ano			Aprovado pelo pres. da província em 16-12-1852 como interino. Contratado com atraso em 12-11- 1853
Ponta Grossa	Francisco Borges de Couto		05-03-1842		Indet.	Indet.	Rs240\$000	Veio removido de Itapeva da Faxina
	Apriglio Guilherme Amtonio	Interino 1852 contratado 1854		1852		Indet.		
	Eduardo Baptista Ribeiro	Engajado		01-10-1850		Indet.		
Morretes	Francisco da Silva Neves	Efetivo	14-04-1837	22-05-1837	Presente 1854	17 anos	Rs244\$0000 em 1837	Passou a receber Rs400\$000, cf decreto de 07-08-1832
Guaratuba	José Manoel de Quadros	Substituto		Presente 1829	Indet.	Indet.		
	João Francisco de Santa Anna Neves	Efetivo	24-3-1838	01-03-1836	Presente 1854	18 anos	Rs240\$000	Em 19-04-1847, foi autorizado aumento de Rs160\$000
Guarapuava	Severo T. Rodrigues	Interino	Portaria 03-1843	15-06-1843	Indet.	Indet.	Gratificação mensal Rs25\$000	
	Francisco Manoel de Assis França	Interino 1849 Engajado 1852		Presente 1849	Presente 1852	3 anos		
Rio Negro	Rodrigo Antonio Moreira	Interino		01-10-1843	Presente 1848	4 anos		
	José Domingues Garcia	Contratado	13-12-1852	1852	Presente 1854	2 anos	2/3 ordenado	
Paranaguá	Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Interino 1826 Efetivo 03-1835		1826	Presente 1849	25 anos	Rs120\$000 ou Rs333\$333	Foi passada carta de provisão em 28 de março de 1835 em obsevância lei 03-10-1834
	Francisco Antunes Teixeira	Efetivo	03-04-1851	1851	Fins de 1852	1 ano	Rs5000\$000	
	Bernardo José Pinto	Interino	12-07-1853	Jan. 1853	Indet.	Indet.	2/3 ordenado	
	2ª cadeira: Albino José da Cruz	Definitivo	30-01-1845	10-06-1845	Presente 1854	9 anos	Rs400\$000	
Guaraqueçaba	Antonio Pereira da Costa	Engajado 1851 contratado 1854		01-10-1851	Presente 1854	3 anos		

Fonte: Cartas a professores, relações de alunos, ofícios de professores e da Câmara Municipal, mapas gerais da Província de São Paulo.

Anexo 2: RELAÇÃO DE PROFESSORAS PÚBLICAS DAS AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS DO SEXO FEMININO, DA 5ª COMARCA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO 1821-1854 (KUBO, 1982, anexo 4, s/p)

LOCALIDADE	NOME DO PROFESSOR	PROVIMENTO	CARTA DE PROVISÃO PROVINCIAL	PERÍODO EM EXERCÍCIO			ORDENADO PROVIDO	OBSERVAÇÃO
				INÍCIO	FIM	DURAÇÃO		
Curitiba	Rita Ana de Cássia França	Efetiva	09-12-1834	14-01-1835	05-1838	3 a e 4m	Rs360\$000	
	Leopoldina Leoniza França	Interina	25-11-1839	07-10-1840	09-01-1841	1 ano	Rs240\$000	
	Maria do Carmo de Moraes	Efetiva	17-04-1839	01-06-1841	Pres. 1854	± 13 anos	Rs360\$000	
São José	José Joaquim dos Passos Oliveira	Efetivo		01-09-1840	Fins de 1846	± 6 anos		Aula mista
Castro	Maria Ignacia Moreira e Souza	Interina		11-11-1850	Indet.	Indet.		
	Mª Cândida de Oliveira Mascarenhas	Efetiva	14-01-1851	1851	Pres. 1854	3 anos	Rs400\$000	
Antonina	Maria Joaquina Soares da Rocha	Definitiva		06-02-1845	Pres. 1854			
	Geraldina Amália de Souza (?)	Interina	26-04-1845	1845	Indet.			É provável que não tenha tomado posse
V.N. Príncipe	Gertrudes Margarida de Magalhães	Efetivada (nomeada provis.)	30-08-1848	03-11-1848	Pres. 1854		Rs266\$666	
Morretes	Geraldina Amália de Souza	Interina nomeação efetiva 1846	26-04-1845	1845			Rs266\$666	Ordenado estabelecido no decreto 7 ago 1832, art. 3º da lei nº 9 de 24 mar 1835
	Francisca das Neves	Engajada		01-06-1850	Pres. 1852	2 anos		
	Rita Clara das Neves	Interina		Pres. 1854	Indet.	Indet.		
Guaratuba	Anna Maria de Freitas	Efetivada (nomeada prov)	19-02-1848	07-04-1848	Presente 1850	2 anos	Rs266\$666	
	Anna Joaquina de Sant'Anna	Contratada 1854 engajada 1852		07-04-1851	Presente 1854	2 anos		
Rio Negro	Rodrigo Antonio Moreira	Interino		1-10-1843	Pres. 01-02-1848	4 anos		Aula mista
Paranaguá	Joanna Maria de Mello	Interina	24-02-1836	Pres. 20-20-1836	Pres. 1852	16 anos	Rs266\$666	
	Maria Tereza de Campos Leite	Definitiva	16-16-1852	Pres. 1852	Indet.	Indet.	Rs500\$000	
	Maria Prudência da Luz	interina		Pres.1854		Indet.		Nomeação interina desde 1852, em 1854 requereu concurso para ser efetivada
	2ª aula: Alzira Paula da Costa Lobo	interina		Pres.1854		Indet.		

Fonte: Cartas a professores, relações de alunos, ofícios de professores e da Câmara Municipal, mapas gerais da Província de São Paulo.

Anexo 3: Verbete sobre o professor João Baptista Brandão de Proença em LEÃO (1926)

João Baptista Brandão Proença (Professor). – O Professor Brandão Proença, ainda moço, estabeleceu-se em Curityba, onde constituiu família, casando-se com D. Maria Theolinda Affonso Brandão, f. de Manoel Affonso Ennes e D. Maria de Jesus Ennes.

Começou a sua carreira publica como sacristão da matriz de Curityba, em 1832. Dedicou-se, em seguida, ao magisterio primario, tendo escripto uma Grammatica da Lingua Portugueza que submeteu ao exame do governo da recém-installada provincia, tendo o Conselheiro Zacharias Goes e Vasconcellos nomeado uma comissão composta do então Tenente-Coronel Henrique Beaurrepaire Rohan, P. Agostinho de Machado Lima e Francisco Manoel das Chagas para dar parecer sobre esta obra didactica.

Foi autor da letra do Hymno da Provincia do Paraná, cantado a 19 de Dezembro de 1853 ao instalar-se a Provincia, pela respeitavel matrona D. Gloria Sotto Maior Monteiro de Barros, hoje residente no Rio de Janeiro, que então contava 16 primaveras.

Deputado provincial em 1858-1859, capitão da Guarda Nacional, Agente local da Colonisação em 1877, official maior da secretaria do governo, professor João Baptista Brandão Proença foi, sobretudo, um excelente juiz de paz, cargo que exerceu por espaço superior a 50 annos, havendo-se sempre com imparcialidade e correcção.

Exercia a função com garbo, trajando-se a rigor quando ia a audiencias, empunhando a vara emblematica e trazendo a tiracolo a faixa auri-verde do cargo.

Era um espirito divertido e fantasista. Contava ele que teve um papagaio muito falante, ao qual ensinara a ladainha, que a ave repetia com extrema exactidão.

Era um papagaio de estimação e de viva memoria.

Um bello dia, o papagaio sentiu a nostalgia da matta: abandonou o poleiro e voou para os pinhaes da visinhança de Curityba. O professor sentiu muito a deserção da ave palradora.

Certa tarde, depois dos trabalhos escolares, foi esparecer um pouco, subindo ao alto de S. Francisco, não muito distante da sua residencia. Ahi, nas inacabadas paredes da capella repousava, com pensamento alheio ao que ocorria em redor, quando viu surgir do lado das Mercês um bando de papagaios, fazendo gritaria. Não ligou importancia ao facto, que era frequente nos tempos dos pinhões; quando os papagaios se approximaram, então, ouviu que todos entoavam a ladainha. Aguçando a vista poud reconhecer que era o papagaio que lhe havia abandonado, e se achava a frente das aves cantadoras. Compreendeu, então que o seu papagaio havia ensinado a ladainha a todo o bando falante.

Esta anedota completa o perfil moral do professor Brandão, que prestou bons serviços á instrucção, gosando de geral estima.

Anexo 4: PROENÇA, João Baptista Brandão. "O ensino primário em 1854". In Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná, v.4, pp. 47-50, 1979.

O ENSINO PRIMARIO EM 1854

João Baptista Brandão de Proença, um dos primeiros professores do Paraná, envia ao Presidente da Província o seu parecer sobre a situação do Ensino Primário no Brasil e na Província no ano de 1854.

Cumprindo com a ordem que recebi de V.Exa. para expor minhas ideas a respeito do ensino primário nesta província em relação às disposições da lei de instrução pública em vigor, vou como me cumpre, obedecer a V.Exa. emitindo com o acanhamento nascido da consciencia, que tenho da falta de precisas habilitações para tratar de materia tão transcendente, e desempenhar de um modo satisfatorio tão honrosa quanto importante missão; todavia confiado na benevolencia de V. Exa. expresso desculpa para a mesquizez de cabedal de minha acanhada intelligencia, e antes de entrar em materia me permittirá V. Exa. dizer-lhe que não é para notar que tenha sido este ra-

mo do serviço publico o que tem mais desde o começo de sua illustrada administração prendido a attenção de V.Exa. a instrução publica certamente deve occupar em grão maximo a apreciação de todos os homens illustrados, que como V. Exa. se dedicação ao serviço de seu paiz, porque ella é o mais solido fundamento, o principio constitutivo, que alimenta a mais valida esperanza da patria, por que do progresso da instrução publica depende sem duvida o porvir da sociedade Brasileira.

A instrução primaria garantida como está pela Constituição politica do Imperio, tem-se constituido uma divida do Estado, e uma obrigação comum a todos os cidadãos,

qualquer que seja sua condição, ou posição social; e si é como presumo exacta esta asserção indubitavel será a necessidade de tornar o ensino obrigatorio para os pais de familia. Melhor do que eu sabe V.Exa. qual tem sido o progresso moral e intellectual que tem tido a Allemanha, a Prussia, a Belgica e alguns outros paises da culta Europa, sem duvida devido as sabias medidas legislativas que nesses paises se tem tomado a cerca da instrução primaria; na maior parte d'elles o ensino primario é obrigatorio. Dir-se-ha talvez que o Brasil está ainda na infancia, e que não será compativel com seus costumes e actual civilização, a admissão do ensino obrigatorio, eu responderia que con-

sidero o Brasil em bem adiantado estado de civilização para receber com a Belgica este systema de ensino, e julgo mil vezes preferivel alguma severidade da lei, do que ver criar-se como se cria por esses lugares centraes, moços de bellissima apparencia, robustos e vigorosos analphabetos completamente. Que triste papel, que mesquinha condição não fazem na sociedade taes moços, não tendo noções de seus deveres para consigo e para com a sociedade, de que são membros?

O systema de instrução primaria na Prussia e o de Lousanne no Cantão de Voud é certamente o mais completo e perfeito que existe, e é considerado como modelo e typo das disposições legislativas e regulamentares, que tem presidido a organização da instrução primaria na maior parte dos Estados da Allemanha. A lei de instrução primaria do Cantão de Voud, dactada em Lousanne em 24 de Janeiro de 1834, encerra disposições, que

accomodadas aos nossos costumes e civilização tornariao completo o systema, que actualmente rege a instrução primaria nesta provincia; e portanto profunda convicção minha, que seria de summa importancia para a instrução publica addicionar-se á lei existente disposições que tornasem obrigatorio o ensino para os pais de familia e tutores, determinando-se por acto legislativo provincial na proxima futura sessão, que todos os pais de familia e tutores, que residem em um raio de distancia de 1 legua desta capital, cidade de Paranaguá e Villas existentes, e de meia legua para as outras povoações da provincia, sejam obrigados a mandar seus filhos, ou pupillos, frequentar as escolas publicas desde que completarem a idade de 7 annos, salvo o caso de mostrarem perante o Inspector de distrito que fazem dar á seus filhos ou pupillos a necessaria instrução religiosa

e intellectual particularmente em suas casas, ou em aulas particulares, legalmente autorizadas, devendo-se não correr dos annos ir estendendo aquelle limite, segundo for a experiencia mostrando a utilidade e vantagem desta medida, com a qual presumo será prehenchido o preceito e fim da lei fundamental; só assim poderá a instrução primaria, attingir paulatinamente toda a população e infiltrar-lhe por assim dizer sua poderosa e benefica acção.

A lei provincial de 16 de Março de 1846, em vigor nesta provincia, que em muitas de suas disposições imitou a lei Francesa de 28 de Junho de 1833, regularizando as escolas primarias não que havia nesse serviço de mesquinho pela legislação anterior, estabelece em disposições neste sentido mui apropriadas para a maior parte de seus fins, todavia nas actuaes circumstancias d'esta nascente provincia penso

não poderá ser adaptada sem reforma de algumas de suas disposições.

Seria de toda a justiça equiparar-se a todos os professores, que tem provimento vitalício, nas vantagens, que estabelece a referida lei pelos artigos 15, 16, 17 e 18 aos que estão providos em virtude d'ella, não obstante serem os provimentos de taes professores anteriores a data da citada lei, visto estarem todos sujeitos aos onus que a mesma lei estabelece.

Quando se poz em execução esta lei o proprio Presidente, que a sancionou a entendeu extensiva a todos os professores vitalícios e por isso começou a augmentar os ordenados de alguns; pelo artº 15 da lei nº 28 de 16 de Março de 1847 foi porém declarado que os ordenados e gratificações marcadas nos ditos artigos ficavam competindo somente aos professores e professora providas em virtude da mesma lei, e não

aos anteriores, que ficariam gosando dos benefícios e vantagens das leis de sua criação; d'aqui resultou uma grande injustiça aos professores providos em virtude da lei geral de 15 de Outubro de 1827, não so porque por suas antiguidades e serviços prestados á instrucção tenham senão maior ao menos igual direito a essas vantagens, como porque as matérias do ensino exigidas pelo artigo 1º da lei de 16 de Março de 1846 são as mesmas, que exige a lei de 15 de outubro de 1827 - quando o Governo geral fixou o ordenado dos lentes da Academia de S. Paulo existião em exercício alguns, que não tinham tomado o capello, no entanto estes foram equiparados em todas as vantagens estabelecidas para os outros, que só poderiam ser nomeados lentes tomando o capello; este acto de justiça era pois bem digno de justiça ser imitado pelos que confectionarão a cita

da lei de instrucção publica, por que um tal precedente deverá aproveitar aos professores, que posto estejam em escala muito inferior, todavia parece deverão ter igual direito.

Degerando considera o magistério publico, o professorato como uma especie de sacerdocio civil, comprehensivel de alguma celebridade, mas cuja importancia não tem sido bem apreciada, talvez por não andar ataviado de vantagens exteriores; exclusiva de outro qualquer emprego ou occupação eu considero como uma carreira circumscripta á si em relação aos interesses materiais, que d'ella dependem, mas todavia franca e dilatada para os que aspirão a vantagens Moraes. Em consideração a primeira condição do professorato parece ser de justiça que os ordenados, que se tiverem de marcar posão não só remunerar o trabalho, a dedicação, a assiduidade a que são obri

gados os professores da instrução primaria, como se prestem à formação de um peculio para casos imprevistos. A consignação do maximo do ordenado, que estabelece a lei, exclusivo das gratificações autorizadas pela mesma me parece ser sufficiente para remunerar os trabalhos inerentes ao magisterio.

Lemito-me a estas considerações, convencido que V. Exa. tomando assas de interesse pelo progresso da instrução publica para iniciar sabias medidas, que porão o ensino publico em harmonia com as circunstancias da provincia, cuja administração V. Exa. se dignou de acceitar. Terminando a

exposição de muitas fracas ideias quanto a reforma da lei de instrução publica cumpre-me agradecer a V. Exa. a benevolencia com que me tem tratado devido a mais nimia bondade de V. Exa. do que a merecimento meu. Deos guarde V. Exa. por muitos annos. Cidade de Corytiba 14 de junho de 1854.

João Baptista Brandão de Oliveira

O documento aqui reproduzido, é o primeiro, datilografado, que localizamos na Coleção de Documentos Históricos deste Arquivo. Tudo leva a crer tratar-se de um dos primeiros do genero, na história administrativa do nosso Estado. Enquanto damos sequência às pesquisas, receberemos de bom grado e como contribuição valiosa, qualquer informe devidamente comprovado a respeito dos primeiros passos da mecanografia na pública administração do Paraná.

PESQUISAR... é ler o que todos leram, e ver o que ninguém viu.

Antesina, 19 de Outubro de 1960.

Ilustre cidadão.

Tenho a honra de accusar o recebimento de vossa offiza. e, remittendo-me o titulo de minha nomeação para o cargo de Inspector escolar d'este municipio.

Agradeço pela escolha com que se distingui no novo Governo, e communico-vos que os multiplos deveres do momento pesam sobre mim, impedindo-me de aceitar o cargo, e porisso devolvo o respectivo titulo.

Pedindo-vos desculpa pela não acceptação, e que, devido as circunstancias expostas, pedia-vos dirigindo-vos os presentes de minha estima e consideração.

SAIBA E PRATEMENTE.

Em Antersina, 19 de Outubro de 1960.
Antônio Ribeiro de Oliveira,
Diretor Geral Intérino da Instrução Publica.

Antônio Ribeiro de Oliveira

APÊNDICES

Apêndice 1: Quadro dos alunos do professor padre Albino que frequentavam as aulas dos professores Hildebrando e Francisco Félix antes de 1845 e se transferiram para a 2ª Cadeira.

Nome do aluno	Data da 1ª Matrícula	Data do mapa do prof. Hildebrando	Data do mapa do Prof. Francisco	Data do mapa do prof. Albino	Filiação	Idade/ Ano/ Professor
Francisco Ferreira dos Santos	10-jun-1845	04-jan-1845		22-out-1845	Fabricio Ferreira dos Santos/ Maria Fablicia?	10 (1845/H) 11 (1845/A)
José Antonio de Castro	11-jun-1845 (A) 05-jul-1841 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Gualdino Antonio de Castro	11 (1845/H) 12 (1845/A)
Francisco Antonio de Castro	11-jun-1845 (A) 31-jan-1842 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Gualdino Antonio de Castro	10 (1845/H) 10 (1845/A)
Caetano Luiz Marques	16-jun-1845 (A) 10-jul-1843 (H)	irmão Antonio Luiz, 13 anos/1845		22-out-1845	José Luiz (A) José Luiz Marques (H)	8 (1845/H) 10 (1845/A)
João Timotheo de Simas	1º-abr-1846	Irmão Manoel Ignácio de Simas 04-jan-1845		09-dez-1846	Manoel Ignacio de Simas	10 (1843/F) 11 (1846/A)
Francisco José Simas	1º-abr-1846		04-out-1843	09-dez-1846	Manoel Ignacio de Simas	6 (1843/F) 10 (1846/A)
Caetano Antonio dos Santos	16-jun-1845	04-jan-1845		22-out-1845	Incógnito/ Caetana Maria	9 (1845/H) 10 (1845/A)
Amalio? Antonio d'Araujo	25-jun-1845		04-out-1843 ? filiação diferente	22-out-1845	Incógnito/ Caetana Maria	6 (1843/F) 9 (1845/A)
Francisco Ignacio dos Santos	25-jun-1845		04-out-1843	22-out-1845 Não está em 09-nov-1846	Francisco Ignacio dos Santos	5 (1843/F) 9 (1845/A)
Manoel José Lopes d'Sousa Nunes	4-jul-1845	04-jan-1845		22-out-1845	Incógnito, Maria de Souza	10 (1845/H) 12 (1845/A)
Joaquim de Paula Gonçalves	11-jul-1845 (A) 17-set-1844 (H)	04-jan-1845		09-dez-1845	Francisco de Paula Gonçalves	7 (1845/H) 11 (1846/A)
Joaquim Pinheiro d'Carvalhas	4-jul-1845 (A) 6-mai-1844 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Francisco José Pinheiro	7 (1845/H) 8 (1845/A)
Evaristo José Clemente d'Amaral Cardinas	4-jul-1845 (A) 16-fev-1843 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Incógnito/ Maria Cardinas	8 (1845/H) 8 (1845/A)
Joaquim José d'Andrade José Joaquim d'Andrade	1º-ago-1845 (A) 08-jul-1842 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Incógnito, Anna Poema? Anna Maria Angélica (H) / Maria Angélica da Conceição (H)	7 (1845/H) 8 (1845/H) 9 (1845/A)
Modesto d'Araujo (A) Francisco Lopes de Araujo (H) (inverteu ?)	1º-ago-1845 (A) 23-set-1844 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	Francisco Lopes (A) Modesto Lopes de Araujo (H)	8 (1845/H) 11 (1845/A)
Ermelino (Gonçalves?) Antonio de Nascimento	1º-ago-1845 (A) 04-11-1844 (H)	04-jan-1845		22-out-1845	(em branco em 1845 - A), Ant de Nascimento (1846) A Antonio Pereira do Nascimento (1845 - H)	6 (1845/H) 8 (1845/A)

Joaquim Severo Correa	1º-ago-1845		04-out-1843	22-out-1845 não está em 1846	Manoel Francisco Correa Junior	10 (1843/F) 11 (1845/A)
Francisco Ferreira Correa	28-ago-1845		Irmão João Francisco	Não está em 1845, 09-dez-1846	Manoel Francisco Correa Junior	9 (1843/F) 10 (1846/A)
Pedro Alcantara Correa	9-set-1845		Irmã Maria Barbara 8 anos	22-out-1845	Manoel Francisco Correa Junior	6 (1845/A)
Felippe Tavares de d'Miranda	9-set-1845	Irmão Manoel Caetano de Miranda (7 anos em 1845) (H)	04-out-1843	22-out-1845	Manoel Tavares d'Miranda	7 (1843/F) 8 (1845/A)
João Gonçalves	9-set-1845 (A) 9-out-1843 (H)	04-jan-1845		22-out-1845 não está em 1846	Reginaldo Gonçalves	8 (1845/H) 14 (1845/A)
*Gualdino Antonio Rodrigues	06-out-1845			09-dez-1846	Dona ? Francisca	10 (1846/A)
Hermeto Fabricio Laines?	12-out-1845		Irmão Joaquim Leandro	09-dez-1846	Camilo Antonio Laines	6 (1846/A)
Gualdino Antonio da Motta (A) Galdino da Mota (H)	12-jan-1846 (A) 11-mar-1844 (H)	04-jan-1845		09-dez-1846	João Antonio da Motta (A) João da Mota (H)	7 (1845/H) 9 (1846/A)
Manoel Martins	12-jan-1846 (A) 18-nov-1841 (H)	04-jan-1845		09-dez-1846	João Martins (A) José Alves Martins (H)	9 (1845/H) 10 (1846/A)
Felippe Salgado B??	23-jan-1846		04-out-1843	09-dez-1846	Antonio de Oliveira Salgado	11 (1843/F) 13 (1846/A)
Agostinho Antonio Pereira (A) Agostinho Pereira Alves (H)	23-abr-1846 (A) 27-set-1843 (H)	04-jan-1845		09-dez-1846	Antonio José Pereira	7 (1845/H) 10 (1846/A)
Manoel Garcia Balaio	23-abr-1846		04-out-1843	09-dez-1846	Manoel Garcia Balaio	10 (1843/F) 12 (1846/A)
Francisco Tramujas	26-abr-1846		Irmão Adriano	09-dez-1846	Francisco Tramujas	8 (1846/A)
Antonio Ferreira Gomes (A) / Antonio Gomes Ferreira Junior (H) (será o mesmo?)	26-abr-1846 (A) 22-mai-1843 (H)	04-jan-1845		09-dez-1846	Antonio Gomes Ferreira (A) Antonio Gomes Ferreira (H)	8 (1845/H) 9 (1846/A)
Joaquim Antonio Pereira	26-abr-1846 (A) 30-ago-1841 (H)	04-jan-1845 ?		09-dez-1846	Francisco Antonio Pereira (A) Antonio José Pereira ? (H)	9 (1845/H) 10 (1846/A)
Joaquim Izidoro	26-abr-1846 (A) 16-fev-1841 (H)	04-jan-1845		09-dez-1846	Bernardina Maria	9 (1845/H) 12 (1846/A)
João Pedrozo da Silva	04-jul-1846	Irmão Benedito José Pedro (6 anos em 1845)		09-dez-1846	Pedro Antonio da Silveira	9 (1846/A)
Candido José Munhós	06-out-1846	Irmão Manoel Munhós (10 anos em 1845) e Felisbino José Munhós (7 anos em 1845)		09-dez-1846	Jose Bernardo Munhós	9 (1846/A)

Obs. Suprimimos as naturalidades, pois todos os alunos transferidos eram naturais de Paranaguá.

A → Albino; H → Hildebrando; F → Francisco Félix

Apêndice 2: Quadro estendido das diferentes denominações dos mapas de frequência dos professores da 5ª Comarca da Província de São Paulo

Professor	Local	Data	Denominação
João de Abreu Sá Sotto-Maior e Araújo	Curitiba	18-jan-1829	Relação dos Discipulos q. tenho em m ^a Aula
João Baptista Brandão Proença	Curitiba	1º-ago-1838	Rellação dos Alumnos q. frequentão a Aula Nacional da Villa de Curytiba
João Baptista Brandão Proença	Curitiba	1º-ago-1848	Rellação dos Alumnos q. frequentão a Aula publica de 1 ^{as} letras da cidade de Curytiba
Francisco da Silva Neves	Morretes	10-jul-1839	Rellação dos Alumnos da Aula de 1 ^{as} letras da Freguezia dos Morretes.
Francisco da Silva Neves	Morretes	07-dez-1850	Rellação dos Alumnos que se achão matriculados na Aula de 1 ^{as} letras da Villa dos Morretes.
Senhorinha Dona Francisca das Neves	Morretes	09-dez-1850	Relação das Alumnas que se achão matriculadas na Aula de 1 ^{as} Letras para o Sexo feminino incumbida pela Comissão Inspecora desta Villa dos Morretes desde 1º de Julho thé o mez de Dezembro de 1850
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	22-dez-1828	Relação dos Discipulos da Aula de 1 ^{as} Letras da Villa de Paranaguá
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	1º-jun-1832	Rellação dos Alumnos da Aula de 1 ^{as} Letras de Paranaguá
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	04-jul-1844	Rellação dos Alumnos que se achão matriculados na Aula de 1 ^{as} letras da Cidade de Paranguá
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	24-out-1845	Rellação dos Alumnos actuaes da Aula de Primeiras Letras da Cidade de Paranguá
Hildebrando Gregoriano da Cunha Gamito	Paranaguá	20-out-1847	Relação dos Alumnos da primr ^a Cadeira da Aula de 1 ^{as} Letras da Cidade de Paranaguá que nella se achão matriculados
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	20-out-1836	Relação das Meninas que frequentão a Escola Publica desta Villa
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	25-out-1837	Relação das Meninas
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	18-out-1838	Relação das Meninas que aprendem a ler
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	02-nov-1842	Relação numinal das alunas que frequentão a escola de primeiras letras da Villa de Paranaoá com as observações que abaixo se ve
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	04-jul-1844	Relação numinal das alunas que se achão matriculadas na Aula Nacional de primeiras letras da cidade de Paranaoá desde o anno de 1839 thé o presente de 1844 com as observações abaixo mencionadas
Joanna Maria de Mello	Paranaguá	1º-jul-1845	Relação das alunas que se achão matriculadas na Aula Nacional de prim ^a Letras desta Cidade de Paranaoá
P ^e Albino José da Cruz	Paranaguá	21-out-1845	Rellação dos Alumnos que se achão Matriculados na Aula de 1 ^{as} Letras da Cidade de Paranaoá, desde 10 de junho athé 10 de setembro
P ^e Albino José da Cruz	Paranaguá	24-out-1846	Rellação Nominal dos Alumnos que se achão Matriculados na 2ª Escola de 1 ^{as}

			Letras da Cidade de Paranaguá desde 10 de junho de 1845
P ^e Albino José da Cruz	Paranaguá	21-jun-1847	Lista dos Alumnos Matriculados na 2 ^a Escola de 1 ^{as} Letras desta Cidade desde 10 de junho de 1845
P ^e Albino José da Cruz	Paranaguá	20-nov-1849	Mappa dos Alumnos Matriculados na Segunda Escola de primeiras Letras desta Cidade de Paranaguá
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	10-ago-1829	Relação Nominal dos Discípulos que presentemente existem aprendendo as 1 ^{as} letras na minha escola
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	1 ^o -jan-1830	Relação dos Meninos que aprendem as 1 ^{as} letras na escola particular de Francisco Félix da Silva na Villa de Paranaguá
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	08-nov-1834	O tenente Francisco Félix da Silva tem em sua Escola particular presentemente os meninos seguintes
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	08-dez-1836	Relação dos meninos e meninas que se achão na escola particular de Francisco Felix da Silva
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	08-out-1841	Na escola particular de Francisco Felix da Silva aprendem os meninos seguintes
Francisco Félix da Silva	Paranaguá	04-out-1843	Relação dos Alumnos que aprendem a ler na Escola particular de Francisco Felix da Silva
Caetana Leonizia da Silva	Paranaguá	10-dez-1846	Relação das alumnas que aprendem a Ler, Escrever, Contar, Costurar, Bordar, e Marcar na Escola particular da abaixo assignada
Vicente José Oliveira	V.N.Principe	31-dez-1838	Estado effectivo dos Alumnos da Aula nesta V ^a do Principe desde o dia 15 de 7bro de 1835 a 1838.
Vicente José Oliveira	V.N.Principe	02-set-1841	Mappa dos estado effectivo dos Alumnos da aula de 1 ^{as} Letras nesta V ^a Nova do Principe desde o 1 ^o de 7br ^o de 1840 thé o ultimo de Agosto de 1841.
Vicente José Oliveira	V.N.Principe	20-set-1843	Lista dos Alumnos que frequentão a Aula Nacional de 1 ^{as} Letras da Villa do Principe no anno de 1843
Cezário Antonio Cardozo	Antonina	29-dez-1828	Rellação dos Alumnos q. se matricularão na aula de primeiras Letras desta Villa Antonina de que hé Mestre o Alferes Cezario Antonio Cardozo por Portaria de 16 de Julho do anno de 1827 e tomou posse da Cadeira em 15 de 8bro do mesmo anno e tem continuado the a prezente dacta
Cezário Antonio Cardozo	Antonina	07-ago-1840	Lista dos Alumnos, que frequentão a Aula Regia de 1 ^{as} Letras da Villa Antonina no anno de 1840